

ROSELYS VELLOZO RODERJAN

A FORMAÇÃO DE COMUNIDADES CAMPEIRAS NOS PLANALTOS  
PARANAENSES E SUA EXPANSÃO PARA O SUL  
SÉCULOS XVI A XIX

Dissertação submetida à consideração da Comissão Examinadora, como requisito parcial para a obtenção do Título "Mestre em Ciências-M.Sc.", no Curso de Pós-Graduação em História do Brasil do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

FLORIANÓPOLIS

1989

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A FORMAÇÃO DE COMUNIDADES CAMPEIRAS NOS PLANALTOS  
PARANAENSES E SUA EXPANSÃO PARA O SUL  
SÉCULOS XVI A XIX

por

ROSELYS VELLOZO RODERJAN

Dissertação aprovada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre no Curso  
de Pós-Graduação em História do Brasil, pe-  
la Comissão formada pelos professores:

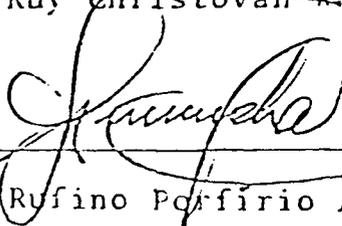
ORIENTADOR:



Prof. Dr. Carlos Humberto P. Corrêa



Prof. Dr. Ruy Christovan Wachowicz



Prof. Dr. Rufino Porfírio Almeida

FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO DE 1989.

Dedico:

Aos meus queridos filhos FERNANDO  
e CARLOS, companheiros leais de  
muitas lutas e incentivo maior  
deste trabalho.

Ao Doutor PEDRO ARÍ VERÍSSIMO DA  
FONSECA que soube motivar meu  
apreço pela gente serrana do Rio  
Grande do Sul.

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORREA, por sua compreensão e solicitude na eficiente orientação deste trabalho.

Ao Professor WALTER F. PIAZZA, pelos conhecimentos que transmitiu e por sua orientação.

Ao Doutor RENÉ DOTTI, esclarecido Secretário de Estado da Secretaria de Cultura do Paraná, que prestigiou minhas pesquisas, ao atender gentilmente minhas solicitações.

Aos Professores do Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, pelos conhecimentos recebidos e pelo afável tratamento que me dispensaram.

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Paraná, que facultou minha consulta aos seus documentos.

Aos Professores ANA MARIA MURATORI, do Departamento de Geografia, CARLOS VELLOZO RODERJAN e FRANKLIN GALVÃO, do Departamento de Silvicultura e Manejo da Universidade Federal do Paraná, a orientação que me deram e a carinhosa atenção.

Aos queridos amigos do Rio Grande do Sul: Professor MOZART PEREIRA SOARES e Coronel MOACYR DOMINGUES, pelo seu solícito atendimento e pelos conhecimentos transmitidos; Professora VERA LÚCIA MACIEL BARROSO, atenciosa amiga, por sua colaboração.

Aos queridos Doutor PEDRO ARÍ VERÍSSIMO DA FONSECA e sua esposa DOLORES MARTINS DA FONSECA, que me proporcionaram conhecer "in loco" Passo Fundo pelas informações que recebi, pelo precioso auxílio e pelo atendimento.

Aos queridos colegas: Professora ANA MARIA M. COELHO CORREIA e seu esposo PAULO C.F. CORREIA; Professor HELIO C. SERPA e sua esposa CONSUELO e Professor HILARIO BARBIAM e sua esposa LUCIA, por tudo: amizade, solicitude, incentivo, consideração e pelos bons momentos que desfrutamos juntos.

Às minhas dedicadas amigas: LYGIA SANTOS SILVA e ARMANDINA FONSECA LEITE por sua cooperação e pelo carinhoso incentivo.

Às queridas colaboradoras ANA LUCIA P. DO AMARAL, ANGELA MARIA CARNEIRO, ARLENE STENGER e RELINDA KOHLER, pela sua eficiente colaboração e paciente atendimento.

Aos meus familiares, que partilharam comigo, as preocupações e as esperanças desta realização.

Ao padre NICOLAU BALTASAR "in memoriam", dedicado pároco da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Santana, de Castro, sem o qual não teria sido possível a realização deste trabalho.

## BIOGRAFIA

ROSELYS VELLOZO RODERJAN nasceu em Curitiba (PR) a 6 de abril de 1927, filha do Professor Porthos Moraes de Castro Vellozo e da Professora Prudência Moritz Vellozo. Casou em Curitiba com Fernando Ney Roderjan e são seus filhos Fernando Vellozo Roderjan e Carlos Vellozo Roderjan.

Fez seu Curso Primário no Grupo Anexo à Escola Normal de Curitiba (1934-1937), o Curso Ginásial ou Secundário no Ginásio Paranaense, secção feminina (1938-1942), o Curso Normal na Escola de Professores (1943-1944) e o Curso Científico ou de 2º grau no Colégio Partenon (1947-48), em Curitiba. Ingressou na Universidade Federal do Paraná, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná em 1961, tendo concluído o Bacharelado com Licenciatura em História em 1964. Na Universidade Federal de Santa Catarina concluiu em 1987 o Curso de Pós-Graduação em História, no Centro de Ciências Humanas.

Ingressou no Magistério Público do Estado do Paraná em 1946, tendo lecionado como Professor do Ensino Primário de 1946 a 1963. Lecionou no Curso Normal do Instituto de Educação do Paraná de 1947 a 1978, quando se aposentou como Professor do Ensino Médio em Educação Artística, tendo prestado Concurso em 1951 para Professor Auxiliar do Instituto de Educação do Paraná, em História da Música.

Foi Professor contratado de História da Música nos Cursos Superiores de Música da Escola de Música e Belas Artes do Paraná

de 1950 a 1963, Professor Catedrático Interino de História de Música em 1969 a 1973, Professor Catedrático em 1973. Aposentou-se em 1981 como Professor Titular de História das Artes dos Cursos Superiores de Música da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, esta pertencente ao Ensino Superior Estadual do Paraná.

Iniciou sua pesquisa de História da Música no Paraná em 1964, no Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, com trabalhos publicados. Foi Presidente da Comissão Paranaense de Folclore (Comissão Nacional de Folclore - IBECC), tendo trabalhado para o Instituto Nacional de Folclore (FUNARTE) de 1976 a 1982, com trabalhos publicados.

## SUMÁRIO

	Páginas
LISTA DE FIGURAS .....	x
ABREVIATURAS .....	xi
RESUMO .....	xii
ABSTRACT .....	xiv
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I - PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA E DO POVOAMENTO DO BRASIL MERIDIONAL .....	14
1. Ocupação e Povoamento do Litoral: A Fundação de São Vicente .....	16
2. Ocupação e Povoamento do Planalto: A Fundação de São Paulo de Piratininga .....	19
3. Povoadores da Capitania de São Vicente .....	21
CAPÍTULO II - A OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE CURITIBA (de meados do século XVII ao início do século XVIII) .....	30
1. Os Campos de Curitiba. Arraiais e Currais. A Fundação de Curitiba .....	32
2. A Expansão dos Currais. Os Caminhos .....	39
3. Povoadores de Paranaguá e Curitiba e os Sesmeiros dos Campos de Curitiba .....	43
CAPÍTULO III - A EXPANSÃO PARA OS CAMPOS GERAIS DE CURITIBA (1. <sup>a</sup> metade do século XVIII) .....	59
1. Os Caminhos. A Estrada do Viamão .....	62
2. As Fazendas. O Tropeirismo. As Guerras do Sul .....	68
3. Sesmeiros dos Campos Gerais de Curitiba .....	71
CAPÍTULO IV - O POVOAMENTO DOS CAMPOS GERAIS DE CURITIBA (2. <sup>a</sup> metade do século XVIII) .....	79
1. Iapó: De Pouso a Freguesia. A Lista de Ordenança de 1766 .....	82
2. A Relação de Botelho das Fazendas e Sítios (1772) .....	88

3. Castro: de Freguesia a Vila .....	92
4. Povoadores dos Campos Gerais de Curitiba ...	98
CAPÍTULO V - O AVANÇO PARA OS SERTÕES (2. <sup>a</sup> metade do século XVIII) .....	144
1. O Sertão do Tibagi .....	147
2. Expedições do Tibagi .....	150
3. O Sertão de Curitiba. Fundação de Lages ....	153
4. Povoadores do Sertão de Curitiba (Lages) ...	161
CAPÍTULO VI - A CONQUISTA DO OESTE (1809-1817) .....	172
1. A Real Expedição, Diogo Pinto e a Conquista.	175
2. A Consolidação da Conquista .....	179
3. Expedições Exploradoras .....	184
CAPÍTULO VII - OS RESULTADOS DA CONQUISTA (1817 a meados do século XIX).....	191
1. A Decadência da Real Expedição .....	193
2. A Fundação de Belém e o Povoamento .....	200
3. A Ocupação dos Campos de Palmas .....	205
4. Povoadores de Guarapuava e Palmas .....	212
CAPÍTULO VIII - A EXPANSÃO PARA O SUL (1816 a meados do século XIX) .....	227
1. A Vereda das Missões e Atanagildo Pinto Martins .....	232
2. O Retorno da Expedição .....	249
3. A Nova Estrada das Missões .....	256
4. Povoadores do Planalto Médio do Rio Grande do Sul .....	266
CONCLUSÃO .....	300
FONTES CONSULTADAS .....	305
1. Documentos .....	305
2. Obras Consultadas .....	306
3. Periódicos .....	314
4. Diversos .....	314

LISTA DE FIGURAS

Páginas

Figura 1	O Paraná no Século XVII (1640-1660) .....	33
Figura 2	Caminho dos Ambrósios .....	40
Figura 3	Caminho de São Paulo a Curitiba .....	42
Figura 4	Caminhos do Viamão .....	65
Figura 5	Mapa parcial dos Campos Gerais (1728) .....	67
Figura 6	Lista da Ordenança da vila de Curitiba (1766, Campos Gerais) .....	87
Figura 7	Lista da Ordenança da Vila Nova de Castro(1789)	96
Figura 8	Lista da Ordenança da Vila Nova de Castro(1789)	97
Figura 9	Quadro genealógico nº 1 .....	106
Figura 10	Quadro genealógico nº 2 .....	126
Figura 11	Expedições do Tibagi (Afonso Botelho - 1768- 1774) .....	152
Figura 12	O antigo caminho das Missões .....	190
Figura 13	Mapa do Campo de Guarapuava (padre Francisco das Chagas Lima - 1821) .....	203
Figura 14	Mapa Corográfico da Província do Paraná (J.H. Elliot - s.d.) .....	209
Figura 15	Áreas geográficas do planalto do Paraná e es- tradas de tropas (meados do século XIX) .....	211
Figura 16	Caminhos de tropas do Brasil Meridional (sécu- los XVIII e XIX) .....	231
Figura 17	Mapa dos Campos de Palmas e territórios contí- guos (Tito Alves de Brito - 1843) .....	247
Figura 18	Mapa dos Campos de Palmas e territórios contí- guos (reconstituição) .....	248
Figura 19	Lista da escolta (Atanagildo Pinto Martins, 1816) .....	254
Figura 20	Carta corográfica da Província do Paraná (An- tonio P. de F. Mendes Antas - 1866-1882) .....	264
Figura 21	Regiões fisiográficas do Rio Grande do Sul ...	268
Figura 22	Tapera do alferes Rodrigo .....	281

## ABREVIATURAS

AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AHUL	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
APRS	Arquivo Público do Rio Grande do Sul
APSP	Arquivo Público de São Paulo
BAMC	Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba
BIHGEP	Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense
DAE	Departamento do Arquivo do Estado (São Paulo)
DEAP	Departamento Estadual de Arquivo Público (Paraná)
DI	Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo (Ed. do APSP)
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
LO	Listas da Ordenança (DAE in UFPR)
PNSC	Paroquia Nossa Senhora da Conceição (Passo Fundo, RS)
PNSP	Paroquia Nossa Senhora dos Prazeres (Lages, SC)
PNSS	Paroquia Nossa Senhora Sant'Anta (Castro, PR)
PNSL	Paroquia Nossa Senhora da Luz (Curitiba, PR)
RIGB	Revista do Instituto Geográfico Brasileiro
PORT	Portugal
RIHGEB	Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
RIHGSP	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

## RESUMO

As áreas geográficas onde se estabeleceram as primeiras comunidades campeiras do Brasil Meridional, constituem uma unidade fitogeográfica semelhante, que apresenta campos entrelaçados com pinhais. Esses campos, localizados nos planaltos sulinos, eram propícios ao desenvolvimento da pecuária.

Este trabalho, que está centrado na ocupação e povoamento inicial dos três planaltos do Paraná, aborda também a expansão desse povoamento para o sul, onde se formaram gradativamente novas comunidades campeiras.

Curitiba, localizada no primeiro planalto paranaense, é a célula fundamental de povoamento dos demais planaltos do Paraná, a partir de meados do século XVII. No século XVIII os povoadores dos Campos de Curitiba alcançam os Campos Gerais, no segundo planalto paranaense, cujo povoamento é acrescido de novos contingentes populacionais, formados na sua maioria de paulistas e portugueses. Pelo caminho do Viamão, também chamado "Estrada das Tropas", que cortava os Campos Gerais, essas populações seguem para o sul. Dos Campos de Vacaria dirigem-se para o oeste, pelo antigo caminho das Missões, atingindo o Planalto Médio do Rio Grande do Sul. Nas novas comunidades aí surgidas, na terceira década do século XIX, os paranaenses constituem a maioria dos seus primeiros povoadores. Nelas é reproduzido o mesmo tipo sócio-econômico de vida das comunidades paranaenses, intimamente ligado ao ciclo do tropeirismo e caracterizado pelas relações de parentesco.

Ainda nas primeiras décadas do século XIX, populações naturais dos primeiros e segundo planaltos paranaenses alcançam o terceiro planalto, ocupando os campos de Guarapuava e de Palmas, e aí formam novas comunidades. Essas populações, abrem um novo caminho para as Missões, unindo Guarapuava aos Campos de Nonoai, no Rio Grande do Sul, atravessando o atual oeste catarinense. É a nova "Estrada das Missões", importante rota do tropeirismo a partir de meados do século XIX.

Os laços de parentesco e a transmissão da conseqüente herança cultural, são importantes traços que identificam ainda hoje as comunidades campeiras dos planaltos do Brasil Meridional. Buscando as origens genealógicas dos primeiros povoadores dessas comunidades, evidenciamos uma continuidade de parentesco, partindo de famílias que emigram de São Paulo, do século XVII em diante, para os planaltos da Região Sul do Brasil, onde vão constituir as células fundamentais de povoamento abordadas nesta pesquisa.

## ABSTRACT

The geographical areas where the first country communities of South Brazil ("Brasil Meridional") established themselves comprised similar phytogeographic unities, characterized by fields and Paraná Pine groves. These fields, located in southern uplands, were ideal for cattle raising.

This thesis, focused on the occupation and initial peopling of Paraná's three uplands, also considers the expansion of such peopling to the south, where new country communities were gradually developed.

Curitiba, on Paraná's first upland, was the fundamental peopling cell of Paraná's other uplands from the mid-seventeenth century on. In the eighteenth century, populations from "Campos de Curitiba" reached "Campos Gerais", on Paraná's second upland, joining a majority of inhabitants from São Paulo and Portugal. Following the Viamão way, also called "Estrada das Tropas", these populations headed south, going across the "Campos Gerais" region. From "Campos de Vacaria", they headed west along the old Missões way, reaching "Planalto Médio", in Rio Grande do Sul. By the third decade of the nineteenth century, people native of Paraná constituted majority amongst the first populations in new southern communities. These communities adopted the same type of socio-economic life-style found in Paraná, closely related with cattle dealing ("tropeirismo") and characterized by kinship.

Still in the first decades of the nineteenth century, populations native of Paraná's first and second uplands reached the third upland, occupying the fields of Guarapuava and Palmas, and founding new communities there. These populations opened a new way to Missões, linking Guarapuava to "Campos de Nonoai", in Rio Grande do Sul, and across today's west of Santa Catarina. This is the new "Estrada das Missões", which became an important cattle dealing ("tropheirismo") route from the middle of the nineteenth century.

Kinship and the consequent transmission of cultural heritage are important features that identify, to this day, the country communities in the uplands of "Brasil Meridional". By searching the genealogical origins of early populations, I have found evidence of kinship continuity, starting with families that emigrated from São Paulo, from the seventeenth century on, to the uplands of southern Brazil ("Região Sul do Brasil"), where they constituted the fundamental peopling cells considered in this research.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho, ao tratar da formação de comunidades campeiras nos planaltos do Brasil Meridional,<sup>1</sup> está centrado nos planaltos paranaenses. Pretende, entretanto, informar sobre os demais planaltos da Região Sul, já que todas essas comunidades se expandiram em áreas geográficas semelhantes, propícias ao desenvolvimento da pecuária. Elas realmente apresentam na época abordada, uma economia voltada para o criatório, vinculada ao ciclo do tropeirismo sulino, que abrange os séculos XVIII e XIX. Citando a expansão de comunidades campeiras formadas nos três planaltos paranaenses,<sup>2</sup> queremos constatar a migração de paranaenses para o sul, muitas vezes levando suas famílias já constituídas em solo paranaense, que vão ter participação efetiva no estabelecimento de novos núcleos populacionais, como aconteceu com as comunidades surgidas no Planalto Médio do Rio Grande do Sul. Além da sua presença entre os primeiros povoadores de comunidades que se constituíram no decorrer do século XIX nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, o paranaense atuou também como sertanista e como tropeiro.

Estudos anteriores que realizamos no Paranã tradicional,<sup>3</sup>

<sup>1</sup>O PLANALTO Meridional do Brasil, regionalmente se subdivide em vários planaltos.

<sup>2</sup>PELA classificação de MAACK, o Paranã apresenta três planaltos no seu interior. (MAACK, Reinhard. Geografia física do Estado do Paranã. 2.ed. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Edit., 1981. p. 81-5).

<sup>3</sup>O "Paraná tradicional" abrange a época que vai da formação das suas duas primeiras células fundamentais de povoamento (Curitiba e Paranaguá) no século XVII até sua máxima expansão no século XIX, assinalada pelo povoamento efetivo dos campos de Guarapuava e de Palmas. As comunidades campeiras dos planaltos paranaenses no período abordado, estão inseridas no Paranã tradicional. "Famílias tradicionais", são aquelas que se constituíram nas primeiras vilas paranaenses, até meados do século XIX.

pesquisando suas tradições e o folclore paranaense, levaram-nos à comparação das manifestações culturais que encontramos nas regiões do litoral e dos planaltos. Paralelamente a marcantes diferenças entre essas manifestações, observamos entretanto uma uniformidade quanto às suas origens, pois persistia nessas regiões a herança da cultura portuguesa, comum a todo o povo brasileiro. Nas famílias das comunidades, indagamos sobre seus ancestrais e muitos deles localizamos nos compêndios de genealogia que consultamos, cujas origens remontavam a famílias estabelecidas nas células fundamentais do povoamento paulista, São Vicente e São Paulo de Piratininga, nos séculos XVI e XVII.

Como não concordávamos com a concepção generalizada de que a população paranaense descende dos imigrantes estabelecidos no Paraná no século XIX, principalmente alemães, italianos e polonezes, dispuzemo-nos a resgatar a origem luso-brasileira das células fundamentais de povoamento, no Paraná. Daí termos escolhido para nossa abordagem neste trabalho, a época anterior a 1870, pois daí em diante é que se intensifica a referida imigração. Num estudo sobre a cultura curitibana e as contribuições culturais dos imigrantes alemães, já havia concluído Alvir RIESEMBERG que, quando os "... primeiros alemães chegaram ao Paraná em 1829, vigorava ainda, nitidamente caracterizada, a cultu-

<sup>4</sup> COMPÊNDIOS de Genealogia consultados: LEME, Luis Gonzaga da Silva. Genealogia paulistana. São Paulo, Duprat, 1903-1905, 9v.; TAQUES, Pedro. Nobiliarquia Paulistana, história e genealogia. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980, 3 v.; NEGRAO, Francisco. Genealogia paranaense. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1926-50, 6 v.

Células fundamentais são núcleos de onde parte a "... expansão natural de uma população que vai se assenhoreando das regiões geográficas mais próximas, num movimento natural de expansão demográfica ...". In: MACHADO, Brasil Pinheiro. Sinopse da história regional do Paraná. Curitiba, Separata do Boletim do IHGEP, Papeleria Requião Limitada, 1951, p.5,6.

ra tradicional."<sup>5</sup> E a tentativa desse resgate levou-nos novamente às origens paulistas, no São Paulo quinhentista.

O mesmo estereótipo está ocorrendo atualmente no que se refere às tradições revividas por associações de tradicionalismo gaúcho, que muitos aceitam ser a base da cultura paranaense, quando na realidade nosso estudo pretende provar que foi do Paraná que partiram muitas dessas tradições, principalmente para a região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, no início do século XIX.

No que foi exposto, encontram-se as justificativas do título deste trabalho, as razões da escolha do tema, do período abordado e da necessidade da sua abrangência, a qual nos levou à descrição física das áreas geográficas e à referência aos acontecimentos políticos inseridos em todo esse contexto.

Comentando sobre o "modelo" de Brasil Pinheiro Machado, que trata da "história regional" e da "formação das comunidades", RITTER escreve que é "... um desafio estudar a comunidade mediante a descrição e análise de grupos de pessoas que viveram socialmente em uma área geográfica determinada e num tempo definido"<sup>6</sup> Foi esse estudo que tentamos realizar, definindo a importância que o parentesco representou na formação das comunidades que pesquisamos. Também, em conformidade com WACHOWICZ, os primeiros dados que levantamos foram concernentes a publicações de autores re-

<sup>5</sup> RIESENBERG, Alvir. Nhá Marica, minha avó, um estudo de aculturação. Curitiba, MAX Roesner, 1969, p.41.

<sup>6</sup> RITTER, Marina Lourdes. Caminhos para a história do Paraná: Brasil Pinheiro Machado e o modelo da formação das comunidades. Revista paranaense de desenvolvimento, 73:55-89, 1980, p. 79.

gionais, pois, como escreveu este autor, não há cidade do interior que não tenha alguns "auto didatas", cujas "... publicações são excelentes para um trabalho de maior fôlego técnico ou metodológico." <sup>7</sup> Além de obras de maior envergadura, aproveitamos as informações de edições comemorativas, artigos publicados em jornais locais e periódicos, livros, crônicas sobre história regional, usos, costumes, folclore em geral e também arquivos particulares.

Para uma visão geral do tema consultamos Roberto SIMONSEN e Oliveira VIANNA, já que eles fazem referências ao Brasil Meridional. Obras de SIMONSEN, Rocha POMBO, W.L.P. de SOUZA, Pedro TAQUES, Gaspar MADRE DE DEUS e Benedito CALIXTO, <sup>8</sup> forneceram as bases essenciais à redação do Capítulo I, que trata do povoamento inicial de São Paulo e dos seus povoadores.

No Paraná, pesquisamos nos compêndios sobre história do Paraná de Romário MARTINS, Brasil P. MACHADO, Cecília M. WESTPHALEN, Altiva P. BALHANA, Ruy C. WACHOWICZ, David CARNEIRO e Francisco NEGRÃO. Sobre sua geografia física consultamos Reinhard MAACK. Foram essenciais as informações de Júlio MOREIRA, que escreve uma história de caminhos e Marina L. RITTER, com um estudo

<sup>7</sup> WACHOWICZ, Ruy C. Norte Velho, Norte Pioneiro. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1987, p.3.

<sup>8</sup> SIMONSEN, Roberto. História econômica do Brasil (1500-1820) 8 ed. São Paulo, Edit. Nacional, 1978; VIANNA, F.J. Oliveira. Populações meridionais do Brasil. São Paulo, Itatiaia, 1987;

POMBO, José F. Rocha. História do Brasil. 8 ed., São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1958; SOUZA, Washington Luis P. Na capitania de São Vicente, São Paulo, Liv. Martins Edit., 1956; CALIXTO, Benedito, Capitania de São Vicente e Capitania de Santo Amaro. RIHGSP, 21:101-302, 1924.

sobre sesmarias no Paraná.<sup>9</sup> Sobre a história e os povoadores da cidade paranaense de Castro, baseamo-nos nas publicações de J. Pedro Novaes ROSAS e Oney B. BORBA e Astrogildo de FREITAS esclarece assuntos relativos à cidade paranaense de Palmeira.<sup>10</sup> J. Cleto da SILVA, Ruy WACHOWICZ, Arthur M. FRANCO, F.R. Azevedo MACEDO e Alvir RIESEMBERG, deram-nos os subsídios mais importantes para o estudo e redação dos Capítulos VI, VII e VIII deste trabalho.<sup>11</sup> As Notícias e as Memórias de J.J. Pinto BANDEIRA, Sousa CHICHORRO e do padre F. das Chagas LIMA,<sup>12</sup> são indispensáveis como ponto de partida para esses capítulos finais, que tratam da ocupação do terceiro planalto paranaense e da expansão para o sul.

No Rio Grande do Sul, encontramos os seguintes autores que se dedicaram ao estudo das primeiras comunidades serranas, suas adjacências e assuntos correlatos: Veríssimo da FONSECA, Prudên-

MARTINS, Romário, História do Paraná. Curitiba, Editôra Guayra Ltda., s.d.; MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura tradicional dos Campos Gerais. Curitiba, Imp. da UFPR, Boletim da Universidade do PR, 3:1-27, 1963, s.p. BALHANA, Pilatti; MACHADO, Pinheiro; WESTPHALEN. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969, v.1; WACHOWICZ, Ruy C. História do Paraná, 6ª ed. Curitiba, Graf. Vicentina, 1988; CARNEIRO, David. Galeria de Ontem. Curitiba, Edit. Vanguarda, 1963; MAACK, Reinhard. Geografia física do Estado do Paraná. 2. ed., Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Edit., 1981; MOREIRA, Julio. Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá. Curitiba, Imprensa Oficial, 1975, 3 v.; RITTER, Marina L. As sesmarias do Paraná no século XVIII. Curitiba, Edit. Littero-técnica, 1980.

<sup>10</sup> ROSAS, José Pedro Novaes. A fundação da cidade de Castro. Curitiba, Graf. Vicentina, s.d.; BORBA, Oney B. Os iapoenses. Curitiba, Edit. Littero-técnica, 1986; FREITAS, Astrogildo de. Palmeira. Reminiscências e tradições. Curitiba, Edit. Littero-técnica, 1984. v.2.

<sup>11</sup> SILVA, J.J. Cleto da. Apontamentos históricos de Palmas e Clevelândia (1630-1930). BIHGEP, 28:45-105, 1976; WACHOWICZ, Ruy C. Paraná, sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba, Edit. Littero-técnica, 1985; FRANCO, Arthur Martins, Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava. Curitiba, Tip. João Haupt, 1943. MACEDO, F.R. Azevedo. Conquista pacífica de Guarapuava. Curitiba, Gerpa, 1951; RIESEMBERG, Alvir. Nau Sao Sebastiao. Curitiba, A.M. Cavalcanti e Cia., 1978.

<sup>12</sup> BANDEIRA, J.J. Pinto. Notícia da descoberta de Palmas. RIHGB, 4: 385-396, 1851; CHICHORRO, Manoel Coutinho Sousa. Memória (1814). RIHGEB, 36: 197-242, 1873; LIMA, Francisco das Chagas, padre. Estado atual da conquista de Guarapuava em 1821. In: FRANCO, Diogo Pinto; LIMA, Francisco das Chagas, padre. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava (1809 a 1827). RIHGEP, 40:53-72, 1983.

cio ROCHA, Mozart P. SOARES, Ilemetério V. da SILVEIRA, Fidelis D. BARBOSA, Jorge CAFRUNI, Delma R. GEHM, Aristides M. GOMES, José N. SPERRY, S. Macedônio SOARES, Moacyr DOMINGUES e Loiva FELIX.<sup>13</sup>

Dessas publicações, Pedro Ari Veríssimo da FONSECA, dentro de dados generalizados sobre a história da sua região e do Rio Grande do Sul, transmite interessantes conceitos e informações sobre o tropeirismo e a vida nas fazendas serranas. Foi a parte onde descreve os primeiros moradores dessa região e suas famílias, que nos levou a pesquisar as famílias de Castro, das quais elas se originaram, em sua maioria.

Prudêncio ROCHA e Mozart Pereira SOARES, ao tratarem dos primeiros povoadores da região serrana e da expedição de Atanagildo Pinto Martins em 1816, são os autores que apresentam mais informações sobre esse episódio, conhecido entre os autores paranaenses como da "vereda das missões". Os demais autores, citando Hemetério Velloso da SILVEIRA, na sua obra *As Missões Orientais e seus domínios*, repetem certos enganos cometidos por este autor, os quais pretendemos que fiquem esclarecidos. Moacyr DO-

<sup>13</sup> FONSECA, Pedro Ari Veríssimo. *Formação do Gaúcho*. Passo Fundo, Graf. Diário da Manhã, 1982; ——. *Tropeiros de Mula*, Passo Fundo, Graf. Diário da Manhã, s.d.; ROCHA, Prudêncio, *A história de Cruz Alta*. Cruz Alta Graf. Mercúrio, 1980; SOARES, Mozart Pereira, *Santo Antonio da Palmeira*, Porto Alegre, Edit. Bels, 1974; SILVEIRA, Hemetério V. da. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre, Erus, 1979; BARBOSA, Fidelis Dalcin, *Vacaria dos Pinhais*. Porto Alegre, EST, 1978; ——. *Nova história de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre, EST, 1981; ——. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, EST, 1983; CAFRUNI, Jorge. *Passo Fundo das Missões*. Porto Alegre, Graf. Edit., A Nação, 1966; GEHN, Delma Rozendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo, Ed. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, s.d., v.3; SPERRY, José N. Vieira, *Raízes e retalhos de Nonoai*. Passo Fundo, Edit. P. Berthier, 1985; SOARES, Solon Macedônia. *Estudo histórico social sobre o município de Carasinho*, Carasinho, Graf. Carasinhense, 1949; DOMINGUES, Moacyr, *Antigas Famílias cruz-altenses*. *Diário Serrano*. Cruz Alta, 1971-1972; FELIX, Loiva. *Coronelismo e Borgismo e cooptação política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

MINGUES escreveu sobre a história de Cruz Alta e seus primeiros povoadores, no "Diário Serrano", jornal de Cruz Alta e possui precioso Arquivo particular sobre a genealogia riograndense, levantada em registros paroquiais e cíveis. Fidelis Dalcin BARBOSA, esclareceu-nos vários aspectos da história do Rio Grande do Sul e da região serrana citada. Tivemos especial colaboração de Vera Lúcia Maciel BARROSO,<sup>14</sup> que nos enviou o "xerox" de um mapa datado de 1843 e que escreveu sobre o início da história do tropeirismo sulino, ao abordar a história do registro de Santo Antonio da Patrulha (RS), na sua dissertação de mestrado para a PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

Em Santa Catarina foi a obra de Cyro ELHKE sobre o planalto catarinense que nos deu os maiores subsídios, um dos raros autores, dos que consultamos, que se preocupou em desenvolver seu estudo unindo fatos da história paranaense da catarinense e suas áreas geográficas. Walter DACHS, nos seus artigos escritos para o jornal Guia Serrano, de Lages, fornece copioso material sobre o início da história de Lages e sobre suas primeiras famílias, com dados possivelmente coletados nas atas da Câmara e nos registros paroquiais de Lages.<sup>15</sup>

Importantes informações conseguimos na consulta aos Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, publicação do arquivo do Estado de São Paulo (DI, DAE) e no Bole-

<sup>14</sup> BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Santo Antonio da Patrulha: vínculo, expansão, isolamento (1803-1889). Porto Alegre, PUCRS, Dissertação de mestrado, 1979.

<sup>15</sup> ELHKE, Cyro. A conquista do planalto catarinense. Rio de Janeiro, Laudes S/A, s.d., DACHS, Walter. Histórico da vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens. Guia Serrano. Lages, 1962-1964.

tim do Arquivo Municipal de Curitiba (BAMC), assim como nas publicações do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (BIHGEP) e nas Revistas dos seus similares em São Paulo e no Rio de Janeiro (RIHSP e RIHGEB).

No Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) encontramos as coleções citadas acima, assim como grande parte dos documentos e obras aproveitados neste trabalho, pois sua biblioteca e seu arquivo de documentos, possuem um acervo indispensável às consultas sobre assuntos referentes ao Paraná, além de excelente atendimento.

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRSP-POA) forneceu-nos os mais importantes documentos para os capítulos VI, VII e VIII deste trabalho, os quais revelam a verdade sobre o episódio da "vereda das Missões". Aí encontramos também o primeiro livro de atas da Câmara Municipal de Cruz Alta (RS), com as assinaturas dos seus primeiros vereadores.

No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APRS-POA), com eficiente organização, consultamos os inventários e testamentos de Cruz Alta e Passo Fundo (RS), pertencentes à época abordada neste trabalho.

No Cartório Cível da cidade de Castro (PR), estão arquivados os inventários e testamentos, nos quais pesquisamos as famílias tratadas nos "povoadores dos Campos Gerais", do Capítulo IV deste trabalho. No Arquivo da Prefeitura Municipal de Castro, constam os primeiros livros da Câmara da vila de Castro.

No Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP, Curitiba, PR) na sua Divisão de Reprodução e Preservação de Documentos (DRPD), consultamos os Relatórios provinciais do Paraná, e no seu Arquivo, a Lista de Ordenança da freguesia do Iapó, de

1780.

No Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), estão arquivadas as listas de habitantes da Capitania de São Paulo de 1766 até 1835, organizadas pela Ordenança das vilas de Curitiba e de Paranaguá, em cópias fotostáticas, enviadas para essa Universidade pelo Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo. Essas listas, que referenciamos como "listas da Ordenança" (LO),<sup>16</sup> foram a principal fonte que pesquisamos para a reconstituição de famílias, além dos registros paroquiais e civis.

Foram consultados e anotados vários registros nos arquivos das paróquias de Nossa Senhora da Luz de Curitiba (PNSL), Nossa Senhora Sant'Ana, de Castro (PNSS), de Nossa Senhora dos Prazeres, de Lages (PNSP) e de Nossa Senhora da Conceição, de Passo Fundo (PNSC), que somados aos dados das genealogias de TAQUES, Silva LEME e NEGRÃO e dos artigos de DACHS, completaram as informações das listas da Ordenança.

A pesquisa às fontes primárias citadas, revelou muitos equívocos contidos na bibliografia consultada, dando-nos a convicção que essas histórias regionais estão interligadas por diversos fatores e que há necessidade de estudos que tratem em conjunto da formação das comunidades campeiras dos planaltos do Brasil Meridional.

16

AS listas censitárias que por ordem do morgado de Mateus foram iniciadas na Capitania de São Paulo em 1766, tinham por finalidade avaliar as possibilidades de recrutamentos futuros. Foram continuadas pelos seus sucessores e levam o nome generalizado de "listas das ordenanças". Optamos pela denominação de "listas da Ordenança", porque é esse o nome encontrado nos documentos dessa época e principalmente no cabeçalho das referidas listas. Passaram a ter essa denominação porque o cadastramento da população era incumbência dos capitães da Ordenança.

A pesquisa realizada e a bibliografia consultada levam-nos à formulação de algumas hipóteses, que procuraremos constatar na redação deste trabalho:

1. As histórias regionais das comunidades campeiras do Planalto Meridional do Brasil que foram abordadas neste trabalho, interligar-se-iam por um conjunto de características que as identificam, como: suas comunidades ocupavam áreas geográficas semelhantes, possuíam interesses comuns, subordinados ao criatório de animais e ao tropeirismo e se ligariam por laços de parentesco.

2. Esses laços de parentesco teriam se estendido gradativamente das células geradoras de povoamento para as novas comunidades, através dos séculos XVII, XVIII e XIX.

3. As células geradoras de povoamento abordadas, teriam suas origens nas comunidades paulistas estabelecidas nos séculos XVI e XVII, no território paulista.

4. As populações abrangidas seriam genericamente formadas de luso-brasileiros, ou seja, por uma maioria de portugueses e por brasileiros, se entendermos como brasileiro, aquele que nasce no Brasil, filho de europeus ou resultante da sua mestiçagem.

Se conseguirmos a afirmação dessas hipóteses e com a descrição das áreas geográficas, dos primeiros caminhos e dos acontecimentos da época abordada (séculos XVI, XVII, XVIII e XIX), estaremos cumprindo uns dos principais objetivos deste trabalho, que é a inclusão da participação das populações paranaenses na História Regional da Região Sul, onde atuaram como sertanistas, tropeiros, militares e como povoadores.

Nossa preocupação foi a citação das fontes consultadas,

principalmente na reconstituição das famílias abrangidas, onde pesquisa inédita aos registros cíveis e paroquiais e às listas censitárias da época, dão um novo enfoque ao assunto, com base na genealogia.

Este trabalho está dividido em oito capítulos, cada qual precedido de um resumo, que procura manter uma seqüência no seu desenvolvimento. Na parte dos capítulos onde serão inseridas informações sobre os primeiros povoadores, visa-se a reconstituição de algumas famílias que interessam a este estudo.

O Capítulo I deste trabalho encerra informações sobre o início do povoamento que vai se estender, das células fundamentais representadas por São Vicente e São Paulo de Piratininga, no século XVI, para as costas do sul do Brasil e para o interior dos seus sertões. Nas famílias constituídas nessas primeiras povoações, formadas por portugueses e luso-brasileiros, na sua maioria, estão as raízes das famílias referenciadas neste trabalho que vão povoar os planaltos do Brasil Meridional.

No Capítulo II tem início a ocupação e o povoamento dos planaltos paranaenses, com a fundação de Curitiba em 1693, que foi sua célula fundamental. Seus primeiros povoadores são originários de portugueses continuamente emigrados de Portugal e de luso-brasileiros das vilas e povoados paulistas. São antigos mineradores que se dedicam ao criatório, iniciando com São Paulo, um comércio com o gado que criam em seus campos, que vai motivar a abertura dos primeiros caminhos. O prolongamento para o sul, da estrada que, atravessando os Campos Gerais atinge São Paulo, vai constituir a Estrada do Viamão. Esse acontecimento pertence ao Capítulo III, antecedido por informa-

ções sobre a formação de algumas famílias e seus descendentes. No Capítulo III se insere a concessão de sesmarias nos Campos Gerais de Curitiba pela Corôa portuguesa, onde paulistas, paranguaras e curitibanos estabeleceram fazendas de criar, na primeira metade do século XVIII. Com a abertura do caminho do Viamão, a história paranaense une-se aos acontecimentos do Sul, como as Guerras do Sacramento ou Guerras do Sul e ao tropeirismo.<sup>17</sup>

O povoamento dos Campos Gerais de Curitiba ocorre na segunda metade do século XVIII, sendo descrito no Capítulo IV, o qual termina com várias pequenas biografias,<sup>18</sup> pesquisa inédita na sua maioria, realizada nos registros cíveis e parquiais da vila de Castro, esta fundada em 1789.

A seqüência dos capítulos procura acompanhar a paulatina ocupação dos campos e sertões dos planaltos paranaenses, tratando o Capítulo V do avanço para o Sertão do Tibagi e Sertão de Curitiba, oeste e sul da então Capitania de São Paulo. Neste último, pelo planalto catarinense, acontece a fundação de Lages, onde registramos alguns dados sobre os seus primeiros povoadores.

<sup>17</sup> "Sul" é uma das designações dadas ao "Continente de São Pedro", hoje Estado do Rio Grande do Sul, em antigos documentos pesquisados. As denominações "Guerras do Sacramento" e "Guerras do Sul", referem-se às lutas havidas entre as coroas portuguesa e espanhola, pela posse da região ao norte do rio da Prata (1680-1777).

<sup>18</sup> Essas pequenas biografias tratam da descendência das mesmas famílias que se ligam pelos laços do parentesco, através de toda a época que vai sendo abordada.

Os Capítulos VI e VII descrevem a ocupação do terceiro planalto paranaense, no início do século XIX, que vai originar a fundação de Guarapuava e Palmas, assinalando o fim da expansão curitibana em território paranaense, no chamado Parana tradicional.

No Capítulo VIII relatamos o episódio da "vereda das missões" e a abertura da nova Estrada das Missões, que partindo de Guarapuava atinge os Campos de Nonoai, no Rio Grande do Sul, a qual permitiu o desenvolvimento extraordinário que o tropeirismo atingiu na segunda metade do século XIX. Esse capítulo encerra com um estudo sobre os primeiros povoadores do Planalto Médio do Rio Grande do Sul.

## CAPÍTULO I

### PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA E DO POVOAMENTO DO BRASIL MERIDIONAL

(séculos XVI - XVII)

1. Ocupação e Povoamento do Litoral: A Fundação de São Vicente
2. Ocupação e Povoamento do Planalto: A Fundação de São Paulo de Piratininga
3. Povoadores da Capitania de São Vicente

## CAPÍTULO I

PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA E DO POVOAMENTO  
DO BRASIL MERIDIONAL  
(séculos XVI - XVII)

Um estudo sobre a ocupação inicial do solo paranaense e sobre a origem dos seus primeiros povoadores, não dispensa o conhecimento dos primórdios da formação da Capitania de São Vicente e das principais matrizes do seu povoamento: São Vicente e São Paulo de Piratininga. Dessas duas vilas e das outras que seus povoadores foram fundando, provêm as famílias que formaram os primeiros núcleos efetivos de povoamento no Paraná: Paranaguá e Curitiba.

No litoral paranaense, Paranaguá, vila desde 1648, então o posto mais afastado das conquistas portuguesas nas costas meridionais do Brasil, resultou da migração vicentina.

Também Curitiba, célula fundamental de povoamento dos planaltos paranaenses, teve como primeiros povoadores garimpeiros oriundos da Capitania de São Vicente, que se fixaram nesses planaltos, trazendo suas famílias ou constituindo novos núcleos familiares, desde meados do século XVII.

No litoral e no planalto paulista já existia um escasso povoamento de europeus, moradores nessa região, antes mesmo da vinda de Martim Afonso de Sousa para o Brasil, em fins de 1530.

Martim Afonso efetivou a posse desse território, cumprindo as ordens do rei de Portugal, dom João III, distribuindo sesmarias e aí deixando alguns portugueses que trouxera na sua armada. Outros vieram após, trazendo mulher e filhos de Portugal ou aí constituindo novas famílias, inclusive com naturais da terra. Assim se foi povoando a Capitania de São Vicente, da qual Martim Afonso se tornou donatário em 1534. Até os fins do século XVII várias vilas foram fundadas por seus povoadores, estendendo-se a migração vicentina para o interior dos sertões e para o longo da costa brasileira, atingindo o extremo sul com o estabelecimento de Laguna, em Santa Catarina, ao redor de 1680.

#### 1. Ocupação e Povoamento do Litoral Vicentino: Fundação de São Vicente

São Vicente foi a primeira povoação que se desenvolveu no litoral paulista e dela se irradiou inicialmente a conquista portuguesa para o sul das costas brasileiras e para o interior do Planalto Meridional do Brasil.

Antes de chegar ao Brasil a armada de Martim Afonso de Sousa, São Vicente já era um porto conhecido, abrigando uma pequena feitoria portuguesa. É o cosmógrafo Alonso de Santa Cruz que descreve esse pequeno povoado, ao qual chamavam de São Vicente. Ele se achava num dos navios de Sebastião Caboto, que em 1530 permaneceu ancorado por mais de um mês defronte à ilha de São Vicente. Era o povoado constituído de dez ou doze casas e de uma torre para a defesa de prováveis ataques de índios, construí-

das na ilha mais ocidental, das duas que Alonso descreveu.<sup>1</sup>

Seria assim que Martim Afonso conheceu São Vicente em 1532, quando aí chegou a 22 de janeiro. Sua armada, composta de cinco embarcações, saiu do Tejo a 3 de dezembro de 1530, tendo durante o ano de 1531 explorado a costa brasileira de norte a sul. O relato dessa empresa foi feito por Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso, seu piloto e imediato, tido como marítimo de fama. Martim Afonso veio a mando do rei de Portugal, D. João III, com a incumbência de assegurar o "achamento" de Pedro Álvares Cabral, de descobrir e explorar novas terras, trazendo o título de capitão-mor da armada, com " ... poder e alçada (...) no crime como no cível ...".<sup>2</sup>

A expedição de Martim Afonso fez o reconhecimento da costa, combateu e apreendeu naus inimigas e tratou da exploração dos sertões do interior, com a intenção de localizar jazidas auríferas, tendo sido mais propriamente uma expedição exploradora que povoadora. Martim Afonso permaneceu em São Vicente até agosto de 1533, onde passou várias cartas de sesmaria, tendo ido pessoalmente conhecer os campos de Piratininga, no planalto. Ao partir para Portugal tornou-se donatário da recém criada Capitania de São Vicente, à qual nunca mais retornou.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> SOUZA, Washington Luiz Pereira de. Na Capitania de São Vicente. São Paulo, Liv. Martins Edit., 1956, p.48-9.

<sup>2</sup> SOUZA, p. 13,19.

<sup>3</sup> SOUZA, p. 24-30, 31, 34.

Essa capitania desenvolveu no litoral uma economia de consumo, com alguns engenhos de açúcar, sem comércio nem exportação, com seus moradores dedicando-se às lavouras, à mineração e à criação de currais, que avançaram para o interior. Evoluiu pobremente, assediada constantemente pela ameaça de invasões nas suas costas e de ataques dos índios.<sup>4</sup>

A fundação de um novo porto em 1539, por Brás Cubas, um dos companheiros que Martim Afonso trouxera na sua armada, estagnou o progresso de São Vicente, onde ficaram somente a administração da Capitania e algumas famílias mais abastadas. Brás Cubas, conseguindo transformar Santos em freguesia, reteve nesse porto os moradores que iam a São Vicente para cumprir suas obrigações religiosas. Com melhores condições para a navegação e para o comércio, cresceu a importância de Santos e a sua população. Foi esse porto elevado a vila, em 1545.<sup>5</sup>

No litoral vicentino fundam Itanhaen, vila desde 1561 e Iguape e Cananéia, cujo povoamento começa ao tempo de Martim Afonso. A ocupação vicentina no litoral, para o sul, evidencia-se com o estabelecimento de Paranaguá, vila em 1648. São Francisco tem o início do seu povoamento em 1658. A fundação de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis, iniciou-se por volta de 1662, com Francisco Dias Velho mas, somente em 1726, Desterro foi elevada a vila. Laguna teve sua fundação definitiva

<sup>4</sup> SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil (1500/1820), 8 ed. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1978, p.150, 215.

<sup>5</sup> POMBO, José Francisco Rocha. História do Brasil, 8 ed., São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1958, p.70-1.

em 1684, quando Domingos Brito Peixoto aí se estabeleceu com sua família.<sup>6</sup>

Os povoadores dessas vilas eram aparentados entre si, descendentes das famílias constituídas na Capitania de São Vicente nas primeiras décadas da sua existência.

## 2. Ocupação e Povoamento do Planalto: Fundação de São Paulo de Piratininga

Os povoadores do planalto, situados a nove léguas do litoral, na região denominada "campos de Piratininga", foram alcançados em 1532 por Martim Afonso de Sousa, onde já residia o português João Ramalho, cercado de enorme parentela, formada com os naturais da terra.<sup>7</sup>

Em 1553 Tomé de Sousa, o primeiro governador geral do Brasil, também aí esteve e relata que "ajuntou" as diversas povoações e fundou a vila de Santo André, deixando como seu capitão, João Ramalho. Santo André foi aclamada a 8 de abril de 1553 por Antonio de Oliveira, capitão-mor do donatário da Capitania de São Vicente, na presença do provedor Braz Cubas. Na ocasião, Tomé de Sousa autorizou os padres da Companhia de Jesus a evangelizar esses campos.<sup>8</sup>

<sup>6</sup> PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: sua história. Florianópolis, Ed. UFSC/ Ed. Lunardelli, 1983, p.111-4; CALIXTO, Benedicto, Capitania de São Vicente e Capitania de Santo Amaro. RIHGSP, 21:101-302, 1924, p.107.

<sup>7</sup> SOUZA, Na Capitania, p.83.

<sup>8</sup> SOUZA, p.62, 69, 88.

Em 1554 os padres jesuítas, sob a orientação do padre Manoel da Nóbrega, fundam nos "campos de serra acima" o colégio de São Paulo, "... que se tornou o centro de todo o movimento de catequese no sul". Foi escolhida para essa fundação uma "paragem nova", "... distante umas três léguas da vila de João Ramalho, e meia légua da aldeia de Piratininga". A missa rezada a 25 de janeiro de 1554, assinala o início da existência de São Paulo de Piratininga.<sup>9</sup> A ação dos padres jesuítas, com a catequese e o aldeamento dos índios catequisados, permitiu que essas comunidades passassem a atuar como linhas defensivas, dificultando o ataque de outros índios.<sup>10</sup>

O estabelecimento de pequenas lavouras e sítios e a pobreza dos colonos, que não tinham posses para adquirir escravos africanos, favoreceram a tendência para a exploração dos sertões, tendo então sido incentivado o apresamento de índios. Esse apresamento, além de atender os trabalhos da lavoura e o transporte de cargas, passou a constituir fonte de renda, com a comercialização dessa mão-de-obra. SIMONSEN, pondera que esse comércio resultava mais em sacrifícios do que lucros, pois a pobreza dos habitantes de São Paulo de Piratininga é evidente nessa época. Mesmo as expedições realizadas pelos paulistas na segunda metade do século XVII, que instigados pela Coroa vão em busca de metais e pedras preciosas, não trouxeram a almejada prosperidade para São Paulo.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> POMBO, História, p.85-6.

<sup>10</sup> SIMONSEN, História, p. 207.

<sup>11</sup> SIMONSEN, p. 208, 210, 214.

Só a descoberta de minas de ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, veio modificar essa situação de pobreza, apesar de ter provocado o despovoamento de São Paulo e o abandono das lavouras. A exploração de sucessivos achados auríferos, além da riqueza que gerou, iniciou o ciclo da criação do gado e do tropeirismo, ante a crescente utilização dos animais para o abastecimento da população ou para o transporte em geral. São Paulo sai da sua situação de isolamento e torna-se o ponto de partida dos caminhos que os paulistas abrem para todas as direções da Capitania de São Paulo, fundada depois de 1709.<sup>12</sup>

### 3. Povoadores da Capitania de São Vicente

Todo esse quadro de pobreza e sacrifício, apresentado na Capitania de São Vicente em quase dois séculos de existência, não impediu o seu povoamento, que foi sempre crescendo, com a afluência de reinos, de habitantes das Ilhas e também de espanhóis, esta numerosa na época em que Portugal esteve sob o domínio da Corôa espanhola (1580-1640). A constituição da maioria das famílias, ficou registrada em copiosa documentação. São inventários, testamentos, "autos de genere", cartas de sesmarias, correspondência, registros paroquiais e vereanças das Câmaras. É frei Gaspar da Madre de Deus que escreve:

*... atraídos pela fertilidade do País e pelas minas de ouro que se foram descobrindo, compõe-se a nobreza destas Capitânicas, a qual se conservou pura e muito respeitada até pouco depois do descobrimento das Minas Gerais, principalmente em São Paulo e Vilas de Serra acima.*<sup>13</sup>

<sup>12</sup> SIMONSEN, p. 220, 237-8.

<sup>13</sup> MADRE DE DEUS, Gaspar da, frei. Memórias para a história da Capitania de São Vicente. São Paulo, Edit. USP/Itatiaia, 1975, p.83.

Povoaram a Capitania os descendentes das famílias Leme, Lara, Velho, Dias, Rodrigues, Pires, Oliveira, Alvarenga, Almeida, Gonçalves, Siqueira, Prado, Ribeiro, Preto, Pais, Arruda Castanho, Mendonça, Proença, Gois, Raposo, Bueno, Baião, Quadros, Bicudo e outros mais, estendendo-se essa descendência nos séculos XVII e XVIII para os planaltos do Brasil Meridional onde participaram da fundação de suas primeiras vilas e povoados.

### Leme

Moradores da ilha da Madeira, descendentes dos Lems da Flandres, os Lemes que vieram para São Vicente têm sua origem em Antão Leme, vindo com Martim Afonso de Sousa em sua armada, em 1531. Pedro Leme, filho de Antão, casado com Luzia Fernandes, em 1550 já se achava em São Vicente com sua filha Leonor Leme e seu genro Brás Esteves.<sup>14</sup>

Brás Esteves e Leonor Leme tiveram cinco filhos: Pedro Leme, casado com Helena do Prado; Mateus Leme casado com Antonia das Chaves, avô de Mateus Martins Leme, o povoador de Curitiba; Aleixo Leme, casado com Inês Dias, irmã de Antonia das Chaves; Brás Esteves Leme, solteiro e Lucrecia Leme, que casou com seu tio Fernando Dias Pais, natural de Portugal.<sup>15</sup> Deste último casal descende o "governador das esmeraldas", Fernão Dias Pais.

<sup>14</sup> LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia paulistana. São Paulo, Duprat, 1903-5, v.2, p.179-182; TAQUES, Pedro. Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica. 5 ed. São Paulo, Edit. Itatiaia/USP, 1980, v.3, p.10.

<sup>15</sup> TAQUES, p.12, 41, 44, 50, 52.

A numerosa descendência de Leonor Leme e Brás Esteves é citada em muitos documentos da história de São Paulo. Seus descendentes figuram entre os moradores de Paranaguá, Curitiba e outras vilas do sul.

### Prado

João do Prado, natural de Olivença (Portugal), veio para São Vicente em 1531 com a armada de Martim Afonso de Sousa. Aí casou com Felipa Vicente, filha de Pedro Vicente e Maria de Faria, donde passou para São Paulo. Ocupou vários cargos na governança dessa vila e teve onze filhos, naturais de São Vicente. Deles, Isabel do Prado foi casada com Pascoal Leite Furtado; Helena do Prado, casada com Pedro Leme; Catarina do Prado, casada com João Gago da Cunha; Felipa Vicente do Prado, casada com Antonio Ferreira de Avelar e Maria do Prado, casada com Miguel de Almeida Miranda,<sup>16</sup> todos com descendentes citados neste trabalho.

Pedro Leme, que casou com Helena do Prado, era filho de Leonor Leme e Brás Esteves, os quais tiveram, entre outros filhos, Lucrecia Leme, casada com Francisco Rodrigues da Guerra (de Portugal).<sup>17</sup> Este casal teve Ana da Guerra Prado, que casou com Domingos Brito Peixoto, o fundador de Laguna (SC).<sup>18</sup> São seus descendentes os Brito Peixoto e os Pinto Bandeira de Laguna e do Rio Grande do Sul e também os Ferreira Matoso, Morais Cordeiro e Freitas Trancoso de Paranaguá.

<sup>16</sup> TAQUES, Nobiliarquia, v.2, p.1-3.

<sup>17</sup> TAQUES, v.3, p.12. Ver Capítulo II, p.45-6 deste trabalho.

<sup>18</sup> TAQUES, v.1, p.156-7.

De Catarina do Prado é neto Baltasar da Costa Veiga, ancestral dos Rocha Loures de Curitiba, Manoel da Cunha Gago, casou com a neta de Maria do Prado. Deles descendem os Teixeira de Azevedo de Paranaguá.

De Isabel do Prado descende Miguel Pedroso Leite, que se distinguiu nas Guerras do Sul.<sup>20</sup>

### Pires

João Pires, natural do Porto, Portugal e seu primo Jorge Pires, chegaram ao Brasil, com Martim Afonso de Sousa. João Pires foi o primeiro juiz ordinário da vila de Santo André da Bor-da do Campo, onde mais tarde fixou residência seu filho Salva-dor (natural do Porto), casado com Maria Rodrigues, que veio do Porto para São Vicente com seus pais Garcia Rodrigues e Isa-bel Velha. Salvador e Maria Rodrigues tiveram Manoel Pires e Salvador Pires. Manoel casou com Maria Bicudo e Salvador, com Mêssia Fernandes, filha do português Antonio Fernandes, casado com a neta do cacique Piqueropi. Salvador e Mêssia Fernandes ti-veram Maria Pires, que casou em 1590 com Bartolomeu Bueno da Ribeira.<sup>21</sup> Vários descendentes deste casal passaram a residir em Curitiba.

<sup>19</sup> NEGRÃO, Francisco. Genealogia paranaense, Impressora Paranaen-se, 1926-1950, v.4, p. 210-17; TAQUES, v.2, p.16-8.

<sup>20</sup> TAQUES, Nobiliarquia, v.2, p.9. Ver Capítulo V, p.169, deste tra-balho.

<sup>21</sup> TAQUES, v.2, p. 71-3.

## Bueno da Ribeira

Bartolomeu Bueno da Ribeira, natural da cidade de Sevilha (Castela), veio para São Paulo em 1571, onde casou com Maria Pires e serviu na governança de São Paulo, sendo em 1622 juiz ordinário de órfãos. Teve sete filhos todos nascidos em São Paulo: Amador ou Amadeu, Francisco, Bartolomeu, Hierônimo, Maria, Més-sia e Isabel da Ribeira.<sup>22</sup>

Amador Bueno, casado com Bernarda Luís, foi o primeiro ouvidor da Capitania de São Vicente e capitão-mor governador de São Paulo. De seus filhos e netos descendem os Rocha Loures, Bueno e Teixeira de Azevedo do Paranã. Amador Bueno e Bernarda Luís, tiveram 7 filhos, todos nascidos em São Paulo.<sup>23</sup>

## Preto

Antonio Preto veio para São Vicente em meados do século XVI, tendo depois voltado para Portugal, donde trouxe sua mulher e os seguintes filhos:

1. João Preto
2. José, casado com Catarina Dias
3. Sebastião, casado com Maria Gonçalves Martins
4. Manuel, casado com Agueda Rodrigues
5. Inocência, casado com Maria Moreira

<sup>22</sup> TAQUES, v.1, p.75.

<sup>23</sup> TAQUES, v.1, p.75-9.

6. Domingas Antunes, casada com Gaspar Fernandes.<sup>24</sup>

Inocência Preto, casado com Maria Moreira, ouvidor da capitania de São Vicente, teve Sebastião Preto Moreira, que casou com Mariana Bueno, filha de Amadeu Bueno. Desse casal descendem os Bueno de Curitiba.<sup>25</sup>

Domingas Antunes, casada com Gaspar Fernandes teve Inocência Fernandes Preto (o velho) que casou com Catarina Cortes, origem dos Siqueira Cortes de Curitiba. Também filha de Domingas, foi Maria Lucas, casada com Bartolomeu Rodrigues em São Paulo, avós de Isabel Antunes, mulher de Baltasar Carrasco dos Reis, povoadores de Curitiba.<sup>26</sup>

#### Ribeiro Baião Parente

Estevão Ribeiro Baião Parente, natural de Beja, Portugal, falecido em São Paulo, em 1647, veio para São Vicente por volta de 1600, trazendo sua mulher Madalena Fernandes Feijó de Madureira (do Porto) e os seguintes filhos:

1. Ana Ribeiro
2. Cecília Ribeiro
3. Leonor Pedrosa
4. Pantaleão Ribeiro
5. Estevão Ribeiro Baião Parente, o moço
6. Ascenço Ribeiro.<sup>27</sup>

<sup>24</sup> TAQUES, v.1, p.108; LEME, Genealogia, v.8-9, p.269.

<sup>25</sup> LEME, v.8-9, p.283; TAQUES, v.1, p.100-5.

<sup>26</sup> LEME, p.223-6.

<sup>27</sup> TAQUES, Genealogia, v.2, p.147.

Ana Ribeiro casou em São Vicente com Antonio Rodrigues de Alvarenga, vindo na armada de Martim Afonso, os quais depois passaram a residir em São Paulo. A filha deste casal, Maria Rodrigues de Alvarenga, casou com Manoel Morato Coelho, de quem descendem os filhos de Manoel de Lemos Conde, em Paranaguá.<sup>28</sup>

Cecília Ribeiro casou com Bernardo de Quadros, natural de Sevilha, atuando como juiz de órfãos em São Paulo, em 1599. De Bartolomeu, primeiro filho deste casal, descendem os Taques, São Arruda, Quadros e Melo Rego, moradores nos Campos Gerais de Curitiba, em meados do século XVIII.<sup>29</sup>

Leonor Pedrosa casou com Pedro de Moraes Anta, cuja neta, Maria de Lara, casou com Lourenço Castanho Taques. Deste casal descendem Lourenço Castanho Taques, o moço e Pedro Taques de Almeida.<sup>30</sup>

Estevão Ribeiro Baião Parente, o moço, casou com Maria Duarte e tiveram descendentes seus residindo em Curitiba, onde se uniram aos descendentes de Mateus Leme e Baltasar Carrasco dos Reis, povoadores de Curitiba, em meados do século XVII. Desses descendem Maria de Almeida e Margarida da Silva, casadas em Curitiba com os irmãos Lourenço Castanho de Araújo e Inácio Taques de Almeida, filhos de Lourenço Castanho Taques, o moço. Estevão Ribeiro Baião, irmão de Maria e Margarida, em 1769 distinguiu-se na Expedição do Tibagi, comandada por Afonso Botelho.<sup>31</sup>

<sup>28</sup> TAQUES, v.1, p.253-4; v.3, p.282.

<sup>29</sup> LEME, Genealogia, v.4, p.520.

<sup>30</sup> TAQUES, Nobiliarquia, v.1, p.251.

<sup>31</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p.286. LEME, Genealogia, v.4, p.234-6.

## Taques

Francisco Taques Pompeu, natural de Brabante (Flandes), casou em Portugal com Inês Rodrigues de cujo casamento nasceram Francisca Taques (sem geração) e Pedro Taques. Este veio para a Bahia em 1591, mas já morava em São Paulo em 1599, onde casou com Ana de Proença, natural de São Paulo, filha de Antonio de Proença e Maria Castanho de Almeida. Maria Castanho de Almeida era filha de Antonio Rodrigues de Almeida, que veio na armada de Martim Afonso de Souza, em 1531, povoar São Vicente. Tendo voltado depois à Portugal, trouxe sua mulher Maria Castanho e sua filha Maria Castanho de Almeida, casada com Antonio de Proença, em Santos, em 1565.<sup>32</sup>

Dos filhos de Pedro Taques e Ana de Proença, **Guilherme Pompeu de Almeida**, casou em 1639 com Maria Pedroso de Lima; **Lourenço Castanho Taques**, casou em São Paulo com Maria de Lara e **Mariana Pompeu Taques**, casou em São Paulo, em 1635, com Manoel Goes Raposo, filho de Antonio Raposo e Isabel de Goes, naturais de Portugal. Esses Taques têm descendentes nos povoadores de Curitiba, dos Campos Gerais e de Lages, no século XVIII.<sup>33</sup>

## Quadros

Bernardo de Quadros, natural de Sevilha, juiz de órfãos em 1599 em São Paulo, casou com Cecília Ribeiro, filha de Es-

<sup>32</sup> TAQUES, v.1, p.111-3; 219,222-3.

<sup>33</sup> TAQUES, v.1, p.115-6, 124, 212. Ver Capítulo III, p.71 e Capítulo IV, p.136-41.

tevão Ribeiro de Baião Parente e de Madalena Feijó de Madureira. Dos seus filhos, **Bartolomeu de Quadros** casou em 1635 com Isabel Bicudo de Mendonça, filha de Manuel Pires e Maria Bicudo. De Bartolomeu e Isabel, suas filhas Maria de Quadros, Isabel de Quadros e Ana de Quadros, casaram respectivamente com os irmãos Francisco de Arruda e Sá, André Sampaio e Arruda e Sebastião de Arruda Botelho, que vieram da ilha de São Miguel para São Paulo.<sup>34</sup>

De Maria de Quadros, Isabel de Quadros e Baltazar de Quadros, filhos de Bartolomeu e Isabel, descendem os Melo Rego, Sá Arruda, Taques de Almeida e Quadros, povoadores dos Campos Gerais em meados do século XVIII. Desses Quadros descendem os Quadros, do Planalto Médio do Rio Grande do Sul.

<sup>34</sup>

LEME, Genealogia, v.4., p.508-37. Ver Capítulo IV "Povoadores dos Campos Gerais de Curitiba", p.105, neste trabalho.

## CAPÍTULO II

### A OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE CURITIBA

(De meados do século XVII ao início do século XVIII)

1. Os Campos de Curitiba. Arraiais e Currais.  
A Fundação de Curitiba
2. A Expansão dos Currais. Os Caminhos
3. Povoadores e Sesmeiros de Paranaguã e dos  
Campos de Curitiba

## CAPÍTULO II

## A OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE CURITIBA

(De meados do século XVII ao início do século XVIII)

No litoral paranaense ergueu-se em 1648 a vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, que ficava distante de Cananeia 14 léguas, conforme a Carta-Régia de 29 de julho de 1648, a qual autorizou Gabriel de Lara a realizar a eleição para governança da terra.<sup>1</sup> Paranaguá é então o posto mais avançado das conquistas portuguesas nas costas meridionais do Brasil.

Os vicentinos já teriam começado a ocupação de terras no litoral parnanguara, quando afluem para essas paragens os primeiros mineradores. Gabriel de Lara, povoador desde 1640, em 1646 manifestava oficialmente a descoberta de ouro em Paranaguá, iniciando "... o ciclo da mineração no Paraná e até mesmo na Colônia".<sup>2</sup>

A vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá estava situada em território contestado pelos herdeiros de Pero Lopes de Sousa, que durante várias gerações reclamaram seus respectivos direitos. Em 1660, dom Luís Alvares de Castro e Sousa, marquês de Cascais,<sup>3</sup> um desses herdeiros, criou a Capitania de Paranaguá que se estendia por 40 léguas para o sul da barra de Paranaguá. Ele nomeou como seu lugar-tenente e procurador o capitão Gabriel de Lara. A Capitania de Paranaguá estava subordinada ao Governo Geral do Rio de Janeiro.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> NEGRÃO, Francisco. Genealogia paranaense. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1926-1950, v.1, p.51-2.

<sup>2</sup> MARTINS, Romário. História do Paraná, 3ª ed. Curitiba, Ed. Guaíra, s.d., p.181,202.

<sup>3</sup> CALIXTO, Benedito. Capitánias paulistas. In: RIHGSP, 21:101-302, 1924, p.113.

<sup>4</sup> MARTINS, História, p.168-9; MADRE DE DEUS, Frei Gaspar de. Memórias para a História da capitania de São Vicente. São Paulo, Ed. Itatiaia/

Na qualidade de "capitão-mor, procurador e sesmeiro", Gabriel de Lara passou numerosas cartas de sesmaria na nova capitania. Na povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, localizada no planalto, onde uma diminuta população dedicava-se à mineração e à criação do gado, ele concedeu uma sesmaria a Mateus Martins Leme, em 1668 e levantou no mesmo ano o pelourinho. A 29 de março de 1693, foi realizada a eleição para a justiça e a administração, organizando-se politicamente a vila de Curitiba, então vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.<sup>5</sup>

Com a proliferação dos currais nos Campos de Curitiba, iniciava-se a remessa de gado para São Paulo,<sup>6</sup> por caminhos que mais tarde serão incorporados à rota do tropeirismo.

Quando as minas de Paranaguá e dos Campos de Curitiba foram abandonadas pelas novas descobertas de ouro de Minas Gerais, Cuiabá e Mato Grosso, já estavam estabelecidas em Paranaguá e Curitiba as células fundamentais de povoamento do Paraná. Conservaram-se nessas duas vilas as famílias mais antigas, as detentoras de cargos de destaque ou de fazendas nos planaltos e ainda outras que empobrecendo aos poucos, chegaram a humildes condições, constituindo a origem de muitas das famílias caboclas ainda hoje existentes no Paraná.

#### 1. Os Campos de Curitiba, Arraiais e Currais. A Fundação de Curitiba.

Os Campos de Curitiba eram primitivamente denominados de

<sup>5</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p.59-63; BAMC, v.1, p.2; MARTINS, História, p. 209. Ver Figura 1.

<sup>6</sup> MARCONDES, Moysés. Documentos para a História do Paraná. Rio de Janeiro, Tip. do Anuario do Brasil, 1923, p.19.



"Distrito" ou "Sertão" de Paranaguã, região que localizavam genericamente "ao poente da serra do Mar".<sup>7</sup>

O "clássico caminho do Peabirú", uma das rotas dos bandeirantes paulistas, depois de passar em território paulista pelo "Campo da Faxina" (Itapeva) e do Apiaí, penetrava no primeiro planalto paranaense pelo vale do Assunguí (Ribeira). Daí seguia para o Alto-Tibagi, Ivaí, serra da Esperança, vale do Piquiri, até alcançar o rio Paranã.<sup>8</sup> Por essa rota, os paulistas vindos de São Paulo de Piratininga, no século XVII, teriam ingressado no território paranaense para minerar na região de Assungui e assim alcançado os Campos de Curitiba. Partindo do litoral paulista (Iguape), também se chegava a essa região, pelo vale do Ribeira. Ficaram famosas as lavras do Itaimbê, já conhecidas oficialmente desde 1645, onde esteve em 1679 dom Rodrigo de Castello Branco, provedor e administrador geral das Minas da Repartição do Sul. Essas minas eram conhecidas como "Minas de Curitiba". Sobre elas Pedro TAQUES informa, que ao tempo da partida de dom Rodrigo para Curitiba,

*... estavam descobertas as minas de Nossa Senhora da Graça do Itaimbê pelo Paulista João de Araújo, e as do Ribeiro de Nossa Senhora da Conceição, e as de Peruna nos Campos de Curitiba pelo Paulista o Capitão-Mor Manoel Gabriel de Lara, e as Minas que descobriu o Paulista Salvador Jorge Velho, todas no fim do ano de mil seiscentos (...) e setenta e oito...*

<sup>7</sup> MOREIRA, Júlio. Caminhos das comarcas de Curitiba e Paranaguã. Curitiba, Imprensa Oficial do Paranã, 1975, p.266, 547.

<sup>8</sup> MOREIRA, p.893; MARTINS, História, p.88.

<sup>9</sup> TAQUES, Pedro. Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da Capitania. São Paulo, Edit. Itatiaia/USP, 1980, p.73.

Também pelo litoral paranaense, os garimpeiros foram subindo o leito dos rios que desaguam na baía de Paranaguá e, transpondo a serra do Mar, chegaram aos Campos de Curitiba. No rio Cubatão, hoje chamado Nhundiaquara (município de Morretes), já estavam cadastradas, em 1653, 11 jazidas auríferas.<sup>10</sup>

Além das lavras do Assunguí, localizadas a noroeste de Curitiba, outras houveram para sudeste, onde já mineirava Antonio Bueno da Veiga, em 1684. Ele foi o primeiro morador dos Campos de Miringuava, que lhe foram concedidos em sesmaria somente em 1719, os quais ele deixou para o seu filho Antonio Bueno da Rocha.<sup>11</sup> Para a Borda do Campo, a leste, existiu o Arraial Queimado, um dos primeiros arraiais dos Campos de Curitiba.<sup>12</sup> A mando do dom Rodrigo de Castelo Branco, em 1679, deslocaram-se para o "Sertão de Curitiba", os paulistas "... Luiz de Gois, Antonio Roiz [Luis], Tigre, Guimarães Dias [Guilherme Dias Cortes], Manoel de Gois, Antonio Dias e o capitão Agostinho de Figueiredo no descobrimento de ribeiros de ouro de lavagem".<sup>13</sup> O termo "sertão" indicava região desconhecida e despovoada. O Sertão de Curitiba abrangia a margem esquerda do rio Iguaçu e prolongava-se para o sul e sudoeste, até as margens do rio Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Muitos dos mineradores que atuaram nessas regiões, vieram a ser os primeiros moradores efetivos do primeiro planalto paranaense. Essas lavras foram exploradas até meados do século XVIII. Mas grande parte deles já as haviam abandonado no come-

<sup>10</sup> MARTINS, História, p.180.

<sup>11</sup> MOREIRA, Caminhos, p.548.

<sup>12</sup> MOREIRA, 261-5.

<sup>13</sup> TAQUES, Notícia, p.79. Seriam Antonio Luis Tigre e Guilherme Dias Cortes.

res, genro de Baltasar, declara estar "... povoando os Campos de Curitiba com sua mulher e filhos e não tendo terras para lavrar e agasalhar seu gado tanto vacuum como cavalari".<sup>16</sup>

Essas petições de sesmarias, evidenciam que desde o início do seu povoamento, os Campos de Curitiba abrigavam currais, além dos arraiais onde se minerava.

Em 1668 Baltasar Carrasco dos Reis, Mateus Martins Leme e os demais moradores, solicitaram ao capitão-mor e ouvidor de Paranaguá, Gabriel de Lara, a instituição da vila, quando este foi tomar posse da povoação de serra acima. Na ocasião levantou-se o pelourinho, símbolo da justiça, mas não foi eleita nenhuma autoridade nem constituída a Câmara. Como representante de Gabriel de Lara, ficou Mateus Martins Leme, o "capitão-povoador".<sup>17</sup>

Estendeu-se a povoação e várias sesmarias foram entregues de 1668 a 1686 aos moradores. Entre eles são citados Mateus Martins Leme, Luis de Gois, Domingos Rodrigues da Cunha ou Velho, seus filhos Luis e Garcia Rodrigues Velho, Pascoal Leite Fernandes, Manoel Picão de Carvalho, Manoel Soares, José Martins Leme e Guilherme Dias Cortes.<sup>18</sup>

Esses primeiros povoadores passaram a constituir uma numerosa família, com os vários casamentos ocorridos entre seus filhos e netos.

Em 1693 os moradores dos 90 "fogos" existentes na localidade, requereram ao capitão-povoador Mateus Leme a criação da

<sup>16</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p.61-2, 154.

<sup>17</sup> BAMC, v.1, p.1-3.

<sup>18</sup> RITTER, Marina Lourdes. As sesmarias do Paraná no século XVIII. Curitiba, Ed. do IHGEP, Edit. Litero-técnica, 1980, p.132.

"justiça" e da Câmara. Já com a autorização do capitão-mor de Paranaguá, Francisco da Silva Magalhães, Mateus Leme concordou e a 29 de março de 1693 juntou-se o povo na capela de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, para eleger seus representantes. Foram nomeados, para juizes, Antonio da Costa Veloso e Manoel Soares; para vereadores, Garcia Rodrigues Velho, o capitão José Pereira Quevedo e Antonio dos Reis Cavaleiro; para procurador do Conselho, o capitão Aleixo Leme Cabral e para escrivão da Câmara, João Rodrigues Seixas.

Assinaram, confirmando sua presença, além de Antonio Rodrigues Seixas, os seguintes moradores:

*Matheus Martins Leme, Antonio da Costa Veloso, Antonio Martins Leme, Manuel Soares, Domingos Rodrigues Soares, José Pereira Quevedo, João Leme da Silva, João Pereira de Avellar, André Rodrigues da Silva, Miguel Delgado, Diogo da Costa, Manoel Picam de Carvalho, Manoel da Silva Bayão, Agostinho de Figueiredo, Gaspar Carrasco dos Reis, Nicolau de Miranda Franco, Antonio de Siqueira Leme, João Alvares Martins, Miguel Fernandes de Siqueira, Braz Leme de Siqueira, Francisco de Mello, Jeronimo Roiz Side, Manoel Alvares Pedroso, Manoel Dias Cortes, Antonio Rodrigues Cid, Salvador Rodrigues, Amador Nunes de Bulhões, Salvador Martins, Antonio Luiz Tigre Leme, Paulo da Costa Leme, João Leme, Matheus Martins, Luiz Rodrigues, Antonio do Couto, José Martins Leme, Pedro Gonçalves Martins, Miguel Rodrigues, Caetano Leme Cabral, José Rodrigues Cid, Antonio Reis Cavaleiro, Fructuoso da Costa, João da Siqueira, Gonçalo Pires, Lourenço Pinto, Pedro de Moraes de Monforte, Bertolomeo Nunes, Domingos André, Pedro Rodrigues, Balthazar Carrasco dos Reis, Luiz Leme da Silva, Antonio da Costa, João Velloso da Costa, Garcia Rodrigues, Innocencio de Medina, Roque Fernandes, Vicente de Gões, Plácido*

*de Ramos, Luiz de Siqueira, Antonio Garcia da Costa, Domingos Ribeiro de Abrea, José de Gões, Luiz de Gões João Félix Cavalgante.*<sup>19</sup>

## 2. A Expansão dos Currais. Os caminhos.

A criação do gado nos Campos de Curitiba e o início da sua exportação para São Paulo e outros centros consumidores, antecede à produção das fazendas dos Campos Gerais. É PARDINHO que nos informa que seus currais eram situados nos arredores de Curitiba, em distâncias até sete léguas, de onde o gado era levado desde 1704 pela estrada que ia para São Paulo. Por essa estrada chegava-se à Sorocaba em 20 dias de caminhada.<sup>20</sup>

André João ANTONIL, o padre Andreoni, quando se refere à criação de gado no Brasil, em 1710, escreve que

*As vilas de São Paulo matam a reses que têm em suas fazendas, que não são muito grandes, e sô nos Campos de Curitiba vai crescendo e multiplicando cada vez mais o gado.*<sup>21</sup>

Com o estabelecimento de novos currais e aquisição crescente de sesmarias, o povoamento se expande aos campos contíguos aos primitivos Campos de Curitiba e novôs caminhos se definem.

Ao sul da vila de Curitiba, atravessando o rio Iguaçu, cresce a povoação de São José dos Pinhais, em torno da capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões, edificada em 1690, em antiga zona de mineração. Dessa povoação parte para leste o caminho do Arraial e para sueste, o dos Ambrósios, ambos rumo a regiões litorâneas. O caminho do Arraial levava ao Arraial Grande, antigo

<sup>19</sup> MARTINS, História, p.209-10; BAMC, v.1, p.3-5.

<sup>20</sup> MARCONDES, Documentos, p.19.

<sup>21</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil, 3.ed. São Paulo, Edit. Itatiaia/USP, 1982, p.200.

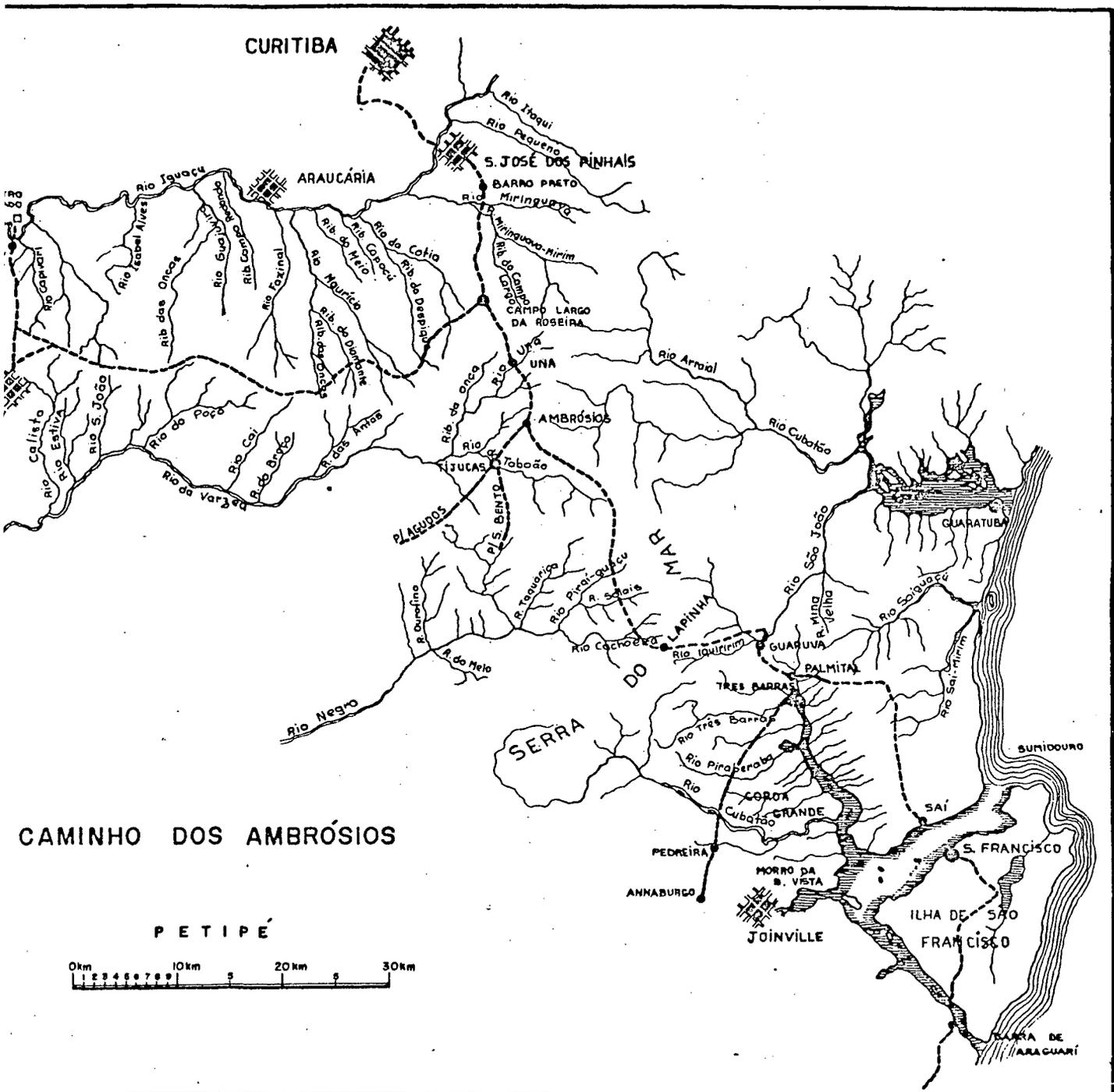


FIGURA 2 - CAMINHO DOS AMBRÓSIOS

Fonte: MOREIRA, Júlio. Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá. Curitiba, Imprensa Oficial, 1975, v.2, p.560, mapa 8.

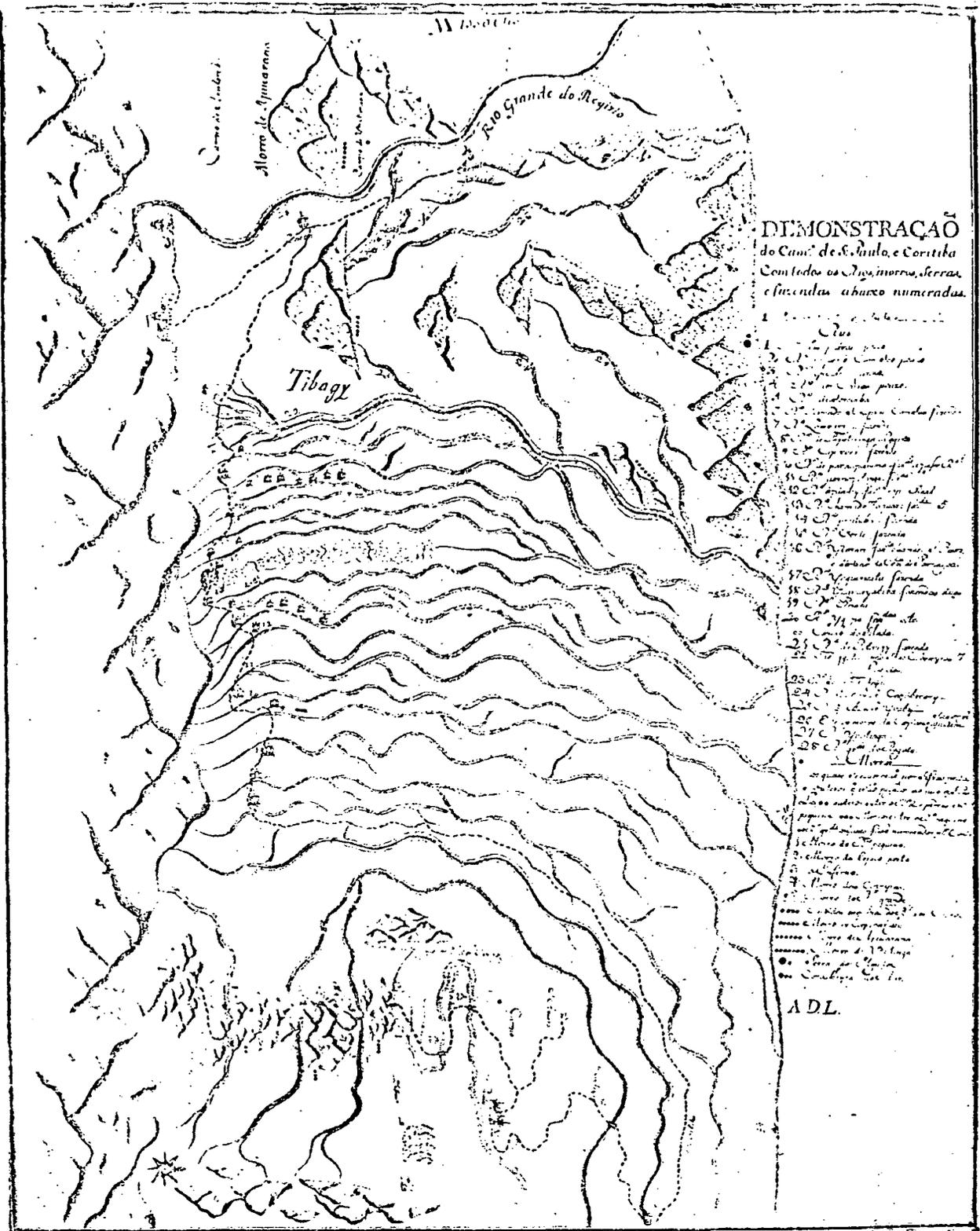
centro de mineração da serra do Mar, em região hoje cortada pela auto-estrada BR 277, que liga Curitiba ao litoral. O caminho dos Ambrósios, dirigia-se ao campo dos Ambrósios, de onde os moradores de Curitiba partiam, para se comunicarem com São Francisco do Sul, em Santa Catarina.<sup>22</sup> Esse caminho é citado pelo ouvidor PARDINHO, quando se refere aos campos "... que ficam por detrás da Serra fronteira a Vila do Rio São Francisco ...", onde um morador pretendia abrir caminho, afim de levar o gado de Curitiba para aquela vila.<sup>23</sup>

Para o oeste da vila de Curitiba, os currais estabelecidos nas redondezas do rio Barigüí estendem-se para a região do Campo Largo até atingir a serra de São Luis do Parunã, limite natural entre os Campos de Curitiba e os "Campos Gerais de Curitiba", estes já no segundo planalto paranaense. Por estes campos passava a estrada que desde 1704 ia para São Paulo, citada pelo ouvidor Pardino. Fazendo uma grande volta pelos Campos Gerais, alcançava os campos paulistas, depois de transpor o rio Itararé.<sup>24</sup> Esse trajeto era bem mais longo que os caminhos que se dirigiam para São Paulo pelo vale da Ribeira, passando por Apiaí, mas era traçado sobre campos, o que facilitava o transporte do gado. Naquela região dos Campos de Curitiba se estabeleceram os primeiros sesmeiros e seus currais, ao tempo de Gabriel de Lara e Mateus Leme. No início do século XVIII, até 1710, novas sesmarias são conseguidas pelo capitão Antonio Luiz Tigre, Manoel Gonçalves de Aguiar, pelo capitão-mor de Paranaguá, João Rodrigues de França e por Manoel do Vale Porto, este um dos pri-

<sup>22</sup> MOREIRA, Caminhos, p.552. Ver Figura 3.

<sup>23</sup> MARCONDES, Documentos, p. 20.

<sup>24</sup> VER Figura 3.



Caminho de São Paulo a Curitiba.

FIGURA 3 - CAMINHO DE SÃO PAULO A CURITIBA.

Fonte: FRANCO, Arthur Martins. Diogo Pinto e a Conquista de Guaruapuava. Curitiba, Tip. João Haupt, 1943, s.p.

meiros povoadores de Antonina.

Na região da Borda do Campo, para leste da vila de Curitiba, a tradição transmitiu estórias da existência de antigas trilhas, as quais mais tarde vieram a constituir o caminho da Graciosa, que ligaria Curitiba a Antonina, esta porto marítimo paranaense. O caminho do Itupava porém, já era usado desde meados do século XVIII. Saindo de Curitiba, chegava na Borda do Campo e daí em diante, transpunha a Serra do Mar, até o Porto de Cima. Deste porto partiam as embarcações que, descendo o rio Cubatão ou Nhundiaquara, alcançavam o litoral.<sup>25</sup> A meio caminho, essa via fluvial passava por outro porto, origem da povoação de Morretes (Porto do Meio).

Para o sul e sudoeste, iniciava o Sertão de Curitiba, palmilhado em parte por Zacarias Dias Cortes, por volta de 1725. Essa região é atravessada pelo rio Iguaçu, no sentido leste-oeste e pelos rios da Várzea e Negro, este já limite dos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

### 3. Povoadores de Paranaguã e Curitiba e os Sesmeiros dos Campos de Curitiba

A importância da Capitania de Paranaguã se evidencia com o aumento da sua população. O estudo de antigas famílias parnanguaras revela suas origens predominantemente em São Paulo, Cananéia, Santos e Iguape e no elemento que constantemente chega do Reino e das Ilhas. São o luso-brasileiro, o mameluco paulista e o português, que formam essas famílias.

<sup>25</sup> MOREIRA, Caminhos, p.829.

Destacaram-se entre os primeiros povoadores de Parana-  
guã, os capitães-mores Gaspar Teixeira de Azevedo, Francisco  
da Silva Magalhães e João Rodrigues de França e também o pro-  
vedor Manoel de Lemos Conde. Seus descendentes se transporta-  
ram para Antonina e Morretes, vilas litorâneas, onde novos nú-  
cleos familiares foram constituídos. Sua descendência alcan-  
çará os planaltos paranaenses, principalmente as atuais cida-  
des paranaenses da Lapa e da Palmeira, já no início do século  
XIX.

Em Curitiba, distinguiram-se entre seus primeiros po-  
voadores, Baltasar Carrasco dos Reis, Mateus Martins Leme, João  
Rodrigues Seixas e Luís de Gois, cujos descendentes se casaram  
entre si, constituindo numerosa parentela. Muitos ocuparam lu-  
gar de relevo na história do Paraná e sua descendência se es-  
tendeu até os dias atuais.

Dos fins do século XVII em diante os povoadores de Pa-  
ranaguã e Curitiba, que têm origens comuns em São Paulo e nas  
suas vilas litorâneas, estreitam seus laços familiares, unin-  
do-se os Lara, Teixeira de Azevedo, Palhano, Cunha Gago, Fa-  
gundes, Cardoso Lima, França, Morais Cordeiro, Matoso, Mo-  
rato, do litoral, aos Leme, Carrasco dos Reis, Gois, Siqueira  
Cortes, Rodrigues Seixas, Dias, Carvalho, Bueno, Andrade e Ri-  
bas, de Curitiba.

#### **Manoel de Lemos Conde e Ana Cordeiro Matoso Morato**

Manoel de Lemos Conde, natural de Portugal, foi vereaa-  
dor e almotacé da Câmara de São Paulo em 1656. Deu conhecimento  
a El-Rey e ao governador-geral, na Bahia, da descoberta de minas em

Paranaguá, em 1674. Seu destino foi trágico. Dom Rodrigo de Castelo Branco, governador-geral das minas, provando a inexistência delas, prendeu-o e sequestrou-lhe os bens. Em São Paulo, na prisão, Lemos Conde se suicida.<sup>26</sup>

Lemos Conde casou com Ana Cordeiro Matoso Morato, filha do bandeirante português Valentim Cordeiro e de Ana Morato. O pai de Ana Morato é o bandeirante Manoel Morato Coelho e sua mãe descende de Antonio Rodrigues de Alvarenga e de Estevão Ribeiro Baião Parente.

Lemos Conde teve:

1. Francisco de Lemos Matoso
2. Antonio Morato
3. Manoel de Lemos Conde (filho)
4. Catarina de Lemos
5. Maria de Lemos Conde.<sup>27</sup>

Sua filha Catarina de Lemos casou com Pedro de Moraes Monfort, que assinou a ata de fundação da vila de Curitiba em 1693. Gaspar Gonçalves de Moraes, filho desse casal, casou com Catarina de Senne, filha de Francisco Ferreira do Vale e Joana Cordeiro Matoso e irmã de Antonio Ferreira Matoso. Catarina e Antonio tinham como antepassados, pela parte paterna, Domingos e Francisco Pinto do Rego, André Cursino Monteiro de Matos, Diogo Pinto do Rego, Domingos Brito Peixoto e Lucrecia Leme (Guerra), esta filha de Pedro Leme e Helena do Prado.<sup>28</sup> Esta é a

<sup>26</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.4, 81,90; MARCONDES, Documentos, p.207.

<sup>27</sup> NEGRÃO, v.4, p.77, 110.

<sup>28</sup> NEGRÃO, v.3, p.136-7; v.1, p.396.

mesma ascendência dos Brito Peixoto e dos Pinto Bandeira de Laguna e do Rio Grande do Sul.

### Gaspar Teixeira de Azevedo

Capitão-mor de Paranaguá de 1789 a 1792, Gaspar Teixeira de Azevedo, nascido em Portugal, teve Domingos Teixeira de Azevedo, do seu primeiro casamento com Maria da Silva, neta do capitão-mor governador Amadeu Bueno. Domingos Teixeira de Azevedo, casou com uma descendente de Brás Esteves e Leonor Leme, Ana de Siqueira de Mendonça, filha de José Tavares da Siqueira e Isabel Maria da Cruz.<sup>29</sup>

Por seu segundo casamento em Paranaguá com Catarina de Ramos, filha de Manoel da Cunha Gago e Antonia Siqueira de Almeida, o capitão-mor de Paranaguá, Gaspar Teixeira de Azevedo teve Maria de Assunção, casada com Anastácio de Freitas Troncoso, que foram os pais de Maria da Conceição. Esta, por seu casamento com Antonio Ferreira Matoso, liga-se aos Morais Cordeiro, aos Matoso e aos Morato.<sup>30</sup>

Aparentado com os Teixeira de Azevedo, Luis Palhano de Azevedo, morador em Paranaguá tem descendentes casados com familiares de Baltasar Carrasco dos Reis, pelas filhas deste, Maria Pais, Isabel Garcia Antunes e Domingas Antunes Cortes.

<sup>29</sup> NEGRÃO, v.4, p.221,226,238-9.

<sup>30</sup> NEGRÃO, p.293, 300.

Domingos Cardoso Lima e Felícia Xavier Barbosa

Domingos Cardoso de Lima, natural de Portugal, sargento-mor da milícia de Paranaguá, falecido em 1781, era casado com Felícia Xavier Barbosa. Foi possuidor de minas de ouro em Morretes tendo conseguido grande fortuna. Teve sete filhos,<sup>31</sup> sendo que sua última filha, Joana Cardoso de Lima, casada com o português Manoel Nunes de Lima, teve numerosa descendência nos Campos Gerais de Curitiba. Este casal casou sua filha Maria Madalena da Silva com o português Manoel Gonçalves Guimarães, abastado proprietário nos Campos Gerais, ligado ao tropeirismo. Das filhas deste último casal, Ana Ubaldina de Guimarães casou com João da Silva Machado, o Barão de Antonina e Francisca de Paula Lima, com Francisco Teixeira de Azevedo, descendente de Baltasar Carrasco dos Reis. Este último casal foi proprietário do Carambeí, nos Campos Gerais.<sup>32</sup> Sua filha Maria do Nascimento casou com Antonio Dias Batista e teve Firmino Teixeira Batista (o coronel Vivida), Francisco Antonio Batista Rosas e Anacleto Dias Batista, que casaram em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Os dois primeiros passaram a residir respectivamente em Palmas e em Ponta Grossa, no Paraná, tendo Anacleto se fixado em Passo Fundo. Bonifácio Dias Batista, irmão dos precedentes, agraciado com o título de barão de Monte Carmelo, residiu em Castro.<sup>33</sup> A principal atividade desses quatro irmãos, foi o tropeirismo.

<sup>31</sup> NEGRÃO, v.3, p.37-8.

<sup>32</sup> NEGRÃO, v.5, p.67,86,94,139.

<sup>33</sup> BEVILAQUA, Olga B. Síntese biográfica do coronel Vivida.

## João Rodrigues de França e Francisca Pinheiro

João Rodrigues de França casou em Paranaguá com Francisca Pinheiro. Sua patente de capitão-mor de Paranaguá foi passada em 1707, tendo ele governado até 1715, quando faleceu. Foi possuidor de muitos bens, com várias fazendas de criação nos Campos Gerais e nos Campos de Curitiba além de minas em Arassatuba, donde tirou muito ouro. Sua fortuna lhe permitiu ordenar seis filhos, um dos quais estudou em Coimbra.<sup>34</sup> Seu inventário foi realizado seis anos após sua morte pelo ouvidor Rafael Pires Pardinho, importando a soma de mais de "...setenta mil cruzados com as colações, e pelo seu embaraço se não atreveram a fazê-lo os juizes ..."<sup>35</sup>

De João Rodrigues de França e de Francisca, descendem Joana Rodrigues de França, casada três vezes, Maria da Ascensão, casada duas vezes, os religiosos Nicolau, Inacio, João, Julio, Lucas e doutor José Rodrigues de França e o sargento-mor Cristóvão Pinheiro Rodrigues de França, que faleceu solteiro.<sup>36</sup>

Joana Rodrigues de França - Casou em primeiras núpcias, com Manoel Gonçalves da Cruz, de quem teve sua única filha, Antonia da Cruz França. Joana casou a segunda vez com Manoel Mendes Pereira e em terceiras núpcias com o ouvidor e corregedor de Paranaguá (de 1730 a 1734) o doutor Antonio dos Santos Soares, natural de Portugal.

<sup>34</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3., p.3,4.

<sup>35</sup> MARCONDES, Documentos, p.24.

<sup>36</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p.4.

Antonia da Cruz França casou com o doutor Manoel dos Santos Soares, natural de Portugal, ouvidor e corregedor de Paranaguá em 1734 e em segundas núpcias, com o sargento-mor Francisco José Monteiro de Castro.<sup>37</sup> Antonia herdou de seus pais e padrastratos seis fazendas nos Campos Gerais (Papagaios, Cancela, Botuquara, Porcos, Cima, Lago e Santa Cruz). Quatro dessas fazendas passaram para o capitão-mor de Paranaguá José Carneiro dos Santos, que era casado com Maria Angélica Gomes França, neta de Maria de Ascensão, tia de Antonia. Esta possuía outros bens em Santos e Paranaguá e sesmarias nos Campos de Curitiba. Faleceu com testamento em 1770, sem descendência.<sup>38</sup>

Maria de Ascensão-Casou em primeiras núpcias com Francisco Rodrigues Godinho e teve Josefa Rodrigues de França, Francisca Pinheiro e Maria Pinheiro. Do seu segundo casamento com André Gonçalves Pinheiro, provedor e capitão-mor de Paranaguá, nasceram Ana Pinheiro, Maria de O'França, Bernarda, Lourença, Isabel, Vitória e Joana e José e João, que se ordenaram.<sup>39</sup>

Josefa Rodrigues de França, filha de Maria de Ascensão, casou com Francisco da Silva Freire, neto de Francisco da Silva Magalhães, capitão-mor de Paranaguá (de 1692 a 1698 ). Deles descende Manoel Antonio Guimarães, o visconde de Nacar, cuja mãe é neta de Gaspar Gonçalves de Moraes.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> NEGRÃO, v.3, p.5,6.

<sup>38</sup> RITTER, Sesmarias, p.178.

<sup>39</sup> NEGRÃO, Genealogia, p.7,8.

<sup>40</sup> NEGRÃO, v.3, p.8,164.

Francisca Pinheiro casou com Domingos Machado e em segundas núpcias com o capitão Veríssimo Gomes da Silva, natural de Portugal. Deste casamento, teve Maria Angélica de França, casada com o capitão mor de Paranaguá, José Carneiro dos Santos (de Portugal). Maria Angélica e José Carneiro dos Santos tiveram Veríssimo Carneiro dos Santos, que casou com Rita Maria do Nascimento (a Rita da Cancela).<sup>41</sup> Eles residiam nos Campos Gerais, onde casaram filhas suas com os Araújo fundadores da Palmeira, de quem descende a baroneza de Tibagi.

Maria de O'França, filha de Maria Ascenção e de André Gonçalves Pinheiro, foi casada com José da Costa Rezende, natural dos Açores.<sup>42</sup> Esse casal são a origem dos Rezende, Lacerda, Braga, Munhoz da Rocha, Araújo França do Paraná, muitos deles naturais da cidade paranaense da Lapa.

Dessas três netas de João Rodrigues de França e Francisca Pinheiro, provêm a sua maior descendência, que se unindo aos descendentes de Gaspar Gonçalves de Moraes, fizeram de Paranaguá o berço das mais tradicionais famílias do Paraná, as quais se estendem depois a Morretes e Antonina, cidades paranaenses do litoral e aos planaltos.

#### Baltasar Carrasco dos Reis e Isabel Antunes

Baltasar Carrasco dos Reis, era filho de Miguel Garcia Carrasco, natural de São Lucas da Cana Verde, de origem espanhola, que veio para São Vicente, onde casou com Margarida Fer-

<sup>41</sup> NEGRÃO, p.372,401,436.

<sup>42</sup> NEGRÃO, p.537.

nandes, filha de Baltasar Gonçalves Malio e Jerônima Fernandes. Baltasar Carrasco dos Reis era bisneto por parte materna de Jerônimo Fernandes e de sua mulher Maria Pais, falecida em 1616, moradores em São Paulo. Natural de São Paulo, casou com Isabel Antunes da Silva na Parnaíba, onde ele era juiz de órfãos. Isabel Antunes descendia de Domingas Antunes, esta filha de Antonio Preto, o qual veio com sua família de Portugal para São Vicente em 1562. Em Curitiba, Baltasar requereu uma sesmaria em 1661, em cuja petição declara visinhar com Mateus Leme. Ambos são citados entre os primeiros povoadores de Curitiba. Baltasar faleceu em 1697, deixando os seguintes filhos:<sup>43</sup>

1. André Fernandes dos Reis, casado com Maria Rodrigues<sup>44</sup>
2. Gaspar Carrasco dos Reis, casado com Ana da Silva Leme, filha de Antonio da Costa Velloso e de Ana Maria da Silva, esta neta do povoador Mateus Leme e de sua mulher Antonia de Gois. Tiveram oito filhos.<sup>45</sup>
3. Belchior Carrasco dos Reis, casado em Sorocaba com Maria Domingues.<sup>46</sup>
4. Margarida Fernandes, casada com Antonio Martins Leme, filho de Mateus Leme, que tiveram seis filhos. Dentre eles, José Martins Leme teve Margarida da Silva, que casou com Inácio Taques de Almeida, povoador dos Campos Gerais de Curitiba e Estevão Ribeiro Baião, que se distinguiu na Expedição do Tibagi, comandada por

<sup>43</sup> NEGRÃO, v.1, p.152-4.

<sup>44</sup> NEGRÃO, p.157.

<sup>45</sup> NEGRÃO, p.157.

<sup>46</sup> NEGRÃO, p.286.

Afonso Botelho.<sup>47</sup>

5. Maria Paes, casada na Parnaíba com Manoel Soares, natural de Portugal, que em 1683 requereu sesmaria em Curitiba, onde havia fixado residência com sua família. Tiveram nove filhos. Dentre eles destacam-se Maria Soares Pais, que casou com Antonio Rôdrigues Seixas, ancestrais de Ana Maria da Conceição, casada com Manoel José de Araújo, fundadores da freguesia da Palmeira; Ana Gonçalves Soares, casada com Francisco Teixeira de Azevedo, filho de Luis Palhano e Maria de Sevanos residentes em Paranaguã; Joana Gracia Soares ou das Neves, casada com Sebastião Soares, de Portugal, da qual descendem as esposas Antonio Rocha Loures e José Ferreira Bueno, padre Francisco das Chagas Limas e Francisco de Paula Gomes que se destacaram na conquista de Guaruapuava. Também filha de Maria Paes e Manoel Soares, foi Isabel Soares, casada com João Ribeiro do Vale, de Portugal, de quem descende Manoel Soares do Vale que se distinguiu nas explorações da Real Expedição de Guaruapuava.<sup>48</sup>

6. Isabel Garcia Antunes, casada com Antonio Rodrigues Cid; tiveram cinco filhos.<sup>49</sup>

7. Maria das Neves ou Garcia dos Reis, que casou com Guilherme Dias Cortes, natural da Parnaíba, falecido em 1714. Tiveram onze filhos e dentre eles Catarina de Senne Dias, casada com João Batista Pereira ou de Oliveira,<sup>50</sup> com vários filhos morando em Castro, ca-

<sup>47</sup> NEGRÃO, p.286.

<sup>48</sup> NEGRÃO, p.308-9,337,411,419,532.

<sup>49</sup> NEGRÃO, p.558.

<sup>50</sup> NEGRÃO, p.580.

dastrados na lista da Ordenança de Curitiba, em 1766, os quais casaram com Quadros, Melo e Sá Arruda. Zacarias Dias Cortes que explorou o Sertão de Curitiba por volta de 1725, descendia desse casal e não teve descendência.

8. Domingas Antunes Cortes, casada em Curitiba em 1685, com José Teixeira de Azevedo, natural de Iguape.<sup>51</sup>

#### Mateus Martins Leme e Antonia de Gois

Mateus Martins Leme era filho de Tomé Martins Bonilha, de ascendência espanhola e de Leonor Leme, esta descendente de Braz Esteves e Leonor Leme, que vieram da ilha da Madeira para São Vicente, em 1550. Mateus Leme casou em São Paulo com Antonia de Gois. Vieram para Curitiba, onde já residiam em 1661. Foi "capitão povoador" de Curitiba, onde faleceu em 1695, tendo presidido em 1693 a fundação dessa vila. Mateus Leme e Antonia de Gois tiveram os seguintes filhos:<sup>52</sup>

1. Antonio Martins Leme, casado em Curitiba com Margarida Fernandes, filha de Baltazar Carrasco dos Reis e Isabel Antunes. O seu filho José Martins Leme casou com Antonia Ribeiro da Silva, descendente de Estevão Ribeiro Baião Parente, povoador de São Paulo por volta de 1600. Tiveram Maria de Almeida e Margarida da Silva, casadas em Curitiba com dois filhos

<sup>51</sup> NEGRÃO, p.595.

<sup>52</sup> NEGRÃO, v.4, p.203-5; v.1, p.154.

- de Lourenço Castanho Taques (o moço) e também Este-  
vão Ribeiro Baião, sertanista que fez parte da expe-  
dição do Tibagi, em 1769.<sup>53</sup>
2. **Mateus Martins Leme**, casado com Isabel Pedroso.<sup>54</sup>
3. **Ana Maria da Silva** ou Ana da Silva Leme, casada com Antonio da Costa Velloso, natural de Portugal, que teve Brás Domingues Velloso. Este casou em primeiras nupcias com Catarina de Melo Coutinho, neta do capitão-mor João Rodrigues de França. Em segundas nupcias casou com Maria Paes de Jesus, bisneta de Baltasar Carrasco dos Reis, com quem residia em Campo Largo em 1766.<sup>55</sup>
4. **Maria Leme da Silva**, casada em Curitiba com o capitão Manoel Picão de Carvalho, neto de Garcia Rodrigues Velho, povoador de Curitiba. Na sua descendência figuram os Rocha Loures e os Dias Batista, povoadores de Guarapuava e Palmas, com descendentes no Rio Grande do Sul.
5. **Salvador Martins Leme**, casado com Isabel Fernandes de Siqueira.<sup>57</sup>

<sup>53</sup> NEGRÃO, v.4, p. 5-6; v.1, p.286; LEME, v.4, p.234-6.

<sup>54</sup> NEGRÃO, p.206.

<sup>55</sup> NEGRÃO, v.4, p.207, v.1, p.419; v.3, p.609.

<sup>56</sup> NEGRÃO, v.4, p.209.

<sup>57</sup> NEGRÃO, v.4, p.219.

## João Rodrigues Seixas e Maria Maciel Barbosa

João Rodrigues Seixas, natural de Portugal, casou com Maria Maciel Barbosa em Cananeia, onde residiam. Aproximadamente em 1670, tiveram Antonio Rodrigues Seixas e depois Isabel Rodrigues Seixas.<sup>58</sup>

Antonio Rodrigues Seixas - Casou em Curitiba com Maria Soares Pais, filha de Manoel Soares e Maria Pais, esta filha de Baltasar Carrasco dos Reis e Isabel Antunes da Silva, povoadores de Curitiba. Antonio Rodrigues Seixas e Maria Soares Pais, tiveram Ines Rodrigues, Juliana Rodrigues, João Rodrigues Seixas e Manoel Rodrigues Seixas.<sup>59</sup>

João Rodrigues Seixas (o moço) e seu irmão Manoel Rodrigues Seixas, casaram respectivamente com Francisca Maciel Sampaio e Isabel Martins Valença, filhas de Joana Maciel Sampaio e Manoel Martins Valença, que eram netas de Gregório Mendes Barbudo (de Portugal) e de Francisca Maciel Sampaio, estes residentes em Cananeia.<sup>60</sup>

Manoel Rodrigues Seixas e Isabel Martins Valença tiveram Maria Soares Rodrigues Pais, que casou com Francisco Monteiro de Araújo, filho de outro de igual nome, natural de Portugal e de Isabel Rodrigues Barbosa. Francisco de Araújo Monteiro e Maria Soares Rodrigues Pais tiveram Ana Maria da Conceição, casada com Manoel José de Araújo,<sup>61</sup> fundadores da cidade

<sup>58</sup>NEGRÃO, v.2, p.91-2.

<sup>59</sup>NEGRÃO, p.92.

<sup>60</sup>NEGRÃO, p.93.

<sup>61</sup>NEGRÃO, p.94-97.

paranaense de Palmeira, origem dos Araújo, Marcondes, Sã, Albuquerque e Camargo da Palmeira. Também tiveram Lourenço Justiniano de Araújo, cujos descendentes foram povoadores de Palmas, no sudoeste paranaense, em meados do século XIX.

Luis de Goes e Maria de Siqueira Cortes

Luis de Gois, que assinou a ata do levantamento do Pelourinho em Curitiba, em novembro de 1668, conseguiu nesse mesmo ano uma sesmaria de terras, passada em Curitiba pelo capitão-mor de Paranaguã, Gabriel de Lara. Luis de Goes casou com Maria de Siqueira Cortes, filha de Inocêncio Fernandes Preto (o moço) e de sua primeira mulher, Maria de Siqueira, naturais de São Paulo e aí residentes. Inocêncio é filho de Inocêncio Fernandes Preto (o velho), casado com Catarina Cortes, que residiam em São Paulo em 1634 e neto de Domingas Antunes, a sexta filha de Antonio Preto, o qual veio de Portugal com sua mulher e seus filhos, para povoar São Paulo de Piratininga, em 1562. Domingas Antunes, casada com Gaspar Fernandes, teve também Maria Lucas, de quem descende Isabel Antunes casada com Baltasar Carrasco dos Reis.

Luis de Goês e Maria de Siqueira Cortes tiveram, naturais de Curitiba, os seguintes filhos:<sup>62</sup>

- 1. **Catarina de Siqueira Cortes**, casada com Antonio Fernandes de Siqueira, que tiveram quinze filhos.<sup>63</sup>
- 2. **Miguel de Goes de Siqueira**, casado com Isabel Leme da Silva, que tiveram doze filhos.<sup>64</sup>

<sup>62</sup> NEGRÃO; v.5, p.228-30. LEME, Genealogia, v.8-9,p.269,363.

<sup>63</sup> NEGRÃO, v.5, p.230.

<sup>64</sup> NEGRÃO, p.237.

3. **Francisco de Siqueira Cortes**, em cujo testamento revelou que era casado com Catarina Mendes Barbudo, filha do português Gregório Mendes Barbudo, que depois ordenou-se e de sua mulher Francisca Maciel Sampaio, vindos da Cananeia para Paranaguá.<sup>65</sup>
4. **Antonio de Siqueira Cortes**, casado com Maria das Neves, teve Pedro de Siqueira Cortes, que se uniu pelo primeiro casamento com Ana Gonçalves Coutinho, aos Rodrigues de França e com seu segundo casamento, com Maria Dias Palhano, aos Palhano de Azevedo de Paranaguá e aos Pais Domingues<sup>66</sup>. De Pedro de Siqueira Cortes e Ana Gonçalves Coutinho, descendem os Siqueira Cortes e Araújo, povoadores da cidade paranaense de Palmas.
5. **Maria Graça de Siqueira**, casada com Inocência Alves.<sup>67</sup>

**Manoel Gonçalves de Aguiar e Maria Pinheiro**

Manoel Gonçalves de Aguiar, sargento-mor comandante da praça de Santos, possuiu sesmarias nos Campos de Curitiba, desde 1706, tendo sido o instituidor do vínculo de Nossa Senhora das Neves, que compreendia várias fazendas. Desde 1711 inspecionava o litoral para a Corôa, tendo explorado as costas de Paranaguá até Laguna.<sup>68</sup> Em seu testamento declarou ser natural de São João da Foz da Barra, do Porto, casado com Maria Pinheira, filha de José Pinheiro e Joana Rodrigues de França e que não

<sup>65</sup> NEGRÃO, v.5, p.241.

<sup>66</sup> NEGRÃO, v.5, p.242.

<sup>67</sup> NEGRÃO, p.267.

<sup>68</sup>RITTER, Sesmarias, p. 131; PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: sua história. Florianópolis, Ed. UFSC/Lunardelli, 1983, p. 205.

tiveram descendência.<sup>69</sup>

### João Pereira Braga e Josefa Gonçalves da Silva

João Pereira Braga, sobrinho de Manoel Gonçalves de Aguiar, foi por este chamado de Portugal para o Brasil, por volta de 1710. Era casado com Josefa Gonçalves da Silva, ambos naturais de Portugal. Este casal se estabeleceu com seus filhos na fazenda do Carlos e originou enorme descendência.<sup>70</sup> Deles descendem os Santos Pacheco, Pacheco de Lima, Santos Lima, Pereira da Silva, Resende, França, Correia de Lacerda, Moura, Ferreira Bueno, com expressiva ligação com a família Rodrigues de França do litoral, muitos dos quais foram povoar Cruz Alta e outras vilas dessa região serrana do Rio Grande do Sul. Os descendentes de João Pereira Braga eram moradores da vila do Príncipe, hoje conhecida como a cidade paranaense da Lapa. O coronel David dos Santos Pacheco, barão dos Campos Gerais, era bisneto de João Pereira Braga. Foram seus filhos:

1. Maria Pereira da Silva, casada com José dos Santos Pacheco Lima (Port.)
2. Padre João da Silva Reis
3. Tenente Domingos Pereira da Silva, casado com Casemira da Costa França, descendente do capitão mor de Paranaguá, João Rodrigues de França.
4. Ana Pereira da Silva, casada em primeiras núpcias com Manoel Correa e em segundas com Francisco Gonçalves Dias Serra.
5. Inacia Maria Pereira da Silva, casada com João Gonçalves Barreiros (Port.)
6. Joana Pereira da Silva, casada com Manoel Simões (Port.)

<sup>69</sup> PRIMEIRO Tabelionato de Notas de Curitiba, Escrituras, liv. 24, fl.26.

<sup>70</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.4, p.398-9, 441, 476, 549, 554.

### CAPÍTULO III

#### A EXPANSÃO PARA OS CAMPOS GERAIS DE CURITIBA

(1.<sup>a</sup> primeira metade do século XVIII)

1. Os Caminhos. A Estrada do Viamão. O Registro de Curitiba
2. As Fazendas. O Tropeirismo. As Guerras do Sul
3. Sesmeiros dos Campos Gerais de Curitiba

CAPÍTULO III

A EXPANSÃO PARA OS CAMPOS GERAIS DE CURITIBA

(1.<sup>a</sup> metade do século XVIII)

A importância da vila de São Paulo de Piratininga se evidencia quando passa a ser cabeça de comarca da Capitania de São Vicente. Seu capitão-mor governador, o paulista José de Gois e Moraes propõe em 1709 ao marquês de Cascais, Luis Alvares de Castro e Sousa, a compra de parte das terras das quais este era donatário, constituída, conforme MADRE DE DEUS, de "... 50 legoas de costa (...) 40 delas que começam 12 legoas ao Sul de Cananea, e acabão na terra de Santa Anna..." Ao saber da transação, dom João V, rei de Portugal, incorporou este território ao patrimônio da Coroa, o qual passa a fazer parte da recém criada Capitania de São Paulo.<sup>1</sup>

Em 1711, São Paulo de Piratininga, sede da Capitania, foi elevada a categoria de cidade. Ficaram incorporados à nova capitania, os territórios de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul.<sup>2</sup>

O ouvidor e corregedor da Capitania de São Paulo, Rafael Pires Pardiniho, vindo da correição das "vilas do rio São Francisco, Ilha de Santa Catarina e a de Santo Antonio de Laguna", chegou a Curitiba em 1720,<sup>3</sup> onde elaborou seus Provimentos, que foram registrados pela Câmara desta vila, em 4 de fevereiro de

<sup>1</sup> MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. Memória para a História da Capitania de S. Vicente. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia/USP, 1975. p.217.

<sup>2</sup> SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil (1500/1820), 8 ed. São Paulo, Cia Edit. Nacional, 1978, p.229.

<sup>3</sup> MARCONDES, Moysés. Documentos para a História do Paraná. Rio de Janeiro, Tip. do Anuario do Brasil, 1923, p.18-22.

1721. No Provimento número 12, estabeleceu que do rio Itararé para a "gente do Sul, com o mais" que ficasse da serra acima e sertões, a Câmara de Curitiba deveria exercer sua jurisdição.<sup>4</sup>

Em Paranaguá seus Provimentos foram registrados a 29 de julho de 1721. No Provimento número 19, passava a ser termo da vila de Curitiba tudo o que ficasse do "pico da serra de Paranapiacaba" para dentro e sertão. O que ficasse "para baixo e costa do mar" seria termo da vila de Paranaguá.<sup>5</sup>

A Carta-Régia de 17 de junho de 1723 criou a ouvidoria de Paranaguá, com sede nesta vila. Em 10 de fevereiro de 1725 foi feita a divisão das ouvidorias de Paranaguá e de São Paulo. Paranaguá é então a sede da 2.<sup>a</sup> Comarca da Capitania de São Paulo, que passa a ser chamada de Comarca de Paranaguá.<sup>6</sup>

No século XVIII a 2.<sup>a</sup> Comarca da Capitania de São Paulo, hoje território paranaense, fica dependente de acontecimentos que vão condicionar totalmente o seu desenvolvimento e o seu povoamento. São eles as Guerras do Sul, relacionadas com a Colônia do Sacramento (1680 a 1777), a abertura da Estrada do Viamão, que ligava o Continente de São Pedro a São Paulo e o tropeirismo. A abertura da Estrada do Viamão, além de servir aos interesses econômicos, com o advento do tropeirismo, atende objetivos estratégicos e políticos, propiciando a ligação de São Paulo com o continente de São Pedro e o povoamento e posse do interior dessa região do Brasil Meridional. Da construção dessa estrada também participaram os moradores da 2.<sup>a</sup> Comarca de Paranaguá.

<sup>4</sup> BAMC, v.1, p.13.

<sup>5</sup> MARCONDES, Documentos, p.38

<sup>6</sup> NEGRÃO, Francisco. Genealogia paranaense. Curitiba, Impressora Paranaense, 1926-1950, v.1, p.144; MARTINS, Romário, História do Paraná, 3 ed. Curitiba, Edit. Guaira, s.d., p.17.

A concessão de novas sesmarias no início do século XVIII, promove a ocupação dos campos do primeiro e segundo planaltos paranaenses e o estabelecimento de várias fazendas, onde se desenvolve a pecuária. Os "pousos" de tropeiros, situados ao longo dos caminhos, darão origem a povoações.

A Capitania de São Paulo em 1745, passa a comarca do Rio de Janeiro, permanecendo nessa subordinação até 1765. Restaurada sua autonomia, vai ser então governada por dom Luis Antonio e Sousa Botelho Mourão, o morgado de Mateus.

1. Os Caminhos. A Estrada do Viamão. O Registro de Curitiba

A estrada de Curitiba para São Paulo, ligando os Campos de Curitiba e os Campos Gerais dos primeiro e segundo planaltos paranaenses, já era usada desde o início do século XVIII. Para o litoral, os caminhos já estavam abertos, apesar de serem precários.

Por volta de 1725, Zacarias Dias Cortes, filho de Guilherme Dias Cortes e neto de Baltasar Carrasco dos Reis, organizou uma bandeira exploradora para descobrir as lendárias minas do Inhanguera, levado pelas informações de Manoel Gonçalves de Aguiar. Zacarias situou essas minas no "sertão da Enseada das Garoupas e Ilha de Santa Catarina" e deixou um roteiro com informações que teriam orientado Francisco de Sousa e Faria na abertura do caminho dos Conventos.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> TAUNAY, Afonso de E. Relatos sertanistas (VII). São Paulo, Livraria Martins Editora, Ed. Biblioteca Histórica Paulista, 1953, p.143-4; MOREIRA, Julio. Caminhos das comarcas de Curitiba e Paranaguá, Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 1975. p.657-661; EHLKE, Cyro. A conquista do planalto catarinense. Rio de Janeiro, Edit. Laudes S.A., UDESC, s.d. p.72-97. Concorram estes dois últimos autores quando contestam a conhecida versão da exploração que Zacarias Dias Cortes teria feito no princípio do século XVIII, quando alcançou os Campos de Palmas. Zacarias Dias Cortes, pelo roteiro que deixou, dirigiu-se para o sul e não para os campos de Palmas. Faz-se confusão também com Zacarias e um homônimo seu, que teria servido na governança de Curitiba, na segunda metade do século XVIII. EHLKE cita que a referida exploração teria ocorrido em 1723.

É quando começam as cogitações para abertura de uma estrada que ligasse Curitiba até o Rio Grande. Surgem homens que planejam a arrojada empresa e se oferecem para executá-la com seus próprios recursos, como Bartolomeu Paes de Abreu.

Bartolomeu Paes de Abreu, genro do paulista Pedro Taques de Almeida, sesmeiros nos Campos Gerais, propôs a 23 de maio de 1720 ao rei dom João V, abrir inteiramente às suas custas, uma estrada de Curitiba à Colônia do Sacramento, reduzindo o gentio à obediência, para promover o povoamento da grande zona meridional. Solicitava terras e mercês, em compensação.<sup>8</sup> A resposta veio afirmativa do rei de Portugal, mas Bartolomeu foi substituído nesse empreendimento por Francisco de Sousa e Faria, que foi nomeado pelo governador Antonio de Sousa Caldeira Pimentel, a 19 de setembro de 1727. As ordens eram para que passasse por Santos para receber instruções, armas, pólvora e ferramentas e em seguida que fosse para as vilas de Paranaguá, São Francisco, Santa Catarina, Laguna e ainda Curitiba, se necessário, para que lhes dessem toda a gente que precisasse, assim como mantimentos, gado, cavalgadas e embarcações.<sup>9</sup>

Quando Francisco de Sousa e Faria chega à Laguna, ele se desentende com o capitão-mor Francisco Brito Peixoto (filho de Domingos Brito Peixoto), pois a abertura dessa estrada contrariava o capitão-mor, assim como os negócios dos seus aparentados de Paranaguá, Santos, São Paulo e dos Campos Gerais de Curitiba, onde criavam gado em suas fazendas.<sup>10</sup> É o tropeiro, comerciante e

<sup>8</sup> TAQUES, Nobiliarquia, v.1, p.169-170.

<sup>9</sup> NOTÍCIA. Francisco de Souza e Faria a Diogo Soares, Rio Grande de São Pedro, 21 de fevereiro de 1738. In: TAUNAY, Relatos, p.139; DI, v.16.p.29.

<sup>10</sup> NOTÍCIA. Cristóvão Pereira de Abreu a Diogo Soares, 1738. In: TAUNAY, Relatos, p.155-7.

sertanista Cristóvão Pereira de Abreu, que vai possibilitar o início da abertura desses caminhos. A expedição sai a 11 de fevereiro de 1728 do Morro dos Conventos, na foz do Araranguá, perto de Laguna.

Em 1730, Manoel Rodrigues da Mota, indicado pela Câmara de Curitiba, também a mando de Caldeira Pimentel, saiu de Curitiba para os sertões do Sul, na intenção de se encontrar com a bandeira de Francisco de Sousa e Faria, chegando por outras picadas aos Campos de Lages, sem encontrar a expedição. Em 19 de setembro de 1730 chegou o sargento-mor Francisco de Sousa e Faria à vila de Nossa Senhora dos Pinhais de Curitiba.<sup>11</sup>

Cristóvão Pereira de Abreu, corrigindo alguns trechos do caminho aberto por Francisco de Sousa Faria, transportou por ele sua tropa de 800 animais, em 1731. As cartas nas quais relata suas viagens (repete em 1733 a façanha, trazendo 3.000 cavalgadas até Curitiba), ele as escreve de "Campos dos Pinhais" (Curitiba) e de Paranaguá.<sup>12</sup> Por volta de 1736 ou 1737 Cristóvão de Abreu abre um caminho que parte de Santo Antonio da Patrulha, perto do Viamão, no Rio Grande de São Pedro, evitando o antigo caminho dos Conventos ou de Araranguá.<sup>12</sup> Penetrando na Capitania de São Paulo, segue até alcançar os Campos Gerais de Curitiba, de onde passa para o termo de Sorocaba, atingindo assim os centros onde o gado era comerciado. Era a Estrada Real do Viamão, usada até o fim do século XVIII, quando vai ser preterida pela Estrada das Missões. Essas estradas viabilizaram o ciclo do tropeirismo, que uniu os quatro Estados sul-

<sup>11</sup> BAMC, v.11, p.77-8.

<sup>12</sup> MOREIRA, Caminhos, p.681-95, 699. Ver Figura 4.



nos, tão importante para o seu desenvolvimento econômico e para o seu povoamento.

O governador Antonio Caldeira Pimentel ordenou em 1730 à Câmara de Curitiba, o conserto do caminho que ia de Curitiba para São Paulo, afim de que as tropas que viessem do sul, encontrassem a estrada dos Campos Gerais em condições. A Câmara de Curitiba procedeu a convocação dos "cabos", moradores encarregados desses consertos, cuja falta de desempenho os levava ao pagamento de multas e até à prisão.<sup>13</sup>

O Registro do gado, instituído para a cobrança de tributos em consequência da abertura e trânsito do caminho do Viamão, teve a atenção de Caldeira Pimentel, que baixou em 1731 instruções para o seu funcionamento. Conhecido como Registro de Curitiba ou do rio Grande, localizava-se na margem direita do rio Iguaçu, este chamado também de rio Grande ou do Registro. O Registro já era usado antes da abertura do caminho do Viamão, pois por ele passava o gado oriundo da Colônia do Sacramento e do Rio Grande de São Pedro, vindo pelo caminho das Praias, que alcançava através do caminho dos Ambrósios. O mapa traçado em 1728, pelo doutor Antonio dos Santos Soares, ouvidor de Paranaçuã, é o primeiro documento que revela a localização desse registro, de onde as tropas seguiam para os Campos Gerais, desviando a vila de Curitiba. O Registro pelos seus provedores, mantinha venda de "secos e molhados", onde se abasteciam os tropeiros e em cujos arredores foram se estabelecendo moradores. Para "a outra banda" do Registro,<sup>14</sup> entre a margem esquerda do rio Iguaçu e o rio da Várzea, irá surgir uma povoação que vai originar a cidade paranaense da Lapa.

<sup>13</sup> MOREIRA, p. 873. Ver Figura 3.

<sup>14</sup> MOREIRA, p. 817, 782, 848. Ver na Figura 5, a localização do Registro de Curitiba, assinalado por um círculo.

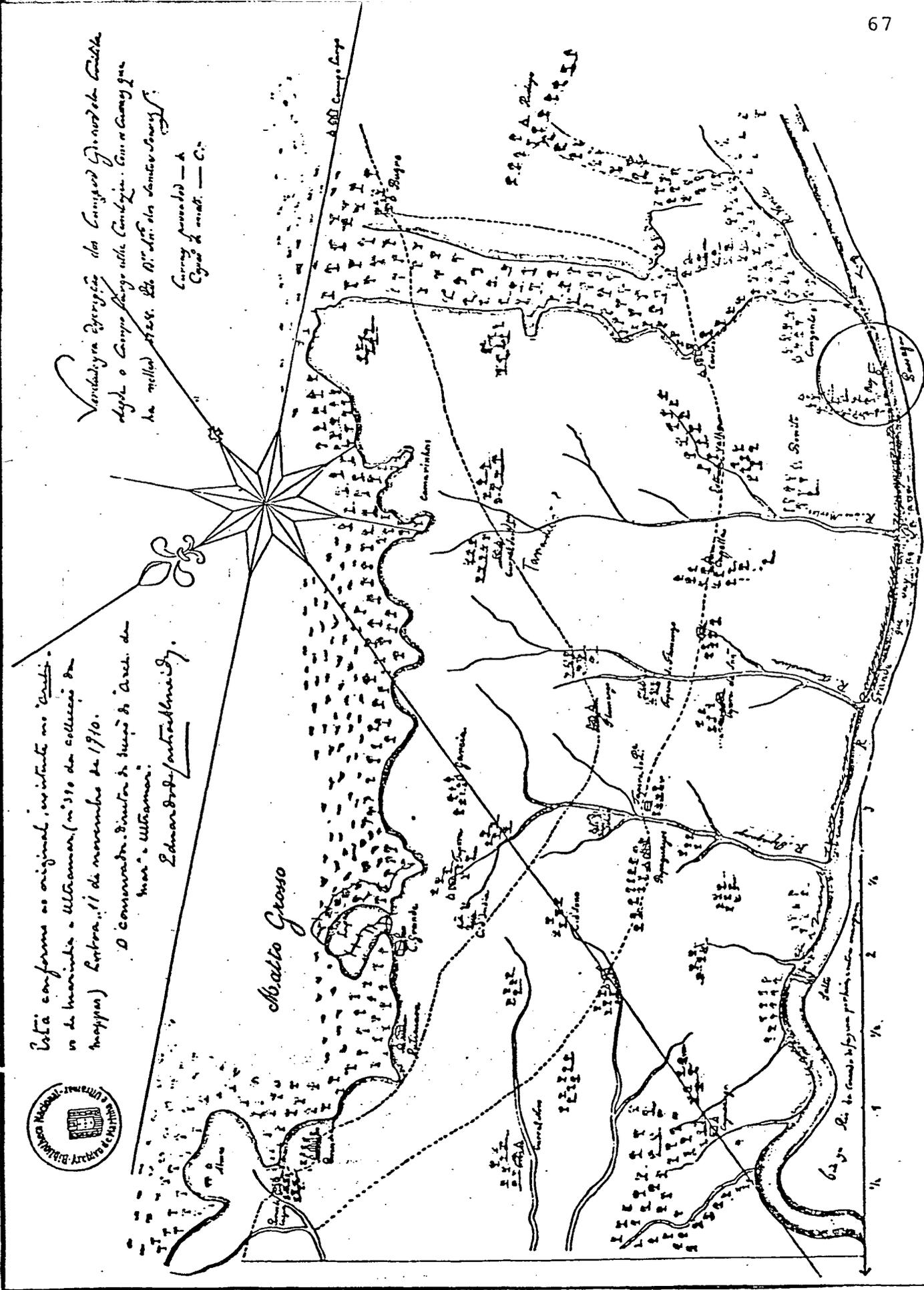


FIGURA 5 - MAPA PARCIAL DOS CAMPOS GERAIS (1728)

Fonte: MOREIRA, Júlio. Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá. Curitiba, Imprensa Oficial, 1975, v.3, mapa 11.

## 2. As Fazendas. O Tropeirismo. As Guerras do Sul.

A principal atividade nos Campos Gerais, na primeira metade do século XVIII, é a pecuária, desenvolvida nas fazendas que se estabelecem nas sesmarias. "Entre 1725 e 1744, mais de noventa sesmarias foram requeridas, alegando ocupação anterior, por pessoas de São Paulo, Santos e Paranaguá". As fazendas, já que seus proprietários não residem no local, são administradas por "capatazes" ou "fazendeiros". Sua produção é dirigida a São Paulo, ficando Curitiba isolada economicamente, contrastando a pobreza desta vila com o enriquecimento dos sesmeiros dos Campos Gerais.<sup>15</sup> Pedro TAQUES referindo-se a José de Gois e Moraes, que foi o principal herdeiro das sesmarias requeridas pelo paulista Pedro Taques de Almeida, em 1704, escreve que ele

*... passou a fundamentar o patrimônio de sua casa em férteis fazendas de gados vacuns e manadas de éguas nos campos gerais, chamados de Coritiba, para se utilizar dos seus grandes rendimentos na extração de boiadas. Com efeito não lhe saiu errada esta bem advertida resolução, por ter mostrado a experiência que no Brasil são os currais de gados e cavalgadas o verdadeiro estabelecimento para a conservação das casas.*<sup>16</sup>

Consta do 1º livro do Tombo da antiga Matriz de Curitiba que

*... em 1748, havia nos Campos Gerais 56 fogos ou casas, que não podiam erigir capela e sustentar capelão, porque a maior parte dos donos das fazendas re-*

<sup>15</sup> MACHADO, B.P. Formação histórica, Campos Gerais - estruturas agrárias. Curitiba, Ed. UFPR, Imprensa UFPR, 1968, p.31-2.

<sup>16</sup> TAQUES, Nobiliarquia, v.1, p.153.

*sídiam em Santos, Paranaguá, Itú, Curitiba e São Paulo*<sup>17</sup>

A abertura da Estrada do Viamão, que atravessando o Registro do Rio Grande de Curitiba (rio Iguaçu) se alongava pelos Campos de Curitiba e pelos Campos Gerais até atingir o termo de Sorocaba, deu incremento ao tropeirismo sulino. O tropeirismo consistia no movimento de tropas de gado, que eram levadas das zonas produtoras aos centros consumidores, onde sua comercialização atendia ao seu consumo na alimentação (neste caso, o gado vacum) e no transporte pessoal ou de cargas. Para o aumento da comunicação entre as vilas e povoados e entre o interior e o litoral do Brasil, foi muito importante o comércio advindo do tropeirismo.<sup>18</sup>

No extremo sul do Brasil, desde os fins do século XVII era grande o abate do gado para o comércio da courama e mais tarde, a "carne salgada" ou charque. Esse gado existia solto nas "vacarias" do Sul, campos onde procreava livremente e em grande abundância. O caminho das Praias e o caminho do Viamão, foram usados no transporte desse gado vindo do sul, que dos campos paranaenses era depois conduzido para o norte da Capitania de São Paulo. Primeiramente esse gado foi arrebanhado naquelas vacarias. Depois passou a ser adquirido pelos tropeiros nas zonas criadoras. É, realmente, o início do tropeirismo sulino, com especialidade a aquisição de muares, que eram negociados principalmente na feira de Sorocaba, fundada em meados do século XVIII.

<sup>17</sup> RIESEMBERG, Alvir. Nau São Sebastião. Curitiba, Ed. IHGEP, Edit. A.M. Cavalcanti, 1978, p.145.

<sup>18</sup> SIMONSEN, História, p.174-188.

Os tributos cobrados nos "registros" de gado, transformam-se em importante fonte de renda para a Corôa portuguesa. Nas suas cercanias nascem povoações, assim como ao redor dos "pousos" dos tropeiros. Cada vez mais os moradores dos povoados e vilas irão se dedicar ao mister do tropeirismo, não obstante os perigos e os sacrifícios que ele apresenta e exige.

Pelos mesmos caminhos que para o norte são conduzidas as tropas de gado, dirigem-se em direção ao sul, as tropas militares. A função destas era atender "a conquista e Socorro da Nova Colônia do Sacramento", para as "partes do Rio Grande de São Pedro do Sul", responsabilidade do seu coronel comandante Cristóvão Pereira de Abreu,<sup>19</sup> nas chamadas Guerras do Sul.

A Nova Colônia do Sacramento fora fundada pela Corôa portuguesa em 1680, ponto extremo das suas conquistas no Estado do Brasil, localizada à esquerda do rio da Prata e, tendo em frente, na margem direita, Buenos Aires, antigo entreposto espanhol. Defendiam ambas as Corôas seus interesses no comércio desenvolvido nessa região, o qual girava em torno do gado, da prata de Potosi e do contrabando em geral.

A Colônia do Sacramento foi atacada cinco vezes pelos espanhóis, de 1680 a 1777, sendo nesta última data finalmente vencida a resistência portuguesa.

A Câmara de Paranaguá registrou de 1679 a 1735 os "socorros" de "lenhas e farinhas" que seguiam dessa vila para a Colônia, tendo sido decisivos para a sua recuperação, em 1735, os auxílios enviados por Anastácio Freitas Trancoso, coronel re-

<sup>19</sup> MOREIRA, Caminhos, p.700-7. As Guerras do Sul foram conhecidas também como "Guerras do Sacramento".

gente de Paranaguã, durante o terceiro ataque dos espanhóis.<sup>20</sup> De Paranaguã e de Curitiba partiam os homens recrutados no litoral e nos planaltos, que passavam a fazer parte dos contingentes militares para as Guerras do Sul. A Câmara de Curitiba registra em abril de 1736 soldados que seguem para o Sul, com o "capitão de cavalo" Francisco Xavier dos Reis, neto do povoador Baltasar Carrasco dos Reis e em junho de 1752, o alistamento das pessoas que deviam acompanhar o coronel Cristóvão Pereira de Abreu, comandante do Regimento de Hussares de Curitiba, na defesa do Sul.<sup>21</sup>

Na segunda metade do século XVIII, esses recrutamentos vão crescer substancialmente, depois da restauração da Capitania de São Paulo, em 1765.

### 3. Sesmeiros dos Campos Gerais de Curitiba

#### Pedro Taques de Almeida e Angela de Siqueira

Pedro Taques de Almeida e Lourenço Castanho Taques (o moço), filhos de Lourenço Castanho Taques e Maria de Lara, casam com duas irmãs, respectivamente Angela de Siqueira e Maria de Araújo, filhas de Luis Pedroso de Barros e Leonor Siqueira de Goes e Araújo.<sup>22</sup> Pedro Taques de Almeida solicitou em 1704 uma sesmaria de 14 léguas, sendo que nesse requerimento aparece o nome de suas filhas e genros, do seu enteado Timoteo Correia de Goes e do seu filho José de Goes e Moraes. Como tal pretensão

<sup>20</sup> SANTOS, Antonio Vieira dos, Memória histórica da cidade de Paranaguã e seu município (1850). Curitiba, Ed. do Museu Paranaense, 1951, v.1, p.54, 126, 128, 132, 145; NEGRÃO, Genealogia, v.4, p.297-300.

<sup>21</sup> BAMC, v.12, p.63; v.2, p.49; v.13, p.66-7; NEGRÃO, v.2, p.650.

<sup>22</sup> TAQUES, Nobiliarquia, v.1, p. 132,146.

não foi aceita pela Corôa, os vários elementos da família solicitaram separadamente sesmarias menores. Eles, com a morte de Pedro Taques de Almeida, passaram a ser liderados por José de Goes e Moraes. Esse latifúndio abrangia as áreas dos atuais municípios de Jaguariáiva, Piraí do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa. Eram <sup>23</sup> genros de Pedro Taques de Almeida, Martinho de Oliveira, Francisco de Rendon, Bartolomeu Paes de Abreu e Antonio Pinto Guedes.

Também os filhos de Lourenço Castanho Taques (o moço), irmão de Pedro Taques de Almeida, foram sesmeiros nos Campos Gerais. Seu filho Lourenço Castanho Taques (neto), casou com Ana Arruda Coutinho e foram os pais de Inacio Taques de Almeida e de Lourenço Castanho de Araújo. Estes casaram em Curitiba, com duas filhas de José Martins Leme, descendente de Mateus Leme e Baltasar Carrasco dos Reis.<sup>24</sup> Foi Inacio Taques de Almeida, de toda a família Taques, o único que conservou o nome da família nos Campos Gerais, onde passou a residir.

#### João Rodrigues de França e Maria da Conceição

O capitão-mor de Paranaguá, João Rodrigues de França possuiu desde 1704 sesmarias nos Campos de Curitiba e nos Campos Gerais. O genealogista paranaense Francisco NEGRÃO pesquisou a descendência da união de João Rodrigues de França com Maria da Conceição, consultando vários testamentos e registros paroquiais.

<sup>23</sup> RITTER, Marina Lourdes. As sesmarias do Paraná no século XVIII. Curitiba, Edit. Litero-técnica, Ed. Conselho Federal de Cultura/IHGEP, 1980, p.143.

<sup>24</sup>TAQUES, Nobiliarquia, v.1, p.133; NEGRÃO, v.1, p.287-8.

Desse casal nasceram Custódia Rodrigues de França, Paula Rodrigues de França e Ana Rodrigues de França.<sup>25</sup> Os descendentes de Custódia e Paula foram cadastrados na lista da Ordenança da vila de Curitiba, de 1766, residindo nessa vila e nos distritos de Campo Largo, Registro e Campos Gerais.<sup>26</sup> O seu registro nessa lista coincide com os dados fornecidos por NEGRÃO, em sua Genealogia Paranaense.

**Custódia Rodrigues de França** - Casou com Manoel da Costa Filgueira, natural de Portugal, falecido em Curitiba em 1760. Foram moradores no Canguiri, nos Campos de Curitiba.<sup>27</sup>

Em 1766 a filha de Custódia, Maria Rodrigues França, mora em Curitiba com seu segundo marido Afonso de Macedo Araújo, natural de Portugal.<sup>28</sup>

Bruno da Costa Filgueira tomou parte nas Expedições do Tibagi, comandadas por Afonso Botelho, tendo perecido afogado numa corredeira do rio Iguaçu em 1769.<sup>29</sup> Ele e seus irmãos Bernardo ou Bernardino da Costa Filgueira e João da Luz Costa, contando respectivamente 25, 22 e 19 anos de idade, residem com a mãe Custódia de França em 1766, em Curitiba; ela possui 5 escravos.<sup>30</sup>

Bernardino da Costa Filgueira casou em Curitiba, em 1766, com Margarida Cardoso de Jesus e foram residir em Lages, onde nasceu Ana Maria do Sacramento, que casou com Manoel Teixeira

<sup>25</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p.567-8.

<sup>26</sup> LO, Lista da Ordenança, Curitiba, 1766.

<sup>27</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p.568.

<sup>28</sup> LO, Curitiba, 1766.

<sup>29</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p.573.

<sup>30</sup> LO, Curitiba, 1766.

de Oliveira Cardoso, natural de Portugal.<sup>31</sup> Este se distinguiu na conquista dos Campos de Guarapuava, realizada sob o comando do tenente coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

Paula Rodrigues de França - Casou com Manoel Gonçalves da Siqueira, natural da ilha de São Sebastião, falecido em Curitiba em 1729.<sup>32</sup> Grande parte dos descendentes de Paula foram cadastrados na lista de Ordenança de 1766 em Campo Largo e constituem a maioria dos habitantes dessa localidade.

Seu filho Domingos Gonçalves Padilha, casado com Ana de Melo Coutinho, tem vários descendentes seus com "negócios no Sul" tendo vários deles se transferido para o Rio Grande do Sul.<sup>33</sup> Dos seus dez filhos, sete residem com suas famílias em Campo Largo, em 1766.

Josefa Rodrigues Gonçalves, também filha de Paula Rodrigues França, casada com o português Manoel da Rocha Carvalhais, teve, entre outros filhos, Maria da Rocha, Quitéria Rodrigues da Rocha e Bartolomeu da Rocha Carvalhais, que se casaram respectivamente com Bento Soares de Oliveira, Francisco Carneiro Lobo e Margarida Domingues, todos moradores nos Campos Gerais, onde tiveram enorme descendência.<sup>34</sup>

Catarina Gonçalves de Melo Coutinho, casou com o coronel Brás Domingues Velloso, neto do povoador Mateus Martins Leme. Ele reside com sua segunda esposa, Maria Pais Jesus, em Campo Largo, em 1766.<sup>35</sup>

Ana Gonçalves Coutinho foi a primeira esposa de Pedro de Siqueira Cortes e são avós de outro Pedro de Siqueira Cortes,

<sup>31</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p.573-4.

<sup>32</sup> NEGRÃO, p.574-5.

<sup>33</sup> NEGRÃO, p.575-7.

<sup>34</sup> NEGRÃO, p.590, 609.

<sup>35</sup> NEGRÃO, p.609; LO, Curitiba (Campo Largo), 1766.

que chefiou uma das expedições que foram ocupar os Campos de Palmas, em 1839.<sup>36</sup> Seus descendentes moram em Campo Largo em 1766. Eles vão originar famílias que se unindo aos Araújo da Palmeira e aos Ferreira Maciel da Lapa, vão povoar o centro oeste e o sudoeste paranaense, na primeira metade do século XIX.

Helena Rodrigues Coutinho é a última filha de Paula Rodrigues França. Ela casou com o português Manoel Rodrigues da Mota, que exerceu vários cargos na governança de Curitiba. Em 1737 ele era tenente-coronel e provedor do Registro de Curitiba. Sua filha Maria Rodrigues Pinto, casou com Manoel Ferreira de Sousa e tiveram José Ferreira Pinto,<sup>37</sup> ancestral de Domingos Ferreira Pinto, o barão de Guarauna, natural da cidade paranaense de Ponta Grossa.

Ana Rodrigues de França - A terceira filha de Maria da Conceição e do capitão-mor João Rodrigues de França, casou com Antonio Luiz Tigre, sesmeiro nos Campos de Curitiba desde 1706. Eles deixaram parte de suas terras para suas sobrinhas, pois não tiveram descendência; residiam na região de Campo Largo (hoje cidade paranaense), onde tinham fazenda de criação. Nomeou sua herdeira universal a Nossa Senhora de Tamanduá.

#### Domingos Teixeira de Azevedo e Ana de Siqueira e Mendonça

Domingos Teixeira de Azevedo era filho de Gaspar Teixeira de Azevedo (de Portugal), provedor e capitão-mor de Paranguá, casado com Maria da Silva em primeiras núpcias, a qual era

<sup>36</sup> NEGRÃO, p.613, 614.

<sup>37</sup> NEGRÃO, p.646-7.

<sup>38</sup> NEGRÃO, p.649.

neta do capitão-mor governador Amadeu Bueno.<sup>39</sup>

Domingos Teixeira de Azevedo casou com Ana de Siqueira e Mendonça, filha de Isabel Maria da Cruz (de Portugal) e do sargento-mor José Tavares de Siqueira, descendente de Luis Dias Leme, filho de Lucrecia Leme, casada com seu tio Fernando Dias Pais.<sup>40</sup>

Tiveram sesmarias nos Campos Gerais e quem as herdou foi José Tavares de Siqueira, aí estabelecido. Esse casal ordenou todos os seus filhos e filhas. Um deles foi o frei Gaspar Madre de Deus,<sup>41</sup> historiador de renome no seu tempo.

#### José de Gois e Morais e Ana Ribeiro Leite

José de Gois e Morais, era filho de Pedro Taques de Almeida e de Angela Siqueira, residentes em São Paulo. Casou com Ana Ribeiro Leite, sua sobrinha e teve cinco filhos, todos naturais de São Paulo, tendo falecido em 1763. Era capitão-mor governador da Capitania de São Paulo, tendo feito fortuna com a mineração. Ele tentou comprar do marquês de Cascais as "...cinquenta léguas da costa das cem de que era senhor donatário na capitania de São Vicente ...". A essa compra se antecedeu o rei João III, de Portugal, adquirindo para a Corôa esse território. José de Gois passou então à criação de gado nos Campos Gerais de Curitiba,<sup>42</sup> onde se associou aos seus cunhados, primos e outros

<sup>39</sup> TAQUES, Nobiliarquia, v.1, p.89.

<sup>40</sup> TAQUES, v.3, p.126-7.

<sup>41</sup> TAQUES, p.128-9.

<sup>42</sup> TAQUES, v.1, p.151-3.

parentes, todos eles possuidores de sesmarias nessa região. Essas sesmarias coletivas vieram a constituir um imenso latifúndio, onde José de Gois possuía várias fazendas.<sup>43</sup> Em uma relação de fazendas dos Campos Gerais, em 1772, as fazendas São Bento, São João, Carambeí, Socavão, Boa Vista e Pinheiros, são propriedade de Francisco Pinto do Rego,<sup>44</sup> que casou com Escolástica Jacinta de Ribeira Gois e Morais, filha de José de Gois e Morais, que as herdou de seu pai. Francisco Pinto de Rego, nascido em Santos, descende de Leonor Leme e Brás Esteves, povoadores de São Vicente em 1550 e também de Domingos Brito Peixoto, povoador de Laguna, sendo aparentado com os Morais Cordeiro de Paranaguá e com os Pinto Bandeira do Rio Grande do Sul. Jacinta Angélica de Lara, filha de Francisco Pinto do Rego e de Escolástica Jacinta de Gois e Morais, casou com Anastácio Freitas Francoso, neto de outro de igual nome, que foi coronel comandante do Regimento de Ordenança de Paranaguá e Curitiba em 1734. Anastácio e Angélica deram à sua filha Dorotheia Luiza, casada com Francisco Gonçalves Cordeiro, o sobrenome Monteiro de Matos, que pertencia ao pai de Francisco Pinto do Rego, o capitão de Infantaria da Praça de Santos em 1720, André Cursino Monteiro de Matos.<sup>45</sup>

Francisco Pinto do Rego e Anastácio Freitas Francoso participaram das Guerras do Sul com as forças de Rafael Pinto Bandeira, de quem eram parentes.

<sup>43</sup> RITTER, Sesmarias, 143-4.

<sup>44</sup> BOTELHO, Afonso. Relação das fazendas de Curitiba, 1772. Documento 1056-1057, no IHGEP (cópia fotostática do original do AHUL).

<sup>45</sup> TAQUES, Nobiliarquia, v.1, p.156-8; NEGRÃO, Genealogia, v.4, p.293, 300-3. Francisco Gonçalves Cordeiro é filho de Gaspar Gonçalves de Morais e neto de Pedro de Morais Monfort, que assinou em 1693 a ata da fundação de Curitiba (ver Capítulo II, p. 38,45).

Manoel da Rocha Carvalhais e Josefa Rodrigues Gonçalves

As várias sesmarias obtidas nos Campos de Curitiba e nos Campos Gerais, as quais possuía desde 1704, João Rodrigues de França deixou para seus filhos e netos. Ele teve uma união com Maria da Conceição, de quem nasceram Paula, Custódia e Ana Rodrigues de França.<sup>46</sup> Esta última, casada com Antonio Luis Tigre, não teve filhos e doou suas terras às filhas de suas irmãs. O capitão Antonio Luis Tigre nomeou sua herdeira universal a Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá.<sup>47</sup>

Paula Rodrigues de França casou com Manoel Gonçalves da Siqueira, natural da ilha de São Sebastião e que faleceu em Curitiba em 1729. Tiveram os seguintes filhos: Domingos Gonçalves Padilha, Josefa Rodrigues Gonçalves, Catarina de Melo Coutinho, Ana Gonçalves Coutinho, Maria, João, Francisco Gonçalves Siqueira, Manoel Ferreira de Sousa e Helena Rodrigues Coutinho.<sup>48</sup> A segunda filha do casal, Josefa Rodrigues Gonçalves casou com Manoel da Rocha Carvalhais, natural do Porto, Portugal. Foram proprietários de fazendas de gado nos Campos Gerais, tendo ele falecido em 1757. Seus filhos Maria da Rocha, casada com Bento Soares de Oliveira, Quitéria Rodrigues da Rocha, casada com Francisco Carneiro Lobo e Bartolomeu da Rocha Carvalhais, casado em 1741, com Margarida Domingues,<sup>49</sup> eram moradores do distrito de Castro, nos Campos Gerais, na segunda metade do século XVIII.

<sup>46</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p.567-8.

<sup>47</sup> NEGRÃO, p.649.

<sup>48</sup> NEGRÃO, p.574.

<sup>49</sup> NEGRÃO, p.590-2, 609. Ver Figura 10.

## CAPÍTULO IV

### O POVOAMENTO DOS CAMPOS GERAIS DE CURITIBA

(2.<sup>a</sup> metade do século XVIII)

1. Iapô: De Pouso a Freguesia. A Lista de Ordenança de 1766
2. A Relação de Botelho das Fazendas e Sítios (1772)
3. Castro: De Freguesia a Vila
4. Povoadores dos Campos Gerais de Curitiba

## CAPÍTULO IV

## O POVOAMENTO DOS CAMPOS GERAIS DE CURITIBA

(2.<sup>a</sup> metade do século XVIII)

A Capitania de São Paulo desde 1748, esteve submetida à do Rio de Janeiro, sob a jurisdição do governador Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela (1748-1763), governador da Repartição Sul desde 1733. A "Formosa sem dote", como ficou sendo chamada a Capitania de São Paulo, entrou em acentuada decadência.<sup>1</sup>

Sucedeu a Gomes Freire, dom Antonio Alvares da Cunha, o conde da Cunha, que acumulou as funções de vice-rei do Brasil e governador da Capitania do Rio de Janeiro. Ele endossa as aspirações dos paulistas por sua antiga autonomia; ponderando ao Governo português sobre as dificuldades de governar tão extensa região. Alerta-o também quanto aos perigos que todos corriam, pela probabilidade dos castelhanos avançarem pelo sul, sobre os domínios portugueses.<sup>2</sup>

Esse receio não era sem fundamento. O envolvimento de Portugal na Guerra dos Sete Anos (1758-1763), levou a Espanha a invadir a província portuguesa de Trás-os-Montes. Nos domí-

<sup>1</sup> FERREIRA, Tito Lívio. O governo do Morgado de Mateus e os censos das ordenanças da Capitania de São Paulo, Anais do Museu Paulista. São Paulo, 14:383-451, 1950.

<sup>2</sup> FERREIRA, p.385-7.

nios portugueses na bacia do Prata, Pedro Cevallos apoderou-se da Colônia do Sacramento (1762) e do Rio Grande (1763).<sup>3</sup>

Dom José, rei de Portugal, resolve restabelecer a Capitania de São Paulo ao seu antigo estado. A 4 de fevereiro de 1764 participa ao vice-rei do Brasil, o conde da Cunha, sua resolução, assim como a nomeação que fizera de dom Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, o morgado de Mateus, para governador e capitão-general da referida capitania.<sup>4</sup>

O ministro de dom José I, o conde de Oeiras, depois marquês de Pombal, nas suas recomendações a dom Luís Antonio, enfatizava a defesa do território. Essa defesa não dependia somente da reorganização das tropas militares no Brasil, mas também do incremento que deveria ser dado ao povoamento, ao cadastramento da povoação e à melhoria das vias de comunicação.

Tendo chegado ao Rio de Janeiro a 18 de junho de 1765, logo depois o morgado de Mateus dirige-se a Santos, a 23 de julho de 1765, onde permanece até abril do ano seguinte, no trabalho de reorganizar as milícias. Ele nomeou Afonso Botelho de Sam Payo e Souza, aparentado seu, com ele vindo de Portugal seu ajudante-de-ordens, dando-lhe a incumbência de inspecionar as fortalezas e reorganizar em Santos os Regimentos de Milícia.<sup>5</sup>

Chegando em São Paulo, o morgado de Mateus toma posse a 7 de abril de 1766, como capitão-general e governador da Capitania de São Paulo.<sup>6</sup>

<sup>3</sup> PEREGALLI, Enrique. Recrutamento militar no Brasil Colonial Campinas, Edit. da Unicamp, 1986, p.42.

<sup>4</sup> FERREIRA, o governo, Anais, p.386-7.

<sup>5</sup> CARNEIRO, David. Afonso Botelho de São Payo e Souza. Curitiba, Edit. Lítro-técnica, Ed. IHGEP, 1986, p.16,30,36.

<sup>6</sup> CARNEIRO, p.29.

Nos Campos Gerais de Curitiba, o "Pouso do Iapô", recebeu a atenção especial de dom Luis Antonio, por confinar pelo poente com um sertão infestado de índios e com os domínios dos espanhóis. Dom Luis Antonio apressou-se em transformar a pouso em freguesia. Elevada a vila em 1789, com o nome de Vila Nova de Castro, a freguesia do Iapô passa a ter jurisdição sobre a enorme região que abrangia, ao norte, as terras até o rio Itararé e todo o oeste, o chamado "Sertão do Tibagi".<sup>7</sup>

Nas extensas sesmarias dos Campos Gerais, que continham numerosas fazendas, localizaram-se os "bairros" da vila de Castro, que se transformaram em povoados e vilas, entre eles as atuais cidades paranaenses de Ponta Grossa, Piraí, Tibagi e Jaguariaíva. Desses primeiros núcleos, parte o povoamento dos Campos Gerais.

#### 1. Iapô: de Pouso a Freguesia. A Lista da Ordenança de 1766

Quando o morgado de Mateus assumiu o governo da Capitania de São Paulo em 1765, mandou realizar o levantamento da capitania. Os Campos Gerais, distrito da vila de Curitiba, apresentou expressivo número de habitantes.

O mais importante pouso, dos tropeiros que vinham do sul pela Estrada do Viamão ou das Tropas, localizava-se junto ao rio Iapô, donde sua denominação de Pouso do Iapô.

Avaliando a importância do povoamento dessa região, dom Luis Antonio, o morgado de Mateus, providenciou a criação da freguesia do Iapô.

<sup>7</sup>  
DI, v.4, p.116.

O morgado em 27 de março de 1770, comunicava ao conde de Oeiras que havia sido cantada a primeira missa no dia de Santa Ana, a 26 de julho de 1769 na capela nova e na povoação por ele principiada sobre o rio Iapô.<sup>8</sup> Quatro anos depois, resolvidas todas as exigências eclesiásticas, frei José de Santa Tereza de Jesus, ao assumir suas funções como vigário do Iapô, confirmou a elevação do povoado do Iapô a freguesia de Nossa Senhora de Sant'Ana do Iapô, a 19 de março de 1774.<sup>9</sup>

Em 1775 foram estabelecidas as divisas da freguesia do Iapô: ao norte, a cidade de São Paulo, pelo rio Itararé; ao sul, a vila de Curitiba, pelo rio Tibagi e mais "todo o sertão". Confiava-se assim à tutela da freguesia de um pequeno número de povoadores, "todo o horizonte do norte e do poente". Dom Luis Antonio, para garantir os moradores, criou a 3.<sup>a</sup> Companhia de Ordenanças de Cavalaria Auxiliar dos Campos Gerais, distribuindo patentes, organizando-a, preenchendo todos os postos e entregando o comando ao capitão Francisco Carneiro Lobo.<sup>10</sup>

Escreve David CARNEIRO:

*Atê aí, pela falta de disciplina e autoridade, os moradores dos Campos Gerais viveram isolados de suas fazendas, tendo seus bacamartes prontos e escorvados, sabendo que a qualquer momento podiam ter que*

<sup>8</sup>DI, v.34, p.201.

<sup>9</sup>ROSAS, José Pedro Novaes. A fundação da cidade de Castro. Curitiba, Gráfica Vicentina, s.d., p.61-62.

<sup>10</sup>ROSAS, p.16-18; DI, v.4, p.116.

*defender-se livrando seus bens da horda  
que infestava o planalto ...*<sup>11</sup>

Na seqüência CARNEIRO registra que Botelho encarregou Brás Veloso e Domingos Padilha, antigos moradores de Curitiba, "... criados na dura lida de perigos e privações ...", para acabar com a "bandidagem" e que em poucos meses, a terra ficou livre dos malfeitores.

Os habitantes do pouso do Iapõ e dos seus arredores nos Campos Gerais de Curitiba, estão cadastrados na lista da Ordenança<sup>12</sup> da vila de Curitiba, do ano de 1766. Essa lista registrou os moradores da 2ª comarca da Capitania de São Paulo que habitavam nos planaltos, "serra-acima", na vila de Curitiba e seus distritos. Sua folha de rosto já é a folha número 23 e traz como título: "Lista da Ordenança da Villa de Coretiba".

<sup>11</sup> CARNEIRO, A. Botelho, 66.

<sup>12</sup> OS CENSOS ou listas "da Ordenança", "das ordenanças" ou "de Ordenança" da Capitania de São Paulo que foram consultados, abrangem os anos de 1766 a 1846, sem seqüência contínua. As cópias fotostáticas do Departamento do Arquivo do Estado (São Paulo), acham-se no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Foram estudadas algumas listas da vila de Curitiba e seus distritos e as que se referem aos moradores dos Campos Gerais (listas dos Campos Gerais, Continente dos Campos Gerais, da Freguesia do Iapõ, da Vila Nova de Castro ou da vila de Castro: são as variadas denominações que encabeçam essas listas). As listas de 1835 em diante, que foram consultadas, têm seus habitantes distribuídos em "quarteirões" e não mais em "Companhias de Ordenanças". São relações nominais dos habitantes dos vários distritos e vêm assinadas pelo juiz de paz das paróquias das freguesias. Em 1846, são freguesias do termo da vila de Castro: Tibagi, Guarapuava, Ponta Grossa e Jaguariaíva.

Com legibilidade razoável, a lista de 1766 relaciona o número de cada indivíduo (a lista numera somente as pessoas do sexo masculino), sua idade, seu nome completo, o nome completo da esposa, se fôr casado, o número de armas que possui e o número de escravos (sem indicação de sexo nem idade). Na segunda linha consta o número de filhos e a quantia (em mil réis ou cruzados) que possui. Da terceira linha em diante, prosseguindo a numeração dos homens arrolados, aparece o nome completo de cada filho, com a respectiva idade. Depois destes, são citados os agregados com suas idades, antecidos do título "agregado" e quantos são, continuando a numeração. Se os filhos são órfãos, aparece junto ao nome do último deles, a indicação do nome do pai "já defunto" ou "filhos de fulana, viúva". Outras referências são encontradas como: os cargos exercidos pelos homens da governança, "hé do Reyno", criminoso, engeitado, incapaz, pardo, índio, enteado, irmãos e outros.

Os locais registrados, além da vila e do Rocio, são: Atuba, Barigui, Piaçaúna, Boa Vista, Tatequara, Butiatuba, Palmital, Arraial Queimado, Borda do Campo, Campo Largo, Rio Verde, freguesia de São José, Minas do Itambê, Discoberto da Conceição, Registro e Campos Gerais.

A numeração das folhas da lista vai do número 23 ao número 60, sendo cadastrados 2.196 indivíduos do sexo masculino com o respectivo nome. A numeração da primeira página da lista de 1766, inicia como nome do capitão-mor da vila de Curitiba, "Rodrigo Felles Miz" (número 1), de 40 anos, casado com "dona Maria Lemos". Ele possui 4 armas e 6 escravos. O número 2 da lista é o seu enteado "Geremias Lemos Conde", de 28 anos, seguido do número 3 que é o ajudante "Domingos Lopes

Cascaes", de 45 anos, casado com "Joanna Gliz de Siqueira". Este possui 200 mil réis, duas armas e não tem escravos. Seus dois filhos e um agregado vêm designados nos números 4,5 e 6, com as respectivas idades.

13

A população dos Campos Gerais começa na folha 53, no número 1.638 e teria um total de 558 indivíduos do sexo masculino (livres), pois vai até o número 2.196. Esse total não é real, pois, por engano de quem procedeu à listagem, a numeração apresenta várias omissões na sua sequência e correções no final. Na verdade a população da futura freguesia do Iapô, seria formada por 450 indivíduos, sem contar os escravos e a população feminina. O total dos escravos arrolados, sem a definição de sexo e idade (possivelmente são homens) atinge 150 indivíduos. Se fosse registrado o elemento feminino, provavelmente o total da população dos Campos Gerais dobraria.

São registrados nos Campos Gerais em 1766, as seguintes fazendas: Cambejú (13 escravos, de Ana de Siqueira, da Vila de Santos), São Sebastião (dos padres, 4 escravos), São João e Morungava (de Francisco Pinto do Rego, de São Paulo, 22 escravos).

Os proprietários que possuem maior número de escravos são: Francisco da Silva, 23 anos, viúvo, 9 escravos; Isabel da Costa, viúva, com 2 filhos cadastrados, 9 escravos; Francisco Carneiro Lobo, 45 anos, casado, 11 escravos e João Batista Pereira, 51 anos, casado, com 12 escravos. Talvez esses escravos sejam somente os do sexo masculino.

Até o ano de 1776 não foi feito mais nenhum levantamento da população, pelos capitães da Ordenança.

- 87
- 1627... 34 João Pires de Moraes Casado Com Helena Maria de Albuquerque
- 1628... 40 Possivel Pires de Moraes Casado Com Maria Joazeira de Paula
- 1629... 44 Silvestre Pires Casado Com Isabel de Moraes
- 1630... 51 Antilhonina de Azevedo Carruallay, Casado Com Margarida de Camargo 2
- 1631... 4 Lourenço de Azevedo
- 1632... 4 João de Azevedo
- 1633... 4 Joazeiro de Azevedo
- 1634... 4 Bento de Azevedo
- 1635... 4 Miguel de Azevedo
- 1636... 4 Salvador Barbosa de Albuquerque f. de Mariana Pires, Sr
- 1637... 25 Francis de Almeida Pires Agregado - 1

# Campos Gerais



- 1638... 12 Luiz de Azevedo Casado Com Maria de Albuquerque, tem 2 fillos 2
- 1639... 4 Luiz de Azevedo
- 1640... 4 Pedro de Azevedo
- 1641... 47 Simão Pinheiro de Azevedo Casado Com Margarida de Albuquerque tem 2  
- 5 fillos. *perce = 150 = mil Reys*
- 1642... 47 João de Albuquerque
- 1643... 47 Joaquim de Albuquerque
- 1644... 47 Salvador de Albuquerque
- 1645... 47 Miguel Pinheiro
- 1646... 47 Catarina de Albuquerque

1647  
 1648  
 1649  
 1650  
 1651  
 1652

- 1647... 47 Domingos de Azevedo Casado Com Maria de Azevedo tem 4 fillos 2
- 1648... 47 Antonio Luiz *perce = 50 = mil Reys*

Es Craviz de Azevedo de Camargo Sr e Srta. de Albuquerque  
 Anna de Albuquerque emal. de Azevedo

- 1649... 47 Ant. de Albuquerque Casado Com Joana de Albuquerque
- 1650... 47 Bernardo Pires Casado Com Srta. de Albuquerque
- 1651... 47 Ant. de Albuquerque Casado Com Maria de Albuquerque
- 1652... 47 Felippe de Albuquerque

FIGURA 6 - LISTA DA ORDENANÇA DA VILA DE CURITIBA (1766, Campos Gerais).

Fonte: DAE - SP. (cópia fotostática do original, in UFPR).

## 2. A Relação de Botelho das Fazendas e Sítios

(1772)

A Relação das fazendas e sítios de Curitiba, assinada em Paranaguá, por Afonso Botelho, datada de 3 de setembro de 1772,<sup>14</sup> contém várias informações sobre o número dessas propriedades, localização, denominação, seus proprietários, sua produção e outros dados, que permitem uma avaliação da economia, da população e da ocupação do território paranaense naquela época. As fazendas se originaram das antigas sesmarias da primeira metade do século XVIII, já doadas ou partilhadas entre herdeiros dos antigos sesmeiros ou vendidas por eles a terceiros.

As fazendas e sítios que faziam parte dos campos de Ponta Grossa, Castro, Tibagi e Jaguariaíva, cadastradas por Botelho como "do rio Pitanguí ao rio Itararé", somam 29 fazendas e 100 sítios, localizados nos Campos Gerais de Curitiba.

Essas fazendas distavam do Pouso do Iapó de três a vinte léguas, sendo mais distante a de Morungava. Botelho registrou essas distâncias e, inclusive, as léguas das fazendas até a estrada por onde transitavam as tropas de gado. Essa estrada na Relação é mencionada como "Estrada Real" e "Estrada das Tropas" e, cortando os Campos Gerais, passa por várias fazendas

<sup>14</sup>  
 BOTELHO, Afonso. Relação das fazendas e sítios de Curitiba. 1772. Documento 1056-1057, no IHGEP (cópia fotostática do original do AHUL).

como Cambijú, Taiacoca, Boqueirão, Carambeí, Piraí, Cinzas, Pinheiros, Limoeiro, Boa Vista, Furnas e Morungava.

O gado citado na *Relação* consta de bois, vacas, novilhas, touros, potros, éguas, bestas, cavalos, burros e ovelhas, representando o gado vacum (8.622 cabeças) a maior produção desses estabelecimentos. Os sítios são responsáveis pela agricultura de subsistência atingindo níveis mais elevados o plantio do milho e do feijão e residem neles os seus proprietários.

A tabela final apresentada na *Relação* de Botelho, apresenta nas fazendas um total de 131 escravos e 83 escravas, com uma alusão a 8 índios e 14 índias. Sabe-se que a pecuária não exige mão de obra muito numerosa. Mas deve-se considerar que são citados somente os escravos, sem registrar os agregados, muitos deles parentes dos proprietários, pretos alforriados, uns poucos índios e demais componentes de uma população flutuante, advinda do tropeirismo.

No quadro exposto nesta dissertação,<sup>15</sup> constata-se que apenas seis proprietários residem nas fazendas: Manoel de Melo Rego, Ana Mendes [Tenório], Francisco Carneiro Lobo, Rodrigo Felix Martins, Jeremias de Lemos Conde e Pantaleão Pedroso de Moraes. Os demais proprietários residem em Santos, São Paulo, Paranaguá, Curitiba e Parnaíba.

Francisco Pinto do Rego possui 6 fazendas e 24 escravos, sendo morador em São Paulo. Essas fazendas têm origem nas ses-

<sup>15</sup>

BOTELHO, Relação. Ver quadro anexo, adaptação da autora, p. 90.

RELAÇÃO DAS FAZENDAS DE CURITIBA - Afonso Botelho - 1772  
De Rio Pitangui ao Rio Itararé

Nº	FAZENDA	PROPRIETARIO	RESIDENCIA	FAZENDEIRO	DISTANCIA EM LEGUAS		ESCRAVOS	
					da Estrada	do topo	M - F	M - F
1	Cambiju	D. Ana de Siqueira	Santos	Domingos Antonio	0	12	0	6
2	Taiacoca	D. Ana de Siqueira	Santos	Antonio Luiz	0	10	6	8
3	São Bento	Cel. Francisco Pinto do Rego	São Paulo	Antonio de Lima	6	6	3	1
4	São João	Cel. Francisco Pinto do Rego	São Paulo	Antonio Pereira dos Santos	3	5	5	3
5	Carabel	Cel. Francisco Pinto do Rego	São Paulo	Antonio de Souza Pimentel	0	3	4	0
6	Boqueirão	Cap. Miguel Rodrigues Ribas	Curitiba	Vitor Mariano Ribeiro Ribas	0	4	1	0
7	Cercado	João Gonçalves Barreiros	-	Manoel Antonio Pires	2	3	-	-
8	Curralinho	Governador do Bispado	-	-	1½	8	4	1
9	Furnas	Nossa Senhora das Neves	-	administrador	1½	9	2	0
10	Santo Amaro	Sarg. Mor Cristovão Pinheiro	Faranaguá	Cap. Francisco Cardozo de Menezes	3	7	2	1
11	-	Pantaleão Pedroso de Mourais	Na fazenda	fazendeiro Escravo Boaventura	6	9	1	0
12	-	Ana Mendes	Na fazenda	Vicente Alves da Costa	1½	9	2	1
13	Maracananduva	D. Maria dos Passos	Santos	Miguel Luiz da Costa	4	4	-	-
14	Socavão	Cel. Francisco Pinto do Rego	São Paulo	João Pompeu	3	4	5	1
15	Tucum	Cap. Miguel Rodrigues Ribas	Curitiba	Vitor Mariano Ribeiro Ribas	3	5	1	-
16	Tabor	Sarg. Mor Cristovão Pinheiro	Faranaguá	Luiz Castanho	2	4	6	1
17	Boa Vista	Cel. Francisco Pinto do Rego	São Paulo	João Batista Pereira	0	18	3	-
18	Pinheiros	Cel. Francisco Pinto do Rego	São Paulo	João Batista Pereira	14	14	-	-
19	Monungava	Sarg. Mor Antonio Francisco de Andrade	Parnaíba	Pedro Pereira dos Santos	0	20	4	0
20	Cinzas	Manoel de Melo Rego	Na fazenda	-	0	9	2	1
21	Limoeiro	Cap. Francisco Cardoso mais 3 socios	-	Escravo Estevão	0	17	6	2
22	Santa Cruz	Tte. Joaquim Jose	Curitiba	Um escravo	3	4	2	0
23	-	Rodrigo Felix Martins	Na fazenda	-	6	10	5	1
24	São Tome	Tte. Joaquim Jose	Curitiba	Escravo Tome	½	1½	2	2
25	Barra	Tte. Jeremias de Lemos	Na fazenda	-	6	9	2	0
26	Mentenesro	Cap. Francisco Xavier Pinto	Curitiba	Jose Teixeira	1	0	2	2
27	Pirai	Cap. Francisco Carneiro Lobo	Na fazenda	-	0	3	5	3
28	São Lourenço	Cap. Francisco Xavier Pinto	Curitiba	Antonio Teixeira	3	5	2	1
29	Tacangá	Herdeiros	-	Jose Rodrigues Brita da Silva	3	7	-	-

FONTE: BOTELHO, Afonso. Relação das fazendas e sítios de Curitiba. Documento 1056-1057, in IHGEP (cópia fotostática do original do AHUL).

Adaptação de R.V. Roderjan.

marias de Pedro Taques de Almeida, patrimônio que seu filho José de Gois e Moraes aumentou, passando para Francisco Pinto do Rego que casou com Escolástica Jacinta Ribeiro de Gois e Moraes, filha de José de Gois.

O sargento-mor Cristóvão Pinheiro de França, possui 3 fazendas e 16 escravos e reside em Paranaguá. Essas fazendas se localizam em antigas sesmarias do seu pai, o capitão-mor de Paranaguá, João Rodrigues de França.

Ana de Siqueira e Mendonça, descendente dos Leme paulistas, viúva do filho do capitão-mor de Paranaguá, Gaspar Teixeira de Azevedo (1689-1692), é proprietária de Cambijú e Itaiacoca e possui 28 escravos. Ela reside em Santos. Era seu filho o historiador frei Gaspar Madre de Deus.

Essas fazendas ficavam aos cuidados dos "fazendeiros", muitos dos quais eram parentes dos proprietários e até escravos destes. O capitão Miguel Rodrigues Ribas, da governança de Curitiba, deixou como fazendeiro da Boqueirão, Vitor Mariano Ribeiro Ribas,<sup>16</sup> seu neto. Entre os 22 fazendeiros arrolados, João Batista Pereira, Antonio Pereira dos Santos e Pedro Pereira dos Santos, eram irmãos de Antonia Pereira, que casou com Antonio de Quadros. Eles eram netos de Guilherme Dias Cortes e bisnetos de Baltasar Carrasco dos Reis, povoadores de Curitiba.<sup>17</sup> Antonio de Lima e Siqueira, fazendeiro da fazenda São Bento, era casado com Inácia de Quadros, filha de Antonia Pereira e Antonio de Quadros.

<sup>16</sup> VARGAS, Túlio. Pê vermelho. Curitiba, Edit. Lítero-técnica, 1985, p.114-5.

<sup>17</sup> NEGRÃO, Francisco. Genealogia paranaense. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1926-1950, v.1, p.591-3. Ver Capítulo II, p.52-3 e Capítulo IV, p. 111, deste trabalho.

Luis Castanho de Araújo, fazendeiro da Tabor, era casado com Rosa da Rocha ou Coitinho (Carvalhais), esta descendente do capitão-mor João Rodrigues de França. Luis Castanho era filho de Inácio de São Arruda, que era primo de Antonio de Quadros, de Manoel de Melo Rego e de Inácio Taques de Almeida.<sup>18</sup>

A população encontrada na Relação de Botelho, consta no levantamento dos habitantes dos Campos Gerais, realizado em 1766. A maioria eram aparentados ou casaram seus filhos entre si.

### 3. Castro: de Freguesia a Vila

Devido ao afastamento do morgado de Mateus do governo da Capitania de São Paulo, assume a governança (junho de 1775) o brigadeiro Martim Lopes Lopo de Saldanha, com missão de mobilizar forças militares para se integrarem ao Exército do Sul, em defesa do Rio Grande.<sup>19</sup> Reinicia-se então o cadastramento da população da Capitania, em novas listas da Ordenança.

A lista de 1776 distribui as "companhias de Ordenança da Vila de Curitiba", da seguinte forma: Curitiba, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> companhias (incluindo São José dos Pinhais), Campo Largo, 3.<sup>a</sup> companhia, Lapa, 4.<sup>a</sup> companhia e Iapõ, 5.<sup>a</sup> companhia. Seu capitão-mor é Rodrigo Felix Martins, com 55 anos de idade. São distritos da vila de Curitiba, as freguesias de São José dos Pinhais, Santo Antonio da Lapa e Santa Ana do Iapõ, todos eles subdivididos em "bairros". A 5.<sup>a</sup> companhia está sediada na freguesia do Iapõ e

<sup>18</sup>

ESSES parentescos vêm detalhados neste Capítulo, em "Povoadores dos Campos Gerais", p. 104-117. Ver Figura 9.

<sup>19</sup>

BENTO, Cláudio Moreira. A participação militar de São Paulo e Paraná na Guerra do Rio Grande do Sul. In: BIHGEP, 34:75-104, 1978, p. 87.

possui quatro "esquadras" da Ordenança, pelas quais se distribuem vários bairros.

A lista da freguesia do Iapó datada de 6 de janeiro de 1779, tem como título: "Relação do povo que actualmente existe nesta Freguesia do Iapó termo da Villa de Coritiba". A companhia de Ordenança da freguesia, é formada de sete esquadras, com os seguintes bairros: Ponta Grossa, Tacarussú, Carrapato, Santa Cruz, Catanduvas, Santo Antonio, Pirahy e Morungaba. A primeira casa (c) pertence ao capitão Custódio Alves de Moura, responsável pela lista, que mora com sua família no bairro de Ponta Grossa, pertencente à primeira esquadra. A segunda casa é ocupada pelo capitão-mor "Roiz Fellis Ms" (sic), com 58 anos e a mulher do dito, "dona Anna Maria" de 54 anos. Segue o nome dos seus filhos com a respectiva idade: Atanagildo (6), Lúcio (4), Rafael (ileg.) Daniel (8), Gabriela (7) e Luisa (12), agregada. O capitão-mor possui 8 escravos e 7 escravas. O cadastramento das fazendas é excelente e nelas labutam 174 escravos. São elas: Morungava, Boa Vista, Limoeiro, Jaguariaíva, Tapera, Curralinho, Santo Amaro, Itacolomi, Tabor, Carambeí, São João, São Bento, Pitanguí, Imbituva, Itaiacoca, Cambijú e Porcos.

A lista de 1780 registra as várias classes de habitantes pelas idades, apresentando uma somatória de 496 homens e 561 mulheres e mais 136 escravos e 102 escravas. Somando essas parcelas, temos para a freguesia do Iapó, em 1780, um total de 1057 moradores e 238 escravos, citados nas casas ("fogos"). A população é distribuída em bairros, agrupados em seis esquadras.

Esses dados das listas da Ordenança são de grande importância, porque, além de localizarem as famílias e sua progressiva descendência, fornecem também várias outras informações.

A freguesia do Iapô, de 1774 a 1789 teve razoável desenvolvimento: sua população aumentou e também o seu comércio, as construções e as fazendas, apresentando "homens abastados e capazes de servirem a Câmara".<sup>20</sup> O tropeirismo movimentava a freguesia, incrementando a riqueza e o progresso. Na região se desenvolvem 28 fazendas, em 1789, que possuem um total de 366 escravos.<sup>21</sup>

Em 1788 o ouvidor de Paranaguá, Francisco de Toledo Rendon, ante a prosperidade na freguesia, considera entretanto que

*... por se achar a freguesia do Iapô (...) na estrada geral para o sul, sendo um pouso certo onde param os viandantes, e invernam as Tropas; não havendo justiça, que se conheça das contendas que por ali se armam: Sendo por consequência os delinquentes em maior número e mais atrozes os mesmos delitos, por isso que os crimes ficam empunidos, pois dista esta Freguesia a quatro dias de jornada da vila de Curitiba que é a mais próxima.*<sup>22</sup>

Ele solicita ao capitão-general de São Paulo sua elevação à categoria de vila. A autorização foi dada em 24 de setembro de 1788. A 3 de outubro a Câmara de Curitiba ordenou que fossem estabelecidos os limites da nova vila. A 20 de janeiro de 1789, o ouvidor Rendon, acompanhado de sua comitiva, chegou

<sup>20</sup> ROSAS, A fundação, p.25.

<sup>21</sup> LO, Vila Nova de Castro, 1789.

<sup>22</sup> BAMC, v.28, p.7-11; DI, v.4, p.112.

ã freguesia. Pela manhã no dia 20 de janeiro, dirigiram-se à Matriz "a nobreza, as principais pessoas e o povo miúdo", para a celebração religiosa. À tarde foi levantado o pelourinho e à noite na presença do ouvidor, fez-se a escolha dos eleitores. Foram eleitos: para juiz ordinário o capitão Inácio Taques de Almeida; para juiz de órfãos, o tenente Jeremias de Lemos Conde; para juiz presidente da Câmara, José Felix da Silva e para vereadores, Guilherme Pereira dos Santos, Joaquim José de Ávila e Antonio Castanho, sendo procurador o alféres Francisco Ferreira de Andrade. Para sargento-mor foi escolhido Miguel Pedroso Leite.<sup>23</sup>

De 1789 em diante a vila de Castro contará com as vereanças e demais assentamentos da Câmara, mais uma importante fonte de consulta para o estudo dessa comunidade.

Os dados contidos no "Mappa Geral da Ordenança desta vila Nova de Castro, de q'hê sargento mor o comm Miguel Pedrozo Leite", lançados com grande clareza na "Lista da Companhia da Ordenança de q'hê Capp Igno Taques de Almeida", revelam na página final uma população de 1806 brancos (livres) e 666 escravos.<sup>24</sup> Assina o capitão Inácio, datando a lista de 30 de novembro de 1789. Na sua primeira página a lista de Vila Nova de Castro localiza na primeira casa (c) o "frei José de Santa Thereza de Jesus", com seus "afilhados", passando depois para o

Sargento M. <sup>te</sup> Miguel Pedrozo L <sup>te</sup>	50(anos)
D. Inoscencia M. <sup>a</sup> Per <sup>a</sup> p <sup>to</sup> M. <sup>te</sup>	35

<sup>23</sup> BAMC, v.28, p.13; DI, v.4, p.113-121.

<sup>24</sup> LO, Castro, 1789. Ver Figura 7, p. 96 e Figura 8, p.97.

*Estado da Vila Nova de Castro 30 de Setembro de 1789*  
*Summa*

	150	150	150	150	150	150	150	150
<i>Dr. José de Almeida</i>	150							
<i>Claro José</i>	18							
<i>José Administrador</i>	16							
<i>Manoel Mulato forro</i>	22							
<i>Summa</i>								
<i>Dr. Sargento M. Miguel de Sousa</i>	50							
<i>J. Inocência M. Pa. P. P.</i>								25
<i>Manoel Cavallero</i>	18							
<i>D. Barbara Velosa de Sousa</i>								12
<i>D. Inocência M. Pa. P.</i>								11
<i>D. Maria da Conceição de Sousa</i>								15
<i>D. Oribana Velosa</i>								3
<i>Summa</i>								
<i>Cap. Ignacio Siqueira de Almeida</i>	56							
<i>Francisco</i>	13							
<i>Prédio</i>	4							
<i>Agua</i>								16
<i>Maria da Conceição de Sousa</i>								45
<i>Summa</i>								
<i>C. J. Francisco de Sousa</i>	12							
<i>Francisco m.</i>								35
<i>Lucio</i>	13							
<i>Summa</i>								

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO DO ESTADO  
 GOV. DE SÃO PAULO

FIGURA 7 - LISTA DA ORDENANÇA DA VILA NOVA DE CASTRO (1789)

Fonte: DAE - SP. (cópia fotostática do original, in UFPR).

Rubrica

Ano 1801

Jun

	73	76	87	11	67	59	128	29	135
Agua									
Alfama			32						
Alfama							28		
Alfama								16	
Alfama									8
Alfama									50
Alfama			25						
Alfama									22
<hr/>									
	73	76	87	11	67	61	130	30	135
De R. de R. 13	8	63	137	15	67	51	113	38	114
De R. 13 de R. 31	107	60	172	15	96	81	134	31	117
<hr/>									
Summa Total	266	197	398	41	230	193	377	102	665
					266	197	398	41	



496.392.775.113.666  
 392  
 775 } 1806: m. 4666  
 113

Bom dia 1806. Cor. 666.

Vila Nova de Castro 31 de  
 96 de 1809

Declarada de 1823 } 079  
 Mortua... 44

Ant. Marques de Almeida  
 Leg.

FIGURA 8 - LISTA DA ORDENANÇA DA VILA NOVA DE CASTRO (1789)  
 Fonte: DAE - SP. (cópia fotostática do original, in UFPR).

Nessa mesma lista há um total de sessenta "ausentes", entre homens que contam de 15 a 60 anos de idade. Essa ausência, não tendo havido na época recrutamentos militares, só pode ser atribuída a atividades ligadas ao tropeirismo.

A. de SAINT-HILAIRE observou que nos Campos Gerais,

*não se cuida de outra coisa senão da criação do gado (...) e nos momentos em que não estão montados a cavalo, perseguindo as vacas e touros, eles geralmente descansam (...) Não se deve pensar, que os habitantes dos Campos Gerais permaneçam sempre em sua terra. Homens de todas as classes, operários, agricultores, no momento em que ganham algum dinheiro partem para o Sul, onde compram burros bravos para revendê-los em sua própria terra ou em Sorocaba.*<sup>25</sup>

A atuação do homem dessas comunidades campeiras que estão se constituindo nos planaltos paranaenses, na faina do tropeirismo, vai se prolongar por mais de um século, atingindo o século XX.

#### 4. Povoadores dos Campos Gerais de Curitiba

Os povoadores dos Campos Gerais, descendentes das primeiras famílias de Curitiba e Paranaguá, constituem novas famílias com paulistas vindos de São Paulo e suas vilas. Muitos desses povoadores eram descendentes de antigos sesmeiros, proprietários de fazendas nos Campos Gerais na primeira metade do século XVIII. A maioria dessas famílias povoadoras, era aparentada entre si e possuía origens comuns nas famílias da antiga Capitania de São Vicente, às quais é constantemente acrescentado o elemento chegado de Portugal. Essa população participará das expedições ao "Sertão do Tibagi", de Afonso Botelho e no século XIX acompanhará Diogo Pinto na conquista de Guarapuava. Com outros moradores do litoral paranaense e de Curitiba, da Lapa, Campo Largo, São José dos Pinhais, Palmeira,

<sup>25</sup>

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. Belo Horizonte, Edit. Itatiaia-USP, 1978, p18-9.

todas vilas paranaenses no século XIX, será importante contingente populacional do Brasil Meridional, com expressiva participação no povoamento de Guarapuava e Palmas, da região serrana de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e do atual oeste catarinense.

Foi levantada a genealogia de Francisco Carneiro Lobo e seus filhos, Inácio de Sá Arruda, Diogo Bueno de Almeida, Luis Castanho de Araújo, Antonio Castanho de Sá, Antonio de Quadros Bicudo, Bernardo e Antonio Pereira de Quadros, Manoel de Melo Rego e filhos, Luis de Melo Rego, Bartolomeu da Rocha Carvalhais, Miguel da Rocha Carvalhais, Bento Soares de Oliveira e filhos, Francisco Antonio de Araújo Monteiro e filhos, Rodrigo Felix Martins e seus filhos, Inácio Taques de Almeida (pai e filho) entre outros. Também foram pesquisados Ana Mendes Tenoria e Manoel da Costa Ferreira, João Soares Fragoso (com parentes em Lages), José Ferreira Pinto (avô de Domingos Ferreira Pinto, o barão de Guaraúna), os irmãos Antonio, Pedro, Guilherme Pereira dos Santos e João Batista Pereira, (netos de Guilherme Dias Cortes), Jeremias de Lemos Conde e vários outros.

Esses nomes estão registrados nas listas da Ordenança, a partir de 1766, nas atas da Câmara de Castro, na Relação de Botelho, nos testamentos e inventários do Cartório cível de Castro e nos livros de batismos, casamentos e óbitos da paróquia de Santana de Castro, documentos esses consultados para elaboração das genealogias constantes deste trabalho, pesquisados no período que vai de 1750 até 1850.

### **Francisco Carneiro Lobo**

Natural de Viana do Castelo (Portugal), o capitão Francisco Carneiro Lobo estabeleceu-se nos Campos Gerais, na povoação do Iapó, ao casar em 1752 com Quitéria Maria da Rocha, nascida em 1733.

Quitéria era filha de Josefa Rodrigues Gonçalves, casada com o capitão Manoel da Rocha Carvalhais, natural de Porto, Portugal. Josefa era a segunda filha de Paula Rodrigues de França,

por esta neta do capitão-mor de Paranaguã, João Rodrigues de França, o qual deixou numerosa descendência nos Campos Gerais, da sua união com Maria da Conceição.<sup>26</sup>

Na lista de ordenanças de 1766, nos Campos Gerais, Francisco Carneiro Lobo, de 45 anos, está viúvo e mora com seus filhos Luciano, de 8 anos e Francisco, de 6 anos. As filhas não foram registradas. Possui duas armas e onze escravos (homens) e 700 mil réis em dinheiro.<sup>27</sup>

Francisco Carneiro Lobo foi casado em segundas núpcias a 12 de dezembro de 1767 com Maria de Jesus Vasconcelos, filha do capitão-mor de Curitiba, Leão de Melo e Vasconcelos, natural de Elvas, Portugal e de sua mulher Rosa Jesus, de Taubaté, descendente dos Prado e dos Fragoso. Capitão da 3.<sup>a</sup> Companhia de Ordenança da Cavalaria Auxiliar dos Campos Gerais, distinguiu-se nas expedições para Guarapuava, comandadas pelo tenente coronel Afonso Botelho. Sua ação, em 1772, ficou registrada no diário do referido comandante: ao constatar o trucidamento de oito soldados pelos índios, conseguiu avisar a tempo o restante da expedição, evitando que toda ela fosse dizimada.<sup>28</sup>

Em 1789 o capitão Francisco Carneiro Lobo, de 60 anos, reside na vila de Castro, no bairro de Santo Antonio, casado com dona Ana Maria (sic) de 40 anos (pouco legível). Moram com o casal Joaquim (de 27 anos, que está ausente), Francisco, de 22 anos, Francisca, de 15 anos e Ana, de 13 anos. Ele possui onze escravos.<sup>29</sup>

<sup>26</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p.574-5, 91-2.

<sup>27</sup> LO, Curitiba (Campos Gerais) 1766.

<sup>28</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p.592.

<sup>29</sup> LO, Castro, 1789.

O capitão Francisco Carneiro Lobo faleceu a 16 de abril de 1795, com 70 anos.<sup>30</sup> Seu inventário data de 1795, onde ficou registrada a sua descendência. Do seu primeiro casamento, com Quitéria Rodrigues da Rocha, teve:

1. Luciano Carneiro Lobo, casado em 1795 com Francisca de Sã.
2. Francisco Carneiro Lobo (filho), solteiro em 1795.
3. Francisca Velinda Carneiro, casada com Francisco Antonio de Menezes.

Do seu segundo casamento, com Maria de Jesus Vasconcelos, teve:

4. Francisca de Paula Carneiro, com 22 anos, solteira em 1795.
5. Ana do Rosário, solteira, com 20 anos.

Dos seus filhos naturais foram incluídos no inventário:

6. Joaquim Carneiro Lobo, casado, com 43 anos.
7. Quitéria, com 30 anos, casada com José Raimundo Serrano.

Domingas, de 23 anos, foi excluída do inventário.<sup>31</sup>

Joaquim Carneiro Lobo - Natural de Taubaté, havido antes do casamento com Quitéria Rodrigues da Rocha, casou com Ana Rodrigues Ferreira, filha única de Jeremias de Lemos Condê e Ana Maria Rodrigues Ferreira.<sup>32</sup> Pela parte paterna Ana descende de tradicionais troncos

<sup>30</sup>

PNSS, Castro, Óbitos e Casamentos, liv. 1, fl. 9.

<sup>31</sup>

Cartório Cível de Castro, Inventários, 1795; NEGRÃO, Genealogia, v.3, 593-602.

<sup>32</sup>

BORBA, Oney B. Preconceito e violência. Curitiba, Edit. Literotécnica, 1984, p.99-100.

de Paranaguá, pois é neta de Manoel de Lemos Conde (filho) e Maria de Lemos, esta casada em segundas núpcias com o capitão-mor de Curitiba, Rodrigo Felix Martins. Jeremias Lemos Conde, que passou a residir com este casal, é neto de Manoel de Lemos Conde, português, provedor das minas de Paranaguá em 1674, casado com Ana Cordeiro Matoso Morato, descendente de Manoel Morato Coelho e Valentim Cordeiro, bandeirantes paulistas e de Antonio Rodrigues de Alvarenga, povoador de São Vicente, no século XVI.<sup>33</sup>

Joaquim Carneiro Lobo, na lista da Ordenança da Vila de Castro, em 1814, tem 62 anos e sua mulher "dona Anna", natural de Castro, tem 41 anos. Seus filhos Hermógenes, Jeremias e Joaquim, têm respectivamente 21, 14 e 13 anos. Joaquim Carneiro Lobo possui onze escravos. No ano seguinte consta como capitão da 2.<sup>a</sup> Companhia da vila.<sup>34</sup>

Seu filho, o capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira foi morador de Palmas, depois que participou em 1845 de uma expedição comandada por Francisco da Rocha Loures, que abriu o caminho direto para as Missões, atravessando o rio Uruguai pelo passo de Goio-En (ou de Nonoai).<sup>35</sup>

Luciano Carneiro Lobo vem citado na lista de ordenanças de 1766, nos Campos Gerais, morando com seu pai e seu irmão Francisco, contando 8 anos de idade. Casou-se primeiramente com Francisca de Sã, filha de Inácio de Sã Arruda e Antonia de Almeida, moradores da povoação do Iapõ em 1766.<sup>36</sup> Desse casa-

<sup>33</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.4, p.75, 129; LO, 1766, Curitiba.

<sup>34</sup> LO, Castro, 1814, 1815.

<sup>35</sup> SILVA, José Julio Cleto da. Apontamentos históricos de Palmas e Clevelândia, In: BIHGEP, 28:65-158, 1976, p.75.

<sup>36</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 2, fl. 33; LO, Curitiba (Campos Gerais), 1766.

mento nasceram nove filhos conforme informa Naldy Carneiro de Mello, que organizou a árvore genealógica dos seus ascendentes. Filhos portanto de Luciano Carneiro Lobo e Francisca de Sã; são: João, José, Manoel, Maria do Monte, Escolástica, Delfina, Ana, Luciano e Francisco Inácio, cujos nascimentos ocorreram 1777 a 1795. Francisca de Sã faleceu em 1806.<sup>37</sup>

Em 1789, quando Castro foi elevada a vila, Luciano Carneiro tem 29 anos e Francisca, sua mulher, tem 27 anos. São seus filhos José (13 anos), Manoel (12 anos), Delfina (5 anos) e Escolástica (3 anos). Luciano possui um escravo.<sup>38</sup>

O segundo casamento de Luciano Carneiro Lobo realizou-se a 8 de dezembro de 1810, com Izabel Branco e Silva, filha do ouvidor de Paranaguã, doutor Manoel Lopes Branco e Silva, nascido em Portugal e de sua mulher Bibiana Perpétua Branco e Silva.<sup>39</sup> Em 1814 Luciano, de 44 anos, mora na vila de Castro, casado com "dona Izabel", de 23 anos. Vive de seus negócios com animais e possui vinte e quatro escravos.<sup>40</sup>

O casal teve Francisco, Luis, Maria Jesuina, José, Joaquim, Bibiana Perpétua, Maria Rita Carneiro Silva Lobo e Maria Eufrásia. Luciano Carneiro Lobo faleceu em 1842 e sua esposa Isabel em 1870.<sup>41</sup>

Luciano Carneiro Lobo foi o fundador de Jaguariaíva e capitão-mor e teve muita projeção política e social nos Campos Gerais. Aparece com destaque nas listas de Ordenança, sendo seu filho José Carneiro Lobo, sargento-mor da vila de Castro.

<sup>37</sup> VARGAS, Tulio. A ilustre descendência dos Carneiro Lobo. BIHGEP. Curitiba, 43:49-56, 1986, s.p., anexo de Naldy Carneiro de Mello.

<sup>38</sup> LO, Castro, 1789.

<sup>39</sup> NEGRÃO

<sup>40</sup> LO, Castro, 1814.

<sup>41</sup> VARGAS, RIHGEP, s.p. (anexo).

Francisco Carneiro Lobo (filho) - Consta seu nome na lista de Ordenança de 1766, com 6 anos de idade.<sup>42</sup> Casou depois do falecimento de seu pai, que ocorreu em 1795, com Ana de Sã, a 3 de maio de 1797. Ana é a última filha de Inácio de Sã Arruda e Antonia de Almeida,<sup>43</sup> irmã da primeira esposa de Luciano Carneiro Lobo, Francisca de Sã. Francisco faleceu a 1º de março de 1799, aos 40 anos de idade.<sup>44</sup> O casal não teve filhos.

A lista de Ordenança de 1814, registra "dona Anna de Sã", de 44 anos, que planta para seu sustento, residente no bairro de Santo Antonio, da vila de Castro.<sup>45</sup>

Francisca de Paula Carneiro - Casou em 1796 com Antonio Ribeiro de Andrade, que foi capitão-mor em Curitiba.<sup>46</sup>

Ana do Rosário Carneiro - Era casada com Joaquim Ferreira de Oliveira e em segundas núpcias com Cirino Borges de Macedo, este residente em Castro, pertencente a tradicional família de Antonina, cidade do litoral paranaense.<sup>47</sup>

#### Inácio de Sã Arruda e Antonia de Almeida

Inácio de Sã Arruda, assim como seu primo Inácio Taques de Almeida, são netos de Maria de Quadros e de Francisco de Sã Arruda, este vindo para São Paulo da ilha de São Miguel com seus irmãos Sebastião de Arruda Botelho e André Sampaio de Arruda.

<sup>42</sup> LO Curitiba (Campos Gerais), 1766.

<sup>43</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 1, fl.135.

<sup>44</sup> PNSS, Óbitos, liv.1 fl. 18.

<sup>45</sup> LO, Castro, 1814.

<sup>46</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p.602.

<sup>47</sup> NEGRÃO, p.602.

Esses três irmãos casam com Maria, Isabel e Ana, filhas de Bartolomeu de Quadros e Isabel Bicudo de Mendonça.<sup>48</sup> Deste casal descendem Inacio de Sá Arruda, Inácio Taques de Almeida, Manoel de Melo Rego e Antonio de Quadros Bicudo, povoadores dos Campos Gerais de Curitiba e moradores da povoação do Iapô em 1766. Aí criaram seus filhos, que realizaram vários casamentos entre si.

Inácio de Sá Arruda é filho de José de Sá Arruda que casou com Maria de Araújo, filha de Lourenço Castanho Taques e de outra Maria de Araújo. Natural de Parnaíba, Capitania de São Paulo, casou com Antonia de Almeida Bueno, descendente dos Lara, Bueno, Moraes e Castanho de Almeida que se transferiram de São Paulo para Parnaíba. Silva LEME registrou-os na *Genealogia paulistana*, quando ainda tinham somente quatro filhos: Maria de Sá Araújo, Luis Castanho de Araújo, Joana Bueno e Diogo Bueno.<sup>49</sup>

Mas a lista de ordenanças de 1766, acusa a presença de Inácio de Sá Arruda nos Campos Gerais, com 56 anos, casado com Antonia Almeida e os filhos: Luis Castanho, de 35 anos, Diogo Bonette, de 29 anos, Inácio da Silva, de 21 anos, José da Silva, de 9 anos, Joaquim de Almeida, de 6 anos, Antonio Bonete, de 5 anos e Manoel Castanho, de 3 anos. São todos solteiros e as filhas não foram cadastradas.<sup>50</sup>

Em 1780 Antonia Arruda (ou Almeida) já viúva, com 56 anos, mora com seus filhos Joaquim (16 anos) Antonio (13 anos), Manoel (11 anos), Guilherme (9 anos), Isabel (28 anos) e Ana (14 anos), no bairro de Santo Antonio, da freguesia do Iapô. Em

<sup>48</sup> LEME, Luis Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo, Duprat, 1903-1905, v.4, p.508-37. Ver Figura 9, p. 110.

<sup>49</sup> TAQUES, Pedro. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*, 5 ed., São Paulo. Edit. Itatiaia/USP, 1980, v.1, p.267.

<sup>50</sup> LO, Curitiba (Campos Gerais), 1766.

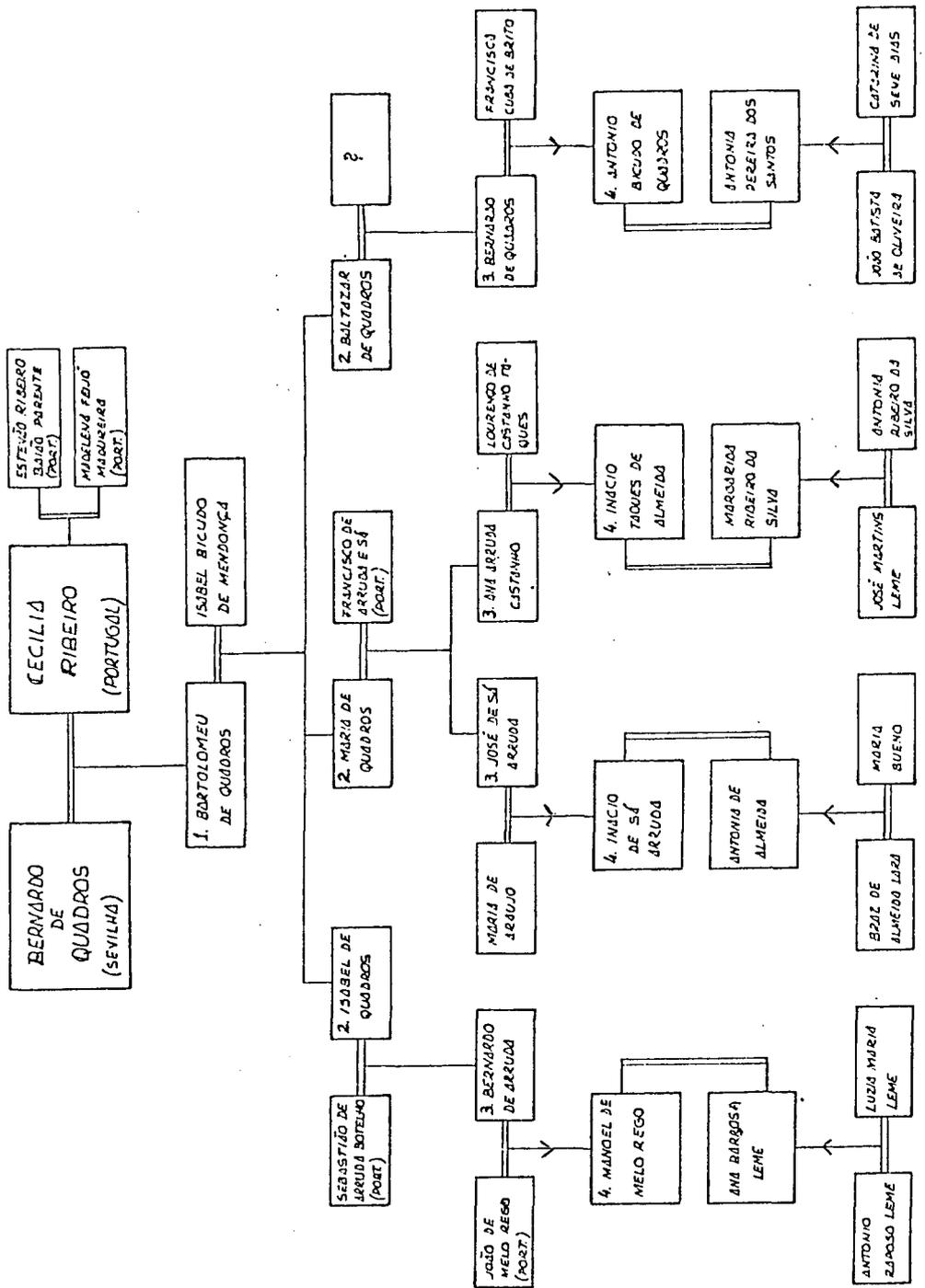


FIGURA 9 - QUADRO GENEALÓGICO Nº 1

Organização de R. V. Roderjan

1789 Antonia de Almeida tem 62 anos e vive com seus filhos Guilherme, de 23 anos e Ana, de 21 anos.<sup>51</sup>

Sem informações sobre os óbitos de Antonia de Almeida e Inácio de São Arruda, nem sobre seus testamentos e inventários, foi levantada a relação dos seus filhos, baseada principalmente em várias listas de ordenanças:

1. Luis Castanho de Araújo, casado com Rosa do Espírito Santo.
2. Diogo Bueno de Almeida, casado com Tereza Soares de Oliveira e em segundas núpcias com Inácia Maria de Quadros.
3. Inácio da Silva.
4. José da Silva.
5. Joaquim de Almeida.
6. Antonio Bonette, Castanho ou Castanho de São, casado com Felizarda Soares.
7. Manoel Castanho.
8. Guilherme.
9. Maria de São Araújo, casada com José Alves.
10. Joana Buena de Almeida, casada com Antonio Pereira dos Santos.
11. Isabel.
12. Francisca de São, casada com Luciano Carneiro Lobo.
13. Ana de São, casada com Francisco Carneiro Lobo (filho).

Desses filhos, sete foram localizados com certeza, como residentes em Castro, com sua filiação.

Luis Castanho de Araújo - Casou em Curitiba com Rosa do Espírito Santo da Rocha ou Coitinho, filha de Bartolomeu da Ro-

<sup>51</sup>  
LO, Castro, 1780, 1789.

cha Carvalhais, casado com Margarida Domingues. Pela parte paterna, Rosa é descendente do capitão-mor de Paranaguá, João Rodrigues de França. Sua avó paterna é Josefa Rodrigues Gonçalves, casada com Manoel da Rocha Carvalhais. Pela parte materna Rosa descende de João Domingues Pais, de Paranaguá.<sup>52</sup>

Na lista de ordenanças de 1789, Luis Castanho tem 54 anos e Rosa (ilegível) e moram com seus filhos Felipe, de 20 anos, Antonio de 13 anos, e João, de 6 anos, Marcelo, de 4 anos e Ana de 11 anos. Possuem 13 escravos. Em 1816 Luis Castanho de Araújo tem 71 anos e faleceu Rosa, com 66 anos.<sup>53</sup> Ele foi inventariado em 1830 e constam como herdeiros:

1. Ana Maria, viúva, inventariante.
2. Antonio Castanho, casado, residente no Sul.
3. Felipe Castanho, falecido, com o filho Luis, residente no Sul.
4. Marcelo Castanho, residente no Sul.<sup>54</sup>

Diogo Bueno de Almeida - Casado com Tereza Soares de Oliveira, neta de Josefa Rodrigues Gonçalves e Manoel da Rocha Carvalhais, filha de Maria Flávia da Rocha, casada com Bento Soares de Oliveira,<sup>55</sup> ambos com inventários, moradores na povoação do Iapó em 1766.

Em 1780 Diogo tem 38 anos e reside em Castro com sua mulher Tereza de Oliveira, de 33 anos, e os filhos Francisco de 7 anos, Mariano, de 5 anos e Francisco, de 10 meses.

<sup>52</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p.590, 609.

<sup>53</sup> LO, Castro, 1789, 1716.

<sup>54</sup> Cartório Cível de Castro, Inventários, 1830.

<sup>55</sup> LO, Castro, 1780.

Em 1789 Diogo Bueno de Almeida, de 43 anos está casado com Inácia Maria, contando com os filhos Francisco, de 15 anos, Mariana, de 14 anos, Francisco José, de 11 anos, Mariana, de 10 anos e Maria de 8 anos, que, pelas idades, são filhos da primeira esposa.<sup>56</sup>

O inventário de Tereza Soares de Oliveira data de 1782. O inventário de Diogo Bueno, de 1822, está quase ilegível. A inventariante é a mulher, Inácia de Quadros.<sup>57</sup>

Joana Buena de Almeida - Casou em 1769, com Antonio Pereira dos Santos, filho de João Batista dos Santos e Catarina Dias Cortes ou de Senne Dias. Antonio é irmão de Antonia Pereira, casada com Antonio de Quadros Bicudo e que com outros irmãos, residem em Castro. Eles descendem de Guilherme Dias Cortes e Baltasar Carrasco dos Reis, povoadores de Curitiba.<sup>58</sup>

Em 1789 Joana Buena está viúva, com seus filhos Francisco, de 15 anos, e Manoel, de 13 anos. Em 1814, com 65 anos, Joana Buena reside com seu filho Francisco de Paula Pereira, que está casado com Antonia Pereira, de 20 anos, do Sul. Ele possui 15 escravos.<sup>59</sup>

Francisca de Sá e Ana de Sá - Filhas de Inácio de Sá Aruda e Antonia de Almeida, casam respectivamente com Luciano e Francisco Carneiro Lobo, filhos do capitão Francisco Carneiro Lobo.<sup>60</sup>

<sup>56</sup> LO, Castro, 1789.

<sup>57</sup> Cartório Cível de Castro, Inventários, 1782, 1822.

<sup>58</sup> LEME, Genealogia, v.4, p.512; NEGRÃO, Genealogia, v.1, p.592.

<sup>59</sup> LO, Castro, 1789, 1814.

<sup>60</sup> Maiores dados nas biografias de Francisco e Luciano Carneiro Lobo.

Antonio Castanho - Também chamado Bonette ou Castanho de Sã, reside com os pais em 1766, quando tem 5 anos.

Em 1780 mora com sua mãe Antonia, já viúva. Em 1789 Antonio, de 27 anos, está casado com Felizarda, de 23 anos e tem Quintiliano, de 4 anos e Francisco de 2 anos, possuindo um escravo. Residem no bairro de Santo Antonio, da vila de Castro.<sup>61</sup>

Felizarda Soares é irmã de Tereza Soares de Oliveira, ambas filhas de Maria da Rocha Carvalhais. Maria é irmã de Bartolomeu da Rocha Carvalhaes que casou sua filha Rosa do Espírito Santo com Luis Castanho de Araújo. As mulheres citadas são descendentes de João Rodrigues de França. No inventário de Maria da Rocha Carvalhais, Felizarda Soares é casada com Antonio Castanho (1810).<sup>62</sup>

Antonio Castanho e Felizarda Soares tiveram Bernardo Castanho da Rocha que vai se destacar no povoamento e governança das vilas que se formam no Planalto Médio do Rio Grande do Sul. Bernardo casou em Castro, a 2 de maio de 1811, com Maria Eufrãsia, com quem vai casado para o Rio Grande do Sul.<sup>63</sup>

#### Antonio de Quadros Bicudo e Antonia Pereira

Antonio de Quadros Bicudo vem citado por Silva LEME como terceiro filho de Bernardo de Quadros, este casado em São Paulo em 1703, com Francisca Cubas de Brito. Bernardo é neto de Bartolomeu de Quadros e bisneto de Bernardo de Quadros, este natu-

<sup>61</sup> LO, Castro, 1766, 1780, 1789.

<sup>62</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1810.

<sup>63</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 2, fl.53.

ral de Sevilha, casado com Cecília Ribeiro, atuando como juiz de órfãos em São Paulo, em 1599. Cecília é filha de Estevão Ribeiro Baião Parente e Madalena Feijó de Madureira, que vieram do Porto (Portugal), povoar São Vicente. Antonio casou em Itú, em 1742 com Antonia Pereira, filha de João Batista Pereira, natural de Santos e de Catarina de Senne Dias, Curitiba. No mesmo ano, casaram em Itú, Ana de Meira, irmã de Antonio de Quadros Bicudo e João Batista Pereira (filho), irmão de Antonia Pereira.<sup>64</sup>

Antonia Pereira é neta por parte materna de Maria das Neves, a sétima filha de Baltasar Carrasco dos Reis, povoador de Curitiba e de sua mulher Isabel Antunes da Silva, descendente dos Preto e dos Pais de São Paulo. Maria das Neves era casada com Guilherme Dias Cortes, povoador de Curitiba, onde passou com a bandeira de Rodrigo de Castelo Branco,<sup>65</sup> em 1679.

Os irmãos de Antonia Pereira, residiam, em sua maioria, na vila de Castro, nos Campos Gerais.

Na lista de ordenanças de 1766 dos Campos Gerais, Antonio de Quadros, de 54 ou 57 anos está casado com Antonia Pereira e tem quatro filhos: Bernardo de Quadros (11 anos), Antonio Pereira (8 anos), Francisco de Quadros (4 anos) e José de Quadros (2 anos). As filhas não foram cadastradas. Possui três armas e dois escravos e um agregado, Pedro de Quadros, de 12 anos.<sup>66</sup> Nos assentamentos da capela de Nossa Senhora do Carmo do Capão Alto, em 1764, consta o casamento de Pedro com Leonor Alves de Araújo (esta com inventário em 1800). As sucessivas listas de ordenanças trazem sua descendência. Os registros paroquiais, do casa-

<sup>64</sup> LEME, Genealogia, v.4, p.520.

<sup>65</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p.591-3.

<sup>66</sup> LO, Curitiba (Campos Gerais), 1766.

mento dos seus filhos, atestam que Pedro de Quadros é preto for-  
ro.<sup>67</sup>

Antonio de Quadros é inventariado em Castro, em 1767 e Antonia Pereira em 1769. No inventário de Antonia ela consta como proprietária do Carambeí e deixa os seguintes filhos:

1. Inacia, casada com Antonio Lima Siqueira.
2. Francisca, casada com Francisco da Cruz.
3. Ana, casada com Luis de Melo Rego, filho de Manoel do Melo Rego.
4. Bernardo Pereira de Quadros, solteiro.
5. Luisa, solteira.
6. Antonio, solteiro.
7. Maria Joana (Joaquina) casada com Felipe Gracia de Lima.
8. Francisco (falecido em criança).
9. José, solteiro.<sup>68</sup>

Dos filhos de Antonio de Quadros e Antonia Pereira, Ana, Bernardo, Luisa, e Antonio serão apresentados neste trabalho com maior destaque.

Bernardo Pereira de Quadros - Já citado na lista de ordenanças de 1766, morando com seus pais, com 11 anos, aproximadamente. Ele foi registrado na lista de 1789 como capataz da fazenda São Bento. Tem 40 anos e está casado com Branca e são seus filhos Ana, de 6 anos, Luzia, de 4 anos e Reginalda, de 2 anos. A fazenda tem 5 escravos e 12 agregados.<sup>69</sup>

<sup>67</sup> PNSS, Castro, 1768. Casamentos, liv. ilegível, fl.13.

<sup>68</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1767, 1769.

<sup>69</sup> LO, Castro, 1766, 1789.

Branca Buena de Moraes (ou Bueno), natural de Curitiba, é filha de Antonia Ribeira (ou Ribeiro), casada em 1761 com José Correia de Moraes, de Atibaia, filha de Inácio Taques de Almeida e Margarida da Silva.<sup>70</sup>

O batizado de Ana (Florinda), a primeira filha de Bernardo e Branca, foi registrado a 18 de março de 1784 e foram seus padrinhos José Pereira de Quadros (solteiro, irmão de Bernardo) e Vitória Pereira de Jesus (tia de Bernardo). Luzia é batizada em 18 de setembro de 1785 e são seus padrinhos o tio de Bernardo, Guilherme Pereira dos Santos, solteiro e sua irmã Luisa, que consta como casada com Inácio Taques de Almeida. Em 21 de outubro de 1787 é registrada Reginalda.<sup>71</sup>

Na lista de ordenanças de 1803 foi localizado Bernardo Pereira de Quadros com 49 anos, fazendeiro da fazenda São João, no bairro da Parição. Branca está com 36 anos e têm nove filhos. Em 1808 eles moram no bairro de São Dâmaso, sendo vizinhos de Rodrigo Felix Martins (filho), de 25 anos, que casou com a filha de Bernardo e Branca, Luzia Maria de Quadros. Ana Florinda está casada com Álvaro Gonçalves Martins, irmão de Rodrigo, desde 1798.<sup>72</sup>

Não foi encontrada a data do casamento de Bernardo e Branca e nem seus inventários, mas as listas de ordenança e os registros cíveis e paroquiais, permitiram organizar a relação de seus filhos e suas idades aproximadas em 1808.<sup>73</sup>

<sup>70</sup> LEME, Genealogia, v.4, p.512.

<sup>71</sup> PNSS, Castro, Batizados, enfólios, fl.ilegível.

<sup>72</sup> LO, Castro, 1803.

<sup>73</sup> LO, Castro, 1808.

1. Ana Florinda, casada com Álvaro Gonçalves Martins, 25 anos.
2. Luzia Maria, casada com Rodrigo Felix Martins, 23 anos.
3. Reginalda, solteira, 21 anos.
4. Maria, 19 anos.
5. José, 17 anos.
6. Francisco, 15 anos.
7. Joaquim, 13 anos.
8. Leandro, 11 anos.
9. Gabriel, 8 anos.
10. Bernardo, 6 anos.
11. Ana Emília, 11 meses.

Luzia Maria de Quadros falece em 1816 e Rodrigo <sup>74</sup> contrai segundas núpcias com Reginalda Bueno de Moraes, sua cunhada. Em 1813 José Antonio de Quadros casa com Alda Brandina, filha de Iria Balbina da Trindade, irmã de Rodrigo. Em 1823 Ana Emília de Quadros casa com Joaquim Roberto Martins, filho de Rodrigo. <sup>75</sup> Francisco Leandro de Quadros que seria o Leandro da lista de 1808, desposou a filha de Atanagildo Pinto Martins, irmão de Rodrigo, Felicidade Maria do Amaral. Com a morte desta, casou-se com Carlota Maria do Amaral, também filha de Atanagildo. <sup>76</sup> Tudo indica que Bernardo Pereira de Quadros (filho) casou com Ana Claudina Martins, sua sobrinha, filha de Rodrigo. Esses casais, com excessão de Ana Florinda e Álvaro Gonçalves Martins, vão se estabelecer na região serrana do Planalto Médio do Rio

<sup>74</sup> CARTÓRIO Cível Castro, Inventários, 1818; PNSS, Castro Casamentos, liv. 3. fl.33.

<sup>75</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv.2, fl.80; Casamentos, livro ilegível, p.82

<sup>76</sup> APRS, Inventários.Órfãos e ausentes, Passo Fundo, 1844 (A 1, M 7 E 10).

Grande do Sul, na terceira década do século XIX em diante, acompanhando os irmãos Atanagildo e Rodrigo, naturais de Castro, filhos do capitão-mor Rodrigo Felix Martins.

Antonio Pereira de Quadros - A primeira informação que temos de Antonio Pereira de Quadros é na lista das ordenanças de 1766, dos Campos Gerais, quando ele mora com seus pais e tem 8 anos de idade. O registro do seu casamento com Maria da Rocha é de 14 de fevereiro de 1795. Maria da Rocha é filha de Bartolomeu da Rocha Carvalhais e Maria Domingues de Araújo<sup>77</sup> e neta paterna do português Manoel da Rocha Carvalhais, casado com Josefa Rodrigues Gonçalves. Esta, por sua mãe Paula Rodrigues de França, é neta de João Rodrigues de França, capitão-mor de Paranaguá no início do século XVIII.

Em 1814 Antonio Pereira de Quadros tem 64 anos e sua mulher, Maria Rodrigues da Rocha, tem 40 anos. Moram com seus filhos Gabriel, de 18 anos, Antonio, de 7 anos, Manoel, de 5 anos, Maria, de 15 anos e Ana, de 12 anos. Ele "planta para seu sustento" e tem dez escravos. Residem no bairro de Ponta Grossa, da vila de Castro.<sup>78</sup>

Seu falecimento vem registrado a 20 de janeiro de 1822,<sup>79</sup> com 74 anos. Sua mulher Maria Rodrigues da Rocha foi inventariada em 1822, sendo inventariante seu genro Francisco de Paula Machado. Não foi achado o registro do óbito dela, nem o inventário de Antonio Pereira de Quadros. Constan como seus filhos em 1822:

<sup>77</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 1, fl.100.

<sup>78</sup> LO, Castro, 1814.

<sup>79</sup> PNSS, Castro, Casamentos e óbitos, liv. (ilegível), fl. 178.

1. Ana Antonia, casada com Francisco de Paula Machado.
2. Maria Eugênia de Quadros, casada com Miguel da Rocha Ferreira.
3. Antonio Pereira de Quadros, solteiro, 16 anos.
4. Manoel Bernardo da Anunciação, solteiro, 15 anos.<sup>80</sup>

Gabriel vem registrado no "Livro de Milícia" de Curitiba em 1815, constando como falecido nas guerrilhas do Prata. Realmente na lista das ordenanças de 1817, não consta mais seu nome, com os filhos de Antonio e Maria da Rocha.<sup>81</sup>

Os três últimos filhos do casal, casaram com seus primos-irmãos, respectivamente Miguel da Rocha Ferreira, Fortunata Dina da Rocha Carvalhais e Eufrásia da Rocha, filhos de Miguel da Rocha Carvalhais e Helena Ferreira.

Antonio Pereira de Quadros (filho), batizado a 16 de novembro de 1806<sup>82</sup> consta na lista de ordenanças de 1836, residindo no 1º quarteirão da freguesia de Ponta Grossa, termo da vila de Castro, como alferes, com 31 anos, casado com "dona Fortunata" da Rocha, de 23 anos, possuindo nove escravos, sendo negociante. Seu irmão o alferes Manoel Bernardo, de 29 anos está casado com "dona Eufrásia da Rocha", de 28 anos, e possui dois escravos e um agregado.<sup>83</sup> Ambos não têm filhos. O inventário de Fortunata Dina Rocha Carvalhais data de 1845.<sup>84</sup> Esses dois irmãos passam a morar em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, onde

<sup>80</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1822.

<sup>81</sup> O LIVRO de Milícia de Curitiba foi consultado em cópia datilografada, na residência do professor David Carneiro, em Curitiba.

<sup>82</sup> PNSS, Castro, Batizados, liv.1, fl.110.

<sup>83</sup> LO, Castro (Ponta Grossa), 1836.

<sup>84</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1845.

Antonio Pereira de Quadros contrai segundas nupcias com Maria Liduina, filha de Rodrigo Felix Martins e Reginalda Bueno de Moraes.

Luisa Maria de Quadros - Casada com o capitão Inácio Taques de Almeida (filho), vem descrita nas informações registradas sobre seu marido.

Ana de Quadros - Casada com Luís de Melo Rego, também será apresentada junto aos descendentes de Manoel de Melo Rego, seu sogro.

Maria Joana, ou Joaquina e seu esposo Felipe Gracia de Lima, residem em Castro e aparecem em várias listas de ordenanças. Seus filhos têm sobrenomes Gracia de Quadros e Quadros.

Também Inácia de Quadros, consta da lista de ordenanças de 1766 nos Campos Gerais, casada com Antonio de Lima Siqueira, de 40 anos de idade e também em outras listas, morando em Catanduvas, "bairro" de Castro. Este casal não teve filhos.

José Pereira de Quadros - O filho mais moço de Antonio de Quadros Bicudo e Antonia Pereira, consta morando com a irmã Ana e o cunhado Luis de Melo em 1780, com 16 anos. Também reside com o casal, Luisa, que desposará mais tarde Inacio Taques de Almeida.<sup>85</sup> Em 1784, José aparece como padrinho, no batismo da sua sobrinha Ana, sendo solteiro, com seu nome completo, José Pereira de Quadros.<sup>86</sup> Não foram conseguidas informações sobre ele.

<sup>85</sup> LO, Castro, 1780.

<sup>86</sup> PNSS, Castro, Batizados, Enfólios, fl. ilegível, 1784.

Manoel de Melo Rego e Ana Barbosa Leme

Manoel de Melo Rego descende de Sebastião de Arruda Botelho que veio da ilha de São Miguel para São Paulo, junto com seus irmãos Francisco de Arruda e Sá e André Sampaio de Arruda. Sebastião de Arruda Botelho casou-se com Isabel de Quadros, filha de Bartolomeu de Quadros e Isabel Bicudo de Mendonça em 1635. Ele faleceu em Itú, em 1721. Bernarda de Arruda, filha de Sebastião e Isabel, casou em Itú com João de Melo Rego, da ilha de São Miguel e tiveram Manoel de Melo Rego, "mestre em artes pelos pátios do colégio de São Paulo". Manoel casou em Curitiba com Ana Barbosa Leme, nascida em Pindamonhangaba, viúva de Antonio Correia Rangel e filha de Antonio Raposo Leme e Luzia Leme.<sup>87</sup>

Em 1766 Manoel de Melo Rego, com 58 anos e sua esposa Ana Barbosa Leme residem nos Campos Gerais de Curitiba, com seus filhos Luís, de 15 anos, Francisco, de 13 anos, Manoel, de 10 anos João, de 8 anos, José, de 2 anos e Antonio, de 8 meses, possuindo dois escravos.<sup>88</sup>

A "Relação" de Afonso Botelho cadastrou a fazenda de Cinza, de Manoel de Melo Rego, que nela vivia, distante 9 léguas do pouso do Iapô. Manoel herdou-a de seu pai João de Melo Rego, sesmaria adquirida em 1733, localizada entre o rio das Cinzas, o Capão da Cilada e as terras de Manoel Gonçalves de Aguiar.<sup>89</sup>

<sup>87</sup> LEME, Genealogia, v.4, p. 1,108, 149.

<sup>88</sup> LO, Curitiba (Campos Gerais), 1766.

<sup>89</sup> BOTELHO, Relação. RITTER, Marina Lourdes. As sesmarias do Paraná no século XVIII. Curitiba, Ed. do IHGEP, Edit. Lítero-técnica, 1980, p.247.

Em 1789, com 70 anos Manoel de Melo Rego reside na vila Nova de Castro, com sua mulher Ana Barbosa, de 60 anos e a filha Bernarda, de 30 anos e possui sete escravos.<sup>90</sup>

Manoel de Melo Rego faleceu a 15 de janeiro de 1795 e Ana Barbosa Leme em 1796, sendo seu inventariante seu filho Luis de Melo Rego. São filhos do casal: Luis de Melo, Francisco, Manoel, José Antonio, Antonio, Joaquim, Vicente, Bernarda, Mariana, casada com Pedro Pereira dos Santos e Ana Maria, casada com Joaquim José. Ele morreu com 87 anos.<sup>91</sup>

Em 1814 os filhos de Manoel de Melo Rego residem no bairro de Lança (Piraí). Silva LEME registrou sua filiação, faltando somente Vicente e Ana Maria, provavelmente os últimos filhos de Manoel de Melo Rego e Ana Barbosa.<sup>92</sup>

Luis de Melo Rego - Casou com Ana de Quadros, filha de Antonio de Quadros e Antonia Pereira. Em 1780 tem 31 anos e Ana 29 anos. O casal tem os filhos Luciano, de 4 anos e Joaquim, com 1 ano e com eles residem Luisa e José de Quadros, irmãos de Ana. Luisa vai casar com Inácio Taques de Almeida. Em 1789 Luís de Melo tem 42 anos e Ana 40 anos e residem na "Fazenda da Sinza", com os filhos Luciano, de 14 anos, Joaquim, de 12 anos, Francisco, de 4 anos, Bernardo, de 1 ano e Angélica, de 9 anos. Luis está ausente e possui seis escravos.<sup>93</sup>

Luis de Melo Rego e Ana de Quadros casam os filhos Luciano Antonio, Joaquim Luís de Melo e Francisco de Quadros respectivamente com Ana Joaquina de Quadros, Felizarda e Isabel, fi-

<sup>90</sup> LO, Castro, 1789.

<sup>91</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1795, 1796; PNSS, Castro, Óbitos, liv. 1, fl. 9.

<sup>92</sup> LEME, Genealogia, v.4, p.149-153. Aqui estão registrados os seus filhos e casamentos.

<sup>93</sup> LO, Castro, 1780, 1789.

lhas de Mariana, irmã de Luís, casada com Pedro Pereira dos Santos,<sup>94</sup> este irmão de Antonia Pereira. Esses casamentos entre primos são muito comuns entre os descendentes de Manoel de Melo Rego. Os sobrenomes que adotam com mais freqüência, são Melo e Quadros.

Maria do Espírito Santo, filha de Luis e Ana, casa com Antonio Luís de Almeida, filho de Antonia Ribeira,<sup>95</sup> que é irmã de Inácio Taques de Almeida.

Francisco de Melo Rego - Casou com Ana de Melo Rego, filha de Miguel de Melo Rego, (este irmão de Manoel de Melo Rego) e Escolástica Arruda, filha de João Lima Santos e Maria de Sá (esta irmã de Inacio de Sá Arruda).

Bernarda Arruda de Melo - Casada com José Alexandre da Siqueira, de Curitiba. Na lista de ordenanças de 1780, ela, provavelmente viúva, tem 27 anos e mora com seu filho Jeremias, de 9 anos. Em 1789, reside com seus pais.<sup>96</sup>

Manuel de Melo Rego (filho) - Casado com Isabel de Arruda Cesar, filha de Bento Leme Cesar e Isabel de Melo Rego. Em 1780 Isabel está viúva, tem 27 anos e mora com os filhos Antonio, de 5anos e Maria, de 2 anos..<sup>97</sup>

José Antonio de Melo - Silva LEME registra-o em Curitiba, em 1789, casado com Gertrudes Maria, filha de João Rodrigues

<sup>94</sup> PNSS, Castro, Casamentos, Liv. 1, fl. 115, 139; liv.2, fl. 37.

<sup>95</sup> CASAMENTOS liv. 2, fl. 18.

<sup>96</sup> LO, Castro, 1780, 1789.

<sup>97</sup> LO, 1780.

Pinto e Ana Conceição, porém os registros paroquiais em Castro, revelam que casou com Ana Carneiro, filha de Luciano Carneiro Lobo e Francisca de Sã. Ele casa sua filha Maria Carneiro com seu sobrinho Joaquim de Melo, filho de Joaquim de Melo Rego e Maria Bueno Camargo.<sup>98</sup>

Ana Maria de Melo - Citada no inventário de sua mãe, como casada com Joaquim José.

Antonio de Melo Rego - Casado com Ana Francisca de Camargo. Antonio de Melo consta na lista de ordenança de 1814 com 50 anos, viúvo, com seu filho Valentim, de 21 anos. Este vai casar com sua prima Felizarda, filha de Mariana de Melo, já viúva de outro primo, Joaquim Luis de Melo.

Joaquim de Melo Rego - Casado com Escolástica Maria Bueno de Camargo, filha de Valentim Correa Leme, irmã da esposa de Antonio de Melo Rego. Seu filho Joaquim casa com a prima Maria Carneiro, filha de José Antonio de Melo. Outro filho seu, Isaias, casou com Flora de Melo, filha de dois primos, Luciano Antonio de Melo e Ana Joaquina.<sup>99</sup>

Mariana de Melo Rego - Casada em Curitiba, em 1772, com Pedro Pereira dos Santos, irmão de Antonia Pereira, que casou com Antonio de Quadros Bicudo, ancestral de todos os Quadros de Castro. Antonio Quadros era primo de Manoel de Melo Rego, Inácio Taques de Almeida e Inacio de Sã Arruda, dos troncos Quadros, Taques e Arruda de São Paulo. Pedro Pereira dos Santos, é bisneto de Baltasar Carrasco dos Reis e neto de Guilherme Dias

<sup>98</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv.2, fl. 36; liv. ilegível, fl.96; VARGAS, A ilustre, anexo de Naldy Carneiro de Mello.

<sup>99</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv.2, fl. 36,91.

Cortes, povoadores de Curitiba.<sup>100</sup>

Na lista de ordenanças de 1780 consta Pedro Pereira, com 50 anos e Maria de Melo, sua mulher, com 24 anos e as filhas Felizarda, de 7 anos, Ana, de (ilegível)anos e Maria, 4 anos.<sup>101</sup>

Oney BORBA cita os inventários das gêmeas Maria Luisa e Maria Angélica, filhas de Pedro e Mariana, falecidas em 1851, solteiras, que deixam sua herança para seus irmãos, primos e sobrinhos. Também cita o inventário da irmã das gêmeas, Maria Joaquina de Melo Rego, de 1854, solteira, que deixou sua herança igualmente para os sobrinhos e demais parentes. São encontrados nas famílias que se radicaram no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, muitos homônimos dos herdeiros nomeados neste inventário. Muitos deles são filhos de Isabel e de Ana Joaquina (filhas de Pedro Pereira e Mariana de Melo), casadas respectivamente com Francisco de Quadros e Luciano Antonio, filhos de Luis de Melo Rego e Ana de Quadros, todos primos entre si. Consta no inventário de Maria Joaquina, que libertou em testamento os escravos. A alguns doou terras lavradas e campos de criar. Herdeiros: Delfina Maria do Espírito Santo, Fermino de Quadros, José Albano de Quadros, Antonio de Melo, Flora de Melo, Antonio de Quadros, Bento de Melo, João de Melo, Ildefonso de Melo, Felisbina de Melo, Brandina de Melo, Maria de Melo e Iria de Melo.<sup>102</sup>

<sup>100</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p.592-3.

<sup>101</sup> LO, Castro, 1780.

<sup>102</sup> BORBA, Oney B. Casos e causos paranaenses. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1975, p.90-1.

## Bartolomeu da Rocha Carvalhais e Margarida Domingues

Bartolomeu da Rocha Carvalhais, filho de Josefa Rodrigues Gonçalves e de Manoel da Rocha Carvalhais, casou em 1741 com Margarida Domingues, filha de João Pais Domingues e Maria do Espírito Santo.<sup>103</sup> Bartolomeu descende por parte materna do capitão-mor João Rodrigues de França, sendo neto de Paula Rodrigues de França e Manoel Gonçalves de Siqueira.

Na lista da Ordenança da vila de Curitiba de 1766, Bartolomeu reside no "Rezisto". Ele tem 51 anos e está casado com Margarida de .... (ilegível). Tem seis filhos: Lourenço da Rocha (8 anos), José da Rocha (4 anos), Joaquim da Rocha (3 anos), Bento da Rocha (2 anos) e Miguel da Rocha (5 meses). As filhas não foram cadastradas. Em 1779, o alferes Bartolomeu da Rocha reside no bairro de Ponta Grossa, da freguesia do Iapó e tem 59 anos. Sua mulher Margarida Domingues tem 52 anos e com o casal moram seus filhos José (25 anos), Joaquim (22 anos), Bento (20 anos), Miguel (16 anos), Eufrásia (29 anos) e Ana (11 anos). Bartolomeu possui quatorze escravos.<sup>104</sup>

O inventário de Bartolomeu da Rocha Carvalhais data de 1787 e nele constam os seguintes filhos:

1. Lourenço, solteiro, de 35 anos, ausente para terras de Espanhóis.
2. José, solteiro, de 31 anos.

<sup>103</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p.609.

<sup>104</sup> LO, Curitiba, (Rezisto) , 1766; Castro (Iapó), 1779.

3. Joaquim, solteiro, de 29 anos.
4. Bento, solteiro, de 27 anos.
5. Miguel, solteiro, de 28 anos.
6. Rosa, casada com Luís Castanho de Araújo.
7. Metildes, casada com Manoel Fernandes, natural de Santos, ausente.
8. Eufrásia, solteira, de 38 anos.
9. Maria, solteira, de 16 anos.<sup>105</sup>

Margarida Pais Domingues ou ainda, Margarida Domingues de Araújo, consta na lista da Ordenança da vila Nova de Castro de 1789, residindo no bairro de Santo Antonio, com 63 anos, com três agregados.<sup>106</sup>

Miguel da Rocha Carvalhais - Casou com Helena Maria Ferreira em 1803, filha de José Ferreira Pinto e Bárbara Antonia Pedrosa, de Curitiba,<sup>107</sup> ele descendente do capitão-mor João Rodrigues de França, por sua avô materna Helena Rodrigues Coutinho, casada com Manoel Rodrigues da Mota.

As avós de Miguel e de José eram irmãs, filhas de Paula Rodrigues de França.<sup>108</sup>

O inventário de Miguel da Rocha Carvalhais data de 1830 e nele constam os filhos:

1. Miguel da Rocha Ferreira, de 30 anos.
2. Maria Balbina, casada com o tenente Manoel Rodrigues de ..... (ilegível).

<sup>105</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1787.

<sup>106</sup> LO, Castro, 1789.

<sup>107</sup> PNSS, Casamentos, liv. 2, fl.32.

<sup>108</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p.108.

3. Eufrásia da Rocha, casada com o alferes Manoel Bernardo, ausente no Continente.

4. José da Rocha, solteiro, de 20 anos.

5. Fortunata, solteira, de 20 anos.

6. Alexandre da Rocha, solteiro, de 15 anos.

7. Placidina , solteira, de 13 anos.

8. Antonio, solteiro de ..... (ilegível).

9. Ana, solteira, de 10 anos.<sup>109</sup>

Miguel da Rocha Carvalhais casou seus filhos Miguel, Fortunata e Eufrasia, respectivamente com Eugenia de Quadros, Antonio Pereira de Quadros e Manoel Bernardo de Quadros, filhos de sua irmã Maria Flávia da Rocha ou Maria da Rocha Carvalhais, casada com Antonio Pereira de Quadros.

Maria Flávia da Rocha Carvalhais - Casou com Antonio Pereira de Quadros filho do casal Antonio de Quadros Bicudo e Antonia Pereira,<sup>110</sup> origem dos Quadros dos Campos Gerais de Curitiba e do Planalto Médio do Rio Grande do Sul.

Seu inventário data de 1822, onde constam os seguintes filhos:

1. Ana Antonia, casada com o capitão Francisco de Paula Machado.

2. Maria Eugênia, casada com Miguel da Rocha Ferreira.

3. Antonio, solteiro, de 16 anos.

4. Manoel Bernardo, solteiro, de 15 anos.

Os três últimos filhos de Maria Flávia e Antonio Pereira de Quadros, casam com seus primos, filhos de Miguel da Rocha Carvalhais e Helena Ferreira.<sup>111</sup>

<sup>109</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1830.

<sup>110</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 1, fl. 100.

<sup>111</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1822. Ver Figura 10.

TITULO JOÃO RODRIGUES DE FRANÇA

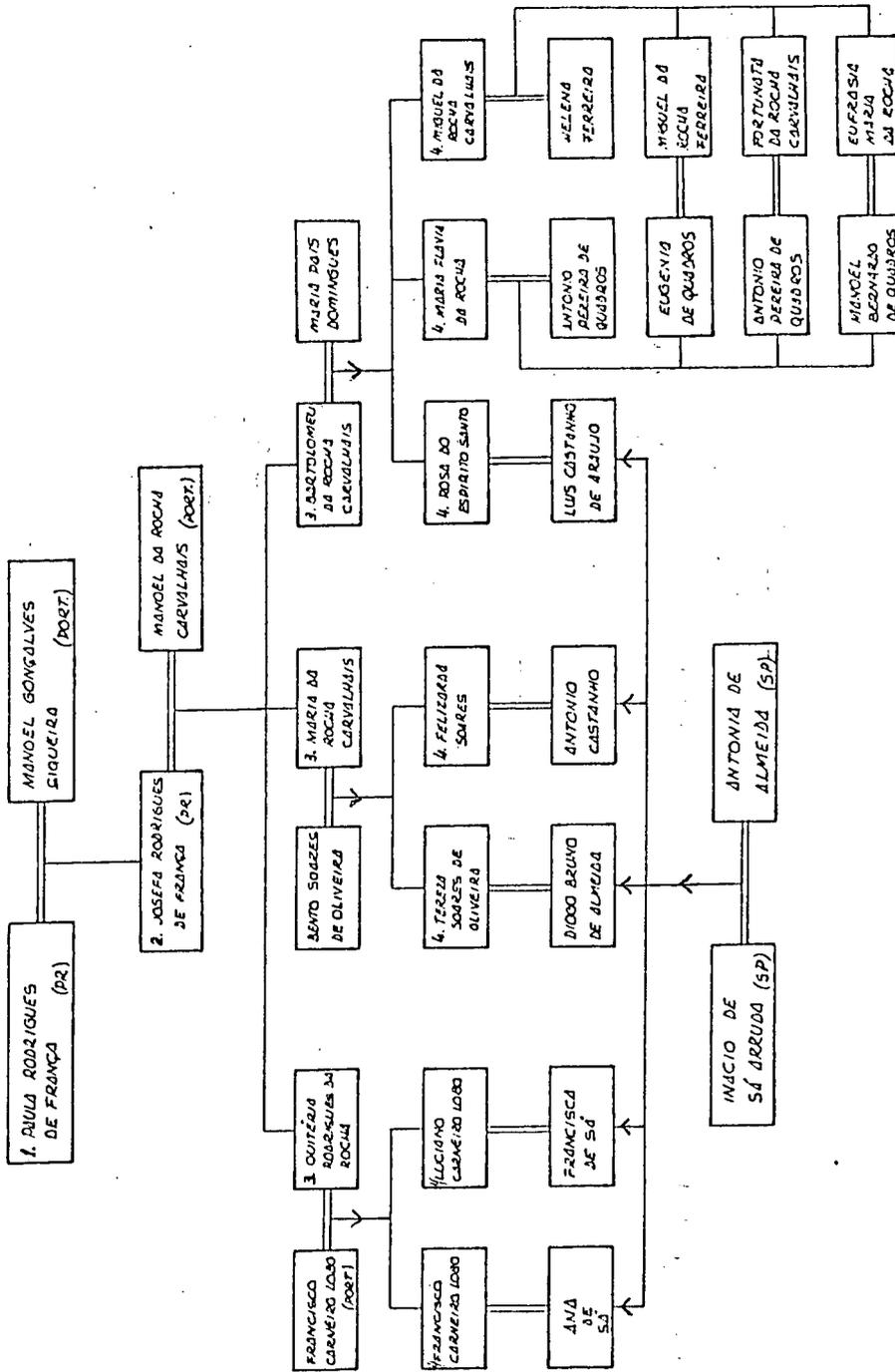


FIGURA 10 - QUADRO GENEALÓGICO Nº 2  
 Organização de R.V. Roderjan

Bento Soares de Oliveira e Maria da Rocha Carvalhais

Bento Soares de Oliveira, natural de Minas Gerais, casou em 1741 com Maria da Rocha Carvalhais, filha de Josefa Rodrigues de França e Manoel da Rocha Carvalhais, natural de Portugal. Por parte materna Maria da Rocha Carvalhais é neta de Paula Rodrigues de França e Manoel Gonçalves de Siqueira, natural da ilha de São Sebastião, ela filha do capitão-mor João Rodrigues de França.<sup>112</sup>

Na lista da Ordenança da vila de Curitiba (Campos Gerais) de 1766, Bento Soares de Oliveira foi registrado com 62 anos, casado com Maria da Rocha Carvalhais, com três filhos: João Soares de Oliveira (12 anos), Salvador de Oliveira (6 anos) e Joaquim Soares de Oliveira (3 anos). As filhas não foram cadastradas.<sup>113</sup> Seu inventário data de 1779, e constam como herdeiros os filhos João (30 anos), Salvador (2 anos), Joaquim (13 anos), Francisco (8 anos), as filhas Bernarda, Teresa e Rosa casadas e as solteiras Antonia (20 anos) e Felizarda (13 anos).<sup>114</sup>

Em 1780 Maria da Rocha Carvalhais com 50 anos, está viúva e reside no bairro de Santo Antonio, da freguesia do Iapó, com os seus filhos Joaquim (19 anos), Francisco (8 anos), Antonia (21 anos) e Felizarda (16 anos). Moram também na freguesia suas filhas Teresa de Oliveira, Rosa Coutinho e Bernarda Soares de Oliveira, com os respectivos maridos e filhos. Em 1789,

<sup>112</sup> NEGRÃO, v.3, p. 574, 591.

<sup>113</sup> LO, Curitiba (Campos Gerais), 1766.

<sup>114</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1779

na Vila Nova de Castro, antiga freguesia do Iapô, Maria da Rocha, viúva, mora no bairro de Santo Antonio com os filhos Manoel (32 anos, ausente) e Francisco (18 anos) e possui seis escravos.<sup>115</sup>

Seu inventário data de 1810 e nele constam os seguintes filhos:

1. João Soares, falecido, casado em Minas Gerais com Ana Joaquina. Tem um filho.

2. Bernarda Soares, casada com Francisco Mendes da Costa.

3. Teresa, casada com Diogo Bueno ... (ilegível) falecida

4. Manoel Soares Oliveira, com 60 anos.

5. Salvador Soares, casado com Rita de Oliveira, com 58 anos.

6. Antonia Soares, falecida, com filhos.

7. Felizarda Soares, casada com Antonio Castanho.

8. Rosa Soares, casada com João Pais Domingues.

9. Francisco Soares, casado no Continente do Sul.

10. Joaquim Soares, falecido, casado com Francisca Lopes.

Tem uma filha.<sup>116</sup>

Felizarda Soares - Em 1789 está casada com Antonio Castanho e reside no bairro de Santo Antonio, da Vila Nova de Castro. Tem dois filhos.<sup>117</sup>

Na Paróquia de Santana, de Castro, está registrado o casamento de Bernardo Castanho da Rocha, filho de Felizarda e Antonio, ocorrido a 2 de maio de 1811. Bernardo e sua mulher Maria Eufrásia, vão residir em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.<sup>118</sup>

<sup>115</sup> LO, Castro (Iapô) 1780; Castro, 1789.

<sup>116</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1810.

<sup>117</sup> LO, Castro, 1789.

<sup>118</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 2, fl. 53.

Francisco de Araújo Monteiro. (o velho) e Isabel Barbosa  
de Castro

Francisco de Araújo Monteiro, natural de Portugal, casou com Isabel Barbosa de Castro ou Crasto, nascida em Santos. Em 1766 estavam residindo nos Campos Gerais, conforme o registro feito na lista da Ordenança dos distritos da vila de Curitiba dessa data. "Francisco de Arahujo Monteyro, o Velho, casado com Isabel Barbosa de Crasto", tem 65 anos.

Em seguida foi registrado Manoel Manço, com 50 anos, casado com Ana Barbosa e os filhos "Baltizar Louzada" (8 anos) e Antonio Monteiro de Araújo (4 anos). Ana Barbosa é filha de Francisco e Isabel assim como Francisco de Araújo Monteiro, registrado nessa mesma lista, casado com Maria Soares Pais e também Maria de Araújo, casada com "Manoel Raiz Valença", de 36 anos, que têm Benedito Mendes de Araújo (10 anos).<sup>119</sup>

Francisco de Araújo Monteiro e Maria Soares Rodrigues Pais

Francisco de Araújo Monteiro, filho de Francisco de Araújo Monteiro, o Velho e Isabel Rodrigues Barbosa ou Barbosa de Crasto, era natural de Santos, São Paulo. Casou com Maria Soares Rodrigues Pais, de Curitiba, filha de Manoel Rodrigues Seixas e Isabel Martins Valença e neta de Antonio Rodrigues Seixas

<sup>119</sup>  
LO, Curitiba (Campos Gerais), 1766.

e de Maria Soares Pais. Esta é neta de Baltasar Carrasco dos Reis por parte de sua mãe, Maria Paes, casada com Manoel Soares.<sup>120</sup>

Em 1780 Francisco de Araújo Monteiro e Maria Soares, de 47 e 42 anos respectivamente, moram no bairro do Carrapato, da freguesia do Iapõ, com seus filhos Benedito (18 anos) Lourenço (10 anos) e Micaela (21 anos). Possuem sete escravos.<sup>121</sup>

Francisco NEGRÃO registrou Francisco de Araújo Monteiro e Maria Soares Rodrigues Pais, com os seguintes filhos: Benedito Aires de Araújo, Lourenço Justiniano de Araújo e Ana Maria da Conceição.

Benedito Aires de Araújo - Casou na capela do Tamanduã em 1795, com Maria Rita de Jesus, filha de pai português e mãe curitibana.<sup>122</sup>

Lourenço Justiniano ou Aires de Araújo - Casado com Maria Perpétua de Siqueira Cortes, quinta filha de Bento de Siqueira e irmã de Pedro de Siqueira Cortes (neto), este comandante de uma das expedições que ocupou os Campos de Palmas em 1839.<sup>123</sup> Seus descendentes são os Araújo que povoaram Palmas, proprietários de várias fazendas no Paranã e em Santa Catarina. Maria Perpétua por sua avó Ana Gonçalves Coutinho, casada com Pedro de Siqueira Cortes, é descendente do capitão-mor João Rodrigues de França.

Ana Maria da Conceição Araújo - Casada em Curitiba com Manoel José de Araújo, que residia em Minas Gerais, de pais portu-

<sup>120</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p. 341, 337, 308, 157.

<sup>121</sup> LO, Castro (Iapõ), 1780.

<sup>122</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p. 342.

<sup>123</sup> NEGRÃO, v.3, p.613-4, 639; v.1, 342.

gueses. Este casal doou as terras onde se iniciou a freguesia de Palmeira, nos Campos Gerais, em 1819. Deles descendem os Marcondes, Araújo, Albuquerque, Sã e Camargo que povoaram <sup>124</sup>centro-oeste e o sudoeste paranaense na primeira metade do século XIX.

#### Rodrigo Felix Martins e Ana Maria de Jesus

Nasce em Portugal, em São Miguel de Cabreiros, termo de Barcelos <sup>125</sup> e por volta de 1750 atua em Paranaguá como escrivão da Câmara e de Órfãos, casado com Maria de Lemos, viúva de Manoel de Lemos Conde, também chamado Manoel Matoso do Canto. Do seu primeiro casamento, Maria de Lemos teve Jeremias de Lemos Conde que por parte paterna é neto do lendário Manoel de Lemos Conde, provedor das Minas de Ouro de Paranaguá em 1674. <sup>126</sup> Com seu novo casamento, seu filho Jeremias passa a residir com o casal.

Rodrigo Felix Martins foi provido no posto de capitão-mor da vila de Curitiba a 10 de setembro de 1750, em substituição a Leão de Vasconcelos. A 20 de junho de 1758 foi nomeado para esse cargo pelo governador da Capitania de São Paulo, dom Luis de Mascarenhas. Datados de 8 a 12 de abril de 1762, há dois ofícios do capitão-mor Rodrigo à Câmara de Curitiba, comunicando ataques do "gentio" ao Regimento do Tibagi e pedindo armas e soldados para o local. <sup>127</sup>

<sup>124</sup> NEGRÃO, v.1, p.342-5; FREITAS, Astrogildo de. Palmeira, reminiscências e tradições. Curitiba, Ed. IHGEP, 1984, v.2, p.13-16.

<sup>125</sup> PNSS, Castro, Batismos, liv.1, fl.84.

<sup>126</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p.9; v.4, p.81, 128-9.

<sup>127</sup> BAMC, v.3, p.26,47; v.12, p.17;v.27, p.16.

Em 1766 ele foi arrolado na "Lista da Ordenança da Vila de Coretiba e seus destritos" como capitão-mor:

1. 40 (anos) Rodrigo Felles Miz, cazado com dona Maria de Lemos, tem um enteado.

2. 28 (anos) Geremias Lemos Conde.

O capitão-mor possui 4 armas e 6 escravos [homens?].<sup>128</sup>

Na "Relação de Fazendas e Sítios de Curitiba", de 1772, Rodrigo consta como morador em sua fazenda, nos Campos Gerais, a qual dista do pouso do Iapô dez léguas e da "estrada" seis léguas. Nessa fazenda mantém 6 escravos.<sup>129</sup>

A lista de ordenanças de 1777 da vila de Curitiba registra a presença do capitão-mor "Rodrigo Felles Miz", de 54 anos, casado com "dona Anna Maria de Jesus", de 28 anos. O casal tem os filhos Atanagildo, de 4 anos, Lúcio, de 1 ano e Gabriela, de 2 anos. Foram arrolados como "incôgnitos" Rafael (6 anos), Daniel (3 anos) e Luisa (9 anos). Possuem 24 escravos.<sup>130</sup>

Ana Maria de Jesus é filha de Sebastião Fernandes e Juliana Pinta Ribeiro, naturais de Minas Gerais.<sup>131</sup> Seus pais foram cadastrados na lista de 1766 e moram na freguesia de São José, da vila de Curitiba: "Sebastião Friz Pinto", de 44 anos, casado com "Juliana Pinta Ribra<sup>a</sup>". Eles têm quatro filhos, Manoel, José, Antonio e Francisco Pinto e possuem 2 escravos.<sup>132</sup>

Em 1779 o capitão-mor reside na freguesia do Iapô, no "bairro" de Ponta Grossa. Tem 58 anos e sua mulher Ana, 34 anos. São seus filhos: Atanagildo (6 anos), Lúcio (4 anos), Rafael (ilegível), Daniel (8 anos), Gabriela (7 anos) e Luiza, agre-

<sup>128</sup> LO, Curitiba, 1766.

<sup>129</sup> BOTELHO, Relação.

<sup>130</sup> LO, Curitiba, 1777.

<sup>131</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 2, fl.28.

<sup>132</sup> LO, Curitiba (São José), 1766.

gada (12 anos). Possui 8 escravos e 7 escravas. Em 1789, quando a freguesia do Iapô é elevada a vila, o capitão-mor Rodrigo está com 69 anos e possui 19 escravos, sendo um dos maiores proprietário de escravos da região.<sup>133</sup>

Seu inventário data de 1799 e apresenta a seguinte relação de filhos:

1. Atanagildo Pinto, casado, com 27 anos, ausente.
2. Lucio Alvares Martins Gavião, casado, com 21 anos.
3. Alvaro Gonçalves, casado, com 19 anos.
4. Rodrigo, com 16 anos, solteiro.
5. Francisco de Paula Pinto, com 12 anos.
6. Bento, com 8 anos.
7. Gabriela Maria da Trindade, casada com Bento Ribeiro, com 23 anos.
8. Iria Balbina da Piedade, casada com José Manuel Ferreira, com 20 anos.
9. Ana Antonia, com 17 anos, solteira.<sup>134</sup>

Ana Maria de Jesus vive muitos anos e vem registrada em 1820, com 73 anos, com 7 escravos e 4 agregados, vivendo da sua lavoura.<sup>135</sup> Seu filho Alvaro Gonçalves Martins em 1833 está ausente na vereança porque "sua mãe está mal".<sup>136</sup>

Dos filhos do capitão-mor Rodrigo Felix Martins e Ana Maria de Jesus, os alferes Atanagildo Pinto Martins, Rodrigo Felix Martins e Francisco de Paula Pinto, vão se estabelecer depois de 1820 na região serrana do Rio Grande do Sul (Planalto Médio),

<sup>133</sup> LO, Castro (Iapô), 1779; Castro, 1789.

<sup>134</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1799.

<sup>135</sup> LO, Castro, 1820.

<sup>136</sup> MUSEU do Tropeiro de Castro, Documentos.

sendo sempre citados entre os primeiros povoadores de Passo Fundo, Carazinho, Palmeira das Missões e Cruz Alta, onde se dedicaram ao criatório e fizeram parte da governança.

Rodrigo Felix Martins - Em Castro teria se dedicado ao tropeirismo, pois continuamente está ausente para o Sul. Também é citado nas vereanças da Câmara de Castro. Ele casou em 1803 com Luzia Maria de Quadros, filha de Bernardo Pereira de Quadros e Branca Bueno de Moraes, ambos de Curitiba. Luzia faleceu em 1816 e em 1818 ele casa com Reginalda, irmã de Luzia.<sup>137</sup> De 1824 em diante não se encontra mais em Castro, sendo daí por diante morador no Rio Grande do Sul. Maiores detalhes serão revelados ao descrevermos sua atuação nessa região.

Atanagildo Pinto Martins - Segue a carreira militar. Em 1815 e 1816, a serviço da Real Expedição da Conquista de Guarapuava, explora a margem esquerda do rio Iguaçu e abre a histórica "vereda das Missões." Partindo de Guarapuava, passa pelos Campos de Palmas e vai até Campos Novos (SC), onde atravessa o rio Pelotas por novo passo, conseguindo chegar até São Borja das Missões, no extremo oeste do Rio Grande do Sul. Mais tarde vai participar, durante a Revolução Farroupilha, da defesa de Curitibaanos, contra as forças do coronel Joaquim Teixeira e Garibaldi.<sup>138</sup> Estabeleceu-se na região serrana do Planalto Médio do Rio Grande do Sul. Casou-se com a viúva Ana Joaquina do Amaral, parente do capitão-mor de Lages, Bento do Amaral Gurgel. Seus enteados e filhas casam com sobrinhos seus ou parentes de seus

<sup>137</sup> PNSS, Castro. Casamentos, liv. 2, fl. 28, liv. 3; fl. 33.

<sup>138</sup>

SILVEIRA, H.J. Velloso da. As missões orientais e seus antigos domínios. Porto Alegre, ERUS, 1979, p.338-9.

irmãos, formando enorme parentela. Mais detalhes serão fornecidos no capítulo final deste trabalho, na biografia de Atanagildo Pinto Martins.

Francisco de Paula Pinto - Morou até 1816 com sua mãe Ana Maria de Jesus e sua irmã Ana Antonia. A lista de ordenanças de 1817 registra seu casamento com Maria [Eulalia], enteada de Atanagildo Pinto Martins, natural de Lages. Francisco e Maria Eulalia casaram em Castro, a 6 de julho de 1817<sup>139</sup> e passaram a residir em Passo Fundo, onde têm Atanagildo Pinto Martins (o brigadeiro, sobrinho do alferes, este depois sargento-mor, Atanagildo Pinto Martins). O brigadeiro Atanagildo atuou na governança de Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul, sendo um de seus povoadores.

Lucio Alvares Martins Gavião - Citado como tenente picador da Ordenança, casa com Ana Vitória, filha do capitão Inácio Taques de Almeida, em 9 de janeiro de 1796 e é inventariante do seu sogro em 1802.<sup>140</sup> Pertenceu à governança de vila de Castro e na ata para o juramento de fidelidade e obediência a dom Pedro I, a 9 de fevereiro de 1823, vem citado como "Republicano Capitam Lucio Alvares Martins Gaviam".<sup>141</sup> Em abril de 1821 correu à eleição de capitão-mor da vila de Castro, apresentando os seguintes requisitos:

*... serviu no Corpo de Milícias vinte e sete anos, passando da patente de tenente que ocupava no dito corpo para capitão atual de ordenanças; achava-se*

<sup>139</sup> LO, Castro, 1817; PNSS, Castro, Casamentos, liv. 2, p.29.

<sup>140</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 1, fl.106; Cartório Cível de Castro, Inventários 1802.

<sup>141</sup> CASTRO, Câmara, vereança de 9 de fevereiro de 1823, liv.1, fl.295.

*na idade de quarenta e cinco anos, de boa linhagem e cristandade, e tendo ocupado todos os lugares e empregos públicos com grande satisfação dos povos.*<sup>142</sup>

Alvaro Gonçalves Martins - Casou em 1798 com Ana Florinda de Quadros<sup>143</sup>, esta irmã de Luzia Maria de Quadros, que foi a primeira esposa do alferes Rodrigo Felix Martins, irmão de Alvaro. Depois do falecimento de Luzia Maria, Rodrigo casou com Reginalda. Ana Florinda, Luzia Maria e Reginalda eram filhas de Bernardo Pereira de Quadros e de Branca Buena de Almeida, esta sobrinha do capitão Inacio Taques de Almeida.

Alvaro Gonçalves Martins foi camarista, pertencendo à governança de Castro. Em 1836 foi nomeado sub-prefeito da povoação de Nossa Senhora dos Remédios de Tibagi, pela Câmara de Castro, para colaborar com a administração da recém criada prefeitura da vila de Castro.<sup>144</sup>

Bento José Labre - Conta com 8 anos de idade por ocasião do falecimento do capitão-mor Rodrigo Felix Martins. Possui vários homônimos, sendo que no inventário de 1799, do capitão-mor, aparece como Bento, simplesmente. Dos filhos de Rodrigo e Ana Maria de Jesus, é o que menos dados foram encontrados. Nos assentamentos da paróquia de Castro, está registrado o seu casamento a 9 de novembro de 1810 com Flavia Maria do Espírito Santo, filha de Maria Joaquina Gonçalves e pai incôgnito.<sup>145</sup>

<sup>142</sup> BORBA, Oney B. Os iapoenses. Curitiba, Edit. Lítéro-técnica, 1986, p.61-2.

<sup>143</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 2, fl.4.

<sup>144</sup> ROSAS, A fundação, p.31-2, 89.

<sup>145</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv.2, fl.49.

Gabriela Maria da Trindade - Reside alternadamente em Castro e em Lages depois que casou com o alferes Bento Ribeiro do Amaral, citado na lista de ordenanças da vila de Lages em 1777, ele contando 13 anos e morando com seus pais Antonio Ribeiro de Oliveira e Ana Maria do Amaral. Sua irmã, Ana Joaquina, com 4 anos na lista de 1777,<sup>146</sup> casou com o irmão de Gabriela Maria, Atanagildo Pinto Martins.

O casamento de Gabriela e Bento foi registrado pelo vigário da Paróquia da vila de Castro, em 14 de outubro de 1794 e como testemunhas, constam os irmãos Luis Castanho de Araújo e Antonio Castanho de São.<sup>147</sup> Na lista de ordenanças de 1803, o casal reside em Castro, ele "soldado da 7.<sup>a</sup> Cia dos Reais Curitibanos", com 37 anos e ela com 28 anos e mais os filhos Luis (7 anos), Maria (5 anos) e Ana (3 anos), possuindo 3 escravos.<sup>148</sup> Em 1805 nasce em Lages, Xêria e, mais tarde, Escolástica, em 1807 e Balbina, em 1813, no mesmo local, onde o casal teria se estabelecido.<sup>149</sup>

Iria Balbina da Piedade - Foi batizada em Castro, em 1778<sup>150</sup>. Casou com José Manoel Ferreira, filho do sargento-mor de Curitiba, Antonio José Ferreira, natural de Braga (Portugal).<sup>151</sup> Iria residia em Quartelã, distrito de Castro, onde também morava Lucio, seu irmão, casado com Ana Vitória, a filha do capitão Inácio Taques de Almeida. Iria casou-se em 1795 e o seu inventário data de 1841.<sup>152</sup> Sua filha Alda Brandina casou em Cas-

<sup>146</sup> FERREIRA, O governo, Anais, p.404-407.

<sup>147</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv.2, fl.98.

<sup>148</sup> LO, Castro, 1803.

<sup>149</sup> PNSP, Lages, Batizados.

<sup>150</sup> PNSS, Castro, Batizados, enfólios, fl. ilegível, 1778.

<sup>151</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p.553.

<sup>152</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv.1, fl.98; Cartório Cível de Castro, Inventários, 1841.

tro em 1813 com José Antonio de Quadros, filho de Bernardo Pereira de Quadros e Branca.<sup>153</sup> José Antonio será citado frequentemente nas vereanças de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, onde o casal passou a residir.

Ana - Da última filha do capitão-mor Rodrigo, só foi achado o seu batismo, realizado em Castro a 26 de março de 1785.<sup>154</sup> Nas listas de ordenanças de Castro, ela mora com sua mãe, ainda em 1814. Sua mãe tem então 66 anos e planta para o próprio sustento. Possui 8 escravos e 4 agregados. Ana tem 28 anos.<sup>155</sup>

#### Inacio Taques de Almeida e Margarida da Silva

Inacio Taques de Almeida e seu irmão Lourenço Castanho de Araujo, filhos de Lourenço Castanho Taques e Ana de Arruda Coutinho, casaram em Curitiba respectivamente com Margarida da Silva e Maria de Almeida de Siqueira, filhas de José Martins Leme e de Antonia Ribeiro da Silva. José Martins Leme, descende por sua mãe Margarida Fernandes dos Reis, de Baltasar Carrasco dos Reis e por seu pai, Antonio Martins Leme, de Martins Mateus Leme. As irmãs Margarida e Maria são, portanto, bisnetas dos povoadores de Curitiba, Baltasar Carrasco dos Reis e Mateus Leme. Pela parte materna elas descendem de Estevão Ribeiro Baião Parente e Madalena Feijó de Madureira, portugueses povoadores de São Vicente, no século XVI. Deste casal descende também Inácio Taques de Almeida, por sua mãe, Ana Arruda Coutinho. O pai de Inácio,

<sup>153</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 2, fl.80.

<sup>154</sup> PNSS, Castro, Batismos, enfólios, fl. ilegível, 1785.

<sup>155</sup> LO, Castro, 1814.

Lourenço Castanho Taques, é sobrinho de Pedro Taques de Almeida, que requereu sesmarias nos Campos Gerais em 1704.<sup>156</sup>

Na lista de ordenanças de 1766 Inacio Taques de Almeida tem 80 anos e está casado com Margarida da Silva e moram com eles os filhos: Inacio Taques Pires, com 31 anos, Manoel Ribeiro de Almeida, com 28 anos e Eusébio Pedroso de Barros, com 18 anos. As filhas não foram cadastradas. Possuem dois escravos. Da mesma lista constam sua filha, Antonia Ribeira, casada com José Correia de 43 anos (e o filho Manoel Correia, de 3 anos) e também Ana de Arruda, casada com "Antonio Roiz Maciel", de 42 anos e o filho "Francisco Roiz", de 9 anos.<sup>157</sup>

No inventário de Inacio Taques de Almeida, de 1770, foram registrados os seguintes filhos:

1. José Pompeu casado com Maria de Godoy (ou Gois Moreira), ausente em São Paulo.
2. Ana de Arruda, casada com Antonio Rodrigues Maciel.
3. Antonia Ribeira, casada com José Correia de Moraes.
4. Inacio Taques Pires de Almeida, solteiro, 35 anos.
5. Manoel Ribeiro, solteiro, 31 anos.
6. Branca de Almeida, solteira, 25 anos.
7. Maria das Neves, solteira, 2(...)anos.
8. Eusébio Pedroso, solteiro, 22 anos.
9. Escolástica Pedrosa, solteira, 20 anos.
10. Teresa Maria de Jesus, solteira, 16 anos.<sup>158</sup>

<sup>156</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p.287-8; LEME, Genealogia, v.4, p.234-6, v.5, p.166; TAQUES, Nobiliarquia, v.3, p.44. Ver Capítulo III, p.72, deste trabalho.

<sup>157</sup> LO, Curitiba (Campos Gerais), 1766.

<sup>158</sup> CARTÓRIO Cível de Castro. Inventários, 1770.

No inventário de Margarida da Silva, de 4 de junho de 1789 constam como falecidos Ana de Arruda, José Pompeu e Eusébio Pedroso de Barros. Casaram: Branca de Almeida, com Antonio Ferreira, Escolástica Pedrosa, com Francisco Ferreira de Andrade, Teresa Maria de Jesus, com Salvador Soares de Oliveira e o capitão Inacio Taques de Almeida. Permanecem solteiros Manoel Ribeiro e Maria das Neves. Eusébio, falecido, casado no Rio Pardo, deixou filhos menores.<sup>159</sup>

Todos residem na Vila Nova de Castro, o que se pode constatar na lista da Ordenança da vila, de 1789. Só não localizamos Manoel Ribeiro.

Inacio Taques de Almeida - Na lista de ordenanças de 1780, da freguesia do Iapó, o alferes Inácio Taques, de 43 anos, mora com sua mãe Margarida, viúva.<sup>160</sup> Em 1782 se encontra sozinho, mas em 1785 já está casado, porque Luisa Maria de Quadros, que consta como sua mulher, batiza a sobrinha Luzia, filha de Bernardo Pereira de Quadros e Branca Buena de Moraes. Luisa e Bernardo são filhos de Antonio de Quadros Bicudo e Antonia Pereira.<sup>161</sup> Luisa foi inventariada a 7 de setembro de 1789, sendo Inácio o seu inventariante. Constan como seus filhos Ana, de 6 anos, Balduino, de 3 anos e Maria, de 2 meses, que provavelmente morreu.<sup>162</sup>

Na lista de ordenanças de 1789 da vila Nova de Castro (antes freguesia do Iapó), o capitão Inácio Taques de Almeida, viúvo, tem 56 anos e reside com seus filhos Francisco, de 18 anos, Balduino de 4 anos e Ana, de 6 anos. Com eles mora Maria das

<sup>159</sup> CARTÓRIO Cível de Castro. Inventários, 1789.

<sup>160</sup> LO, Castro, 1780.

<sup>161</sup> PNSS, Castro. Batizados, folhas soltas, fl. ilegível, 1785.

<sup>162</sup> CARTÓRIO Cível de Castro. Inventários, 1789.

Neves, irmã do capitão, com 45 anos. Ele possui 3 escravos.<sup>163</sup>

Balduino José de Almeida Taques foi batizado em 29 de janeiro de 1786. Seu casamento realizou-se na Igreja Sant'Ana do Iapô, em 8 de fevereiro de 1809, com Maria Antonia de Macedo Silva (ou Borges de Macedo).<sup>164</sup> Ele ocupa importantes cargos na governança de Castro. Sua irmã Ana Vitória, casou em 9 de janeiro de 1796, com Lucio Alvares Martins Gavião, filho do capitão-mor Rodrigo Felix Martins<sup>165</sup> e que foi o inventariante do capitão Inácio Taques de Almeida, em 1802. Neste inventário constam como filhos de Inácio: o alferes Balduino José de Almeida, Ana Vitória, casada com o alferes Lucio Alvares Martins Gavião e o filho natural, Francisco Xavier de Almeida.<sup>166</sup>

Na eleição para os cargos militares da Vila Nova de Castro, em 1789, o capitão Inácio foi proposto para sargento-mor, mas foi escolhido o capitão Miguel Pedroso Leite. Inacio Taques de Almeida foi eleito então juiz ordinário da vila.<sup>167</sup> Suas posses parecem ter sido modestas.

José Pompeu de Almeida - Natural de Curitiba, tendo casado em São João do Atibaia, Minas Gerais, em 1760, com Maria de Godoy (ou Gois Moreira), filha de José Correia de Moraes e Maria de Gois.<sup>168</sup> No inventário de Inacio Taques de Almeida, seu

<sup>163</sup>

LO, Castro, 1789.

<sup>164</sup>

PNSS, Castro. Batizados, folhas soltas, fl. ilegível, talvez, 1786.

<sup>165</sup>

PNSS, Castro, Casamentos, liv.1, fl. 106.

<sup>166</sup>

CARTÓRIO Cível de Castro. Inventários, 1802.

<sup>167</sup>

BAMC, c.28, p.7-11.

<sup>168</sup>

LEME, Genealogia, v.4, p. 236. NEGRÃO, Genealogia, v.5, 169. O Título Taques, do 5º volume da Genealogia paranaense de Francisco Negrão, necessita de correções nas páginas 167 e 168, onde o autor cita Inácio Taques de Almeida, pai e filho, como se fossem uma única pessoa. O nome completo de Inácio Taques de Almeida (filho), seria Inacio Taques Pires de Almeida, de acordo com o inventário do seu pai (ver p.139, deste trabalho).

pai, consta como casado. Maria de Godoy é irmã de José Correia de Moraes, casado com Antonia Ribeiro.

Manoel Ribeiro de Almeida - Casou em Sorocaba com Ana Maria Bueno, filha de Pascoal Delgado de Moraes e de Maria de Almeida Bueno.<sup>169</sup> Em 1780 Manoel Ribeiro, de 37 anos, solteiro, reside com sua mãe Margarida da Silva, juntamente com seus irmãos Inacio, de 48 anos e Maria, de 33 anos.<sup>170</sup> No inventário, de sua mãe, Manoel Ribeiro de Almeida consta como solteiro. Em 1789 não reside em Castro.

Antonia Ribeiro da Silva - Casada em 1761, no Capão Alto, com José Correia de Moraes, irmão de Maria Godoy, que era casada com José Pompeu de Almeida.<sup>171</sup> Antonia Ribeiro e José Correia de Moraes residem em 1766 nos Campos Gerais. Em 1780 "José Correia", com 56 anos, mora no bairro do Iapô, da freguesia do Iapô, com sua mulher Antonia Ribeira, de 39 anos e os filhos Antonio (10 anos), Francisco (18 anos) José (4 anos) Branca (14 anos) Maria (6 anos), Luzia (1 ano). Possuem dois escravos.<sup>172</sup>

A filha de Antonia Ribeiro e José Correia de Moraes, Branca Bueno de Almeida, em 1789 está casada com Bernardo de Quadros, capataz da fazenda São Bento e tem Ana (6 anos), Luzia (4 anos) e Reginalda (2 anos).<sup>173</sup> O casamento de Luzia com o alferes Rodrigo Felix Martins, filho do capitão Rodrigo Felix Mar-

<sup>169</sup> NEGRÃO, p.168.

<sup>170</sup> LO, Castro, 1780.

<sup>171</sup> NEGRÃO, p. 168.

<sup>172</sup> LO, Castro (Campos Gerais), 1766; Castro (Iapô), 1780.

<sup>173</sup> LO, Castro, 1789.

tins, é o início dos Quadros que povoaram o Planalto Médio do Rio Grande do Sul, em meados do século XIX. Em segundas nupcias o alferes Rodrigo casa com Reginalda, com quem vai residir no Rio Grande do Sul. Com ele e seu irmão Atanagildo Pinto Martins, vão também a maioria dos filhos de Bernardo de Quadros e Branca.

Branca de Almeida, Escolástica Pedrosa e Teresa Maria de Jesus residiram sempre em Castro com seus maridos e filhos. A lista da Ordenança da Vila Nova de Castro, de 1789 registrou:

1. Antonio Ferreira de Andrade (47 anos) casado com Branca de Almeida (46 anos) e as filhas Antonia (9 anos), Francisca (7 anos), Maria (5 anos) e Bernarda (3 anos).

2. Francisco Ferreira de Andrade (42 anos) casado com Escolástica (35 anos) e os filhos Lucio (13 anos), Eusébio (11 anos), José Joaquim (8 anos) Policarpo (3 anos) Genoveva (8 anos) e Esméria (5 anos). Possuem cinco escravos.

3. Salvador Soares de Oliveira (36 anos) casado com Teresa Maria de Jesus (33 anos), com os filhos Bento (11 anos), Inácio (8 anos), José (2 anos). Possuem um escravo.

## CAPÍTULO V

### O AVANÇO PARA OS SERTÕES

(2.<sup>a</sup> metade do século XVIII)

1. O Sertão do Tibagi
2. Expedições do Tibagi
3. O Sertão de Curitiba. Fundação de Lages
4. Povoadores do Sertão de Curitiba (Lages)

## CAPÍTULO V

## O AVANÇO PARA OS SERTÕES

(2.<sup>a</sup> metade do século XVIII)

As Guerras do Sul, havidas entre as forças portuguesas e espanholas, pelo domínio dos territórios ao norte do rio do Prata, tiveram uma trégua em 1763, concedida pelo Tratado de Madrid, selado pelas duas Corôas. Esse Tratado restituiu aos portugueses a Colônia do Sacramento, mas cedeu aos espanhóis o Rio Grande de São Pedro. O morgado de Mateus, ao assumir o governo da Capitania de São Paulo em 1765, traz como uma das principais instruções do governo português " ... a conquista do Rio Grande de São Pedro até a Colônia do Sacramento". Na ocasião ele expõe ao vice-rei, conde da Cunha, audacioso plano, que ficou conhecido como "diversão pelo oeste", que consistia em "fazer aos castelhanos diversão por Paraguay", isto é, desviar parte da defesa espanhola do rio da Prata para o oeste, no Paraguai.<sup>1</sup> Daí surgiu a "Empresa do Iguatemi", que se concretizou na construção da fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, ao sul de Mato Grosso. Situada a mais de 200 léguas de São Paulo, a 55 dias de viagem,<sup>2</sup> levou à morte as centenas de paulistas que foram recrutados para servir nesse insalubre, inóspito e distante sertão.

<sup>1</sup> DI, v.35, p.119 ; v.19, p.117.

<sup>2</sup> BENTO, Cláudio Moreira. A participação militar de São Paulo e Paraná na guerra do Rio Grande do Sul. BIHGEF 34:75-104, 1978, p.87.

Ao conde de Oeiras, em 1768, dom Luis Antonio propõe o desbravamento dos sertões da margem esquerda do rio Paraná e a sua defesa, pois era pelo oeste que ele temia realmente o avanço dos espanhóis sobre a capitania de São Paulo. O "Grande Projeto" concretizou-se nas "Expedições do Tibagi".<sup>3</sup>

A "empresa do Iguatemi e os "descobrimientos do Grande Sertão do Tibagi", passaram a ser os dois grandes empreendimentos do morgado de Mateus, durante seu governo. O período das expedições do Sertão do Tibagi, estendeu-se de fins de 1768 a 1774 e teve o comando de Afonso Botelho. Na exploração do rio Ivaí, seus comandados chegaram por esse rio até o rio Paraná, pelo qual alcançaram, mais abaixo, a Praça do Iguatemi. A "empresa do Iguatemi" (1767-1777) foi a principal razão da deposição do morgado, em 1775, porque o afastou da defesa do Sul.<sup>4</sup>

A Carta Régia de 21 de abril de 1774 mandou suspender os descobrimientos dos Sertões do Ivaí e Tibagi, conservando o domínio e posse do Sertão do Iguatemi e o socorro do Viamão.<sup>5</sup> Dom Luis Antonio de Sousa, o morgado de Mateus foi substituído no governo da Capitania de São Paulo pelo capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha, que tomou várias medidas para a defesa do Sul. Este reorganizou as forças militares e intensificou o recrutamento, mobilizando um exército de 6.368 homens. A Capitania de São Paulo concorreu com 38,3% do efetivo militar do "Exército do Sul". Dela saíria o maior contingente das capitais brasileiras para a defesa e recuperação do Sul. A desumanidade dos recrutamentos, são relatadas por Enrique PEREGALLI, que se

<sup>3</sup> DI, v.19, p.117 - 129.

<sup>4</sup> BENTO, Participação militar, p.93.

<sup>5</sup> DI, v.35, p. 307-8.

baseou em documentos oficiais da época.<sup>6</sup>

A efetivação do "Grande Projeto" do morgado de Mateus ou "os descobrimentos do Grande Sertão do Tibagi", que levaria à ocupação do terceiro planalto paranaense, não foi conseguido por Afonso Botelho, mas sua tentativa resultou no conhecimento dessa imensa região. A exploração realizada pelas sucessivas expedições, permitiu o êxito da "Real Expedição da Conquista dos Campos de Guarapuava", levada a efeito no princípio do século XIX, no governo de dom João VI, pelo tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

Já a ocupação do "Sertão de Curitiba", com a fundação da vila de Lages, no planalto catarinense, assegurou o povoamento e a posse efetiva dessa região para a Corôa portuguesa.

#### 1. O Sertão do Tibagi. Afonso Botelho.

O desbravamento dos "sertões", ordenado pelo conde de Oeiras, depois marquês de Pombal, ao morgado de Mateus, seria uma das metas principais nos planos para a restauração da Capitania de São Paulo. O desconhecimento da Capitania de São Paulo para o sul, era evidente. Em uma carta ao conde de Oeiras, o morgado escreve que "... o sertão entre os rios Paranapanema e o do registro não está inda averiguado". Em sua correspondência dom Luis Antonio registra essa desinformação, quando confunde o rio Paraná com o rio Grande ou do Registro (rio Iguaçu) e também ao julgar que o rio Ivaí desaguava no rio Paranapanema e que o rio Tibagi era o próprio Registro ou Grande.<sup>7</sup>

<sup>6</sup>PEREGALLI, Enrique. Recrutamento militar no Brasil Colonial. Campinas, Edit. da Unicamp, 1986, p.99-100.

<sup>7</sup>CARTA do morgado de Mateus ao Conde de Oeiras. São Paulo, 4 de Julho de 1768, DI, v.19, p.147-8.

Assim nasceu o "Grande Projeto", que o morgado expõe várias vezes em sua correspondência, o qual deveria "conquistar e segurar a fronteira", penetrando no "sertão do Tibagi." Frotas de canoas explorariam para o sul, o rio Grande do Registro até alcançar o rio Paraná, na confluência dos quais se deveria erguer uma fortaleza. Também bandeiras por terra atravessariam o campo de Guarapuava, a "oeste," explorando as passagens e as gargantas da "serra do Apucarana". Em 1770, ele se refere na sua correspondência, ao "... Grande Sertão, chamado vulgarmente pelos Paulistas de Tibagy, por ficar dalm deste Rio (...) contudo sempre um país ignoto e muito decantado pelas riquezas ...".<sup>8</sup>

A 5 de dezembro de 1776, o morgado lança um "bando a toque de caixas", pelas ruas da cidade de São Paulo, convidando a todo o aventureiro que quizesse descobrir os "sertões" da Capitania, especialmente os que se estendiam do rio Tibagi até a "serra do Apucarana", para quem oferecia grandes prmios.<sup>9</sup>

A esse edital se antecederam em 1764 um grupo de paulistas, liderado pelo coronel Francisco Pinto do Rego, que propuzera ao rei de Portugal a explorao da fabulosa serra do Apucarana, ideal dos sonhos de Fernão Dias, o "caçador de esmeraldas". O morgado deu-lhes preferência, mas a expedio de Pinto Rego nunca chegou a sair de São Paulo, desistindo o Governo de entregar a iniciativa privada. Dom Luis Antônio escreveria mais tarde a Martinho de Melo e Castro:

<sup>8</sup> DI, v.19, p.270; v.34, p.339-41. No oeste da Capitania de São Paulo achavam-se então os Campos de Guarapuava, hoje situados na região centro-oeste do Paraná.

<sup>9</sup> CARNEIRO, David. Afonso Botelho de São Pay e Souza. Curitiba, Edit. Ltero-técnica, Ed. IHGEP, 1986, p.99.

*Três anos me entretiveram os Paulistas nesta esperança (...) até que a experiência do tempo me deu a conhecer que semelhante conquista, tão grande e tão cercada de dificuldades, não era vencível as forças particulares ....*

O encargo foi finalmente entregue ao ajudante-de-ordens de dom Luis Antonio, o tenente-coronel "Afonso Botelho de São Payo e Souza", sob iniciativa oficial do Governo de São Paulo.<sup>11</sup>

Desde dezembro de 1766 Afonso Botelho se achava na 2ª Comarca de Paranaguã onde deveria inspecionar as obras da construção da fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, cuja construção iniciou em janeiro de 1767. A reorganização das Companhias de Auxiliares, passa a ser a sua preocupação básica, pois haveria caminhos para consertar, povoações para atender a sertões para explorar. Era também imprescindível a disponibilidade de soldados para a defesa dos domínios portugueses na América, assediados pelos espanhóis. A 23 de abril de 1767 o "bando" do morgado de Mateus manda alistar na Capitania "nobres", plebeus e Brancos, mestiços, indígenas e libertos".<sup>12</sup>

Das forças registradas no censo da Milícia da Comarca de Paranaguã em 1766, houve um aumento em 1767 de 25,1% de homens<sup>13</sup> aptos para o serviço militar, o maior da Capitania de São Paulo. Este aumento aconteceu sob o comando de Afonso Botelho.

Atendidas as freguesias do litoral (Guaratuba, Antonina e Morretes), o acesso aos planaltos evidenciou a necessidade de melhorar o caminho do Itupava por onde Botelho prevê que passará o "trem de guerra" e a expedição militar, para a conquista

<sup>10</sup> CORRESPONDÊNCIA do Morgado, a Martinho de Melo e Castro. São Paulo 3 de dezembro de 1770. DI, v.34, p.344.

<sup>11</sup> BAMC, v.3, p.3.

<sup>12</sup> SANTOS, Antonio Vieira dos. Memória histórica da Cidade de Paranaguã e seu município (1850). Curitiba, Ed. do Museu Paranaense, 1951, v.1, p.157.

<sup>13</sup> PEREGALLI, Recrutamento, p.97.

do Sertão do Tibagi.<sup>14</sup>

Fez reparos nos caminhos por toda a parte. Em Curitiba, incentivou a construção da Matriz e da Cadeia. Prosseguindo no seu intuito de ajudar as novas vilas e povoações a progredir, deu todo o apoio ao guarda-mor de São José dos Pinhais. Inspeccionou os portos fluviais, dando-lhes os nomes de Nossa Senhora da Conceição de Caiacanga (Porto Amazonas) e Nossa Senhora dos Prazeres de Mateus do Registro (São Mateus). A igreja de Santo Antonio da Lapa teve a ajuda direta de Botelho, no início da sua construção.<sup>15</sup>

## 2. Expedições do Tibagi

Há numerosos documentos que se referem à exploração do "Sertão do Tibagi", a maioria deles constando de correspondência e relatórios. Entre papéis velhos do marechal José Arouche de Toledo Rendon, foram encontrados os relatórios de Afonso Botelho, onde ele narra as expedições desde o seu início, ou seja, de 1768 a 1772. Também o tenente Francisco Olinto de Carvalho, refere-se no seu relatório, ao final dessa epopéia.<sup>16</sup>

Na introdução do seu relatório, assim se expressa Afonso Botelho:

*Deu-se principio às expedições do Tibagi no ano de 1768 por ordem do ilustríssimo e excelentíssimo senhor dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, general desta capitania, encarregando a sua execução a mim, Afonso Botelho de São Payo e Souza.*<sup>17</sup>

<sup>14</sup>MOREIRA, Júlio. Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 1975, p.34-6.

<sup>15</sup>CARNEIRO, A. Botelho, p.83-9.

<sup>16</sup>BAMC, v.3, 3-82; DI, v.4, p. 1-107.

<sup>17</sup>BAMC, v.3, p.3.

Entrou a primeira expedição pelo rio do Registro a 5 de dezembro de 1768. As demais expedições somam cinco entradas, sendo que a sexta e última expedição, iniciada a 26 de junho de 1770, possibilitou a conquista dos Campos de Guarapuava. A 10 de novembro de 1771 o tenente coronel Afonso Botelho saiu de Curitiba, chegando aos Campos a 4 de dezembro, onde se estabeleceu, iniciando o reconhecimento da região. Encontrou então Cândido Xavier de Almeida e Sousa e seus comandados, que haviam atingido os campos de Guarapuava pelo sul, a 10 de setembro de 1771 e aí construído a 19 o forte Nossa Senhora do Carmo. No dia 8 de janeiro do ano seguinte, diante do inesperado e traiçoeiro ataque dos índios Xoclens, com quem tinham feito amizade, Botelho e sua expedição foram obrigados a suspender as obras da fortaleza e retirarem-se do local.<sup>18</sup>

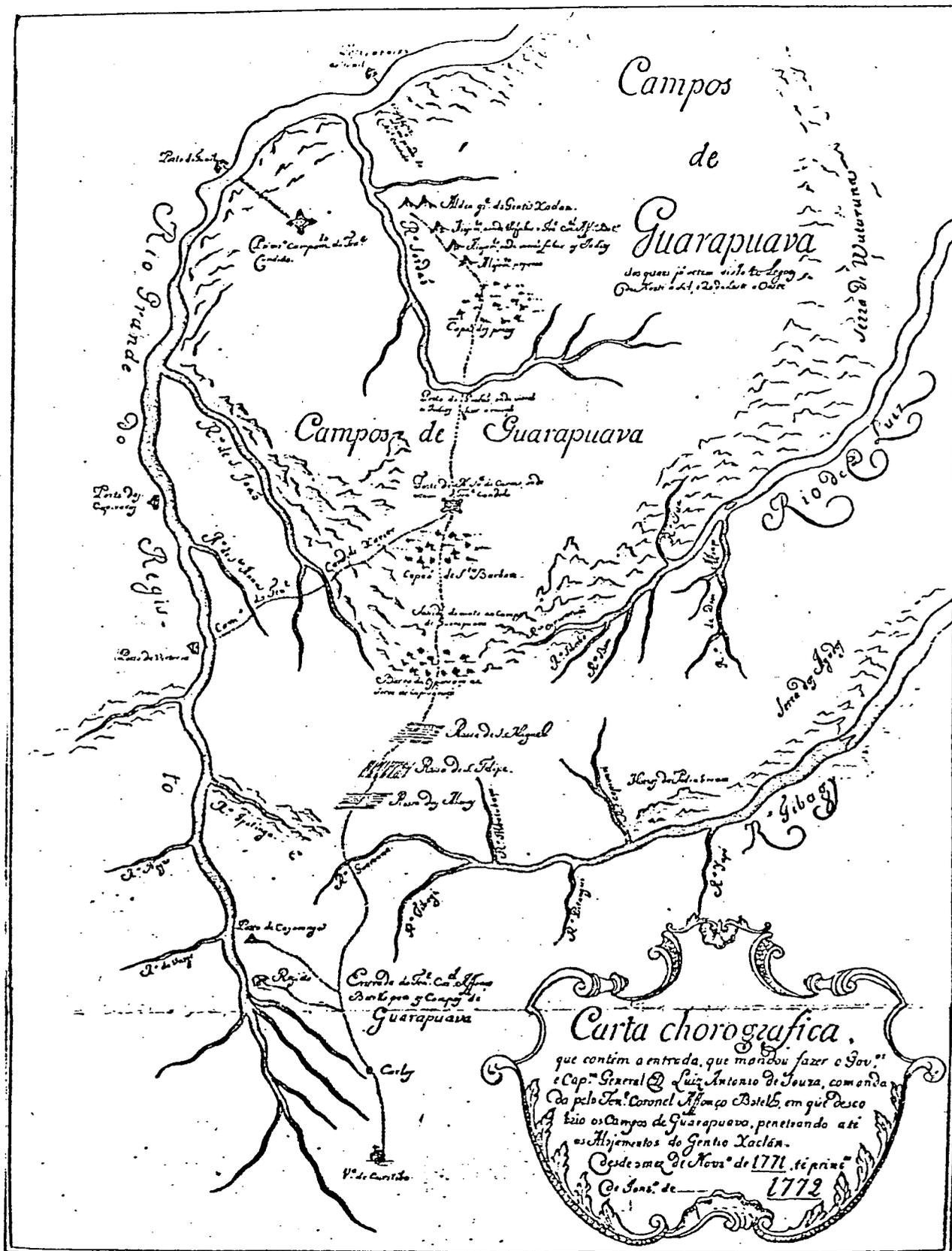
Ficaram como principais resultados desse empreendimento, primeiramente, pelo sul, a exploração do rio Iguaçu, a verificação da sua navegabilidade, a fundação de portos fluviais, principalmente do Porto da Vitória<sup>19</sup> (por Silveira Peixoto) e a descoberta dos campos de Guarapuava, pelo sul (Cândido Xavier). Salientam-se nessa empresa Domingos Lopes Cascais, Bruno da Costa Figueira, Antonio da Silveira Peixoto, Francisco José Monteiro e Cândido Xavier de Almeida e Sousa.

Nas investidas pelo oeste, destacam-se Estevão Ribeiro Baião, Francisco Lopes da Silva, Inácio Mota, Francisco Nunes Pereira e Francisco Martins Lustosa. Em sucessivas entradas foi descoberto o rio Ivaí (que denominaram São Luís) e por ele atin-

<sup>18</sup>

BAMC, v.3, p.18,22-3, 57, 45-8. Ver Figura 11.

<sup>19</sup> ESSE porto é confundido com o Porto da União, este origem da cidade paranaense de União da Vitória.



Itinerário da expedição do Tenente Coronel Affonso Botelho para os Campos de Guarapuava.

FIGURA 11- EXPEDIÇÕES DO TIBAGI (Afonso Botelho, 1768-1774)

Fonte: FRANCO, Arthur Martins. Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava. Curitiba, Tip. João Haupt, 1943. s.p.

gido o rio Paraná. Partindo deste, foi explorado o rio Piquiri, encontrados os Saltos das Sete Quedas e as ruínas de Vila Rica do Espírito Santo e alcançada a praça do Iguatemi. Entrando pela foz do rio Tietê, chegou-se a São Paulo.

Além do conhecimento desse imenso território, restou a certeza que nele não havia acampamentos espanhois.

Divergem os autores sobre o número das expedições, porque elas se realizaram com várias desdobramentos, subdividindo-se em "esquadras", sob comandos diversos, os quais exploraram diferentes lugares simultaneamente.<sup>20</sup>

Em novembro de 1773 mais uma expedição foi realizada para exploração e reconhecimento dos Campos de Guarpuava, comandada pelo já coronel Afonso Botelho. Um relatório datado de janeiro de 1774, no acampamento da Esperança,<sup>21</sup> vem assinado por Paulo Chaves de Almeida (o comandante) e pelo sargento Diogo Pinto de Azevedo Portugal, entre outros.<sup>22</sup> Diogo Pinto seria o responsável pela definitiva conquista dos Campos de Guarapuava, quase quarenta anos após, quando comandou a "Real Expedição da Conquista de Guarapuava" (1809-1820).

### 3. O Sertão de Curitiba: Fundação de Lages

Cumprindo a sua meta da expansão da Capitania de São Paulo para "os sertões", o morgado de Mateus escreve a 24 de dezembro de 1766 ao conde de Oeiras, que o seu intento de "... fazer

<sup>20</sup> Ver "Quadro Geral das Expedições de Afonso Botelho".

<sup>21</sup>

QUANDO é citada a "Esperança", trata-se da serra da Boa Esperança, parte integrante da serra Geral, que estabelece a separação entre o segundo e o terceiro planaltos do Paraná.

<sup>22</sup> CARNEIRO, A. Botelho, p.197.

## QUADRO GERAL DAS EXPEDIÇÕES DE AFONSO BOTELHO

(SERTÃO DO TIBAGI)

NÚMERO DA EXPEDIÇÃO		LUGAR DA SAÍDA		COMANDO		MISSÃO	AO COMANDANTE ACONTECIDO	OBSERVAÇÕES ESPECIAIS
Segundo a Tradição	Real	Lugar	Data da Largada	Posto	Nome			
1. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	Nossa Bra. do Caiacanga.	05 dez. <sup>o</sup> 1768	Tenente	Domingos Lopes Cascais	Descer o Rio do Registro	Volta Iheso Missão cumprida	—
2. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	São Bento do Tibagi	20 Junho 1769	Capitão-mór	Estevão Ribeiro Baíão	Descobrir o Rio Ivaí até o Paraná	Morre ao 3. <sup>o</sup> dia de sua volta ao lar	—
DESDOBRAMENTOS				Capitão-mór	Fco. Lopes da Silva	Explorar os Rios Paraná e Piquiri	Morre na Fortaleza do Iguatemi	—
				Tenente	Inácio Mota	Explorar o Paraná e o Tietê	Chega a S. Paulo e volta Descobre Vila Rica	
3. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	São Bento do Tibagi	12 agosto 1769	Capitão-mór	Francisco Nunes	Reforçar a Expedição de Estevão Baíão	Iguatemi em 27/V/1770 Morre ao Chegar ao forte	Encontra no Rio Paraná soldados que iam de S. Paulo para Iguatemi
4. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	Caiacanga.	20 agosto 1769	Tenente	Bruno da Costa Filgueiras	Explorar o Registro	Volta Preso por ordem de Silveira Peixoto	—
5. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	—	16 out. <sup>o</sup> 1769	Capitão-mór	Silveira Peixoto	Explorar o Registro Atingir o Paraná	Cal Prisioneiro dos espanhóis em Missões 20/XI/1770	Remetido a Buenos Aires onde fica encarcerado muitos anos
—	6. <sup>a</sup>	—	abril 1770	Tenente	Bruno da Costa Filgueiras	Explorar o Registro	Morre afogado após cumprir as últimas ordens de Silveira Peixoto	—
—	7. <sup>a</sup>	—	12 julho 1770	Sargento-mór	Francisco José Monteiro	Conseguir notícias de Silveira Peixoto	—	—
DESDOBRAMENTOS			—	Tenente	Cândido Xavier	Ir ao Campos	Encontra os Campos e volta para participar	Descobre os Campos Contrói fortim.
			9 novb. <sup>o</sup> 1769	Tenente	Manuel Tilles	Descer o Registro	Morre afogado c/ seu filho	—
8. <sup>a</sup>	8. <sup>a</sup>	Caiacanga.	18 dez. <sup>o</sup> 1770	Tenente	Cândido Xavier	Abrir picadas reconhecer os Campos	Consegue objetivo	—
9. <sup>a</sup>	9. <sup>a</sup>	—	4 março 1771	Capitão	Felipe Santiago	Reforçar expedições anteriores	Cumprir Missão	—
6. <sup>a</sup>	10. <sup>a</sup>	Carrapato	26 julho 1770	Guarda-mór	Francisco Martins Lustosa	Descobrir vereda direta	Volta a Curitiba 21/XI/1770	—
11. <sup>a</sup>	11. <sup>a</sup>	—	7 março 1771	—	—	—	Chega à Borda do Campo em 21/IV/1771	—
7. <sup>a</sup>	12. <sup>a</sup>	—	9 novb. <sup>o</sup> 1771	Tenente Coronel	Afonso Bot. <sup>o</sup> São Payo e Souza	Reconhecer Guarapuava Tomar posses dos Campos	—	Perde 7 homens cruzados
13. <sup>a</sup>	13. <sup>a</sup>	Esperança	30 novb. <sup>o</sup> 1773 9 janeiro 1774	Tenente	Paulo Chaves de Almeida	Observar Campos	Consegue seu objetivo	—

OBS.: Parte do quadro apresentado em CARNEIRO, David. Afonso Botelho de São Payo e Souza. Curitiba, Ed. de IHGEP, Estante Paranista (26), 1986, s.p. Adaptação de R.V. RODERJAN.

uma ou mais povoações nas chapadas de Vacaria ..." se concretizara, pois realizara o contrato com Antonio Correa Pinto para o servir como capitão-mor nos "Campos de Lagens".<sup>23</sup>

A denominação de "sertão" designava, na época, regiões desconhecidas ou despovoadas. No século XVII, os Campos de Curitiba, que medeavam entre esta vila e a Borda do Campo, início das matas da serra do Mar, eram chamados de "Sertão de Paranaguá."<sup>24</sup> Para o sul e sudoeste, estaria situado o "Sertão de Curitiba", "... Sertam que medea entre a Villa de Coritiba e sima da Serra do Viamão, em distancia de cento e cinquenta legoas despovoadas ...", como escreveria mais tarde o morgado de Mateus.<sup>25</sup>

É encontrada a primeira citação sobre o "Sertão de Curitiba", quando o provedor e administrador geral das minas da Repartição Sul, Rodrigo de Castelo Branco, ao saber da notícia da descoberta de minas nos Campos de Curitiba, partiu de Santos para fazer o reconhecimento. A 13 de agosto de 1679, despacha uma ordem para "... descobrimentos de ribeiros de ouro de lavagem no Sertão de Curitiba ..."<sup>26</sup>

O "Sertão de Curitiba" e o "Sertão de Tibagi" faziam parte desses desconhecidos "sertões" que em 1721 o ouvidor Rafael Pires Pardiniho deixava sob a jurisdição da Câmara da vila de Nossa Senhora da Luz de Curitiba:

<sup>23</sup> DI, v.23, p.35.

<sup>24</sup> MOREIRA, Caminhos, p.266, 547.

<sup>25</sup> BAMC, v.16, p.24-5.

<sup>26</sup> TAQUES, Pedro. Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da Capitania. São Paulo, Edit. Itatiaia/USP, 1980, p.79.

*... terão estendido para em todo este território do Rio Itararê para a gente do Sul, com o mais, que fica da Serra a Cima e sertões exercitar esta Camara suas jurisdições ...*<sup>27</sup>

A mando de Antonio Caldeira Pimentel, governador e capitão general da Capitania de São Paulo, foi feita a primeira tentativa oficial da ligação da Capitania de São Pedro aos Campos de Curitiba, cujo trajeto varava esse desconhecido sertão. Francisco de Sousa e Faria comandou a expedição que saiu de Araranguá em fevereiro de 1728 e chegou a Curitiba em março de 1730. Esse caminho não teria passado pelos campos onde mais tarde seria erigida a povoação de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens. É o atalho de Cristovão de Abreu, que vinha do Viamão, que vai atravessar esses campos.

Desde o início do século XVIII o criatório se estende de Curitiba para os Campos da Lapa, ao sul do rio Iguaçu, os quais as vereanças de Curitiba em 1752 citam como se situando para a "outra banda do Registro". Aí se formava uma povoação, por onde passavam as tropas de gado, que, vindas do sul, pelo caminho do Viamão, dirigiam-se para o Registro do rio Iguaçu. Essa povoação foi elevada a freguesia por Afonso Botelho em 1769, com o nome de Santo Antonio do Registro, denominada mais tarde Vila do Príncipe e finalmente, Lapa. Da Lapa para o sul principiava então, o Sertão de Curitiba.<sup>28</sup>

A mando do morgado de Mateus, Antonio Correa Pinto vai fundar uma povoação nesse longínquo "sertão", mais propriamente nos Campos "das Lagens". Ele foi nomeado a 9 de junho de 1766

<sup>27</sup> BAMC, v.1, p.13.

<sup>28</sup> MOREIRA, Caminhos, p.713-4.

capitão-mor regente do "Certão de Curitiba", o qual principiava no Campo da Estiva e ia até as fronteiras da Capitania de São Paulo. Partindo com sua família em agosto de 1766, da cidade de São Paulo, mandou, a 20 de outubro do mesmo ano, registrar sua Carta-Patente de capitão-mor regente na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba.<sup>29</sup> Chegou aos campos "das Lagens", a 6 de novembro de 1766.<sup>30</sup>

Para o morgado de Mateus entretanto, não foi fácil manter essa povoação, que ele achava que poderia ser útil para fazer a testa "... às Missões Castelhanas e fortificar o rio das Pelotas, por ser o passo mais defensível daquele sertão."<sup>31</sup> Ele comenta a 9 de fevereiro de 1768, em carta escrita à Secretaria do Estado, que a fundação de povoações é muito útil e necessária, mas apresenta muitas dificuldades. Os "... novos habitantes(...) uns não querem, outros pedem o que não há, outros choram, outros se escondem". Mas conciliar "as vontades", era ainda mais penoso. Ele se refere aqui às reclamações feitas pelo vigário do Viamão, reivindicando para sua jurisdição a área ocupada por Antonio Correa Pinto, onde dois religiosos, designados pelo Bispado da Capitania de São Paulo, estavam exercendo os seus "exercícios paroquiais".<sup>32</sup> Foram necessárias as certidões dos oficiais da Câmara de Curitiba e a atestação do seu juiz ordinário, para resolver a questão dos limites da Capitania de São Paulo e estabelecer a jurisdição a que tinha direito Antonio Correa Pinto.

<sup>29</sup> BAMC, v.16, p.24-5.

<sup>30</sup> FERREIRA, Tito Lívio. O governo do morgado de Mateus e os censos das ordenanças da Capitania de São Paulo. Anais do Museu Paulista. São Paulo, 14:383-451, 1950, p.388; DI, v.34, p.493.

<sup>31</sup> FERREIRA, O governo, p.388.

<sup>32</sup> DI, v.23, p.415-6.

Sebastião Teixeira de Azevedo, juiz ordinário da vila de Curitiba, a 14 de março de 1767, atesta:

*... debaixo do juramento do meu cargo, que é dos Santos Evangelhos, digo que o Distrito desta Vila compreende para o sertão do Sul, até o Rio das Pelotas, que é o que divide o Campo das Lagens do Campo de Vacaria, cujo termo, ou baliza foi conhecido sempre de todos, por cujo motivo sempreas justicas desta Vila administraram ato de jurisdição, sem impedimento, nem contradicção, como se vê do cartório desta Vila ...*

As certidões tratam de devassas por crimes de morte e outros, que ficaram registradas nos livros da Câmara de Curitiba. Os fatos foram citados como acontecidos "nas Lagens", aproximadamente dos anos de 1741 até a data da certidão, donde se conclue que durante todo esse tempo a região era conhecida como "a paragem" ou os "Campos das Lagens". Uma das certidões refere-se a um auto de retificação de posse, assinado em 19 de julho de 1755 por dezenove testemunhas, onde o escrivão da Câmara da vila de Curitiba relata que o referido auto estabelece como termos da vila, o rio Itararé ao norte e rio Pelotas ao sul, assim como todo o sertão do Tibagi (oeste).<sup>34</sup>

Somente a 20 de junho de 1767 chegam a "Lagens" os dois religiosos enviados por dom Luis Antonio de Sousa, o morgado de Mateus, para criarem e darem princípio a uma nova Freguesia, com o título de Nossa Senhora dos Prazeres. Um mês mais tarde fizeram os primeiros assentamentos, sendo considerada a data de 30

<sup>33</sup> DI, v.23, p.426-7.

<sup>34</sup> DI, v.23, p.420-8.

de julho de 1767, a da instalação da freguesia.<sup>35</sup>

A 22 de maio de 1771, foi elevada à categoria de vila a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, cumprindo-se a ordem de 4 de setembro de 1770, do morgado de Mateus. O capitão-mor regente Antonio Correa Pinto criou a vila com a presença de 22 moradores, além do escrivão Marcelino Pereira Lago. Levantou-se o pelourinho e no lugar destinado a uma praça, escolheu-se o lugar para assentar a casa da Câmara e a Cadeia. Era a seguinte a relação dos povoadores presentes: "Capitão Bento do Amaral Gurgel Annes, Domingos Rodrigues Vidigal, Antonio de Souza, Manoel Barboza, tenente Bento Soares da Mota, Alferes José Raposo Pires, Sebastião Pinto dos Reis, Furriel Lourenço Rodrigues da Rocha, Antonio José de Miranda, Luis Madeira Ramos, Felipe Barboza Leme, Mateus José de Souza, Caetano Saldanha, Domingos Antonio Pereira, Luis Felix da Silva, Francisco Xavier, Pedro Gonçalves Furtado, Francisco Antunes da Porciuncula, Antonio Lopes Negr., Agostinho de Souza Rebello, A. de Almeida, Bento Manoel Paes."<sup>36</sup>

Walter DACHS consultando os registros da Câmara de Lages, informa que de 13 a 14 moradores, seu número cresceu para 100 fogos, na época do morgado de Mateus, porque, para incentivar o povoamento, ele concedia indultos a quem fosse se estabelecer "neste certão", além de não cobrar os quintos sobre os animais negociados. Porém, quando Lopo de Saldanha assumiu o governo da Capitania, houve execuções de processos e passou a ser cobrado o imposto sobre os animais. Despovoou-se a vila, sendo que em 1781, 45 famílias retiraram-se para o Viamão e para Curitiba,

<sup>35</sup>DACHS, Walter. Histórico da vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens. Guia Serrano. Lages, 25 de junho de 1960.

<sup>36</sup>DACHS, Guia Serrano, 10 de setembro de 1960.

existindo só 35 fogos.<sup>37</sup>

O temperamento violento do capitão-mor Antonio Correa Pinto também teria concorrido para esse despovoamento, depois de suas brigas com os camaristas. Em 1786, estando em São Paulo para tratamento de saúde, moravam na vila somente seu substituto, Bento do Amaral Gurgel, o reverendo vigário e o escrivão da Câmara, expostos aos ataques dos bugres.<sup>38</sup>

O primeiro cadastramento da população do distrito da vila de Lages, foi feito pela Ordenança, em 1777, já ao tempo do novo governador da Capitania de São Paulo, o capitão-general Martins Lopes Lobo de Saldanha, que substituiu em 1775 o morgado de Mateus no governo da Capitania. Esse cadastramento foi assinado por Antonio Correa Pinto de Macedo, "capitão-mor regente da vila de Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão de Lages, Fronteira da Capitania de São Paulo". O "Mapa Geral" dos "povos", acusa uma população de 662 pessoas, entre brancos, pardos, índios e pretos. Homens e mulheres "brancos e pardos" formam um total de 367 pessoas, possivelmente livres. Há 94 "índios" de ambos os sexos, 119 "cativos" e 10 "pretos forros".<sup>39</sup>

Nas novas listas de 1789, 1790, 1792 e 1794, já organizadas em outro sistema, onde poucos índios são indicados, os escravos e os agregados e suas famílias, são cadastrados após seus proprietários ou patrões, depois da esposa e filhos destes. De todos constam os nomes e idades. São listas simples, que trazem também o número de "fogos" ou lares e "resumos", com a população cadastrada pelas idades e o número de nascimentos e mortes (óbitos) havidos durante o ano.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> DACHS, 17 de setembro de 1960.

<sup>38</sup> DACHS, 6 de janeiro de 1960.

<sup>39</sup> FERREIRA, O governo, p.401-16, A lista ou censo das ordenanças apresentada por FERREIRA, da página 293 à página 399 dos Anais, não pertence à vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens.

<sup>40</sup> FERREIRA, p.417-451.

As listas nominativas dos habitantes ou censo das ordenanças da vila de Lages (1777-1794), os registros da Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres (1767-1818), os artigos de Walter DACHS, publicados no jornal Guia Serrano, de Lages (1960-1964) e a consulta à Genealogia Paulistana, de Silva LEME, forneceram os dados que possibilitaram a reconstituição de algumas famílias encontradas entre os primeiros povoadores de Lages, na segunda metade do século XVIII, constantes neste trabalho.

#### 4. Povoadores do Sertão de Curitiba (Lages)

Os primeiros povoadores da vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, teriam vindo de São Paulo com o seu fundador, o capitão-mor regente Antonio Correa Pinto ou chegaram logo depois com suas famílias, passando a constituir novos núcleos familiares. Alguns já conheciam a região, como o capitão-mor regente do Sertão de Curitiba ou já estavam estabelecidos no local. Dos que estão citados nas atas da Câmara de Lages e outros que assinaram suas vereanças, DACHS procurou levantar as biografias e referências genealógicas, as quais publicou no Guia Serrano, de Lages, à semelhança do que realizou Moacyr DOMINGUES, no Rio Grande do Sul, quando escreveu no

41

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana. Sao Paulo, Edit. Duprat, 1903-5, 9v.

Diário Serrano de Cruz Alta, sobre os primeiros povoadores dessa região serrana do Planalto Médio.

A esposa de Antonio Correa Pinto, Maria Antonia de Jesus e seus irmãos Baltasar e Antonio Rodrigues de Oliveira, que passam a residir em Lages, descendem dos Fan de Oliveira paulistas. Tornaram-se todos parentes de Bento do Amaral Gurgel e de Miguel Pedroso Leite, através dos sucessivos casamentos havidos em Lages, entre seus filhos e netos.

A primeira esposa de Bento do Amaral Gurgel, este o segundo capitão-mor de Lages, é Maria Catarina de Jesus Fragoso, pertencente à família Soares Fragoso, de Taubaté (SP), assim como Manoel Marques Arzão, pai da esposa de José do Amaral Gurgel, irmão do capitão-mor Bento do Amaral Gurgel, todos residentes em Lages. São numerosos os descendentes dos Amaral Gurgel e de Miguel Pedroso Leite, os quais passam a se chamar Amaral Cavalheiro e Fontoura do Amaral. Vários deles se estabeleceram na região de cima da serra, no Rio Grande do Sul. Maria Boaventura do Amaral, sobrinha de Bento do Amaral Gurgel, foi casada três vezes e teve do seu primeiro marido José Francisco de Moraes Navarros, entre outros filhos, Manoel Antonio do Amaral, que ficou residência em Cruz Alta e Maria Jacinta do Amaral, de quem descende Nereu de Oliveira Ramos, que foi presidente do Brasil e interventor de Santa Catarina. Todas essas informações são fornecidas por DACHS, nos seus artigos publicados no Guia Serrano.

A biografia do sargento-mor Miguel Pedroso Leite, foi levantada através da consulta à variada documentação, merecendo neste trabalho significativo destaque, assim como Antonio Ribeir-

ro de Oliveira. O realce dado a Antonio Ribeiro de Oliveira, foi motivado pela descoberta da sua ligação com Ana Joaquina do Amaral, que casou com o alferes Atanagildo Pinto Martins. Estes passaram de Castro, no Paraná, para o Planalto Médio do Rio Grande do Sul, acompanhados de muitos parentes. Ana Joaquina é filha de Antonio Ribeiro de Oliveira e de Ana Maria do Amaral, sobrinha de Bento do Amaral Gurgel. Seus nomes constam na primeira lista de habitantes de Lages, em 1777, onde não mais residem em 1789.

Bernardino da Costa Filgueira, cujo nome também aparece nas listas de habitantes, com sua mulher, sua filha e seu genro Manoel Teixeira de Oliveira Cardoso, é natural de Curitiba, neto do capitão-mor João Rodrigues de França, já citado. Descendentes seus transferem-se mais tarde para a região serrana do Rio Grande do Sul.

Nos artigos de Walter DACHS há várias referências sobre moradores de Lages dessa segunda metade do século XVIII, que teriam casado com mulheres nascidas em Curitiba. Também é constante, o elemento vindo de Portugal. Os primeiros povoadores que emigraram de São Paulo, descendem dos Taques, Lara, Leme, Godoy, Proença, Pires, Almeida, Gois, Arruda e outros, estabelecidos em São Paulo ao tempo da Capitania de São Vicente, nos séculos XVI e XVII.

#### Antonio Corrêa Pinto

Antonio Corrêa Pinto nasceu no antigo arcebispado de Braga, ao norte de Portugal, filho de Luis Correa Pinto e Antonia Isaura de Macedo. Casou em 1759 com Maria Antonia de Jesus, filha do alferes Baltasar Rodrigues Fan(Port.) e Isabel da Ro-

cha do Canto (SP). Era irmã do sargento-mor Antonio Rodrigues de Oliveira e de Baltasar Rodrigues de Oliveira, residentes em Lages.<sup>42</sup>

Baltasar Joaquim de Oliveira e Antonio Rodrigues Fan de Oliveira, filhos do sargento-mor Antonio Rodrigues de Oliveira, casaram respectivamente com Maria Joaquina do Amaral Gurgel e com Maria Inácia do Amaral Gurgel, filhas do capitão-mor Bento do Amaral Gurgel e de Maria Catarina de Jesus Fragoso, todos residentes em Lages.<sup>43</sup>

Antonio Corrêa Pinto e sua mulher Maria Antonia de Jesus não tiveram filhos. Consta que Antonio Corrêa Pinto só teve em Lages um parente consanguíneo, que foi Antonio José de Miranda (de Portugal), seu sobrinho.<sup>44</sup> Os demais citados são todos familiares de Maria Antonia de Jesus. Sua descendência foi tratada por Walter DACHS, nos seus antigos publicados no Guia Serrano, jornal de Lages, de 1960 a 1964.

Antônio Corrêa Pinto e sua mulher Maria Antônia de Jesus, foram em 1766 fundar Lages, a mando de dom Luis Antonio de Sousa, o morgado de Mateus. Levaram todos os seus bens e foram acompanhados de vários parentes, entre os demais fundadores. Ele foi como capitão-mor, regente do Sertão de Curitiba, cargo que exerceu até sua morte, a 28 de setembro de 1783.<sup>45</sup>

<sup>42</sup> COSTA, Licurgo. O continente das Lagens. Florianópolis; FCC Ed., 1982, v.1, p.121-123; LO de Lages, 1777, In: FERREIRA, Anais, p.401-416; LEME, Luiz Gonzaga da Silva, Genealogia paulistana. São Paulo, Duprat, 1903-5, v.8, p.196-227.

<sup>43</sup> DACHS, Guia Serrano, 23 de fevereiro de 1961.

<sup>44</sup> DACHS, Guia Serrano, 30 de setembro de 1960.

<sup>45</sup> COSTA, O continente, p.44, 107; DI, v.34, p. 493-501 (manifesto de Corrêa Pinto).

### Bento do Amaral Gurgel

Bento do Amaral Gurgel Annes era filho de José dos Reis Ribeiro e Isadora do Amaral, ambos descendentes de Pedro Taques e Ana de Proença, povoadores de São Paulo e São Vicente no século XVI. José dos Reis Ribeiro (ou Gonçalves Ribeiro) era bisneto de Mariana Pompeu Taques, casada com Manoel Goes Raposo. Isadora do Amaral era bisneta de Guilherme Pompeu de Almeida, irmão de Mariana, ambos filhos de Pedro Taques e Ana de Proença.<sup>46</sup>

Bento do Amaral Gurgel casou pela primeira vez com Maria Catarina de Jesus Fragoso, de Taubatê, filha de Álvaro Soares Fragoso e Catarina de Unhate. Era irmã de Bento Soares da Mota, fundador de Lages e de Joana Garcia, casada com Manoel Marques Arzão, todos residentes em Lages. Em Castro, no Paraná, residia nessa época, João Soares Fragoso, também filho de Álvaro Soares Fragoso e Catarina. José do Amaral Gurgel, irmão de Bento do Amaral Gurgel, residente em Lages, era casado com Maria do Nascimento de Jesus ou da Anunciação, filha de Manoel Marques Arzão.<sup>47</sup>

Em 1777 foram cadastrados na "relação dos povos da nova povoação da vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages", Bento do Amaral Gurgel, com 50 anos, casado com Catarina Soares, de 34 anos; Bento Soares da Mota, de 70 anos; José do Amaral Gurgel, com 30 anos, casado com Maria Nascimento de Jesus, de 22 anos e Manoel Marques Arzão, de 70 anos.<sup>48</sup>

<sup>46</sup> VER neste trabalho: TAQUES, Capítulo I, Povoadores. p.28.

<sup>47</sup> LEME, Genealogia, v.4, p.22.308; v.7, p.459; DACHS, Guia Serrano, 30 de setembro de 1960, 9 de fevereiro de 1963; LO, Castro, 1766.

<sup>48</sup> FERREIRA, O governo de Morgado, Anais, Relação de 1777 de Lages, p. 401-16.

Do primeiro casamento, Bento do Amaral teve:

1. Maria Joaquina do Amaral Gurgel, nascida em Lages e aí casada em 1788, com Baltasar Joaquim de Oliveira, sobrinho da mulher do capitão-mor Antonio Corrêa Pinto, Maria Benta Rodrigues (ou Maria Antonia de Jesus).

2. Maria Inácia do Amaral Gurgel, nascida em Lages, casou em 1788 com Antonio Rodrigues Fan de Oliveira irmão do prescidente, também sobrinho de Maria Antonia de Jesus.

3. "Joannes Annes" do Amaral Gurgel, nascido em Lages, aí casou em 1796 com Bárbara Francisca da Fontoura, irmã de Genoveva Raquel da Fontoura, que veio a ser a segunda esposa de Bento do Amaral Gurgel, ambas filhas de Miguel Pedroso Leite.

4. Ana Maria do Amaral Godoy e Silva, nascida e casada em Lages em 1792, com Francisco Manoel de Paula e Silva, natural de Vacaria, neto de Pedro da Silva Chaves.<sup>49</sup>

Maria Catarina de Jesus Fragoso faleceu em Lages em 1787 e até 1794 o então capitão-mor Bento do Amaral Gurgel estava viúvo. Em 1794 reside em Lages o sargento-mor Miguel Pedroso Leite com sua família. Sua filha Genoveva, que irá casar em 1796 com o capitão-mor Bento do Amaral Gurgel, tem 14 anos de idade.<sup>50</sup>

Do seu casamento com Genoveva Raquel da Fontoura, filha de Miguel Pedroso Leite (SP) e Inocência Pereira Pinto (RS), Bento do Amaral Gurgel teve os seguintes filhos, todos nascidos em Lages:

1. Bento José do Amaral Fontoura, que casou em Lages em 1815, com Balbina Joaquina de Carvalho.

<sup>49</sup> DACHS, Guia Serrano, 30 de setembro de 1960.

<sup>50</sup>

DACHS, 30 de setembro de 1960; FERREIRA, Anais, p.444; PNSP, Lages, Casamentos, liv. 1, fl.88.

2. José Barreto do Amaral, casado em 1815 com Bernardina Joaquina de Carvalho, irmã da precedente.

3. Emília do Amaral Fontoura, casada em 1815 com José Joaquim de Oliveira, neto de Policarpo Joaquim de Oliveira, que era irmão da mulher de Antonio Corrêa Pinto.

4. Maria das Dores ou Raquel da Fontoura, casada em 1817 com Antonio José do Amaral.

5. Francisco.<sup>51</sup>

Este último talvez seja Francisco das Chagas do Amaral Fontoura, pai de Ubaldino do Amaral Fontoura, nascido na Lapa (PR) a 27 de agosto de 1842, que teve muito destaque em Curitiba.

Bento do Amaral Gurgel sucedeu a Antonio Corrêa Pinto como capitão-mor de Lages, assumindo o cargo a 29 de maio de 1787, atuando até 1802. Faleceu em Lages, em 8 de julho de 1812.<sup>52</sup>

Em Lagoa Vermelha e Cruz Alta são encontrados vários descendentes de Bento do Amaral Gurgel, do seu irmão José e de Maria Policena do Amaral, também chamada de Maria de São Boaventura do Amaral e Silva. Esta era filha de Lourenço Leme de Siqueira e de Maria Leme do Amaral Gurgel e sobrinha do capitão-mor Bento do Amaral Gurgel.<sup>53</sup> Dos seus três casamentos, muitos descendentes são tratados por Walter DACHS nos seus estudos publicados pelo Guia Serrano de Lages, de 1960 a 1964. Dessas publicações consta a descendência de José do Amaral Gurgel, dos filhos de Bento do Amaral Gurgel e de muitos povoadores de Lages que DACHS

<sup>51</sup> DACHS, 30 de setembro de 1960.

<sup>52</sup> COSTA, O continente, p. 107, 113.

<sup>53</sup> DACHS, Guia Serrano, 5 de outubro de 1963.

pesquisou nos registros paroquiais e registros cíveis e também nos livros de atas da Câmara de Lages.

Antonio Ribeiro de Oliveira e Ana Maria do Amaral.

Antonio Ribeiro de Oliveira, casado com Ana Maria do Amaral, residiu em Lages com sua família onde tinha "fazenda de criar", tendo sido vereador em 1775 e juiz ordinário em 1777.<sup>54</sup> Na lista de habitantes da vila de Lages de 1777, Antonio Ribeiro de Oliveira, de 41 anos, casado com Ana Maria do Amaral, de 34 anos, possui os seguintes filhos: José, de 18 anos, Bento, de 13 anos, José, de 11 anos, Original, de 8 anos, Amatildes, de 9 anos, Ana Joaquina, de 4 anos e Hipólito, de meses.<sup>55</sup> Numa relação publicada por DACHS, foi registrado seu filho Bento Ribeiro do Amaral, nascido em 1764, casado com Gabriela Maria da Trindade, filha do capitão-mor Rodrigo Felix e de Ana Maria de Jesus. Sua filha Ana Joaquina, que em 1777 aparece na lista de habitantes com 4 anos, casou com o irmão de Gabriela Maria da Trindade, Atanagildo Pinto Martins.<sup>56</sup>

Ana Maria do Amaral é irmã do frei Inácio Dias do Amaral Gurgel, que foi o sexto vigário da freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, ambos filhos de Ana Maria do Amaral Gurgel, irmã de Isadora do Amaral Gurgel, esta mãe do capitão-mor Bento do Amaral Gurgel. Ana Maria Gurgel do Amaral era ca-

<sup>54</sup> DACHS, 7 de julho de 1762.

<sup>55</sup> FERREIRA, Anais, p. 401-16.

<sup>56</sup> DACHS, Guia Serrano, 7 de julho de 1762.

sada com Inácio Dias da Silva e sua irmã Isadora do Amaral, com José Gonçalves Ribeiro. Eram filhas de Escolástica de Godoy, casada com Bento do Amaral e Silva, que inicia a descendência dos Amaral Gurgel de Lages.<sup>57</sup>

Ana Joaquina do Amaral, filha de Antonio Ribeiro de Oliveira e de Ana Maria do Amaral, dos seus dois casamentos, com João Bonifácio Antunes e depois com Atanagildo Pinto Martins, teve importante descendência no Planalto Médio do Rio Grande do sul.<sup>58</sup>

### Miguel Pedroso Leite e Inocência Maria Pereira Pinto

Miguel Pedroso Leite nasceu em São Paulo, descendente de João do Prado e Felipa Vicente, povoadores de São Vicente, no século XVI, pela filha destes, Isabel do Prado, que casou com Pascoal Leite Furtado. Miguel Pedroso Leite era filho de Antonio Pedroso de Oliveira e Maria Pais Domingues, ele tetraneto de Isabel do Prado.<sup>59</sup>

Como capitão, Miguel Pedroso Leite atuou em Rio Pardo (RS) em 1763 e em 1774, ao lado de, respectivamente Francisco Pinto Bandeira e Rafael Pinto Bandeira, nas guerras do Sacramento.<sup>60</sup>

Em 1789 é sargento-mor da "Vila Nova de Castro" (PR) onde reside com sua família,<sup>61</sup> tendo se transferido depois para

<sup>57</sup> DACHS, 30 de novembro de 1963; TAQUES, Pedro. Nobiliarquia paulista na histórica e genealógica, 5 ed. São Paulo e Edit. Itatiaia, USP, 1980, v.1, p. 122.

<sup>58</sup> APRS, Inventários, Órfãos e ausentes. Cruz Alta, 1855 (N60, M3, E61).

<sup>59</sup> TAQUES, Nobiliarquia, v.2, p.1-3,9.

<sup>60</sup> ANTUNES, Paranhos. Os Dragões do Rio Pardo. Rio Pardo, Cia Edit. Americana, 1954, p.99; BARRETO, Abeillard. A expedição de Silva Paes e o Rio Grande de São Pedro. História Naval Brasileira. Rio de Janeiro, C.S.C. do IBGE, 1979, v.2, p. 194. As Guerras do Sacramento ou Guerras do Sul, aconteceram até 1777.

<sup>61</sup> LO, Castro, 1789.

a vila de Lages, onde foi cadastrado na "lista de habitantes da vila de Lages" de 1794, com 60 anos, casado com Inocência Maria Pereira Pinto, de 46 anos, e os filhos Manoel Cavalheiro Leitão (25 anos), Bárbara (16 anos), Genoveva (14 anos), Maria (8 anos) Maria de Pomocene (4 anos), 4 escravos e 6 agregados.<sup>62</sup>

Sua filha Genoveva casa em 1796 com o capitão-mor de Lages, Bento do Amaral Gurgel; a filha Barbara casa com "Joannes Annes", filho desse capitão-mor<sup>63</sup> e Manoel Cavalheiro Leitão com Matildes do Amaral, filha de José do Amaral Gurgel, este irmão do capitão-mor Bento do Amaral Gurgel.<sup>64</sup>

Inocência Maria Pereira Pinto, casada em Rio Pardo em 1763, com Miguel Pedroso Leite, era filha de Francisco Barreto Pereira Pinto (Portugal) e de Francisca Velozo da Fontoura, troncos de numerosa descendência no Rio Grande do Sul, de famílias de generais e almirantes. Inocência faleceu em Rio Pardo, a 5 de agosto de 1804 e o sargento-mor Miguel Pedroso Leite, a 27 de maio de 1811, em Porto Alegre.<sup>65</sup>

Os dados encontrados em DACHS, LEME, FELIZARDO, no arquivo de Moacyr Domingues e nas listas de ordenanças, permitem organizar a seguinte relação, dos filhos de Miguel Pedroso Leite e Inocência Maria Pereira Pinto:

1. Francisco de Paula Barreto Pereira Pinto.
2. Miguel Cavalheiro Leitão.
3. Antonio Pinto Carneiro da Fontoura.

<sup>62</sup> FERREIRA, Anais, p.444.

<sup>63</sup> PNSP, Lages, Casamentos, liv. 1, p.88.

<sup>64</sup> DACHS, Guia Serrano, 20 de junho de 1964; PNSP, Lages, Casamentos, liv.1, fl.88.

<sup>65</sup> ANTUNES, Os Dragões, p.148; Arquivo particular de Moacyr Domingues, Porto Alegre.

4. Manoel Cavalheiro Leitão.
5. Manoel de Jesus (ou Joaquim) Carneiro da Fontoura.
6. Faustina.
7. Inácio.
8. Desembargador João Pedroso Leite.
9. Genoveva Raquel Maria da Fontoura (ou Maria Leite).
10. Bárbara Francisca Velozo da Fontoura.
11. Maria das Dores da Fontoura.
12. Escolástica Velozo, falecida solteira.
13. Maria de Pomocene Carneiro (ou Policena)
14. Inocência Maria Pinto.<sup>66</sup>

DACHS também nos revela, que de

*... todos os quatorze filhos, entre sete rapazes e sete meninas que, em os mais diversos sítios por esta brasileira terra afora, nasceram de Inocência Maria Pereira Pinto e ao irriquieto e destemido sargento-mor Miguel Pedroso Leite, casaram no distrito da vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens três moças e um sô varão.*<sup>67</sup>

<sup>66</sup> LEME, Genealogia, v.3, p.137; DACHS, 20 de junho de 1964; FELIZARDO, Jorge Godofredo. Genealogia Rio Grandense. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1937, v.1, p.30-31.

<sup>67</sup> DACHS, Guia Serrano, 20 de junho de 1964.

## CAPÍTULO VI

### A CONQUISTA DO OESTE

(1809 - 1817)

1. A Real Expedição: Diogo Pinto e a Conquista
2. A Consolidação da Conquista
3. Expedições Exploradoras

CAPÍTULO VI  
A CONQUISTA DO OESTE  
(1809 - 1817)

Desde o tempo que a corôa portuguesa suspendeu em 1774 as "Expedições do Tibagi", primeira tentativa oficial da conquista dos campos de Guarapuava, situados a oeste da Capitania de São Paulo, não foram mais tentadas semelhantes expedições.

Dom João, o príncipe-regente de Portugal, chegou ao Brasil a 22 de janeiro de 1808, depois de abandonar o seu país, que fôra invadido pelas tropas napoleônicas. Logo em seguida iniciou a organização do Governo. Além das modificações que o governo português promoveu no Brasil, visando o seu desenvolvimento, outros assuntos vieram interessá-lo. Entre eles estava a ocupação dos campos de Guarapuava, que constituía uma das metas da Corôa portuguesa, já ao tempo do marquês de Pombal, por confinarem no poente com os domínios espanhóis. Dom João VI, persuadido de que seria de

*... grande utilidade para o Estado empreender-se de novo o abandonado projeto de descobrir, povoar, e cultivar os campos de Guarapuava e a serra do Apocarana, que estão infestados de gentios, mandou pela carta régia de 5 de novembro de 1808 (...) renovar estas descobertas, declarando guerra ao gentio ...*<sup>1</sup>

<sup>1</sup> CHICHORRO, Manoel C.A. Coutinho Sousa. Memória em que se mostra o estado econômico, militar e político da Capitania de São Paulo (1814). In: RHCEB, 36:197-242, 1873, p.217.

Dom João VI retomou assim o antigo projeto do marquês de Pombal, responsabilizando seu ministro, o conde de Linhares, por sua execução. O governador da Capitania de São Paulo, capitão-general Antonio José da Franca e Horta (de 1808 a 1811), providenciou a organização de uma "Junta" para administrar o projeto, o qual levou o nome de Real Expedição da Conquista de Guarapuava.<sup>2</sup>

Uma nova Carta-Régia, de 19 de abril de 1809, estabelece definitivamente as diretrizes da Conquista. É nomeado Diogo Pinto de Azevedo, Portugal como comandante da Expedição, no posto de tenente-coronel.<sup>3</sup> De agosto de 1809 a junho de 1810, foi levada a efeito a Conquista, que resultou no estabelecimento, nos Campos de Guarapuava, da povoação de Atalaia, célula fundamental de povoamento do atual centro-oeste paranaense.

O marquês de Alegrete sucedeu a Antonio José da Franca e Horta no governo da Capitania de São Paulo, atuando de novembro de 1811 a agosto de 1813. Em seu governo em nada auxiliou a ação do tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, comandante da Real Expedição de Guarapuava: foram suspensos os trabalhos da edificação da nova povoação no Campo Real e recolhidas aos seus destacamentos as forças da tropa miliciana da Expedição. O novo governador dom Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma,

<sup>2</sup>CHICHORRO, Memória, p.217-8. A Junta se compunha de um presidente (que erasempre o capitão-general governador da Capitania de São Paulo) e dos vogais. Essa Junta é formada pelo presidente capitão-governador Antonio José da Franca e Horta, um intendente de cultura, o brigadeiro José Arouche de Toledo Rendon, o coronel de engenharia João da Costa Ferreira, o coronel da Cavalaria de Curitiba, José Vaz de Carvalho e o coronel João Vicente da Fonseca, escrivão e deputado da Junta da Real Fazenda.

<sup>3</sup>FRANCO, Arthur Martins. Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava. Curitiba, Tip. João Haupt e Cia, 1943, p.60,62.

é empossado a 8 de dezembro de 1814, permanecendo em sua gestão até novembro de 1817. As explorações ao sul dos Campos de Guarapuava, foram, desde o início, sua principal preocupação, assim como a Real Expedição de Guarapuava, a qual, seguindo as determinações da segunda Carta - Régia, de 19 de abril de 1809, deveria abrir uma estrada que fosse direto dos Campos para as Missões. O comandante envia o alferes Atanagildo Pinto Martins, alferes da Cavalaria Miliciana de Curitiba nessa incumbência, o qual vai abrir a histórica "vereda das Missões."<sup>4</sup>

No Sul têm início as Guerras Cisplatinas quando o Brasil invadiu a Banda Oriental, a pedido do vice-rei espanhol Francisco Élio. O caudilho uruguaio José Artigas inicia a luta pela independência da Banda Oriental do Uruguai, o que vai causar nova sangria nas populações sulinas brasileiras com a reativação do recrutamento militar (1810-1820).

#### 1. A Real Expedição. Diogo Pinto e a Conquista

Dando sequência às expedições levadas a efeito pela Coroa portuguesa nos anos de 1769 a 1774, para a descoberta e conquista dos Campos de Guarapuava, o príncipe-regente, dom João VI mandou renovar essas descobertas pela Carta-Régia de 5 de novembro de 1808.

<sup>4</sup> CHICHORRO, Memória (aditamento), p.238. "Vereda" das Missões foi a designação dada por J.J. Pinto Bandeira, numa comunicação que enviou ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1850, ao caminho aberto por Atanagildo Pinto Martins. (BANDEIRA, J.J. Pinto. Notícia da descoberta do Campo de Palmas. In: RIHGB, 4:385-96, 1851).

<sup>5</sup> BARBOSA, Fidelis Dalcin. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. EST., s.d., p.69-71. Foi muito comum no Paraná designar o Rio Grande do Sul, pelas expressões "Continente de São Pedro", "Continente do Sul" ou "Sul". Essa denominação é freqüente nos inventários e testamentos e nas listas censitárias, dos meados do século XVIII em diante e na 1ª metade do século XIX.

O aviso de 1º de dezembro de 1808 "emprega" o sargento-mor do Regimento da Cavalaria Milicianiana de Curitiba, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, no comando da Real Expedição da Conquista dos Campos de Guarapuava, no posto de tenente-coronel.<sup>6</sup>

Diogo Pinto de Azevedo Portugal, natural de Portugal, iniciou sua vida militar no Brasil em 1772, em Santos. Em 1773 e 1774 tomou parte nas expedições de Afonso Botelho, na primeira tentativa da conquista dos Campos de Guarapuava. Em 1798 passou a servir em Curitiba, como comandante do Regimento de Cavalaria. Na sua permanência nesse cargo, atuou na governança de Curitiba, prestando assinalados serviços.<sup>7</sup>

Ao receber do governador da Capitania de São Paulo, Franca e Horta, a comunicação da sua nomeação para o comando da Real Expedição, Diogo Pinto dirigiu-se a São Paulo. Após a revisão da Carta-Régia de 5 de novembro de 1808, foi aprovado o plano de organização e custeio da ocupação dos Campos de Guarapuava. Foi expedida então pelo Governo Geral uma nova Carta-Régia, a 1º de abril de 1809,<sup>8</sup> que realça, entre as finalidades da Real Expedição, catequisar, batizar e instruir os índios, "sem violência nenhuma", do que seriam encarregados os sacerdotes que acompanhassem a expedição.<sup>9</sup>

A 24 de maio de 1809 o governador da Capitania de São Paulo, Antônio José de Franca e Horta, comunicava ao conde de Linhares acharem-se "... finalmente vencidos todos os obstáculos que se opunham a pronta expedição dos Campos de Guarapuava".<sup>10</sup>

<sup>6</sup> CHICHORRO, Memória, p.218.

<sup>7</sup> FRANCO, Diogo Pinto, p.10, 16-7.

<sup>8</sup> FRANCO, p.59,60.

<sup>9</sup> MACEDO, F.R. Azevedo. Conquista pacífica de Guarapuava, Curitiba, Gerpa, 1951, p.103.

<sup>10</sup> FRANCO, Diogo Pinto, p.67.

Partindo de São Paulo a 1º de junho, de posse de todos os Decretos, Avisos, Instruções, Ordens e Portarias referentes à Real Expedição, Diogo Pinto dirige-se para a vila de Santos, onde chega a 3 de junho de 1809, a fim de preparar a tropa de linha e o resto do "trem" que deveria acompanhar a Expedição. Saindo de Santos as tropas foram por mar até Paranaguá e daí seguiram para Antonina, onde desembarcaram a 24 de junho. Depois de transporem a serrado Mar, sempre em meio a muita chuva, as tropas alcançaram Curitiba a 2 de agosto,<sup>11</sup> em estado lastimável, sendo a maioria dos soldados internados no hospital.<sup>12</sup>

O comandante Diogo Pinto ordenou dar-se início à abertura da estrada que ia rumo ao sertão. Saiu de Curitiba a 3 de agosto um primeiro contingente composto de cem homens, que chegou ao local denominado São Felipe, onde se fez roça e se construiu uma capela, dois armazéns, quartéis, ferraria, casas de farinha, monjolos e um açude. A sete léguas de São Felipe, fez-se uma segunda roça, na paragem denominada São Miguel. A 25 de setembro Diogo Pinto deu ordem para que se prosseguisse na fatura do caminho através da serra, chegando a 15 de novembro na Esperança, onde se fez a terceira roça e um grande quartel, distante de São Felipe de trinta e seis a trinta e sete léguas. A picada da Esperança levou aos Campos de Guarapuava, a 16 de dezembro de 1809, depois de vencidas catorze a dezesseis léguas.<sup>13</sup> Essa picada depois foi abandonada e tentado outro acesso.

No mês de janeiro de 1810 foi construída uma estrada entre São Felipe e o Cupim, que permitiu a passagem do "Trem Real" e

<sup>11</sup> RELATÓRIO de Diogo Pinto ao ouvidor Medeiros Gomes. Linhares, 18 de junho de 1811. In: MACEDO, Conquista, p.241; BIHGEP, 32:5-10, 1977, p.5-6.

<sup>12</sup> BAMC, v.38, p.56.

<sup>13</sup> RELATÓRIO de Diogo Pinto, BIHGEP, p.6.

a condução dos alimentos das roças de São Felipe e São Miguel, para o passo do rio Cupim. A feitura da estrada continuou a 16 de fevereiro de 1810, com a construção de pontes e aterrados até atingir o local onde foi estabelecido o abarracamento de Linhares a sete léguas e meia de São Felipe. Aí foram construídos quartéis, capela, armazém, cozinha, hospital, casas de ferraria e de farinha e também se fez uma roça. Na "povoação de Linhares" deveria permanecer a sede do Comando da Expedição, até o momento de marchar para Guarapuava. Prosseguiu a exploração e a continuação da construção da estrada, até ser alcançada novamente a serra da Esperança, a 29 de abril de 1810. Na serra fez-se o quartel da Nova Esperança, com capela, armazém, três quartéis, ferraria, cozinhas, monjolos, fábricas de farinha, tudo dentro do abarracamento, além de açude e roça. Continuou a exploração a 15 de maio, até se chegar, com muito trabalho, aos almejados Campos, a 19 de maio de 1810.<sup>14</sup>

Finalmente a 10 de junho de 1810 a Expedição inicia sua marcha rumo aos Campos de Guarapuava. Sob o comando de Diogo Pinto, saíram de Linhares cerca de trezentas pessoas, incluindo os duzentos integrantes da tropa. A 13 de junho passaram pelo Quartel da Esperança e a 17, dia da "Trindade", chegaram aos Campos.<sup>15</sup>

A exploração continuou, apesar das "grandes dificuldades chuvas e frios rigorosos", enquanto se escolhia local para a plantação da roça. A 2 de julho elegeu-se o lugar que chamaram

<sup>14</sup> RELATÓRIO, p.7-8.

<sup>15</sup> FRANCO, Diogo Pinto, p.92-3.

de Atalaia, para se fundar a povoação. Nele se ergueram a capela, quartéis, armazém, paiol, casa de ferraria, tudo defendido por estacadas de paus, servidas por três portões, guarnecidos com sentinelas noturnas e uma atalaia com sentinela efetiva durante o dia. Fez-se três grandes roças com plantações de milho e feijão e quintais com parreiras, pessegueiros, e mais hortaliças e ervas medicinais, além de monjolos, casa de farinha e um grande açude. Reforçadas escoltas ocupavam parte da população contra as emboscadas do "gentio". Havia ainda o trabalho da carneação, a vigia do gado e o trato da cavalaria, entre outros serviços indispensáveis.<sup>16</sup>

Nos ofícios de 3, 17 e 23 de agosto de 1810, o comandante Diogo Pinto comunicou à Junta a conclusão da nova estrada e a chegada da Real Expedição aos Campos de Guarapuava.<sup>17</sup>

## 2. A Consolidação da Conquista (1811-1814)

A primeira divergência ocorrida entre o comandante Diogo Pinto e o padre Francisco das Chagas Lima, capelão da Real Expedição, surgiu quando foi determinado o local para a morada dos índios, que o padre queria que fosse num aldeamento autônomo, com a separação dos índios da tropa. Prevaleceu a resolução de Diogo Pinto, que preferia os índios junto da povoação, para que melhor se pudesse vigiá-los. Ao voltar para Linhares, Diogo deixou em Atalaia o tenente Antonio da Rocha Loures, como comandante desse acampamento.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> RELATÓRIO de Diogo Pinto, p.8-9.

<sup>17</sup> FRANCO, Diogo Pinto, p.94.

<sup>18</sup> MACEDO, Conquista, p.135, 137.

A 16 de julho de 1810 chegou a Atalaia o primeiro grupo de índios, que foi muito bem tratado e agraciado com presentes, durante sua permanência na povoação. Os índios ao se retirarem deixaram várias mulheres no acampamento, seguindo seus costumes, como sinal de amizade e reconhecimento. O padre Chagas reuniu os homens de Atalaia e exortou-os a evitar a tentação de qualquer contato com as índias. Quando os índios voltaram ao acampamento vendo que suas mulheres tinham sido recusadas, ficaram enfurecidos e revidaram "a ofensa" ao atacarem Atalaia a 29 de agosto. Houve luta durante seis horas, tendo o tenente Rocha Loures comandado a defesa do forte. Desistindo do cerco, os índios restantes se retiraram e por mais de um ano não retornaram.<sup>19</sup> O padre Chagas Lima viu frustrada sua oportunidade de iniciar a catequese.

Diogo Pinto terminara o ano de 1810 com a satisfação de ver construída a estrada definitiva que ligava os Campos Gerais aos Campos de Guarapuava. Mas no início de 1811 graves acontecimentos ocorreram, como incêndios em Linhares e desacertos nos assentamentos do almoxarifado da Expedição. A abertura de um inquérito, trouxe ao comandante o dissabor da acusação de ter agido com "frouxidão" em relação aos acontecimentos. Seu relatório e defesa, entregues em 18 de junho de 1811 ao ouvidor de Paranaguá, doutor João de Medeiros Gomes, encarregado da devassa, permitem-nos a reconstituição da Conquista. A 20 de setembro de 1811 a Junta entrega ao conde de Linhares ofício, onde isenta Diogo Pinto de qualquer culpa e da acusação de "frouxidão".<sup>20</sup>

<sup>19</sup> FRANCO, Diogo Pinto, p.94.

<sup>20</sup> FRANCO, p.101-2, 124, 144.

A mando de Diogo Pinto, partiu do abarracamento de Atalaia, a 27 de maio de 1811 o tenente Manoel Soares do Vale, com vinte e seis camaradas, tendo realizado um percurso de cinquenta lãguas, sem encontrar presença do gentio. Explorando a margem direita do rio Iguaçu, observou os rios Jordão e Pinhão, seus passos de vau e as matas e campos adjacentes. Uma das finalidades dessa exploração, era escolher o local definitivo da futura povoação de Guarapuava. Ao voltar, o tenente prestou conta da sua missão, a 16 de junho de 1811.<sup>21</sup>

Com a confirmação da Junta a 30 de agosto, procedeu-se a escolha do local da nova povoação, que recaiu no Pontão das Estacadas, no Campo Real. Sua construção estava bastante adiantada, quando o comandante Diogo Pinto recebeu ordem da Junta para abandonar "a exploração", fortificar Atalaia e mandar voltar as tropas milicianas para seus distritos, substituindo-as por cem homens que deveriam ser recrutados na Ordenança (22 de maio de 1812).<sup>22</sup> Fôra o agravamento da guerra na Banda Oriental, que tornou necessária a convocação de todas as tropas militares da Capitania.

Desde novembro de 1811 assumira o governo da Capitania de São Paulo o marquês de Alegrete e é sob sua orientação que se desenrolarão os acontecimentos. A 31 de março de 1813 ele expediu "... ordens aos capitães-mores de Curitiba, de Castro e Vila Nova do Príncipe (Lapa) para que provessem a Expedição com os Destacamentos a que estavam obrigados".<sup>23</sup>

<sup>21</sup> FRANCO, p.150-1.

<sup>22</sup> FRANCO, p.162-165.

<sup>23</sup> FRANCO, p.168.

O alistamento dos homens recrutados na Ordenança, formada por todos os homens válidos das vilas, era feito somente por três meses, mas mesmo assim as deserções eram frequentes.

Na **Memória** que o padre Francisco das Chagas LIMA redigiu entre 1827 e 1828, ele se reporta ao início dos acontecimentos referentes à Real Expedição, relatando-os suscintamente, desde 1809 até a descoberta e conquista dos Campos de Guarapuava. Depois comenta os primeiros resultados da catequese dos índios, acrescentando:

*Pelos fins do ano de 1812 começou a declinar a expedição, e a enfraquecer d'aquela vigor com que havia começado. A causa também foi que fazendo-se, por Ordem Régia, recolher a seus regimentos os soldados milicianos, eles foram supridos pelos da ordenança, homens da ínfima plebe, sem estímulos de honra.*

*(...) e assim esteve a expedição em uma morna inação por dois anos, sem mover diligência alguma, nem progresso de vantagens, senão aquele de se fazerem algumas tentativas para descobrir a vereda que facilitasse o trânsito para os povos de Missões e Província do Rio Grande.<sup>24</sup>*

Entretanto, para o comandante-em-chefe da Expedição, o tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, essas "tentativas" eram a parte mais importante da sua tarefa, já que a Carta-Régia do 1º de abril de 1809 determinara a abertura de uma estrada que comunicasse com a Capitania do Rio Grande do Sul "... pelos Campos que vertem para o Uruguai e passam perto do País de Missões".<sup>25</sup>

<sup>24</sup> LIMA, Francisco das Chagas, padre. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava (1809 a 1827). In: RIHGEP, 32:12-28, 1977, p.15-6.

<sup>25</sup> FRANCO, Diogo Pinto, p.60.

Foi injusta a observação do padre Chagas, porque este período de "morna inação", é a época em que a Conquista deita suas raízes.

O ano de 1814 foi um ano feliz para Atalaia, de paz e prosperidade. Retardava sempre o dinheiro do tributo especial que se cobrava sobre os animais que passavam no Registro, o qual fora criado para atender as despesas gerais da Expedição. O problema da manutenção dos povoadores de Atalaia, foi resolvido por Diogo Pinto com a compra a prazo de bois e mercadorias, a serem pagos com as colheitas, fruto do trabalho dos expedicionários. Um armazem abastecia a todos, agenciando essas trocas. A doação de lotes aos povoadores mais pobres, permitiu a formação de chácaras, que forneciam alimento farto para as famílias.<sup>26</sup>

A própria catequese prosperou, levando o padre Chagas Lima a escrever que foi "... para a Atalaia feliz entrada do ano supradito de 1814; porque nela se viram outra vez povoados os quartéis dos Nacionais, onde se contaram nessa ocasião 119 índios ...".<sup>27</sup>

A 8 de dezembro de 1814 assume o governo da Capitania de São Paulo, Francisco de Assis Mascarenhas, o conde de Palma. O comandante da Real Expedição, tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, é chamado a São Paulo, para informar o resultado das suas explorações. O novo governador, Conde de Palma vai ordenar a continuidade das explorações para se alcançar as Missões.

<sup>26</sup> MACEDO, Conquista, p. 180-1.

<sup>27</sup> LIMA, Francisco das Chagas, padre. Estado atual da conquista de Guarapuava em 1821. In: FRANCO, Diogo Pinto (manuscrito do ASP), p. 240. O padre Chagas nessa **Informação** refere-se aos índios como "Nacionais", e aos expedicionários em geral, como "Portugueses".

### 3. Expedições Exploradoras

A Câmara da vila de Castro, tinha sob sua jurisdição a imensa região que a Conquista pretendia incorporar definitivamente aos domínios portugueses. A Conquista onerou principalmente os povos e os fazendeiros dos Campos Gerais, distrito de Castro. Os tributos sobre o gado, as requisições de alimentos e de gado para as tropas da Expedição, o recrutamento para os contingentes da Ordenança e outras contribuições, afetavam diretamente os interesses da população e de particulares, que recorrem à autoridade da Câmara para pôr fim à Expedição.

Comenta o padre Francisco das Chagas Lima, na sua **Memória**:

*Já no ano de 1813 tinham os moradores das vilas de Curitiba, do Príncipe e Castro, feito suas queixas e as Câmaras d'esses distritos representações sobre a deterioração e decadência em que se achavam as ditas, depois que entrou a expedição.*<sup>28</sup>

Num aditamento, redigido posteriormente na sua **Memória**, o secretário do governo da Capitania de São Paulo, Sousa CHICHORRO, cita determinação de S.M. para que o conde de Palma informasse sobre uma representação da Câmara de Castro, a qual indaga sobre "...o fim principal da expedição de Guarapuava, seus progressos e estado atual".<sup>29</sup>

Foi ouvido o tenente-coronel comandante da Expedição, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que se encontrava em São Paulo a chamado da Junta, para "negócios do serviço". Continua Sousa CHICHORRO, o **Aditamento**, expondo o que o comandante declarou. Este

<sup>28</sup>LIMA, Memória, 16.

<sup>29</sup>CHICHORRO, Memória (Aditamento), p.237.

deu uma larga informação mostrando que o fim principal era o determinado na carta régia, isto é descobrir os campos, cultivar este amplíssimo terreno, civilizando os índios (se possível fosse) e, explorar se por eles se podia comodamente fazer uma estrada de comunicação com a Capitania do Rio Grande. Que os progressos foram descobrirem-se os campos, estabelecerem-se neles três grandes arranchamentos ou quartéis com roças para sustentação da guarnição, tratar-se ora de paz, ora de guerra com diferentes tribos de índios, dos quais uma grande parte recebera o batismo, e dar-se princípio a abertura da estrada; pois que o espaço descoberto pelo prático Manoel Soares do Vale desde o fundo dos campos de Guarapuava até o rio Chupí, ou Santo Antonio tem nove léguas e meia; e dizem os índios, que deste ao Uruguay dista dez léguas de campo, e do Uruguay a Santo Ângelo três léguas....<sup>30</sup>

Realmente, continuando as explorações dos Campos de Guarapuava, quando em 1811 percorreu o território da margem direita do Rio Iguaçu, o tenente Manoel Soares do Vale tinha realizado o levantamento da margem esquerda do mesmo rio, em junho de 1815. Foi aí que atingiu o rio Chopim, abrindo uma picada de dez léguas de fácil trânsito "... de onde retrocedeu, por se acabarem os mantimentos, calculando-se deste até o do Uruguai dezesseis léguas e depois seis a sairem em Santo Ângelo, primeiro Povo das Missões, conforme declaração de dois bugres já catequizados..."<sup>31</sup>

No depoimento do comandante Diogo Pinto citado por Sousa CHICHORRO, está claro que os fins determinados pela Carta Régia, que a Câmara de Castro questiona, eram portanto: descobrir os

<sup>30</sup> CHICHORRO, p.237.

<sup>31</sup> PORTARIA, Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava. São Paulo, 18 de agosto de 1815. In: AHRS, Autoridades Militares, correspondência, 1816.

Campos, "cultivar" o terreno, civilizar os índios e ver se por esses Campos se podia fazer uma estrada de comunicação com a Capitania do Rio Grande.

Ao padre Francisco das Chagas Lima, interessava a catequese dos índios, finalidade que considerava a mais importante. A Diogo Pinto, descobertos os Campos, aberta a estrada até Atalaia, iniciado o seu povoamento, a agricultura e a pecuária, interessava o fim maior: a continuidade das explorações para estabelecer a comunicação direta com o Sul, ligando os Campos de Guarapuava ao território das Missões.

À indagação vinda de Castro sobre o "estado atual" da Expedição, responde o comandante Diogo:

*... o estado atual é, de fato concluir o alferes da cavalaria de Curitiba Athanagildo Pinto a abertura da estrada, saindo com ela a Missões ...*<sup>32</sup>

Após o depoimento de Diogo Pinto, o conde de Palma baixa uma Portaria, datada de 18 de agosto de 1815, onde ele assina como presidente da Junta da Real Expedição de Guarapuava, acompanhado dos demais deputados da Junta. Essa Portaria contém as seguintes instruções:

*Igualmente se ordena ao dito comandante [tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal] que em princípio de outubro próximo futuro, haja de prosseguir aquela já principiada exploração (...) expedindo o Prático Antonio das Neves Ramos com os fragueiros e mais pessoas que forem nesta importante deligência, para o que vai autorizado de convocar e levar sem a menor violência das Vilas de Castro e Curitiba os homens próprios delas, a quem pagará o soldo de cem mil*

*rêis por dia, durante a exploração até sua chegada ao quartel de Atalaia, depois de ultimada, despedindo-os para regressagem as suas casas, pagos de todos os seus vencimentos, como fica determinado.*<sup>33</sup>

A 17 de agosto de 1815 já havia sido expedida pelo conde de Palma uma Ordem aos capitães-mores das vilas de Curitiba e Castro no sentido de convocarem os homens dos seus distritos que deveriam abrir o caminho para as Missões:

*Os capitães-mores das Vilas de Curitiba e Castro a quem esta for apresentada pelo coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, comandante em chefe da Real Expedição de Guarapuava lhe darão toda a ajuda e favores ...*<sup>34</sup>

Muitos foram os pretextos dos capitães-mores das vilas para os governadores, ao citar as sortidas dos homens da Ordenança contra o gentio, as deserções contínuas para os sertões (principalmente Lages) e as frequentes ausências no mister do tropeirismo, fatos que ocasionavam o abandono das famílias e das lavouras, resultando na carência de homens nas vilas.

Seguindo as determinações da Portaria do conde de Palma, baixada em agosto, Diogo Pinto regressa de São Paulo para Atalaia e prossegue as explorações para o Sul. A 28 de novembro o alferes Atanagildo Pinto Martins, obedecendo ordens do comandante Diogo Pinto, dá continuidade à abertura da picada<sup>35</sup>, atingindo o rio Chapecó, fato que oficia à seu comandante a 25 de dezembro de 1815.

<sup>33</sup> PORTARIA, Junta, AHRS.

<sup>34</sup> FRANCO, Diogo Pinto, p.172.

<sup>35</sup> CORRESPONDÊNCIA. Atanagildo Pinto Martins ao marquês de Alegrete. Povo de São Luis, 27 de abril de 1816. In: AHRS, Autoridades Militares, 1816.

Ao receber o ofício e o roteiro enviados por Atanagildo do abaracamento do rio Chapecô, o tenente-coronel comandante, que se achava gravemente enfermo em Atalaia, ordena-lhe, a 10 de janeiro de 1816, o prosseguimento "... da deligência de que está encarregado até o ponto de entrar em um dos Povos de Missões Portuguezas".<sup>36</sup>

Nessa Ordem Diogo Pinto estabeleceu para Atanagildo em minucioso plano de ação. Atanagildo Pinto Martins, com uma escolta de doze homens, entre os quais dois índios, que lhe serviam de guias, parte de Guarapuava a 10 de janeiro de 1816 abrindo uma nova vereda, chegando ao Povo de São Borja, nas Missões, a 17 de abril de 1816, quando se apresentou ao comandante do quartel aí sediado, Francisco das Chagas Santos.<sup>37</sup>

O índio jongong que lhe servia de guia, desviara a escolta para leste, distanciando-se das Missões. Tomando o rumo sul, chegaram a Campos desconhecidos então, a região de Campos Novos, em Santa Catarina. A expedição atravessou o rio Uruguai por um novo passo e foi sair nos Campos de Vacaria. Infletindo para oeste, percorreu a região do atual Planalto Médio do Rio Grande do Sul, até chegar ao destacamento de São Borja.

Descontente por não ter conseguido alcançar as Missões por onde planejara, Atanagildo mandou Jongong e mais oito homens retornar pelo pretendido percurso, tendo esses homens não voltado mais a Guarapuava.<sup>38</sup>

<sup>36</sup> CORRESPONDÊNCIA. Diogo Pinto de Azevedo Portugal a Atanagildo Pinto Martins. Povoação de Atalaia, 10 de janeiro de 1816. In: AHRs, Autoridades Militares, 1816.

<sup>37</sup> CORRESPONDÊNCIA. Francisco das Chagas Santos ao marquês de Alegrete. São Borja, 30 de maio de 1816. In: AHRs, Autoridades Militares, 1816.

<sup>38</sup> BANDEIRA, J.J. Pinto. Notícia da descoberta do Campo de Palmas (1850). In: RIHGB, 4: 385-396, 1851, p. 386. O padre Francisco da Chagas LIMA, na sua Informação, registrou seis homens (In: FRANCO, Diogo Pinto, 242).

Essa dupla derrota deve ter acarretado muito desgosto a Atanagildo Pinto Martins e ao seu comandante Diogo Pinto.

O caminho seguido por Atanagildo e sua escolta é conhecido como "a vereda das Missões". Mais tarde essa exploração veio propiciar a abertura de novos caminhos para o tropeirismo, que seguindo por Campos Novos, desviavam as dificuldades da estrada que passava por Lages e Curitibanos, em Santa Catarina. Dos Campos de Vacaria para oeste, até São Borja, esse caminho passa a constituir a Estrada das Missões, nova rota do tropeirismo, oficializada depois da passagem de Atanagildo e sua escolta, em 1816.<sup>39</sup>

O alferes Atanagildo Pinto Martins transfere-se para o Planalto Médio do Rio Grande do Sul com sua família, não se encontrando mais em Castro depois de 1820, onde nasceu e onde residia. No 1º Livro de Registros da Câmara de Castro, a 14 de dezembro de 1826, os camaristas informam que ele é sargento-mor reformado, "morador em missoins".<sup>40</sup>

<sup>39</sup> MAIS detalhes sobre o episódio da "vereda das missões" vem relatados neste trabalho no Capítulo VIII, com a citação de documentos que esclarecem as versões até agora conhecidas e divulgadas por vários autores. Ver Figura 12.

<sup>40</sup> CÂMARA de Castro. 1º Livro de Registros, p.9, 14 de dezembro de 1826. In: FRANCO, Diogo Pinto, p. 217-222.



## CAPÍTULO VII

### OS RESULTADOS DA CONQUISTA

(1817 a meados do século XIX)

1. A Decadência da Real Expedição
2. A Fundação de Belém e o Povoamento
3. A Ocupação dos Campos de Palmas
4. Povoadores de Palmas e Guarapuava

## CAPÍTULO VII

## OS RESULTADOS DA CONQUISTA

(1817 a meados do século XIX)

Tendo o capitão-general Francisco de Mascarenhas, conde de Palma, deixado o governo da Capitania de São Paulo em fins de 1817, este foi entregue a um Triunvirato, que atuou provisoriamente até a posse do general José C.A. Oyenhausen Gravenburg, em abril de 1819. O tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, comandante da Real Expedição da Conquista dos Campos de Guarapuava, permanece inativo até essa data, quando é readmitido no comando da Real Expedição, pelo novo governador, mas veio a falecer logo depois.

O abandono das atividades da Real Expedição não foi total, pelos esforços do padre Francisco das Chagas Lima, que com o auxílio do tenente Antonio da Rocha Loures, tornaram realidade as finalidades da conquista: foi fundada a povoação e freguesia de Nossa Senhora de Belém, nos Campos de Guarapuava, em fins de 1819, hoje a cidade paranaense de Guarapuava. Seus povoadores se estabeleceram nas fazendas que se estenderam pelos Campos de Guarapuava, atingindo em 1839 os Campos de Palmas. O povoado que aí se formou, passou a constituir em 1855 a freguesia do Senhor Bom Jesus de Palmas,<sup>2</sup> já ao tempo de emancipação política do Paraná, o qual

<sup>1</sup>FRANCO, Arthur Martins, Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava. Curitiba, Tip. João Haupt, 1943, p.189.

<sup>2</sup>SILVA, José Julio Cleto da. Apontamentos históricos de Palmas e Clevelândia (1630-1930). In: BIHGEP, 28:45-105, 1976, p.75.

se transformou numa província autônoma a 19 de dezembro de 1853. A ocupação dos Campos de Palmas, marca o limite da expansão das comunidades paranaenses para o sul das fronteiras do Paraná.

A abertura da nova Estrada das Missões, depois das explorações do paranaense Francisco da Rocha Loures em 1845, ligando Guarapuava aos Campos de Nonoai, no Rio Grande do Sul, incrementou o tropeirismo e a economia das províncias do sul. No Paraná, em Palmas e Guarapuava, os fazendeiros estabeleceram numerosas invernadas em suas fazendas,<sup>3</sup> que passaram a constituir nova opção de lucro, além do criatório e da comercialização dos animais.

Esses acontecimentos são paralelos ao período em que se desenvolvem as Guerras Cisplatinas (1810-1820 e 1825-1828) e a Revolução Farroupilha (1835-1845). Para todas essas lutas, foi recrutada a população paranaense, das quais participou com numeroso contingente.

#### 1. A Decadência da Real Expedição

A exploração da vereda das Missões ocupou a Real Expedição, de novembro de 1815 a julho de 1816. Seus resultados não

<sup>3</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: Boletim do Departamento de História (UFPR), 3: 1-27, 1963, p. 18.

foram imediatos e teriam causado desgostos tanto ao alferes Atanagildo Pinto Martins como ao tenente-coronel comandante Diogo Pinto.

Na 2ª parte da sua Informação, escrita em fevereiro de 1822, por ordem do Governo Provisório da Província de São Paulo, o padre Francisco das Chagas Lima, capelão da Real Expedição, vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Belém, registra que em 1816 teve princípio a "população portuguesa" nos campos de Guarapuava. O campo era fértil "... para a nutrição dos animais cavalezes"; o leite, davam algumas vacas de cria e "... as terras das lavouras (...) produziam bons trigos, e outros grãos, usuais no país, em suficiência para a sustentação dos mesmos empregados e índios existentes". As vantagens concedidas por Sua Magestade, dispensando outros tributos, atraíram os criadores ricos, que trouxeram seus gados. Vieram também os moradores pobres dos Campos Gerais de Curitiba, com suas mulheres e filhos, estes a "... maior riqueza sua, e a fiança mais certa para o aumento da população portuguesa em Guarapuava".<sup>4</sup> Havia ainda em Atalaia o aldeamento dos índios e o destacamento de soldados.

A 9 de julho de 1816 a Junta determinou que o comandante Diogo Pinto entregasse o comando ao tenente Rocha Loures e se apresentasse em São Paulo. No mesmo ofício comunicava o recebimento da "participação" e do roteiro de Atanagildo Pinto Martins. Foi entregue o comando interino da Real Expedição ao tenente Antonio Rocha Loures,<sup>5</sup> que antes atuava somente no comando do destacamento de Atalaia.

<sup>4</sup> LIMA, Francisco das Chagas, padre. Estado atual da conquista de Guarapuava em 1821. In: FRANCO, Diogo Pinto, p.259-60.

FRANCO, Diogo Pinto, p.174

Durante a ausência de Diogo Pinto, o abarracamento de Linhares foi atacado pelos índios, em julho de 1817. A 16 de agosto a Junta ordena o regresso de Diogo Pinto ao comando da Real Expedição, assim como a condução a Linhares de todos os empregados e do Trem Real que se achavam em Atalaia, operação que se realizou somente a 19 de fevereiro de 1818. O padre Chagas opõe-se tenazmente a seguir com a Expedição para Linhares, e permanece em Atalaia com os seus aldeados e o fiel "capitão" Antonio Pahy, razão pela qual são suspensos seus honorários.<sup>6</sup>

Ao Triunvirato, que em caráter provisório substitue o conde de Palma no governo de São Paulo, em novembro de 1817, cabe agora decidir sobre a permanência ou a extinção da Expedição nos Campos de Guarapuava e o prosseguimento da abertura do caminho das Missões. Essa época coincide com o perturbado período das invasões de Artigas nas Missões.

Em meados de 1818 se encontram em São Paulo o comandante Diogo Pinto, aguardando ordens e o padre Chagas, que entrega à Junta um pedido de auxílio para a construção da nova matriz nos Campos de Guarapuava. A 11 de novembro de 1818 foi expedido o Alvará real que erigia em Paróquia a Conquista e foi confirmada, na Carta Régia de 18 de dezembro, a edificação da Igreja.<sup>7</sup> O padre Chagas regressa a Linhares com seus honorários restabelecidos, nomeado vigário da paróquia recém-criada, portando uma ordem da Junta para que voltasse à Atalaia o Trem Real e o comandante interino Antonio da Rocha Loures, com o destacamento de soldados.<sup>8</sup>

<sup>6</sup> FRANCO, p.176-7.

<sup>7</sup> LIMA, Estado atual, p.260.

<sup>8</sup> FRANCO, Diogo Pinto, p.187.

A 24 de abril de 1819 toma posse do governo da Capitania de São Paulo o governador José Carlos Augusto Oyenhausen Gravenburg. Sob a presidência do novo governador, a Junta decide que os trabalhos da Real Expedição devem continuar, com a recuperação de Linhares e Esperança, necessária para que ficasse garantida a comunicação entre os povoadores e a manutenção da estrada. Determina também, pela Portaria de 29 de outubro de 1819, que seja reintegrado no posto de comandante-em-chefe da Real Expedição, o tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal. A 6 de dezembro de 1819 é nomeado almoxarife-tesoureiro da Expedição, o tenente Antonio da Rocha Loures. A 9 de dezembro lançam-se os fundamentos da Povoação e Freguesia de Nossa Senhora do Belém, nos campos de Guarapuava.<sup>9</sup>

Diogo Pinto regressa de São Paulo em dezembro de 1819, para reassumir o comando. Informa FRANCO que

*Nessas longas viagens, sempre penosas e cheias de perigo, Diogo Pinto, segundo a tradição na família, costumava ir acompanhado de todos os seus, inclusive escravos e de alguns soldados, sendo sua esposa e filhos menores conduzidos em liteira.*<sup>10</sup>

Ao chegar em Linhares a 25 de fevereiro de 1820, o comandante Diogo Pinto a encontra abandonada. Entrega-se à sua restauração, mas devido a falta de alimentos, resolve ocupar o quartel da Esperança, onde poderia "valer-se dos frutos das roças". Tudo o que vai acontecendo, o comandante oficia ao governador da Capitania. O trabalho excessivo, os dissabores e a avançada ida-

<sup>9</sup> FRANCO, p.189,196.

<sup>10</sup> FRANCO, p.200.

de, abalam a saúde de Diogo, que gravemente enfermo é conduzido à 28 de abril para sua fazenda e de lá para a vila de Castro, onde, devido à carência de recursos médicos, vem a falecer. Seu óbito foi registrado a 3 de maio de 1820 pelo vigário da vila de Castro, tendo falecido com setenta anos "mais ou menos" e sido sepultado na igreja da vila.<sup>11</sup>

August de SAINT-HILAIRE, que nessa época passou pelos Campos Gerais, escreveu sobre o encontro que teve em Capivarí com o "Coronel", relatando fatos que teria recolhido de "fontes fidedígnas", citando em nota de rodapé a Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava, do padre Francisco das Chagas Lima (escrita em 1829).<sup>12</sup> Saint-Hilaire desconhecia evidentemente o registro feito pelos camaristas da vila de Castro, de um ofício que, em resposta a uma ordem de S. Magestade Imperial (dom Pedro I), foi dirigido ao ouvidor e desembargador José Wernecke Ribeiro de Aguillar. Nele está contida a verdadeira versão dos fatos, que então eram recentes, redigida e assinada por cinco camaristas, a 14 de dezembro de 1826, no "1º Livro de Registros de Ordens, Leis, Provisões e Ofícios da Câmara de Castro (p.9)".<sup>13</sup>

Saint-Hilaire deslustrou para sempre a memória desse militar, cujo dever era cumprir as ordens emanadas da Junta res-

<sup>11</sup> FRANCO, 200-1,204; PNSS, Castro, Óbitos, liv. (ilegível), fl. 174.

<sup>12</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de São Paulo. São Paulo, Ed. Itatiaia/USP, 1976. p.210.

<sup>13</sup> FRANCO, Diogo Pinto, p. 217-22. Esse Livro se encontra no arquivo da Prefeitura Municipal de Castro (PR).

ponsável pela Real Expedição, cuja presidência cabia sempre ao governador da Capitania de São Paulo.

Com referência aos recrutamentos realizados para a execução dos objetivos da Real Expedição, já em 1811 ordenara o então governador da Capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta, numa resposta dirigida ao capitão-mor de Castro, que

...S.A.R. hã de servir-se com homens e que eu não os hei de fazer de barro. Essa Comarca está destinada a fornecer a gente para Guarapuava ...<sup>14</sup>

Essas decisões eram comunicadas aos capitães-mores das vilas, tendo sido comuns na década de 1810-1820 vários recrutamentos, que foram realizados principalmente para as "guerrilhas do Sul", conforme registram os Livros-Mestres de Milícia<sup>15</sup> da época. Nos seus relatos Saint-Hilaire refere-se ao abandono em que encontrou a vila de Castro em 1820, comentando o "intolerável despotismo" e a "extrema severidade" a que foi submetida a população, "... sob as ordens de Diogo Pinto ...",<sup>16</sup> informações que poderiam ter sido fornecidas pelos desafetos do comandante, aos quais a Real Expedição desagradava, por contrariar os seus interesses.<sup>17</sup> A estrada até Guara-

<sup>14</sup> FRANCO, Diogo Pinto, p. 153.

<sup>15</sup> FOI consultada cópia datilografada do Livro de Milícia da Cavalaria de Curitiba na residência do professor David Carneiro, em Curitiba. Os originais se encontram no Museu anexo à referida residência.

<sup>16</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. São Paulo, Ed. USP/Itatiaia, 1978, p.49-50.

<sup>17</sup> SOBRE esse assunto escreveram FRANCO, já citado neste Capítulo e Francisco Ribeiro de Azevedo MACEDO (Conquista pacífica de Guarapuava, Curitiba, Gerpa, 1951), ambos descendentes de Diogo Pinto, refutando as informações de Saint-Hilaire e do padre Francisco das Chagas Lima, com apresentação de copiosa documentação.(FRANCO, Diogo Pinto, p. 227-30; MACEDO, Conquista, p. 226-9, 275).

puava, que teria sido uma das causas dos recrutamentos, já estava-terminada desde 1810, pois foi realizada durante a Conquista (1809-1810). Saint-Hilaire escreve que o "... Coronel Diogo teve a idéia ..." de abrir essa estrada, "... e em seguida outra até a província das missões."<sup>18</sup> Esta seria a vereda das Missões, tentativa realizada em 1816 pelo alferes Atanagildo Pinto Martins, por ordem do Conde de Palma, governador da Capitania de São Paulo. A exploração foi feita com uma pequena escolta, para a qual foi dispensado o recrutamento.<sup>19</sup> Conforme Saint-Hilaire, fugindo à convocação para a construção dessa estrada,

*... dezenas de homens abandonaram suas famílias e se refugiaram nas partes mais remotas da Província do Rio Grande onde se entregaram a uma vida de libertinagem em companhia de Índias.<sup>20</sup>*

Essa generalização compromete injustamente a interpretação da ida de muitos paranaenses que emigraram com suas famílias para a região serrana do Rio Grande do Sul, na terceira década de 1800 e que povoaram o Planalto Médio. Inclusive, a substituição em 1813 dos milicianos que serviam à Real Expedição, por homens da Ordenança, não foi porque acabaram por se aborrecer "...", desesperançados de encontrar riquezas, conforme escreveu Saint-Hilaire<sup>21</sup> e sim por ordem do marquês de Ale-

<sup>18</sup> SAINT-HILAIRE, Viagem à província de São Paulo, p.212.

<sup>19</sup> VER Capítulo VIII, p.233, deste trabalho. Ver Figura 16,

<sup>20</sup> SAINT-HILAIRE, Viagem à província de São Paulo, p. 212.

<sup>21</sup> SAINT-HILAIRE, Viagem à província, p. 211-2.

grete, então governador da Capitania de São Paulo, diante do agravamento da guerra com Artigas, na Banda Oriental, onde se faziam mais necessários os milicianos. Por todos esses equívocos, este trabalho deu o indispensável realce aos acontecimentos ocorridos durante a época da Conquista de Guarapuava e à expansão das comunidades campeiras dos planaltos paranaenses para o sul.

22

O tenente Antonio da Rocha Loures continuou em Atalaia exercendo o comando do destacamento militar. O Campo Real fôra demolido; os abarracamentos de São Felipe e de Esperança e a povoação de Linhares, foram abandonados. Mas a continuidade da Conquista ficou assegurada com a fundação de Belém.

## 2. Fundação de Belém e o Povoamento

A 9 de dezembro de 1819 foram lançados os fundamentos da Povoação e Freguesia de Nossa Senhora de Belém dos Campos de Guarapuava. O padre Francisco das Chagas Lima, seu vigário, antigo capelão da Real Expedição de Guarapuava, conseguira afinal que fosse estabelecida a povoação no lugar que ele havia escolhido, légua e meia de Atalaia.<sup>23</sup>

Em 1818 a Junta entregara as terras e os campos vizinhos a Atalaia aos índios como sesmaria, atendendo ao pedido do padre Chagas. Ele registra na Parte II da sua Informação, que a 15 de setembro de 1821, quando passaram "... O Trem Real, os

22

A continuidade da atuação de Antonio da Rocha Loures e possíveis explorações suas, já ao tempo da Província de São Paulo, não são objeto deste trabalho. Não foi encontrado nenhum estudo sobre esse assunto na bibliografia consultada, devendo o mesmo ser levantado.

23

FRANCO, Diogo Pinto, p.196-7.

empregados da Expedição e mais o Povo Português, para esta Freguesia de Belém ficarão os índios possuindo em propriedade a Atalaia ...". Os índios aldeados em Atalaia, passaram a ser governados por um índio de nome Luiz Tigre Chacon, com as atribuições que tivera o "capitão" Pahy,<sup>24</sup> que falecera em 1819.

Realizava afinal o padre Chagas seu desejo de afastar os índios da população e dos soldados, projeto pelo qual lutara desde a fundação de Atalaia, em 1810.

Em Belém, os "moradores pobres" dos Campos Gerais se estabeleceram com suas famílias, nas pequenas porções de terra que lhes foram concedidas. Os "criadores de gados", após terem conseguido terras para desenvolverem suas fazendas, continuavam entretanto morando nos Campos Gerais, limitando-se a trazer seus animais, sem fazerem "... benefício algum, nem currais, nem lavouras nem casas de vivenda ...", o que leva o padre Chagas a temer futuros transtornos à povoação. Para resolver os nascentes problemas de concessão de terras, o tenente Antonio da Rocha Loures trata da localização das sesmarias requeridas.<sup>25</sup>

O primeiro mapeamento da instalação da povoação e das sesmarias foi feito pelo padre Chagas e registra com clareza a localização das sesmarias dos "criadores de gado" e seus nomes, dos abarracamentos demolidos da Serra da Esperança e do Campo Real, e da povoação da Freguesia de Belém. Os caminhos traçados nesse mapa pelo padre Chagas, usados nesse tempo, seriam derivados das explorações realizadas de 1811 a 1815, a mando do tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

<sup>24</sup> LIMA, Estado atual, p.262.

<sup>25</sup> LIMA, p.264.

A relação dos proprietários das sesmarias, é a seguinte:

Nº 1 - Capitão Francisco Teixeira de Azevedo

Nº 2 - Benedito Aires

Nº 3 - Manoel Mendes Xavier

Nº 4 - Manoel José de Lima

Nº 5 - Alferes Domingos Inácio de Araújo

Nº 6 - Francisco de Siqueira Cortes

Nº 7 - Manoel Mendes de Sampaio

Nº 8 - Alferes Manoel Mendes de Araújo

Nº 9 - Tenente Manoel José de Araújo

Nº 10 - José Gonçalves de Almeida

Nº 11 - Joaquim Ferreira Pinto

Nº 12 - Francisco João Batista

Nº 13 - Tenente-comandante Antonio da Rocha Loures

Nº 14 - João Mendes de Araújo.

26

Na continuidade da sua redação, o padre Chagas registra haver em Guarapuava em 1821 mais de quatro mil animais, medindo os campos suscetíveis de cultura 130 léguas quadradas, das quais estão ocupadas 50 léguas quadradas, restando incultas 80 léguas de excelentes terrenos. Ele prevê a necessidade de se fundar uma povoação ao sul, perto do rio Iguaçu e o estabelecimento de um bom porto, visto a navegabilidade desse rio, onde desembarcariam "exportação e importação". Sua preocupação é a abertura de um caminho mais fácil para a condução do sal, essencial para o gado. Pelo sertão onde entrou a Expedição em 1810, ele informa que o caminho é "áspero e dilatado" e que com o decorrer do tempo, tor-

26

A **Informação** do padre Francisco das Chagas LIMA que tem por título, "Estado atual da Conquista de Guarapuava", foi publicada por Arthur Martins FRANCO no seu livro Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava (:233 a 268), constando na bibliografia que é um "manuscrito existente no Arquivo de São Paulo". (:270). O mapa do padre Chagas, FRANCO copiou do original nesse arquivo e consta no seu livro entre as páginas 206 e 207, como ilustração (Mapa dos Campos de Guarapuava). Ver Figura 13.



nou-se quase impraticável, com atoleiros fundos e mato denso. Referindo-se ao caminho para as Missões, "tão recomendado" desde os princípios da Expedição, escreve que aquele lucraria com o porto do Iguazu e que se fossem aclarados os bosques e faxinais perto do rio Uruguai, esse caminho não apresentaria mais dificuldade. Observa que os índios das regiões das Missões espanholas têm aumentado muito, mas são a melhor garantia para que os castelhanos de Corrientes não passem para Guarapuava.<sup>27</sup>

Em Atalaia, os "índios catecúmenos" ficaram desprotegidos sem a presença do destacamento militar e expostos aos assaltos dos seus inimigos. A rivalidade entre as tribos geravam constantes lutas, que dizimaram a população indígena, mais que qualquer outro fator. Assim várias sortidas foram feitas contra os índios de Atalaia, pelos seus inimigos, até que a 25 de abril de 1825 o aldeamento teve as casas queimadas e foram mortos vinte e oito índios, tendo outras dezenas ficado feridos. Os "índios bárbaros" voltam novamente em 1827, causando novas mortes.<sup>28</sup> Aos poucos os índios de Atalaia vão deixando o aldeamento, retirando-se para os Campos de Palmas ou para a Província do Rio Grande do Sul.<sup>29</sup> Em 1828 Atalaia está abandonada. O padre Francisco das Chagas Lima, velho e doente retirou-se de Atalaia, após quarenta e sete anos de serviços prestados ao Bispado de São Paulo, dezessete dos quais permaneceu em Guarapuava, lutando pela catequese dos índios.<sup>30</sup>

Antonio da Rocha Loures residia na freguesia de Nossa Senhora de Belém, onde foi cadastrado em 1835, com 56 anos,

<sup>27</sup>

<sup>28</sup> LIMA, Estado atual, p. 267-8.

<sup>29</sup> LIMA, Francisco das Chagas, padre. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava (1809 a 1827). In: BIHGEP, 32:12-28, 1977, p.17-19.

<sup>30</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. O papel dos índios na ocupação do sudoeste paranaense. In: RIHGEP, 40:53-72, 1983, p.57.

LIMA, Memória, p.26-7.

casado com Joana Maria, de 52 anos, e o filho menor, João. Outra "lista geral de habitantes", do ano de 1840, registrou que em sua estância ele mantém nove escravos e dois agregados.<sup>31</sup> Seu filho, Francisco da Rocha Loures, guiado por seu amigo de infância, o índio Condã, consegue em 1845 abrir o caminho para as Missões,<sup>32</sup> desviando o trânsito das tropas da antiga Estrada das Missões, que se dirigia para as Missões saindo dos Campos de Vacaria, no Rio Grande do Sul. A nova Estrada das Missões, passando o rio Uruguai pelo Goio-En, vai alcançar Guarapuava, seguindo daí para Sorocaba, em São Paulo.

### 3. A Ocupação dos Campos de Palmas

De 1830 em diante se desenvolve nos Campos de Guarapuava o criatório e neles se estendem as fazendas, havendo já falta de terras para mais estabelecimentos. Fazendeiros, tropeiros, comerciantes se embrenham pelos campos e matas abrindo picadas que facilitassem as comunicações, expondo-se continuamente aos ataques dos indígenas. Os Campos de Palmas são a nova opção para o estabelecimento de novas fazendas. Para sua exploração e ocupação são formadas duas sociedades, com gente dos campos de Curitiba e dos Campos Gerais. Muitos de seus sócios participaram da Conquista ou são seus descendentes. Outros tornaram-se posteriormente proprietários de fazendas nos Campos de Guarapuava, a maioria deles fazendo parte de uma vasta parentela que se gerou

<sup>31</sup> LO, freguesia de N.S. de Belém, 1835, 1840.

<sup>32</sup> BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da descoberta do Campo de Palmas (1850). In: RIHGB, 4:385-396, 1851, p.393-4.

nas comunidades originadas das vilas de Curitiba, Castro e Paranaguá e seus distritos no século XVIII.

A arrancada para os Campos de Palmas não é realizada por expedições militares, como as conquistas anteriores: são empreendimentos particulares e espontâneos. Além de atenderem a interesses econômicos, evidentemente, outros fatores provocaram essa ocupação, como pondera Ruy C. WACHOWICZ. O manifesto interesse dos argentinos por essa região é crescente, mesmo porque essa fronteira internacional, entre os vales dos rios Iguazu e Uruguai, não está ainda definida. Também vinha de longe a reivindicação da então 5ª Comarca por sua separação política da Província de São Paulo, pelo que se apressam os curitibanos, antecedendo aos paulistas, na posse desses campos.<sup>33</sup>

A primeira sociedade é chefiada pelo padre José Ponciano de Araújo e José Ferreira dos Santos com mais vinte e três companheiros, que firmam contrato a 19 de maio de 1839, muitos deles naturais da freguesia de Palmeira e de outras localidades dos Campos Gerais. O segundo grupo, chefiado por Pedro de Siqueira Cortes, assina contrato a 28 de abril de 1839, em Guarapuava, onde reside a maioria. Da sociedade do padre Ponciano e José Ferreira dos Santos, faziam parte, entre outros, Jacó Dias de Siqueira, Antonio de Sá Camargo (depois visconde de Guarapuava) e Francisco Ferreira da Rocha Loures. Entre os que acompanharam Pedro de Siqueira Cortes, são citados: Domingos Floriano Machado, José Antonio de Lima Pacheco, Francisco Antonio de Araújo, Francisco de Siqueira, Francisco Inácio de Araújo Pimpão, Joaquim José de Oliveira, Domingos de Siqueira Cortes e

33

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, sudoeste, ocupação e colonização. Curitiba, Ed. IHGEP, Edit. Litero-técnica, 1985, p.14-5.

Antonio de Siqueira Cortes, estes dois últimos irmãos de Pedro de Siqueira Cortes.<sup>34</sup>

Essas duas expedições partem de Guarapuava por diferentes caminhos e ao se encontrarem nos campos, não chegam a um acordo sobre a posse, concluindo ser necessária uma arbitragem para resolver o impasse.

Enquanto esperam a chegada dos árbitros, Francisco de Paula Silva Gomes e alguns companheiros exploram as matas do rio Iguaçu, procurando atingi-lo em um ponto que permitisse o estabelecimento de um bom porto, onde desembarcaria o sal para o gado, vindo de Curitiba. Antes da sua primeira cachoeira, o rio Iguaçu oferecia boa navegabilidade, tendo sido aí estabelecido o porto de embarque. Uma Companhia de Municipais Permanentes, criada pelo Governo da Província de São Paulo, sob o comando de Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, deslocou-se para a região dos Campos de Palmas, afim de proteger e auxiliar os fazendeiros. Foi pelos praças da Companhia construída a estrada dos Campos até esse porto de embarque. O comandante Hermógenes marcou o lugar onde deveria ser fundada a povoação, entre os rios Caldeira e Cachoeira, para onde se transportaram também os índios comandados pelo chefe índio Condá.<sup>35</sup>

Quando os árbitros, doutor João da Silva Carrão e o conselheiro Joaquim José Pinto Bandeira, chegaram a Guarapuava, vindos de Curitiba, foram guiados por Condá até os Campos de Palmas, onde encontraram os componentes das duas referidas sociedades, que permaneciam juntos no lageado das Caldeiras, temerosos de algum ataque dos indígenas. Haviam os árbitros partido de Curitiba a 4

<sup>34</sup> SILVA, Apontamentos, p.71-4.

<sup>35</sup> BANDEIRA, Notícia, p. 388-92.

de abril de 1840 tendo alcançado os campos somente a 28 de maio, depois de percorrerem oitenta léguas "... por uma vereda mal trilhada ..." vencendo "mil embarços". Eles separaram as posses das duas sociedades, localizando Pedro de Siqueira e seus companheiros para o poente do lageado das Caldeiras e José Ferreira para a nascente do mesmo.<sup>36</sup>

O Campo Erê, situado a sudoeste de Palmas e distante sete léguas, foi também ocupado por esses fazendeiros, que nessa ocasião aí encontraram o alojamento do chefe índio Viri. Esse campo, em 1851, abrigava cinco fazendas. Pedro de Siqueira Cortes, que substituiu Hermógenes Carneiro Lobo no comando dos Municipais Permanentes, em abril de 1842, atravessou com sete pessoas um vau no rio Iguaçú, oito léguas acima do já referido porto de embarque, donde rumou para o nordeste, até atingir a freguesia de Palmeira, nos Campos Gerais, varando vinte léguas de sertão. Esse porto passou a se chamar de Porto da União, quando em 1846, passou a ser usado pelos demais fazendeiros.<sup>37</sup>

O nome de Campos de "Palmas" conforme divulgou Joaquim José Pinto BANDEIRA na sua Notícia. "... veio talvez da abundância dos coqueiros butiãs por eles espalhados".<sup>38</sup> Somos da opinião que a denominação "Palma" foi dada em homenagem ao conde de Palma, ainda ao tempo de Atanagildo Pinto Martins, que atravessou esses campos na abertura da "vereda das Missões". No mapa traçado por João Henrique Elliott, já ao tempo da Província do Paraná, mas talvez anterior a esse acontecimento, não existe ainda a povoação de Palmas e sim "Cachoeira" e a região é assina-

<sup>36</sup>

BANDEIRA, p.388-9.

<sup>37</sup>

BANDEIRA, p. 390, 392-3. Mais tarde o Porto da União denominou-se Porto União da Vitória, dando origem à cidade catarinense de Porto União e à cidade paranaense de União da Vitória.

<sup>38</sup>

BANDEIRA, p. 385. Ver Figura 14 (mapa de João Henrique Elliott).



lada com o nome de "Campos de Palma" (sem o "s" final). Assim como, na época da Conquista dos Campos de Guarapuava (1810), deram ao primeiro abarracamento, sede da Real Expedição, o nome de "Linhares", em homenagem ao ministro conde de Linhares, seu idealizador; como o nome do governador da Capitania de São Paulo, o capitão-general Franca e Horta, foi dado na ocasião ao rio Horta, nos Campos Gerais; é perfeitamente aceitável que o nome "Palma", título nobiliárquico do capitão-general governador da Capitania de São Paulo em 1816, D. Francisco de Mascarenhas, passasse a designar os campos que, a seu mando, o alferes Atanagildo explorou.

A povoação de Palmas evoluiu lentamente, enquanto as fazendas de criar se estendiam pelos campos. Com mais frequência começou a ocorrer a reserva de novas invernadas nas fazendas de Guarapuava e Palmas, o que já acontecera nos Campos Gerais.<sup>39</sup> A ocupação dos Campos de Palmas e o assentamento de famílias oriundas de Guarapuava e das demais vilas dos planaltos paranaenses, asseguraram a posse dessa região para a Província do Paraná. A povoação de Palmas passou a "freguesia do Senhor Bom Jesus de Palmas" em 1855, sendo elevada a vila somente em 1877.<sup>40</sup> Essa população traçou os novos caminhos que cortaram, depois de 1845, o atual oeste catarinense, com a abertura da nova Estrada das Missões.<sup>41</sup> Segundo alguns autores paranaenses a data do novo caminho das Missões "... assinala o limite máximo a que chegou a comunidade paranaense tradicional na sua expansão originada na

<sup>39</sup> MACHADO, Formação da estrutura agrária, p.18.

<sup>40</sup> SILVA, Apontamentos, p. 80.

<sup>41</sup> VER Capítulo VIII, "A nova estrada das Missões", p. 256-60, deste trabalho.



área parnanguara-curitibana, a partir do século XVII".<sup>42</sup>

#### 4. Povoadores de Guarapuava e Palmas

Os povoadores de Guarapuava e Palmas descendiam das primeiras comunidades formadas nos planaltos paranaenses e de Paranaguá, no litoral, no decorrer do século XVIII. Era gente de Curitiba, São José dos Pinhais, Campo Largo, Palmeira, Castro, Ponta Grossa, afinal, da grande comunidade que constituía a população paranaense do Paraná tradicional. Os primeiros moradores e os proprietários das fazendas dos Campos palmenses, são oriundos de Guarapuava, das vilas dos demais planaltos paranaenses e de famílias litorâneas. Deles descendem muitas famílias paranaenses, que se radicaram também no oeste catarinense e na sua região serrana, no decorrer do século XIX.

Eram descendentes de Maria Paes, quinta filha dos povoadores de Curitiba (meados do século XVII), Baltasar Carrasco dos Reis e sua mulher Isabel Antunes da Silva, vários participantes da Real Expedição da Conquista dos Campos de Guarapuava. Entre eles, o padre Francisco das Chagas Lima, Francisco de Paula e Silva Gomes, Joaquim José Pinto Bandeira, Manoel Soares do Vale e as esposas de Antônio da Rocha Loures e José Ferreira Bueno, todos nascidos em Curitiba ou seus distritos, nos fins do século XIX.<sup>43</sup>

<sup>42</sup> BALHANA, Pilatti; MACHADO, Pinheiro; WESTPHALEN. História do Paraná. In: História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969, p. 86. Ver Figura 15.

<sup>43</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p. 421, 502, 525, 556, 458, 423-4.

Esses nomes são todos citados nos Capítulos VI, VII e VIII, deste trabalho.

O sargento-mor **Francisco Xavier Pinto** (de Portugal), que pertenceu à governança da vila de Curitiba, foi registrado na **Lista de Ordenança da vila de Curitiba e seus distritos**, em 1766, com 35 anos, natural "do Reyno", solteiro, possuidor de 3 escravos e da quantia de 3 mil cruzados. Na **Relação das fazendas e sítios**, de 1772, é possuidor nos Campos Gerais, das fazendas Montenegro e São Lourenço.<sup>44</sup> Casou-se na cidade de Santos, com Rita Ferreira Bueno, filha do sargento-mor João Ferreira de Oliveira (de Portugal) e de Maria Bueno, esta descendente por parte materna de Sebastião Preto Moreira e Mariana Bueno, dos Preto, Pires e Bueno da Ribeira paulistas (século XVI e XVII). Francisco Xavier Pinto e Rita Ferreira Bueno tiveram, entre outros filhos, Rita Ferreira de Oliveira Bueno, que casou com Diogo Pinto de Azevedo Portugal (de Portugal), comandante da Real Expedição de Guarapuava (1809 - 1820); Ana Maria Ferreira Bueno, casada com o coronel Inácio de Sá Sotto-Maior (de Portugal), da governança de Curitiba e João Ferreira de Oliveira Bueno, casado com Maria Helena do Nascimento (sobrinha do padre Francisco das Chagas Lima) e pais de José Ferreira Bueno, o fundador da cidade de Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul e que também participou da Real Expedição.<sup>45</sup>

**Manoel José de Araujo e Ana Maria da Conceição**

Manoel José de Araujo e Ana Maria da Conceição, os fun-

<sup>44</sup> LO, Curitiba, 1766. Ver Capítulo IV, p. 88-92, deste trabalho.

<sup>45</sup> NEGRÃO, Genealogia, v. 4, p. 317, 338, 352-3.

dadores da freguesia da Palmeira, hoje cidade paranaense, tiveram os seguintes filhos:

1. Elias Inacio de Araujo, casado com Lucrecia Maria da Silva.

2. Ana Joaquina de Araujo, casada com Francisco de Oliveira Bueno.

3. José Caetano de Araujo, faleceu solteiro.

4. Manoel Mendes dos Santos, casado com Ana Joaquina dos Santos, filha da sua tia Rufina Antonia de Sá (1º casamento).

5. Matilde Umbelina da Gloria, casada com Antonio Joaquim de Camargo (SP), tronco dos Camargo de Palmeira. Foram os pais de Antonio de Sá Camargo, o visconde de Guarapuava, casado com Zeferina Marcondes de Sá, filha de seus tios, barões de Tibagi. Ele reside em Guarapuava em 1840.

6. Domingos Inácio de Araujo, casado com Josefa Joaquina Pinheiro de França, filha de Verissimo Carneiro dos Santos, este descendente do capitão-mor João Rodrigues de França. Francisco Inácio de Araujo Pimpão, filho de Domingos e Josefa casou com a irmã desta, Maria Josefa de França. Ele acompanhou José Ferreira dos Santos na expedição que este comandou, em 1839, para a conquista dos campos de Palmas, na qual seu pai também é citado. Francisco Inácio e Maria Josefa tiveram 12 filhos e entre eles Amazonas de Araujo Marcondes, residente em União da Vitória (PR); Brasileiro Marcondes Pimpão, Manoel Inácio de Araujo Pimpão, estes dois últimos residentes em Palmas.

7. Francisco José de Sá e Araujo, transferiu-se para o Rio Grande do Sul.

8. Maria Caetana de Sá, casada em 1820 com o seu primo Manoel Martins de Araujo.

9. Candida Flora de Sã.

10. Cherubina Rosa Marcondes de Sã, casada com José Caetano de Oliveira, depois barão de Tibagi, em 1814, que tiveram 8 filhos.

11. Rufina Antonia de Sã, casada com José Joaquim dos Santos.

12. Delfina Rosa, falecida solteira.<sup>46</sup>

Ana Maria da Conceição é filha de Francisco de Araujo Monteiro e de Maria Soares Rodrigues Paes, esta descendente de Baltasar Carrasco dos Reis. Ela é irmã de Benedito Aires de Araujo, citado entre os proprietários das sesmarias que foram concedidas em Belém (Guarapuava) em 1822. O filho de Benedito Aires de Araujo, reside em 1840 em Guarapuava, casado com Gertrudes Escolástica, filha de Antonio da Rocha Loures. Também irmão de Ana Maria da Conceição é Lourenço Justiniano de Araujo, casado com a filha de Bento de Siqueira Cortes, de quem descendem os Araujo de Palmas.<sup>47</sup>

#### Francisco Antonio de Araujo e Ana Maria de Jesus Maciel

Francisco Antonio de Araujo, nascido na atual cidade paranaense de Palmeira, é filho de Lourenço Justiniano de Araujo, este irmão de Ana Maria da Conceição, que com seu esposo Manoel José de Araujo são considerados fundadores dessa cidade.

<sup>46</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p. 342-411; v.3, p. 436, 451, 488.

<sup>47</sup> VER Capítulo IV, p. 129-131 deste trabalho; BORBA, Oney B. Lista Geral dos habitantes da freguesia de Nossa Senhora de Belém em Guarapuava, em o ano de 1840. In: BIHGEP, 32: 29-44, 1977. NEGRÃO, v.1, p. 341-2.

Sua mãe é Maria Perpétua de Siqueira, irmã de Pedro de Siqueira Cortes, o qual comandou em 1839 uma das expedições que ocupou os Campos de Palmas. Também a esposa de Francisco Antonio de Araujo, Ana Maria de Jesus Maciel, é filha de outra irmã de Pedro de Siqueira Cortes, Rosa Maria de Jesus Maciel, que casou com Teodoro Antunes Ferreira Maciel.<sup>48</sup> Descendem esses três irmãos, portanto, de Bento de Siqueira Cortes e seus filhos são primos.

Francisco Antonio de Araujo acompanhou seu tio Pedro de Siqueira Cortes na expedição de 1839 e passou a residir em Palmas depois de 1842, onde constituiu numerosa família. NEGRÃO, na sua *Genealogia* registrou os seguintes filhos de Francisco Antonio de Araujo e Ana Maria de Jesus Maciel:

1. Major João Ferreira Maciel, casado com Maria Rosa do Bom Jesus, filha do coronel Antonio Ferreira Maciel.

2. Coronel Manoel Lourenço de Araujo, casado com Maria dos Passos Carneiro.

3. Antonio Ferreira de Araujo, casado com Leocádia Emília Ferreira de Araujo e, em segundas núpcias, com Maria da Conceição Fritz.

4. Francisca de Araujo, casada com Jesuino de Siqueira Cortes.

5. Major Domingos Ferreira de Araujo, casado com Olímpia Ferreira Maciel e depois com Eugênia Fonseca de Araujo.

6. Pedro Ferreira de Araujo, casado com Amazília Maciel e depois com Balbina da Siqueira.

7. Coronel Misael de Araujo, casado com Maria Cristina da Siqueira e depois com Flávia Guimarães de Araujo.

<sup>48</sup> NEGRÃO, *Genealogia*, v.2, p. 97, 597; v.3, p. 617, 629, 639.

8. Paulo Ferreira de Araujo, casado com Emilia Pacheco de Araujo.

9. Ana Luisa de Araujo Maciel, casada com o coronel José Maciel de Sousa.

10. Maria Lourenço de Araujo, casada com o coronel Domingos Soares, nascido em Guarapuava, filho do coronel Joaquim Mendes de Sousa, um dos descobridores dos campos de Palmas.

11. Gertrudes de Araujo Maciel, casada com Diogo Maciel.

12. Rosa de Araujo Belo, casada com o capitão Vicente Ferreira Belo.<sup>49</sup>

Desses filhos NEGRÃO cita os sete últimos como naturais de Palmas.

#### **Marcelo Antunes Maciel e Bernardina Ferreira Prestes**

Marcelo Antunes Maciel e Bernardina Prestes vieram casados do Rio Grande do Sul e passaram a residir na cidade paranaense da Lapa, onde faleceram em 1852 e 1844, respectivamente. Tiveram os seguintes filhos:

1. Rita Joaquina de Jesus

2. Manuel Elias Ferreira (natural do RS), casado com Manuela Alves Antunes.

3. Ricardo Ferreira Maciel (ausente nos Estados da Argentina), casado com Josefa.

4. Teodoro Ferreira Maciel, casado com Rosa Maria de Jesus (da Palmeira, PR), filha de Bento da Siqueira Cortes.

<sup>49</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p. 628-635.

5. Clara Maria de Jesus, casada com Carlos José de Oliveira.

6. Florinda, casada com Claudino Antonio de Souza (da Palmeira,PR).

7. Gregório Ferreira Maciel, casado com Leocádia Ferreira Maciel, filha do capitão Antonio Ferreira Amado, nascido em Sorocaba e de Gertrudes Maria de Andrade, nascida em Curitiba. Teve 8 filhos entre os quais: Gregório Ferreira Maciel Filho, que faleceu solteiro.

8. Jeremias José Pinto.<sup>50</sup>

Este casal, cuja ascendência está sendo levantada, vem citado entre os povoadores de Palmas pelos vários casamentos realizados entre seus descendentes com famílias palmenses, sendo origem dos Maciel de Palmas.

#### Antonio da Rocha Loures e Joana Maria de Lima

Antonio da Rocha Loures nasceu a 3 de abril de 1781 em São José dos Pinhais (PR), filho de João da Rocha Loures e de Ana Ferreira de Oliveira ou de Jesus, ambos nascidos em Curitiba.<sup>51</sup> Seu avô paterno, Antonio João da Costa (de Loures, Portugal), casou com Maria da Rocha de Jesus, descendente de Mateus Martins Leme, capitão-povoador de Curitiba em 1668 e de Baltasar da Costa Veiga, dos Prado, Bueno da Ribeira, Pires e Mendonça de São Paulo.<sup>52</sup>

<sup>50</sup> ESSES dados foram enviados pelo doutor David Wiedmer, residente na Lapa e que os recolheu nos Inventários de Marcelo Antunes Maciel e de Gregório Ferreira Maciel, existentes no Cartório da Comarca da Lapa.

<sup>51</sup> PARÓQUIA de São José, Batizados, liv. 1, fl. 54.

<sup>52</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p. 458; v.4, p. 209-211.

Na lista de Ordenança de 1766 foram registrados na freguesia de São José, Maria Bueno da Rocha, viúva e seus filhos João Matias de Carvalho e Bernardo, que eram irmãos de Maria da Rocha de Jesus, esta avó de Antonio da Rocha Loures. Esta foi cadastrada com seu marido Antonio João da Costa, de 60 anos e mais seis filhos, entre eles João da Rocha (Loures) com 19 anos de idade. O irmão de Maria Bueno da Rocha, Amador Bueno da Rocha estava viúvo e possuía 18 escravos e 3 mil cruzados, revelando posses acima da média.<sup>53</sup> Ambos eram filhos dos paulistas Antonio Bueno da Veiga e Isabel Fernandes da Rocha e netos de Baltasar da Costa Veiga e Maria Bueno de Mendonça.<sup>54</sup>

Antonio da Rocha Loures casou com Joana Maria da Luz ou de Lima, filha de Manoel José Barbosa (de Portugal) e de Ana Maria, descendente de Joana Gracia das Neves, esta neta de Baltasar Carrasco dos Reis.<sup>55</sup>

O Livro de Milícia da vila de Curitiba, registrou em 1810 Antonio da Rocha Loures com 29 anos, alferes por patente do governador, a 3 de julho de 1806, tenente a 15 de março de 1810 e capitão a 23 de outubro de 1822.<sup>56</sup>

Antonio da Rocha Loures tomou parte na Real Expedição de Guarapuava, tendo fixado residência em Belém (atual cidade paranaense de Guarapuava), depois da sua fundação. Em 1840 ele reside no 19 quarteirão do distrito da freguesia de Guarapuava, com sua esposa "dona Joana Maria Lima" (54 anos), seu filho

<sup>53</sup> LO, Curitiba (São José), 1766.

<sup>54</sup> TAQUES, v.2, p. 16-18.

<sup>55</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p. 418, 419.

<sup>56</sup> O Livro de Milícia de Curitiba foi consultado em cópia datilografada na residência do professor David Carneiro em Curitiba, encontrando-se o original no Museu David Carneiro.

João (15 anos), e dois escravos, contando com 58 anos de idade. No 29 quarteirão localiza-se sua estância, que tem nove escravos e cinco agregados. Residem também em Guarapuava seus genros João Carvalho de Assunção, casado com Maria Francisca da Rocha e Francisco Aires de Araujo, casado com Gertrudes Escolástica.<sup>57</sup>

Seu testamento está registrado no Cartório Menarim da Comarca de Castro e nele constam os seguintes filhos:

1. Francisco, casado.
2. João Cipriano.
3. Maria Francisca, casada com o capitão João Carvalho de Assunção.
4. Gertrudes Escolástica, viúva de Francisco Aires de Araujo.
5. Rosa Delfina, vivúva de Benedito Mendes de Sampaio.
6. Escolástica, casada com Joaquim Alves Ribeiro.
7. Joaquim, casada com Benjamim Simões de Oliveira.<sup>58</sup>

Francisco da Rocha Loures e seu irmão João Cipriano saindo de Guarapuava em 1845, alcançaram os Campos de Nonoai, atravessando o rio Uruguai pelo passo do Goio-En, abrindo um novo caminho para as Missões. Francisco estabeleceu-se em Guarapuava e João Cipriano foi residir no Rio Grande do Sul.

<sup>57</sup> BORBA, Lista Geral, p. 33, 38, 41.

<sup>58</sup> BORBA, Oney B. Índice de testamentos (Castro, 1827 a 1871). In: BIHGEP, 46: 85-112, 1989, p. 87.

### José Ferreira Bueno e Maria Helena do Nascimento

Nascido em Curitiba, filho de João Ferreira de Oliveira Bueno, este casado em 1800 em Curitiba com Maria Helena do Nascimento, filha de José dos Santos Lima, irmão do padre Francisco das Chagas Santos, descendentes de Baltasar Carrasco dos Reis. José Ferreira Bueno por sua avó paterna, Rita Ferreira Bueno, descende dos Bueno da Ribeira de São Paulo. Ela era esposa do sargento-mor Francisco Xavier Pinto, nascido em Portugal.<sup>59</sup>

José Ferreira Bueno casou em primeiras núpcias com Inácia Maria da Silva, bisneta de João Pereira Braga e de Josefa Gonçalves da Silva, povoadores da Lapa. Desse casamento nasceu Serafim Ferreira de Oliveira e Silva, nascido na Lapa em 1834, onde seu pai fixou residência, dedicando-se ao tropeirismo. Serafim casou com Júlia Moreira do Amaral, nascida em Cruz Alta em 1834, na fazenda Santa Bárbara, neta do sargento-mor Atanagildo Pinto Martins e de Ana Joaquina do Amaral. De Serafim e Júlia nasceram treze filhos que constituíram a família Ferreira Amaral de Curitiba. Eram todos nascidos na Lapa, com exceção de Inácia do Amaral Marcondes, casada com Brasileiro Marcondes Pimpão, que passaram a residir em Palmas (PR).<sup>60</sup>

Do seu segundo casamento, com Maria Bernarda de Ramos, nasceram os seguintes filhos:

1. Maria de Jesus, casada em segunda núpcias com Joaquim Antonio Portes.

<sup>59</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.1, p. 423-4; v.4, p. 317, 352.

<sup>60</sup> NEGRÃO, v.4, p. 551-53.

2. Joaquina Francisca, casada com Manoel Fidêncio Guimarães.
3. Joana Ferreira de Ramos, casada com Francisco Sampaio e Silva.
4. Ana Joaquina ou Ana Jacinta de Ramos, casada com Geniplo Pereira Ramos.
5. Manoela, casada com Joaquim Ferreira Bueno.
6. Rufino Ferreira Ramos, casado com Rita de Paula Ramos.
7. José Ferreira Ramos.<sup>61</sup>

José Ferreira Bueno participou da Real Expedição de Guapuva. Fidelis Dalcin BARBOSA dá José Ferreira Bueno como fundador da cidade gaúcha de Lagoa Vermelha.<sup>62</sup>

#### José Antonio de Lima Pacheco e Joaquina Mendes

Um dos primeiros povoadores de Palmas, José Antonio de Lima Pacheco, fixou residência perto do rio Chopim em fins de 1840, com sua mulher Joaquina Mendes, ambos com seus batizados registrados na capela de Tamanduá (PR), respectivamente em 1906 e 1819. Seu casamento foi realizado na Palmeira (PR), em 1834.<sup>63</sup> Em Boa Vista (atual Clevelândia - PR), estabeleceram a fazenda Santa Cruz do Rio Chopim. Tiveram José, Pedro, Antonio, Manoel, Domingos, Maria de Jesus, Elias e Maria de Belém

<sup>61</sup> ESSES dados foram fornecidos pelo doutor David Wiedmer, residente na Lapa e que os recolheu no Inventário de José Ferreira Bueno, falecido em 1875, existente no cartório da comarca da Lapa.

<sup>62</sup> BARBOSA, Fidelis Dalcin, Nova História da Lagoa Vermelha. Porto Alegre, EST, 1981, p. 13-16, 19.

<sup>63</sup> PARÓQUIA de Nossa Senhora da Conceição, Palmeira (PR), casamentos, liv. 1, fl. 16, 26 de maio de 1834.

Pacheco. José Antonio de Lima Pacheco faleceu em 1866, ferido pelos índios botucudos, assim como seu filho Domingos Ferreira Pacheco, 50 anos mais tarde. Ele pertenceu à expedição de Pedro de Siqueira Cortes, na conquista dos Campos de Palmas.<sup>64</sup> Sua mulher Joaquina Mendes faleceu em 1824, com 107 anos, contando então sua descendência 48 netos, 98 bisnetos e 11 tetranetos.<sup>65</sup>

### Hermógenes Ferreira Carneiro Lobo

Hermógenes Ferreira Carneiro Lobo, que tomou parte na expedição de Francisco da Rocha Loures, em 1845, para os Campos de Nonoai, passou então a residir nas proximidades de Palmas de Baixo, atual Clevelândia, montando uma invernada.<sup>66</sup> Por seu avô paterno, Jeremias de Lemos Conde, natural de Paranaguá, Hermógenes descende de Manoel de Lemos Conde, provedor das minas em Paranaguá, em 1674. Jeremias residiu em Castro (PR) onde exercia em 1789 o cargo de juiz de órfãos.<sup>67</sup> Por seu avô paterno, Hermógenes Carneiro Lobo descende de Francisco Carneiro Lobo (Port.), estabelecido em Castro, que distinguiu-se nas Expedições do Tibagi, de Afonso Botelho. Francisco Carneiro Lobo casou com Quitéria Rodrigues da Rocha, descentente de Paula Rodrigues de França, esta filha do capitão-mor João Rodrigues de França.<sup>68</sup>

<sup>64</sup> SILVA, Apontamentos, p. 74, 78-9, 95.

<sup>65</sup> CORREIA, Leocádio e OLIVERA, Mário F. Guarapuava. 2.ed. Curitiba, Edit. Olivera, 1928, s.p.

<sup>66</sup> SILVA, Apontamentos, p. 75.

<sup>67</sup> VER Capítulo IV, p. 95.

<sup>68</sup> VER Capítulo IV, p. 99-102.

### Bento de Siqueira Cortes e Ana Maria de Jesus

Filhos de Bento de Siqueira Côrtes são Pedro de Siqueira Cortes, que comandou uma das expedições na Conquista dos Campos de Palmas e Domingos e Antonio de Siqueira Cortes, que também participaram dessa expedição. Bento de Siqueira Cortes é filho de outro Pedro de Siqueira Cortes, descendente de Luis de Gois, este irmão de Antonia de Gois, casada com Mateus Martins Leme, povoadores de Curitiba no século XVII. Luis de Gois era casado com Maria de Siqueira Cortes, dos Preto paulistas. Por sua mãe Ana Gonçalves Coutinho, Bento de Siqueira Cortes é bisneto do capitão-mor João Rodrigues de França.<sup>69</sup>

Na lista da Ordenança de 1766 residem em Campo Largo, distrito da vila de Curitiba, Pedro de Siqueira Cortes, com 57 anos e seus filhos, entre os quais Bento de Siqueira Cortes, com 20 anos de idade. A maioria dos moradores de Campo Largo em 1766 são netos e bisnetos de Paula Rodrigues de França e possivelmente residem nas terras que ela herdou de seu pai, o capitão-mor de Paranaguá, João Rodrigues de França.<sup>70</sup>

Bento de Siqueira Cortes casou com Ana Maria de Jesus, descendente de Baltasar Carrasco dos Reis e dos Preto e Prado paulistas. A filha, Rosa Maria de Jesus, casou com Teodoro Antunes Ferreira Maciel, filho de Marcelo Antunes Maciel e Benedita Ferreira Prestes, moradores da Lapa e que foram os geradores dos Maciel de Palmas. Outra filha, Maria Perpétua de Siqueira, casou com Lourenço Justiniano de Araujo, que foram os

<sup>69</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.3, p. 614-613; ver Capítulo II, p. 56-7, deste trabalho.

<sup>70</sup> LO, Curitiba (Campo Largo), 1766.

pais de Francisco Antonio de Araujo,<sup>71</sup> tronco da maioria dos Araujo de Palmas.

### Veríssimo Carneiro dos Santos e Rita Maria do Nascimento

Veríssimo Carneiro dos Santos era filho do capitão -mor de Paranaguã, José Carneiro dos Santos, nascido em Portugal e de sua mulher Maria Angélica Gomes, esta bisneta do capitão-mor de Paranaguã, João Rodrigues de França.<sup>72</sup> Ele casou com Rita Maria do Nascimento, descendente de portugueses e paulistas e passaram a residir na fazenda da Cancela, que, com outras fazendas, fazia parte das antigas sesmarias de João Rodrigues de França, nos Campos Gerais.<sup>73</sup> No seu inventário, datado de 1819, consta que Veríssimo Carneiro dos Santos ou Veríssimo José Gomes deixou os seguintes filhos:

1. José Marcelino, 25 anos.
2. Josefa, casada.
3. Joaquim, 19 anos.
4. Hemiliana, 15 anos.
5. Manoel, 13 anos.
6. Ana, 11 anos.
- 7, Maria Rita, 9 anos.
8. João, 6 anos.
9. Maria, 3 anos.
10. Francisca.<sup>74</sup>

<sup>71</sup>NEGRÃO, Genealogia, v.3, p. 617, 639.

<sup>72</sup>VER Capítulo II, p. 50, neste trabalho.

<sup>73</sup>LOPES, José Carlos Veiga. Esboço histórico da fazenda Santa Rita. In: BIHGEP, 20: 55-144, 1974.

<sup>74</sup>CARTÓRIO da 10.<sup>a</sup> Vara do Cível, Inventários, Vara de Órfãos, Curitiba, 1819.

Das suas filhas, Josefa Joaquina Pinheiro de França casou em Curitiba em 1810 com o capitão Domingos Inácio de Araujo, filho de Manoel José de Araujo e Ana Maria da Conceição, os fundadores de Palmeira. Maria Josefa de França, casou com Francisco Inácio de Araujo Pimpão, este filho do Domingos Inácio e Josefa Joaquina, sobrinho portanto de sua mulher, Maria Josefa de França.<sup>75</sup>

Domingos Inácio de Araujo e seu filho Francisco Inácio de Araujo Pimpão, são citados por NEGRÃO, como tendo feito parte da expedição de Pedro de Siqueira Cortes na conquista dos Campos de Palmas, em 1839. Domingos era um dos sesmeiros registrados pelo padre Francisco das Chagas LIMA, no seu Mapa do Campo de Guarapuava.<sup>77</sup>

Manoel Carneiro dos Santos, filho de Veríssimo, casou com Francisca Caetana Marcondes de Oliveira, filha dos barões de Tibagi e neta dos fundadores de Palmeira. Deles descende o coronel Amazonas de Araujo Marcondes, muito ligado à navegação fluvial do Rio Iguaçu.<sup>78</sup> Outra filha de Veríssimo, Ana Amália de França, teve Joana Francisca, que casou na Lapa, em 1838, com Eugenio Westphalen (de Berlim), com descendência do Paraná e na região serrana do Rio Grande do Sul.<sup>79</sup>

<sup>75</sup> NEGRÃO, v.3, p. 488, 451, 515.

<sup>76</sup> NEGRÃO, v.3, p. 465.

<sup>77</sup> VER Figura 13, Capítulo VII, p. 202, deste trabalho.

<sup>78</sup> NEGRÃO, v.3, p. 436, 454.

<sup>79</sup> NEGRÃO, v.3, p. 516.

## CAPÍTULO VIII

### A EXPANSÃO PARA O SUL

(1816 a meados do século XIX)

1. A Vereda das Missões e Atanagildo Pinto Martins
2. O Retorno da Expedição
3. A Nova Estrada das Missões
4. Povoadores do Planalto Médio do Rio Grande do Sul

## CAPÍTULO VIII

## A EXPANSÃO PARA O SUL

(1816 a meados do século XIX)

A rivalidade entre as Corôas portuguesa e espanhola, ocasionou as lutas iniciadas em fins do século XVII na região platina da América do Sul, envolvendo populações brasileiras, recrutadas para a defesa das posses portuguesas. Essas lutas prosseguiram no século XIX, quando os países desmembrados dessas Corôas, procuravam cada qual definir suas fronteiras.

O posicionamento do marquês de Pombal e do morgado de Matheus, na segunda metade do século XVIII, é assumido em 1809 pelo conde de Linhares, ministro de dom João VI. A eles sempre interessou o domínio e defesa das fronteiras que confinavam com as posses espanholas, pelo oeste da Capitania de São Paulo. A "Real Expedição da Conquista dos Campos de Guarapuava", projeto de Linhares, ocupou em 1810 esses campos, sob o comando do tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

Ficara, porém, sem solução, uma das principais finalidades da Real Expedição: a abertura de um novo caminho para as Missões, principal objetivo da ocupação daqueles campos. Aos interesses estratégicos da Corôa portuguesa pela posse das fronteiras do oeste, somam-se os econômicos, representados pelo comércio do tropeirismo. Realizou-se em 1816 uma expedição comandada por Atanagildo Pinto Martins, paranaense nascido em Castro, alferes da Cavalaria de Curitiba, o que constituiu episódio da "vereda das Missões". Seus principais resultados foram a desco-

berta da região dos Campos Novos, em Santa Catarina e o reconhecimento oficial da Estrada das Missões, que dos Campos de Vacaria, no Rio Grande do Sul, dirigia-se para o oeste, atingindo as Missões.<sup>1</sup>

Por essas regiões o tropeirismo abriu novas rotas, sendo a passagem do alferes Atanagildo e sua escolta pelo "caminho das Missões", um dos marcos do povoamento do Planalto Médio do Rio Grande do Sul.<sup>2</sup> Por ele, mais tarde, teriam Atanagildo Pinto Martins e seus irmãos e parentes atingido os campos de "cima da serra". Aí estabeleceram suas estâncias, nas terceira e quarta décadas do século XIX, colaborando na formação das primeiras vilas do Planalto Médio, participando na sua governança e constituindo numerosas famílias. Outros povoadores e tropeiros, deslocados dos planaltos paranaenses e dos campos paulistas, espalharam-se pela região serrana e só pararam nos "... belos campos da fronteira...", que já estavam apropriados pelos conquistadores "... vindos do foco de Porto Alegre".<sup>3</sup>

Ainda ao tempo da Real Expedição, no final de 1819, o estabelecimento da freguesia de "Nossa Senhora de Belém" nos campos de Guarapuava,<sup>4</sup> proporcionou o povoamento dessa região por naturais dos planaltos paranaenses, genericamente chamados de "curitibanos".

<sup>1</sup>OS fatos aqui assinalados foram tratados no Capítulo VI, p. 173-5, deste trabalho.

<sup>2</sup>FELIX, Loiva Otero. Coronelismo e Borgismo e cooptação política. Porto Alegre, Mercado Aberto Ltda., 1987, p. 85-6. Ver Figura 21.

<sup>3</sup>VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. 3.ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1987, v.2, p. 34.

<sup>4</sup>VER Capítulo VII, p. 199 deste trabalho. "Belém" é a atual cidade paranaense de Guarapuava.

A ocupação dos Campos de Palmas por moradores de Guarapuava e de outras vilas paranaenses, realizada de 1839 em diante, marca o limite da expansão do território do Paranã, para o sul. Entre 1844 e 1845, o alferes Francisco da Rocha Loures, nascido em São José dos Pinhais (PR) e morador de Guarapuava, consegue chegar aos Campos de Nonoai, no Rio Grande do Sul, atravessando o Passo do Goio-En, no rio Uruguai.<sup>5</sup> Fora finalmente aberto o caminho para as Missões que se transformou na nova Estrada das Missões no governo da recém-criada Província do Paranã, que conseguira sua emancipação política de São Paulo, em 19 de dezembro de 1853. Essa estrada foi a última rota para o sul, do ciclo do tropeirismo, proporcionando elevados lucros para esse comércio na segunda metade do século XIX.

No rastro das estradas do tropeirismo<sup>6</sup> pode-se acompanhar a expansão das populações dos planaltos paranaenses para o sul. Pela antiga Estrada das Missões haviam alcançado os Campos de Cima da Serra e por eles o Planalto Médio do Rio Grande do Sul, onde participaram da fundação das suas primeiras comunidades campeiras. Pela nova Estrada das Missões se estendem para o atual oeste catarinense e para as regiões do Alto-Uruguai, no Rio Grande do Sul. Aqui atuaram no desbravamento dos Campos de Nonoai e na fundação e povoamento de Palmeira das Missões.

<sup>5</sup>VER Capítulo VII, p. 193, deste trabalho. Ver neste Capítulo, p. 256-60.

<sup>6</sup>VER Figura 16.



## 1. A Vereda das Missões e Atanágildo Pinto Martins

A expedição comandada pelo alferes Atanágildo Pinto Martins em 1816, que saindo dos Campos de Guarapuava, no Paraná, atingiu São Borja das Missões, no Rio Grande do Sul, segundo Loiva FELIX, inicia a segunda fase do povoamento do Planalto Médio, do "bandeirantismo pastoril".<sup>7</sup> Essa expedição é portanto, um marco para a história social e econômica dessa região serrana. Ela constitui o episódio da abertura da "vereda das Missões", citado por autores paranaenses.<sup>8</sup> A exploração foi realizada numa área que atinge os três estados sulinos, interessando o seu estudo também ao Estado de Santa Catarina.

O alferes Atanágildo Pinto Martins, no início de janeiro de 1816, recebeu uma **Ordem** datada de 10 de janeiro, do comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal, para que prosseguisse na incumbência da abertura do novo caminho para as Missões. Nessa Ordem Diogo Pinto revela sua satisfação por ter recebido o roteiro da exploração que Atanágildo fizera do rio Chapecó, onde se achava acampado.<sup>9</sup> A seguir,

<sup>7</sup>FELIX, Coronelismo e Borgismo, p. 85-6.

<sup>8</sup>DADA a sua importância para a história regional do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, esse episódio vem neste trabalho tratado detalhadamente, baseado em documentos encontrados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), até agora não estudados. A "Vereda das Missões" ou "vereda para as Missões" é citada por FRANCO (Arthur Martins FRANCO. Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava, Curitiba. Tip. João Haupt e Cia., 1943, p. 174-7) e MACEDO (Francisco Ribeiro de Azevedo MACEDO, Conquista pacífica de Guarapuava, Curitiba, E. Serpa, 1951. p. 185).

<sup>9</sup>CORRESPONDÊNCIA, Diogo Pinto a Atanágildo Pinto Martins. Povoação de Atalaia, 10 de janeiro de 1816. In: AHRs, Autoridades Militares, 1816. Essa Ordem e o posterior roteiro da abertura de vereda das Missões (ver neste Capítulo, p. 236-8), atestam que Atanágildo Pinto Martins explorou os campos mais tarde chamados de Campos de Palmas.

Atanagildo deu início à jornada, chefiando uma pequena escolta, chegando três meses após, no Povo de São Borja.<sup>10</sup>

Nessa Ordem Diogo Pinto estabeleceu para Atanagildo um minucioso plano de ação, exposto em seis itens:

1. Seguir com a incumbência ("deligência") até entrar no primeiro povo das Missões que encontrar.

2. Apresentar ao oficial que estiver no comando, a Portaria do conde de Palma, a qual remete por cópia.

3. Pedir a ele o que necessita para o retorno, esclarecendo que qualquer despesa fica por conta dos cofres da Real Expedição e expor as vantagens de um roteiro novo, para o comércio do continente do Sul.

4. Escrever ao marquês de Alegrete contando os resultados da expedição e participar o seu regresso a Atalaia, conforme ordem da Junta.

5. Fazer uma "exata informação" de tudo o que for necessário informar, pois esses resultados poderão decidir a sorte da Conquista.

6. Lembrar que essa missão pode trazer grande glória e o "crédito na Real presença", para Atanagildo e sua escolta.

A referida Ordem de Diogo Pinto, Atanagildo entregou a Francisco das Chagas Santos, comandante do quartel de São Borja das Missões, quando aí se apresentou a 17 de abril de 1816, junto com a cópia da Portaria de 18 de agosto de 1815 da Junta da Real Expedição, que o conde de Palma enviara a Diogo Pinto.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> CORRESPONDÊNCIA. Atanagildo Pinto Martins ao marquês de Alegrete. Povo de São Luis, 27 de abril de 1816. In: AHRS. Autoridades militares, 1816.

<sup>11</sup> CORRESPONDÊNCIA, Atanagildo a Alegrete, 27 de abril de 1816.

Os quatro primeiros ítems da Ordem do comandante Diogo Pinto, Atanagildo cumpriu com exatidão, o que é possível verificar na comunicação que o comandante de São Borja enviou ao marquês de Alegrete, então governador do Rio Grande do Sul.

Porém o quinto ítem, não teve da Junta a esperada aprovação, a qual acusou "friamente" o recebimento da "participação e do roteiro" do alferes Atanagildo Pinto Martins, a 9 de julho de 1816;<sup>12</sup> não foi encontrado esse relatório de Atanagildo e perdeu-se o seu roteiro. Daí tantas indagações até hoje sem resposta, esperando a pesquisa em documentos inéditos e novos estudos, para a sua elucidação. Mas foi situado o relatório que ele enviou ao marquês de Alegrete, já no seu retorno, escrito do povo de São Luiz e datado de 27 de abril de 1816. Esse relatório é de grande pobreza de detalhes, apesar de ter Diogo Pinto lhe ordenado uma "exata informação". É possível que o relatório que o alferes enviou para a Junta, também tenha sido pouco satisfatório.

É a seguinte a redação do relatório de Atanagildo Pinto Martins:

*Ilmo e Exmo Sr.*  
 A Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava, em consequência da Carta Régia do 19 de abril de 1809 mandou pela ordem de 17 de agosto do ano próximo pasado, que o Tenente-Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal Comandante da mesma Expedição viesse pessoalmente explorar abertura de uma estrada, que deve fazer a comunicação da Capitania de São Paulo com esta, pelos fundos dos campos da dita Conquista, a sair em a Província de Missões e pondo em execução o dito Tenente-Coronel Comandante a respeitável ordem ordenou-me seguisse no dia 28 de novembro do mesmo

<sup>12</sup>FRANCO, Diogo Pinto, p. 174; MACEDO, Conquista, p. 185.

ano enquanto arranchava e dava providências a algumas coisas que com ausência do mesmo Comandante para a capital para onde foi chamado, se haviam deteriorado, aconteceu que em dias de dezembro ser o dito Comandante atacado de uma moléstia que o pôs de cama mortalmente me mandou ordem prosseguisse o destino da diligência em data de dez de janeiro do presente ano, em cumprimento da qual prossegui, e no primeiro do corrente saí no Campo do Meio, e a 17 cheguei ao Povo de São Borja a apresentar-se-me o Comandante da Província, e regressei como ordena a mesma Junta, exigindo primeiro o necessário para o dito meu regresso, assim o tenho cumprido, e pelo Comandante desta Província estou municiado de um machado, duas libras de Pólvora e chumbo competente, e ordem para se me entregar doze reses de corte que é o que lhe deprequei.

Na minha derrota sô encontrei dois rios grandes Iguacu e Uruguay, e três rios pequenos que dois passei a vau, e um em jangada, três matos o primeiro de 8 e meia lēguas que acompanha o Iguacu o segundo de 8 e o terceiro de três e meia que acompanha o Uruguay foi medida do abarracamento e Povoação da Atalaia a sair à estrada do dito Campo do Meio 55<sup>1</sup>/<sub>2</sub> lēguas, e calculando o atual atalho de 60 lēguas para cima.

Deus guarde a V.Exa. muitos anos. Povo de São Luis  
27 de abril de 1816.

De V.Exa. Ilmo e Exma Sr. Marquês de Alegrete o mais pronto súdito.

Athanagildo Pinto Martins.<sup>13</sup>

A comunicação que o comandante do quartel de São Borja, Francisco das Chagas Santos fez ao marquês de Alegrete, a 30 de

<sup>13</sup> CORRESPONDÊNCIA. Athanagildo a Alegrete, 27 de abril de 1816.

maio de 1816, após receber Atanagildo e seus comandados e tomá-lo o depoimento, é bem mais satisfatória. Nela a descrição do percurso realizado dos Campos de Guarapuava até São Borja pelo alferes, vem mais detalhado, dando para concluir que o rio Uruguai foi transposto por um novo passo e que foram desviados os Campos de Curitibanos e Lages:

*Ilm<sup>o</sup>. Exm<sup>o</sup>. Sr.*

*A 17 do mês passado apresentou-se-me neste Povo o Alferes de Milícia da Capitania de São Paulo Athanagildo Pinto Martins, e me disse que ele fôra encarregado de procurar trãnsito para uma estrada, desde o Acampamento ou Povoação d'Atalaia (no extremo Setentrional dos Campos de Guarapuava, e 115 lēguas de caminho distante da Cidade de São Paulo) para este País, conforme, a ordem, que recebera, e vai inclusa por cópia, do tenente-coronel Diogo Pinto d'Azevedo Portugal, Comandante em Chefe da Real Expedição, e Conquista de Guarapuava; e que felizmente descobrira bom trãnsito para a dita estrada na forma seguinte:*

*Partindo o mesmo Alferes do sobredito Acampamento da escolta, que consta da Lista inclusa, seguiu para o Sudoeste por campo limpo 16 lēguas até o Mato do Rio Iguaçú, ou Grande da Curitiba; cujo mato atravessou na mesma direção de Sudoeste, por espaço de 2 1/2 lēguas, até chegar ao dito Iguaçú, que passou em um vau pedregoso; desde o qual prosseguiu para Leste costeando o mesmo Rio a distância de 6 lēguas, por mato limpo, a ganhar um Campo por onde transitou 4 1/2 lēguas até o Arroio Lajeado denominado Chopy, de cujo bosque desviando-o andou para Leste 5 lēguas em campo, pelo qual seguiu mais 5 1/2 lēguas no rumo de Sul até o Arroio Japecô, que passou de vau. (Este Arroio é o mesmo, que eu reconheci com o nome de Rio Caudaloso, na Expedição da Demarcação de Limites, e desagua no Uruguay acima da barra do Peperi-Guaçú 20 lēguas). Deste passo de vau andou 1 1/2 lēgua no ru-*

mo de Sul por Campo, até um bosque limpo, que atravessou por espaço de 2 1/2 lēguas na direção de Sueste; e depois seguindo no rumo de Sul 3 1/2 lēguas pelo mesmo mato, encontrou um Arroio (semelhante ao Japicō) que corre a Oeste para o Uruguay. Passou em canoa este Arroio, que ao depois observou ter um bom passado de vau, e seguindo para o Sul 2 lēguas por mato, saiu em Campo, pelo qual transitou no mesmo rumo 2 3/4 lēguas, e chegou ao Uruguay, onde fez canoa, em que passou este rio e prosseguindo no rumo de Sul por mato limpo duas lēguas, encontrou um Arroio grande, que passou em Jangada, e corre para o Uruguay; continuando na mesma direção de Sul, por mato, no espaço de 1 1/2 lēgua, saiu no Campo do Meio, pelo qual depois de andar 1 lēgua ao mesmo rumo, chegou à Estrada geral, entre esta Capitania, e a de São Paulo; por cuja estrada tendo andado para Oeste 4 lēguas, ou pouco mais, saiu nos Campos mais Setentrionais, e Orientais desta Província de Missões.

Se todo o terreno, assim dos campos, como dos Bosques por onde transitou nesta viagem o referido Alferes, é plano, e enxuto como ele diz, segue-se, que podemos ter uma boa estrada, e de muita utilidade entre esta Capitania, e a de São Paulo, não sō porque admite o transporte de Carreta; visto que não têm Serros, nem pântanos, como por ter de menos 60 ou 70 lēguas, que o antigo, ou atual Caminho.

Não deixo de notar, e supor alguma equivocação no mesmo Alferes a respeito da pequena distância de 4 1/2 lēguas, que ele dá entre o Uruguay, e a Estrada geral do Campo do Meio, quando este espaço representa a Carta Corogrāfica desta Capitania.

O mencionado Alferes me pediu de auxílio para o seu regresso, que o fornecesse com 2 libras de Pólvara, 8 libras de chumbo, e 12 Reses de gado vacuum, o que prontamente lhe mandei entregar, e partiu deste Povo a 23 do sobredito mês.

Deus guarde a V. Exa muitos anos como desejo. Quar-

*tel de São Borja, 30 de maio de 1816 de V. Ex<sup>a</sup> Ilm<sup>a</sup>  
e Exm<sup>a</sup> Sr. Marquês d'Alegrete - O mais obediente Sū-  
dito Francisco das Chagas Santos .<sup>14</sup>*

Somente esses dois relatórios com mais propriedade descrevem o percurso do alferes Atanagildo e sua escolta. Outras tentativas de o reconstituir, feitas sem o respaldo de documentação oficial, trouxeram mais confusão que esclarecimento.

Dedicaram-se a esse tema vários autores do Rio Grande do Sul, porquẽ, além de palmilhar caminhos que atravessam a região serrana desse Estado, na tentativa de facilitar a comunicação e o comércio com a Capitania e depois Província de São Paulo, Atanagildo Pinto Martins, com seu irmão Rodrigo Felix Martins e vários familiares seus, são incluídos entre os primeiros povoadores dessa região.

Assim se expressa MOACYR DOMINGUES sobre a "famosa expedição de Atanagildo Pinto Martins", título de um dos seus artigos sobre antigos caminhos das regiões serrana e missioneira:

*Hã um capítulo de nossa História regional, que não diz respeito propriamente a Cruz Alta, mas que indiretamente nos interessa e sobre o qual tem havido alguma controvérsia: a famosa expedição de Atanagildo Pinto Martins em busca de uma nova estrada para comunicar o território do Paraná - então pertencente à Província de São Paulo - ao Rio Grande do Sul, através de Santa Catarina, já autônoma.<sup>15</sup>*

<sup>14</sup> CORRESPONDÊNCIA. Francisco das Chagas Santos ao marquês de Alegrete. São Borja, 30 de maio de 1816. In: AHRs, Autoridades Militares, 1816.

<sup>15</sup> DOMINGUES, Moacyr. Antigas famílias cruzaltenses. Diário Serrano. Cruz Alta, 25 de abril de 1972.

Outros estudos seus alertam para o fato de que a chamada "Estrada das Missões", que saindo dos Campos de Vacaria passava pelas futuras Passo Fundo e Cruz Alta até chegar em São Borja das Missões, já era conhecida desde fins do século XVIII, oriunda possivelmente de antigas trilhas indígenas. Seus estudos são citados por SOARES, que, como Prudêncio ROCHA, observam que nenhum caminho novo abriu Atanagildo Pinto Martins nessa região serrana e sim em território catarinense.<sup>16</sup>

Hemetério José Velloso da SILVEIRA dá sua versão sobre a abertura da vereda das Missões, na sua conhecida obra sobre as Missões Orientais do Uruguai, revelando que se baseou num manuscrito que lhe foi entregue em Porto Alegre, pelo major João Cipriano da Rocha Loures:

*Em 1817 foi removido o capitão general dom Luís da Cunha Menezes, marquês de Alegrete, do governo do Rio Grande do Sul para o de São Paulo, onde manifestou desejos de ligar as duas capitânicas por uma estrada, que atravessando os sertões limítrofes fosse sair no território de Missões.*

*Não chegou a executar seu plano, porque, durante dois anos incompletos desse seu novo governo, o território das Missões continuava (como desde o tempo em que ainda governava o Rio Grande do Sul) alarmado com as invasões dos Artigas (José e seu filho André), porém, terminada essa situação difícilíssima, o novo governador de São Paulo, dom Francisco Mascarenhas, conde da Palma, mandou, em fins do ano de 1819, chamar à sua presença o Capitão de milícias Antônio da Rocha Loires (pai do autor de manuscrito), nomeou-o comandante de uma força de sessenta exploradores, indo como subalterno o alferes Athanagildo Pinto Martins.*

<sup>16</sup>

SOARES, Mozart Pereira. Santo Antonio da Palmeira. Porto Alegre, Edit. Bels, 1974, p.101; ROCHA, Prudêncio. A história de Cruz Alta. Cruz Alta, Gráfica Mercúrio Ltda, 1980, p.36; DOMÍNGUES, Antigas famílias, 1972-73.

Partindo de Guarapuava, penetrou a força expedicionária, em um grande sertão, abrindo picadas vadeou rio Iguaçú, abaixo da foz do Jordão, saíram nos campos de Palmas, de onde foram a Lajes, depois aos Curitibanos, transpondo outro sertão, que ficou sendo (ou já era) chamado Mato Português, cortaram pelo Campo do Meio e, ao fim de seis léguas, esbarra-ram no sertão, que foi denominado Mato Castelhana. Aí abriram um pique de quatro léguas, saindo nos campos desertos de Passo Fundo, onde vagueavam bugres, os quais, ou não os avistaram, ou, se os vi-ram, deixaram-nos, prosseguir temendo-lhes as ar- mas de fogo mais mortíferas que as suas setas. Caminhando pela extensa coxilha, onde manam os tri- butários caudalosos do Jacuã e do Uruguai, passa- ram pela despovoada Cruz Alta e dando volta por Tupanciretã, chegaram, com mais 56 léguas de mar- cha, ao apetecido termo da viagem, isto é, ao po- vo de São Borja, a nova Capital das Missões. Apresentaram-se ao comandante geral Francisco das Chagas Santos, que acolheu benignamente os expe- dicionários, encarregando o chefe Athanagildo, de agradecer ao governador de São Paulo, tão provei- tosa exploração que, por seu turno, levaria ao co- nhecimento do governo em Porto Alegre. Deu-lhes para o regresso alguns recursos e instru- ções, bem como papel para lançarem suas notas e uma planta, embora tosca, do terreno a percorrer. Se houvesse mandado (e podia fazê-lo) uma escolta mais numerosa a acompanhar a paulista, até os li- mites das duas capitânicas, outro e mais proveito- so teria sido o fim dessa expedição, que quase ficou ignorada.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> SILVEIRA, Hemetério J. Velloso da. As Missões Orientais e seus an- tigos domínios. Porto Alegre, Erus, 1979, p.338-9.  
Os grifos são nossos; assinalam os erros do texto.

A descoberta da lista que vem citada na correspondência do comandante Francisco de Chagas Santos, com os nomes dos homens que compunham a escolta de Atanagildo, redigida e assinada por este, de Santo Agostinho, a 10 de abril de 1816,<sup>18</sup> esclareceu que a abertura desse caminho foi realizada por doze homens e Atanagildo e não por sessenta exploradores, conforme escreve HEMETÉRIO DA SILVEIRA. Em 1817 o marquês de Alegrete é governador da capitania do Rio Grande, tendo deixado o governo de São Paulo em 1813.

A informação na qual se baseou SILVEIRA, também não foi verdadeira, quando atribuiu ao capitão de milícias Antônio da Rocha Loures a ordem que designou Atanagildo Pinto Martins para o comando da expedição. Sabe-se que foi Diogo Pinto, comandante de ambos, que a expediu, a mando do conde de Palma e que Atanagildo não era subalterno do tenente Rocha Loures. O fato aconteceu no primeiro semestre do ano de 1816 e não em 1819 e o marquês de Alegrete não mais voltou a governar São Paulo, depois de 1813.

Também errou o autor, quando escreveu que a força expedicionária, saindo dos campos de Palmas, passou por Lages e depois por Curitiba; essas duas localidades foram desviadas por Atanagildo e seus comandados, seu principal mérito, por terem assim aberto um percurso inédito por Campos Novos.

Ao divulgar a versão do manuscrito do filho de Antonio Rocha Loures, João Cipriano, SILVEIRA assumiu sua veracidade não tendo como comprovar o contrário, pois não fizera uma pesquisa

<sup>18</sup> SOARES, Santo Antonio, p. 332. In: AHRN, Autoridades militares, 1816.

pessoal em outros documentos.

Dos demais autores do Rio Grande do Sul que foram consultados, todos se baseiam no manuscrito divulgado por Hemetério DA SILVEIRA.<sup>19</sup>

Pode-se concluir pelos documentos já citados, como ocorreram os fatos. Em novembro de 1815, o alferes Atanagildo Pinto Martins explorava o rio Chapecõ, a mando do seu comandante, Diogo Pinto, quando recebeu a ordem para prosseguir e abrir novo caminho para as Missões. Em território paranaense já havia sido realizado em 1811 o levantamento dos rios Pinhão e Jordão, na margem direita do rio Iguaçu, pelo tenente Manoel Soares do Vale. Em 1815 este explorou, na margem esquerda o rio Iguaçu, o rio Chopim, seu afluente. Essa região era conhecida de Atanagildo quando iniciou o reconhecimento do rio Chapecõ, assim como os Campos de Lages, em cuja vila residiam parentes seus. Conforme relatório do comandante Francisco das Chagas Santos, Atanagildo e sua escolta atravessaram os rios Iguaçu, Chapecõ e mais um, "semelhante ao Japicó", que seria o rio do Peixe. Adiante transitaram por campos, atualmente a região de Campos Novos, tendo tranposto o rio Uruguai por um novo passo, citado por Fidelis Dalcin BARBOSA como sendo o passo do Pontão, no atual município de Barracão (RS), onde em 1849 havia um barracão que abrigava os soldados encarregados da fiscalização e da cobrança de impostos do novo passo.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> SPERRY, José N. Vieira. Raízes e retalhos de Nonoai. Passo Fundo, Edit. P. Berthier, 1985, p. 43; CAFRUNI, Jorge E. Passo Fundo das Missões. Porto Alegre, Graf. Edit. a Nação, 1966. p. 628, 631-3; BARBOSA, Fidelis Dalcin. Vacaria dos Pinhais. Porto Alegre, EST, 1978. p. 17-8. \_\_\_\_\_. Nova História de Lagoa Vermelha. Porto Alegre, EST, 1981, p. 126.

<sup>20</sup> BARBOSA, Fidelis Dalcin. Vacaria dos Pinhais. Porto Alegre, Grafisul, 1978, p. 17-8.

Esse passo e a abertura dos novos caminhos que, atravessando os Campos Novos, atingiam a nordeste a antiga Estrada das Tropas, desviando Lages e Curitibanos, vão originar a estrada "tão transitada" a qual se refere o sargento-mor reformado Atanagildo Pinto Martins no seu depoimento para a Câmara de Cruz Alta, a 29 de setembro de 1847:

*Em cumprimento da determinação do Exmo. Sr. Presidente da Província e da Câmara Municipal, passo a relatar as informações acerca da estrada para a Província de São Paulo, pelos Campos Novos, pela seguinte forma: Já no ano de 1815 por ordem do Governo da Província de São Paulo, percorri estes vastos sertões e transpondo dos campos de Guaruava aos de Palmas e passando o rio Pelotas, sai nos campos de Vacaria. No princípio do ano de 1840 segui desta com uma força legal cruz-altense e, com ela, fomos derrotar as forças rebeldes nos Curitibanos, e tenho além desta, informação dos tropeiros que têm transitado em dita estrada, para melhor informar V.S. . .*

*Tudo quanto alegam os peticionários a respeito das vantagens de dita estrada é vero e só a ignorância em que tem estado o Governo de suas vantagens se pode atribuir a não estar ela já franca e aberta para o comércio .*

*A estrada de que se trata passa por localidade muito superior à antiga pela vila de Lages, e evita as pedregosas que a obstroem e todas as vias apontadas que, com suas frequentes inundações, impedem o trânsito, para passar o rio Pelotas abaixo das confluências de todos eles. Tem, além de tudo isso, a grande vantagem de encurtar, pelo menos, seis dias de viagem. Já está transitável e a maior parte das comitivas que vêm da Província de São Paulo, seguem por ela; já algumas tropas têm por ela saído com permissão do administrador do regis-*

tro de Santa Vitória.

Três obstáculos, contudo, tem havido e tem ocasionado algum embaraço no trânsito dela, os quais são: a passagem do rio Forquilha, nos campos de Vacaria, que já é caudaloso; a passagem da mata que borda o rio Pelotas e a passagem do rio Marombas. O primeiro se evita mudando a estrada 200 braças mais ou menos do passo atual que já dá como trânsito até para os carros e mesmo com facilidade se pode fazer ponte no dito rio. O segundo se evita, abrindo a estrada de uma densa mata visto que a única dificuldade que apresenta é uma descida áspera e íngreme, porém curta do lado de aquém e que com algum benefício já dará cômodo trânsito e, do lado do além, seguindo com a estrada mais para o lado direito do trilho atual, oferece localidade para uma boa estrada. O terceiro já consta que desapareceu com um novo pique que abriram nos Campos Novos, a sair no Campo da Ilha já quase na estrada da mata, a qual não só encurtou de um dia de viagem, como evitou passar-se duas vezes no rio Marombas, como acontecia pelo pique que primeiro abriram.

O fato que torna evidente as vantagens dessa estrada sobre a antiga é o fato de ser ela já tão transitada, apesar de nenhum benefício ter recebido da indústria humana e, sendo ela aberta convenientemente, todo o comércio desta Província para a de São Paulo, se fará por ela, com grande vantagem, não só na diminuição da despesa, nos dias de viagem que encurta, como em perda de animais que sempre ocorre na estrada atual.

Creio, portanto, que mais facilitarã esse comércio, a mudança do registro de Santa Vitória, para o passo do Pontão, ficando estabelecida uma agência visto ser inadmissível a opinião do Ilmo. Sr. Administrador da Fazenda Provincial de obstruir e inutilizar a estrada antiga, terá sempre de se fazer por ela o comércio desta Província para a Vila de Lajes e ser por onde os habitantes daquele município vão para a cidade de Porto Alegre, se abastecerem dos

*gêneros de mar fora, conservando-se ali agência se não pode temer que tenha lugar o contrabando na passagem dos animais. É o que me cumpre informar a respeito e rogo a V.Sa. de fazer tudo presente à Câmara.*

*Deus Guarde a V.Sa. Cruz Alta, 21 de setembro de 1847.  
Ilmo. Snr. Presidente da Câmara Municipal desta Vila,  
Atanagildo P. Martins.<sup>21</sup>*

Confirmando o que declarou Atanagildo, Hemetério SILVEIRA escreveu que ele "... saiu a tomar parte na campanha da revolução Farroupilha e foi um dos mais bravos na célebre batalha de Curitibanos, onde as forças capitaneadas por Teixeira e Garibaldi, foram derrotadas pelas brigadas do coronel Mello e Albuquerque".<sup>22</sup> As afirmações de Atanagildo foram confirmadas, quando, diante do declínio do passo de Santa Vitória, foi criada no Pontão uma coletoria, "... responsável por grandes índices de arrecadação da Província do R.S. no meio do século..." que deixou o primeiro deserto.<sup>23</sup> Em 4 de março de 1848 foi comunicado, pelo vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul, em seu relatório à Assembléia Legislativa, a remoção do Passo de Santa Vitória para o Pontão, "... por onde se dirige a estrada que de Campos Novos segue para a Província de São Paulo, estrada esta mais transitada, por ser melhor do que a outra de Santa Vitória...".<sup>24</sup> Fora concretizado o vaticínio de Atanagildo, quando expôs que mais lucraria o comércio se o Registro mudasse para o Pontão.

<sup>21</sup>ROCHA, A história, p. 36-7.

<sup>22</sup>SILVEIRA, As Missões, p. 351.

<sup>23</sup>BARROSO, Vera Lucia Maciel. Santo Antonio da Patrulha; vínculo, expansão, isolamento (1803-1889). Porto Alegre, PUCRS, 1979, dissertação de mestrado, mimeografada, p. 138-9.

<sup>24</sup>BARBOSA, Fidelis Dalcin. Nova História de Lagoa Vermelha. Porto Alegre, EST, 1981, p. 129.

O "Mapa dos Campos de Palmas e territórios contíguos",<sup>25</sup> traçado por Tito Alves de Brito, em 1843, ao tempo desses acontecimentos, mostra com clareza a antiga Estrada das Missões, que saindo do Registro Santa Vitória, inflete para o oeste, abandonando a Estrada do Viamão. Passando pelo Mato Português, pelo Campo do Meio e pelo Mato Castelhana, chega à vila de Cruz Alta, atual Planalto Médio do Rio Grande do sul. Atinge depois "S. Francisco de Borja" (São Borja) pelos povos das Missões, sem passar por Tupanciretã, localizada para o sul.

O mapa em questão revela um caminho que saindo da Estrada das Missões entre o Mato Português e Vacaria, dirige-se para o norte, atravessando o rio Pelotas por um passo que Atanagildo denominou de Pontão na sua informação para os camaristas de Cruz Alta. Ele referiu-se também a uma estrada que saindo do Pontão, atravessava Campos Novos até chegar por dois atalhos distintos aos Campos dos Curitibanos. No mapa, essa estrada partindo daqueles campos para o nordeste, alcança a leste a Estrada das Tropas que vem de Lages, por esses dois caminhos. O que passa pelo Guardamora, realmente evita as duas travessias do rio Marombas, conforme relata Atanagildo.

Apesar da omissão ou desconhecimento da região localizada a leste, é assinalado no mapa em questão o caminho

<sup>25</sup> MAPA dos Campos de Palmas e territórios contíguos, AHRS, Mapoteca, mapa 35, 1843. Ver Figura 17 e Figura 18 (esta é uma restauração do mapa da Figura 17, com acréscimos que vêm numerados na legenda).





que parte de Lages até a Freguesia de São José, próxima à ilha de Santa Catarina. Também são destacados o caminho do Porto da União até os campos de Palmas e a antiga estrada dos Campos Gerais até Guarapuava, transpondo a serra de Boa Esperança, aberta por Diogo Pinto em 1810. É curioso notar a denominação de Goio-En (antigo nome do rio Uruguai) para o atual rio do Peixe, em Santa Catarina.

Foram as explorações que Atanagildo Pinto Martins fez em 1815, na região do rio Chapecô e a abertura da vereda das Missões, em 1816, quando descobriu os Campos Novos, que permitiram posteriormente novos roteiros para o tropeirismo e o povoamento dessas regiões.

## 2. O Retorno da Expedição

O item final da ordem que Diogo Pinto enviou a Atanagildo Pinto Martins, em 10 de janeiro de 1815, acenando para o alferes e sua escolta "... grande glória e muito crédito..." real,<sup>26</sup> não se concretizou. Atanagildo, após ter se apresentado ao comandante do quartel de São Borja, resolveu retornar a Guarapuava, como lhe ordenara Diogo Pinto. Do "Povo de São Luís", escreveu a 27 de abril para o marquês de Alegrete e depois ordenou ao guia Jongong que voltasse por outro caminho, a fim de cumprir o roteiro ao qual realmente se propuse-

<sup>26</sup> CORRESPONDÊNCIA. Diogo Pinto a Atanagildo, 10 de janeiro de 1816.

ra. Não mais voltaram o índio e os expedicionários a Guarapuava, o que veio acarretar ainda mais desgosto e prejuízo ao alferes e ao seu comandante, Diogo Pinto.

A primeira notícia escrita posteriormente à abertura da vereda das Missões e que se refere ao fim da expedição, acha-se na **Informação** que o padre Francisco das Chagas LIMA escreveu para o governo provisório da Província de São Paulo, a 22 de fevereiro de 1822. Ele faz alusão ao índio Iongong, que

*... foi mandado por prático da picada para Missoens, então intentada: cumpriu o que lhe determinara: pôr quando já vinham em retirada, entrou este índio com seis homens Portuguezes em um atalho de matos, onde desapareceram todos, sem haverem deles mais notícias até hoje; pelo que se supõe que morreram de qualquer acidente, que fosse.*<sup>27</sup>

A Notícia que Joaquim José Pinto BANDEIRA redigiu em dezembro de 1850, tem sido a fonte mais constante de pesquisa sobre o fato. Eis sua redação:

*Durante a dita expedição de Guarapuava, pelos anos de 1814 a 1819, mandou o comandante dela [acima citada comandante Diogo Pinto] alguns homens sob o mando do major [então alferes] Atanagildo Pinto Martins em demanda das Missões Portuguezas na província de São Pedro do Sul, e de uma vereda que com ela se comunicasse devendo ser guiada essa expedi-*

<sup>27</sup> LIMA, Francisco das Chagas, padre. Estado atual da Conquista de Guarapuava em 1821. In: FRANCO, Diogo Pinto, p.242.

ção por um Índio Jongong. Este Índio, conhecendo o perigo a que todos se expunham si varasse em direitura ao ponto que lhe foi designado, pela multidão de selvagens que ocupavam este sertão, guiou-os um pouco mais ao Oriente, e passando pela ponta ocidental dos campos de Palmas, saiu nos da Vacaria. Não satisfeito o major com a descoberta do caminho, por não sair no ponto a que se destinava, mandou oito homens, guiados pelo mesmo Índio, a Guarapuaça: hesitou o Índio; e opôs ao cumprimento da ordem as razões da sua recusa: foi constrangido a cumprí-la; seguiu com seus companheiros; mas nunca mais apareceram.<sup>28</sup>

Na continuidade da sua redação sobre o histórico fato, assim se expressou Hemetério Velloso da SILVEIRA:

Atanagildo voltou, mas querendo levar mais longe suas descobertas, dividiu, em má hora, sua escolta do lugar posteriormente chamado Pinheiro Mercado, destacou oito homens sob as ordens do inferior Carlos Neves, servindo de vaqueano o Índio João Gongue. Ordenou-lhes de atravessar o sertão, que aparecia ao Norte dessa Coxilha, e fossem sair em linha, mais ou menos reta, nos campos de Palmas, onde reencontrariam ele Atanagildo. Com efeito, apartaram-se e Atanagildo chegou, sem o menor incidente ao ponto fixado.

Esperou aí pelo inferior Neves e mais companheiros, mas dois meses quase passaram-se, sem que aparecesse um só homem dessa comitiva. Pensou então, houvessem sido colhidos e exterminados pelos selvagens.

Decorridos vinte e oito anos, quando o distrito de Nonoai começou a ser regularmente povoado quando penetraram os filhos do velho Capitão Ró-

<sup>28</sup> BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da descoberta do Campo de Palmas (1850). In: RIHGB, 4, 385-396, 1851, p.385-6.

*cha Loures, encontraram bugres, que foram testemunhas (talvez partes) dessa matança, que contaram-na com todos os pormenores, assegurando que os corpos ficaram insepultos.*

*O conde de Palma, governador de São Paulo, condenou o procedimento de Atanagildo e sem levar-lhe em conta as leais intenções e árduos serviços, fê-lo marchar para a fronteira Oriental onde foi incorporado à legião paulista. O destemido desterrado depressa expurgou-se do imerecido anátema. Pela correção de sua conduta e atos de bravura, conseguiu subir até o posto de capitão, quando terminou a campanha com a submissão, <sup>29</sup> posto que, transitória da ex-província Cisplatina.*

Nada se sabe sobre o que teria acontecido a Atanagildo após a trágica jornada da volta. Lamenta-se que o autor não houvesse citado a fonte donde tirou a informação sobre o desterro do alferes e seus serviços na fronteira oriental. Quanto a Atanagildo, ele já ostentava a patente de sargento-mor quando assinou a ata da Câmara de Curitiba, de 9 de maio de 1824. <sup>30</sup>

O documento mais expressivo encontrado, sobre os comandados de Atanagildo na sua exploração, é a lista que vai reproduzida anexa. Na comunicação do comandante Francisco das Chagas Santos sobre a chegada de Atanagildo e sua escolta ao quartel de São Borja, ele se refere à escolta que "... consta na lista inclusa" ao depoimento que envia ao marquês de Alegrete. Esta vem assinada por Atanagildo Pinto Martins, o "alferes comandante da escolta", o qual relacionou na "lista da escolta que faz a exploração da abertura do caminho das Missoins", datada de 10 de

<sup>29</sup>SILVEIRA, As Missões Orientais, p. 338-9.

<sup>30</sup>BAMC, v.24, p.64.

abril de 1816, dez nomes. Eram ao todo treze homens, com o alferes-comandante e os dois índios, Antonio José Pahy e Jongong.<sup>31</sup>

Os homens da expedição de Atanagildo Pinto Martins teriam sido escolhidos por ele e por seu comandante, entre pessoas de seu conhecimento e confiança. A Portaria da Junta, de 18 de agosto de 1815 sô determinou "o prático Antonio das Neves Ramos" para seguir na expedição.<sup>32</sup> O "inferior Carlos Neves" a quem se refere Hemetério da SILVEIRA, seria na realidade o "prático Antonio das Neves Ramos", que é o primeiro nome da lista. O seguinte nome, o do cabo Francisco de Quadros, pelos estudos feitos nas listas censitárias e registros paroquiais de Castro, pertence à família da cunhada de Atanagildo, Luzia Maria de Quadros, casada com o irmão dele, o alferes Rodrigo Felix Martins. É um nome muito comum na grande parentela de Luzia, com vários homônimos. Bernabé Barbosa e Joaquim Gomes, como inferiores de Atanagildo, pois eram "soldados de linha", teriam voltado com o seu comandante. Restam Guilherme José, Salvador Roiz, Américo Manoel, Joaquim Donaire, José Inácio e Manoel dos Santos, que seriam os "seis portugueses" citados pelo padre Chagas.

Os índios ou "bugres" que faziam parte da expedição, eram Jongong e Antonio José Pahy, este homem da confiança do comandante Diogo Pinto. Jongong, erradamente registrado João Gongue por Hemetério da SILVEIRA, vem tratado por Cyro EHLKE, quando escreveu sobre a descoberta dos Campos de Guarapuava e Palmas. Baseado no texto do padre Chagas, ele cita Jongong e Nhecaxô,

<sup>31</sup> CORRESPONDÊNCIA. Chagas Santos a Alegrete, 30 de maio de 1816. A lista anexa está arquivada junto com os demais documentos aqui citados, na pasta Autoridades Militares, no AHRS. Ver Figura 19.

<sup>32</sup> PORTARIA, da Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava. São Paulo, 18 de agosto de 1815. In: AHRS, Autoridades militares, 1816.

Lista da Escolta f.ª para a expedição da  
 actualidade do Comandante de M.ª



Porto - Antonio das Neves Ramos

Cabo Francisco de Quadros

Prudencio Bastos } (M.ª de linha)  
 Inguine Jomy }

Guilherme Foz

Salvador Póia

Américo Manoel

João Loureiro

João Ignácio

Moisés dos S.ª

Antonio José Paly

João Gonçalves

} - Bugre

Porto Alegre 10 de Abril 1816  
 Atanagildo Pinto M.ª  
 M.ª da Escolta

FIGURA 19. - LISTA DA ESCOLTA (Atanagildo Pinto Martins, 1816)

Fonte: AHRS, Autoridades Militares. Correspondência, 1816. Porto Alegre, RS.

que teriam guiado o major Atanagildo Pinto Martins, pelos anos de 1814 a 1819 em explorações que penetraram o território catarinense.<sup>33</sup> Uma leitura mais atenta do texto do padre Chagas LIMA, revela que somente Jongong foi "mandado por prático" da picada para Missões, sem estar incluído Nhecaxó na expedição. Este é citado no texto um pouco antes, em outro assunto.<sup>34</sup>

O índio Antonio José Pahy, que voltou com Atanagildo, é bastante citado pelo padre Chagas e também por Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo e Arthur Martins Franco que escreveram sobre a Conquista e seu comandante, do qual descendiam. Pahy muito auxiliou o padre Francisco das Chagas Lima e o tenente Antonio da Rocha Loures, depois de ter sido contemplado por Diogo Pinto, com a designação de "Capitão dos Índios". Foi batizado com o nome de Antonio José de Azevedo Pahy e sua mulher, de Rita de Oliveira, em homenagem ao tenente-coronel comandante e sua esposa Rita Ferreira de Oliveira Bueno, padrinhos de batismo do casal. Essa índia foi ama de leite de Francisco, nascido em Atalaia a 2 de abril de 1814, filho do comandante Diogo Pinto e de sua esposa.<sup>35</sup> Antonio José Pahy morreu em 1819, quando tentava caçar outros índios bárbaros, na ausência do padre Chagas e do comandante Diogo, que na ocasião se achavam em São Paulo.<sup>36</sup>

A lista da Ordenança de Castro, de 1817, registra a ausência de Atanagildo Pinto Martins, "ausente para algumas milhas",

<sup>33</sup> EHLKE, Cyro. A conquista do planalto catarinense. Rio de Janeiro, Edit. Laudes S.A., UDESC, s.d., p.110.

<sup>34</sup> LIMA, Estado atual, p. 233-268.

<sup>35</sup> MACEDO, Conquista pacífica, p.154-7.

<sup>36</sup> LIMA, Francisco das Chagas, padre. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava (1809 a 1827). In: RIHGEP, 32:12-28, 1977, p.17-19.

com seu enteado Joaquim.<sup>37</sup> Dessa data em diante, não foi possível saber do seu paradeiro, nem nas listas da Ordenança. Não foram achadas as de 1818 e 1819 e na de 1820 o alferes Atanagildo não se encontra mais em Castro, nem sua família.

Numa ata da vereança da Câmara de Curitiba, em 1824 consta a sua assinatura já como sargento-mor<sup>38</sup> e no Livro de Registro da Câmara de Castro, a 14 de dezembro de 1826, os camaristas informam que é sargento-mor reformado, "morador em Missoins".<sup>39</sup> De 1824 em diante está estabelecido no Planalto Médio do Rio Grande do Sul com seus irmãos Rodrigo Felix Martins e Francisco de Paula Pinto, que vieram acompanhados de suas famílias, da vila paranaense de Castro. Eles tiveram importante atuação na formação das primeiras comunidades dessa região serrana, como também numerosa descendência.<sup>40</sup>

### 3. A Nova Estrada das Missões

Na sua obra sobre as Missões Orientais, quando tratou da região serrana do Rio Grande do Sul, ao referir-se a Nonoai, Hemetério da SILVEIRA escreveu que em 1845, após a pacificação dos Farrapos, o governador (SIC) da Província de São Paulo, general Manoel de Afonso Lima e Silva (SIC) "... mandou chamar o capitão Rocha Loures, mas este, velho e alquebrado recusou imiscuir-se mais nos cometimentos da catequese e de novos aldeamentos ..." enviando ao presidente seus dois filhos, Francisco Ferreira da Rocha Loures e João Cipriano da Rocha Loures.<sup>41</sup>

<sup>37</sup> LO, Castro, 1817.

<sup>38</sup> BAMC, v.24, p.64.

<sup>39</sup> CÂMARA Municipal de Castro, Livro de Registros, de ordens, leis, provisões e ofícios. In: FRANCO, Diogo Pinto, p.222.

<sup>40</sup> ESSAS famílias estão descritas na última parte deste Capítulo.

<sup>41</sup> SILVEIRA, As Missões Orientais, p. 340-1.

J.J. Pinto BANDEIRA na sua **Notícia** de 1851, relata que em

fins de 1845 ou princípios de 1846 o Exm. presidente da província o Sr. Manoel da Fonseca Lima, tentou de novo aquela exploração feita em curto tempo pelo major Atanagildo Pinto Martins às Missões Brasileiras, afim de abrir uma nova comunicação com a província de S. Pedro do Sul, na esperança de a tornar mais fácil e breve; e o acaso permitiu que cometesse este negócio ao alferes Francisco Ferreira Rocha Loires, morador em Guarapuava, homem de prestimo e capaz, que o desempenhou maravilhosamente com muito pouca despesa, andando sempre exposto nos maiores perigos, por ter de passar pelos campos de Nonohay, n'aquella província de São Pedro, até então desconhecidos e exclusivamente habitados por diversas hordas de selvagens, desde tempo imemorial ali concentrados, e de onde dirigiam suas correrias a diversos pontos do caminho geral da mata, atacando, matando e roubando aos negociantes, cujo número de vítimas chegou a algumas centenas, sem que os governos todos empenhados na cessação destes desastres pudessem obstá-los.

Era o Sr. Rocha Loires o homem mais próprio para esta empresa; porquanto habitando na sua infância em Guarapuava, em companhia de seu pai o capitão Antonio da Rocha Loires, efetivo comandante daquelle presidio, teve ali conhecimento com o Indio Condã, também menino, que depois retraindo-se aos bosques se tornou formidável e temido entre os seus; e aquella amizade de infância fez com que o indio se offerecesse a acompanhá-lo na exploração, cujo perigo ele previa e a segurança do Indio lhe fazia desprezar: aã se reconheceu o império que o Indio exercia sobre os mais chefes, que apresentando-se em attitude hostile nos campos do Nonohay, sua voz a bem de seu amigo, foi bastante para os desarmar, e franquearam-lhe a passagem; a isto e a um pouco de conhecimento que tem o Sr. Rocha da lingua dos Índios, se

deve o estarem hoje esses selvagens menos ferozes e mais socegados; menor parte não teve neste negócio o Exmo. Sr. Conde de Caxias, então presidente da província do Rio Grande, que apenas ouviu a relação do Sr. Rocha, não poupou meios nem fadigas afim de aproveitar o ensejo, que se lhe apresentava, de mandar por ele mesmo distribuir pelos Indios, roupa e ferramenta própria a seus usos, além de outras muitas e acertadas providências, de sorte que hoje se acham acompanhados, e entregues à direção de dois Missionarios; e por isso tem cessado aqueles horrorosos fatos, tão frequentes que enchiam de terror aos comerciantes de animais.<sup>42</sup>

Em um relatório redigido em Guarapuava, datado de 8 de agosto de 1855, Francisco da Rocha Loures, filho de Antonio da Rocha Loures, então diretor geral dos índios da Província do Paraná, em resposta a officio do presidente dessa Província, descreve como se deu o importante acontecimento:

*Na Província do Rio Grande do Sul, a Nação Coroada que ali há, horrorisava a humanidade, com suas hostilidades, principalmente nos viandantes, que faziam o comércio de Bestas, como a V. Ex.<sup>a</sup> não será estranho. Em 1844, fui encarregado; pelo Governo de São Paulo de abrir a comunicação que existe por este lugar com aquela Província. Com esta picada fui saber felizmente nos Campos do Nonoay já naquela Província, lugar onde aqueles índios faziam a sua maior residência. Ali, depois, de algumas tentativas de quererem me surpreender, apresentaram-se-me com todas as provas de desagrado por essa invasão, mas eu conhecedor de seus costumes, pude varar por entre eles, sem lhes fazer mal algum, a seguir o meu destino. Não querendo eu desprezar uma ocasião*

<sup>42</sup> BANDEIRA, Notícia, p. 393-4.

tão favorável que o acaso me proporcionava de poder ser útil à sociedade, e a humanidade, fui imediatamente à Porto Alegre com o fim de fazer chegar ao conhecimento do Governo este fato, e oferecer-lhe os meus ofícios, que na ocasião podia prestar. O Ex<sup>mo</sup>. Marques de Caxias, então Presidente da Província, recebeu-me com toda a afabilidade, assim como muitas pessoas gradadas daquela cidade, e tomando este negócio na devida consideração, deu todos os auxílios de que então precisava (...) com este auxílio insetamos nossa marcha, trazendo alguns cargueiros de ferramentas e roupas dos muitos, que o Ex<sup>mo</sup>. Presidente tinha mandado por no Passo-Fundo, para ser distribuído por aqueles Índios. Chegando nós em suas moradias os achamos todos ocultos observando nossa passagem, a fim de no passo do rio Goio-En atacarem-nos. Nunca passei em minha vida trancos maiores de que nessa ocasião, na dificuldade que tive de os tornar a chamar para congratular-me com eles pelos auxílios, que pela primeira vez iam receber do nosso Governo (...). e com nossa constância tudo vencemos tornando-se a ter-se relações com eles e daí viemos sem mais perigo ficando muito amigos, mormente pelas ferramentas e roupas que lhes distribuimos.<sup>43</sup>

Fora finalmente realizada a entrada no território das Missões pelo passo do Goio-En, no rio Uruguai, em 1845, pelo alferes Francisco da Rocha Loures, a mando do presidente da Província de São Paulo, o general Manoel da Fonseca Lima e Silva. Atanagildo Pinto Martins em 1816 não conseguira atingir esse passo, porque fôra desviado por seu guia, o índio Jongong. Mas o alferes Francisco guiado pelo índio Condã, seu amigo de infância,

<sup>43</sup> RELATÓRIO. Francisco da Rocha Loures ao presidente da Província do Paraná, Vila de Guarapuava, 8 de agosto de 1855. Boletim do Arquivo Público do Paraná, 11:48-52, 1982, p.51-2.

concretizou a abertura do novo caminho das Missões, que o levou até os campos de Nonoai, no Rio Grande do Sul. Continuando seu relato, Rocha Loures informa que seu regresso para Palmas foi efetivado com vinte camaradas, apesar do presidente da Província do Rio Grande do Sul, Luiz Alves de Lima e Silva, ter posto à sua disposição uma força de cinquenta soldados, comandados por dois oficiais. João Cipriano da Rocha Loures, irmão de Francisco, foi nomeado pelo mesmo presidente, diretor do aldeamento que foi então fundado em Nonoai.

Em 1846 os fazendeiros que haviam se estabelecido nos Campos de Palmas, organizaram às suas expensas uma nova expedição exploradora. Saindo mais ao sul de Palmas abriram uma vereda melhor e mais curta, rumo ao rio Iguaçu. Nesse rio encontraram o vau donde partira em 1842 Pedro de Siqueira Cortes na sua exploração até a freguesia de Palmeira, ao qual denominaram Porto da União. Esse passo permitia a passagem a vau de animais com carga e também servia de porto de embarque para cargas que subiam rio acima. Na estrada que ia de Palmas até o Porto da União, a Assembléia Provincial dispendeu sempre suprimentos constantes. Sob a supervisão de Domingos Inácio de Araújo, ela passou a dar trânsito para o comércio de tropas de muares.<sup>44</sup> Atravessando o rio Iguaçu nesse porto, as tropas se dirigiam até a freguesia de Palmeira, desviando Guarapuava, continuando depois rumo a Sorocabá.

Ao tempo da instalação da Província do Paraná, ocorrida em 19 de dezembro de 1853, os muares que provinham das regiões cria-

<sup>44</sup> BANDEIRA, Notícia, p. 393.

doras da Argentina, entravam em território brasileiro atravessando o rio Uruguai, pelos passos de São Borja e Santa Maria, invernando em Passo Fundo ou Cruz Alta. Seguindo pelo novo caminho das Missões, transpunham o passo do Goio-En, rumo aos Campos Gerais do Paraná. Aí descansavam e no ano seguinte deslocavam-se para a feira de Sorocaba, percorrendo um total de duzentas léguas ou mil e duzentos quilômetros.<sup>45</sup>

Em 1856 o Relatório do vice-presidente da Província do Paraná informa que o caminho de Guarapuava ao rio Iguaçu, medindo dezessete léguas, é geralmente bom, com poucas excessões, sendo péssimo na restinga da margem direita do Iguaçu. O rio Jordão é atravessado em balsa particular; o Pinhão, a vau e o Iguaçu em canoas, passando os animais a nado. Do rio Iguaçu ao passo do Goio-En, no rio Uruguai, há um trajeto de trinta léguas, geralmente mau, por causa dos rios, nos quais se procura melhores passos para que se possa construir a estrada.<sup>46</sup>

Em 1857 Francisco Rocha Loures dirigia os trabalhos das estradas de Guarapuava às Missões, à Palmas e ao Goio-En. Em 1855 fôra nomeado diretor geral dos índios do Paraná, por decreto imperial, cargo que lhe deu as honras de brigadeiro.<sup>47</sup>

A notícia do comissário Manoel Duarte Borja do VALE, escrita da vila de Guarapuava, a 19 de outubro de 1861, descreve as potencialidades econômicas da Comarca de Guarapuava e a importância de comunicações fluviais e terrestres, alertando para os interesses dos "corrientinos" nos hervaís e nas madeiras dessa região. Historiando os empreendimentos do governo português, do tempo do marquês de Pombal até a Real Expedição co-

<sup>45</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba, Ed. IHGEP, Edit. Litero-técnica, 1985, p.33.

<sup>46</sup> DEAP. Relatório de Henrique Beaurepaire Rohan-1856. DRPD, rolo 601-A microfilme.

<sup>47</sup> NEGRÃO, Francisco. Genealogia paranaense. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1926-1950, v.1, p.468.

mandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, ele pondera e informa que

*Esta expedição, confiada ao Comando do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal e a dois missionários, um dos quais o venerável Pe. Francisco das Chagas Lima, foi que descobriu a 17 de junho de 1810, os Campos de Guarapuava. Empenhara-se logo na catequese e civilização dos Índios Votorões, Dorins e Xecrens que povoavam estes campos, concorrendo muito para isso a atividade e a dedicação do capitão Antonio da Rocha Loures, mais tarde comandante da expedição. E tal progresso fizeram que em 1820 lançavam fundamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Belém, em execução do Alvará de 12 de novembro de 1818. A contar daquela época (1820) já lá se vão 40 anos e durante este tão longo tempo o único melhoramento que se fez foi o da abertura de uma picada que comunicasse a Comarca de Guarapuava com a de Missões do Rio Grande do Sul em 1845, sendo incumbido deste trabalho o Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures. Esta época de indiferentismo a tantas riquezas está passando; o ano de 1861 marcará uma época memorável para a Comarca de Guarapuava, sendo o mais firme garante d'esta íntima convicção a Administração do atual Presidente Ex<sup>mo</sup>. Senhor Dr. Antonio Gomes Nogueira Barbosa que não tem poupado esforços e despesas em promover os seus melhoramentos; a autorização para a abertura da estrada do Goyo-en e o Aviso do Ministério dos negócios da agricultura, comércio de 8 de junho do corrente ano que mandou medir terras no Uruguai, a fim de serem<sup>48</sup> postas à venda, provam exuberantemente o que digo.*

O presidente da Província do Paraná, André de Pádua Fleury, no seu relatório de 1866, considera a preferência que era

<sup>48</sup> VALLE, Manoel Duarte Bogia do. Notícias ao inspetor do Tesouro da Fazenda, Guarapuava, 19 de outubro de 1861. In: BIHGEP, 40:121-133, 1983, p.128.

dada no comércio de mulas, pela estrada que ia da Ponta-Grossa até o Goio-En, passando por Guarapuava. O desvio que se fazia por Palmeira, alcançando o Porto da União e rumando para o sul pelos campos da freguesia (de Palmas) e por Palmas de Baixo (hoje Clevelândia), apresentava o inconveniente da travessia obrigatória de densas matas, o que dificultava o percurso, calculado em trinta léguas. Fez-se a abertura de uma picada do distrito do Príncipe (Lapa) à freguesia de Palmas, para evitar essas matas. Também são realizadas tentativas de se estabelecer uma comunicação com Corrientes, centro criador argentino, que partiria do Campo Erê, sendo entregue a sua execução a Manoel Marcondes de Sá.<sup>49</sup> Essa estrada evitaria a entrada dos animais do comércio de tropas pelo Rio Grande do Sul, as duas travessias do caudaloso Uruguai e a necessária invernação em Cruz Alta ou Passo Fundo. O projeto foi adiado pelas dificuldades surgidas com a guerra do Paraguai e, posteriormente, com a questão das Missões.

No seu relatório, datado de 5 de novembro de 1866, o presidente da Província do Paraná, Agostinho Ermelino de Leão, refere-se à nova estrada das Missões, que parte do Goio-En e passa por Guarapuava, como a "mais rendosa estrada" da Província, devido ao trânsito das bestas para a feira de Sorocaba.<sup>50</sup>

Ainda em 1868 o brigadeiro Francisco da Rocha Loures recebe reclamações dos tropeiros, por causa do mau estado da estrada. É ele que dá as informações sobre as estradas, que estão contidas nesses relatórios provinciais.<sup>51</sup>

<sup>49</sup>  
DEAP. Relatório de André de Padua Fleury, 1866. DRPD, rolo 601-C, microfilme. Ver Figura 20.

<sup>50</sup>  
DEAP. Relatório de Agostinho Ermelino de Leão, 1866. DRPD, rolo 601-C, microfilme.

<sup>51</sup>  
DEAP. Relatório de J.F. Horta de Araújo, 1868. DRPD, rolo 601-D, microfilme.

# PARTE DA CARTA CHOROGRAPHICA DA PROVINCIA DO PARANÁ.

Organisada no Archivo Militar pelo T<sup>te</sup> C<sup>el</sup> Antonio P. de F. Mendes Antas.

vista dos trabalhos existentes no mesmo Archivo em 1866, e reduzida d' metade da sua escala em 1882.

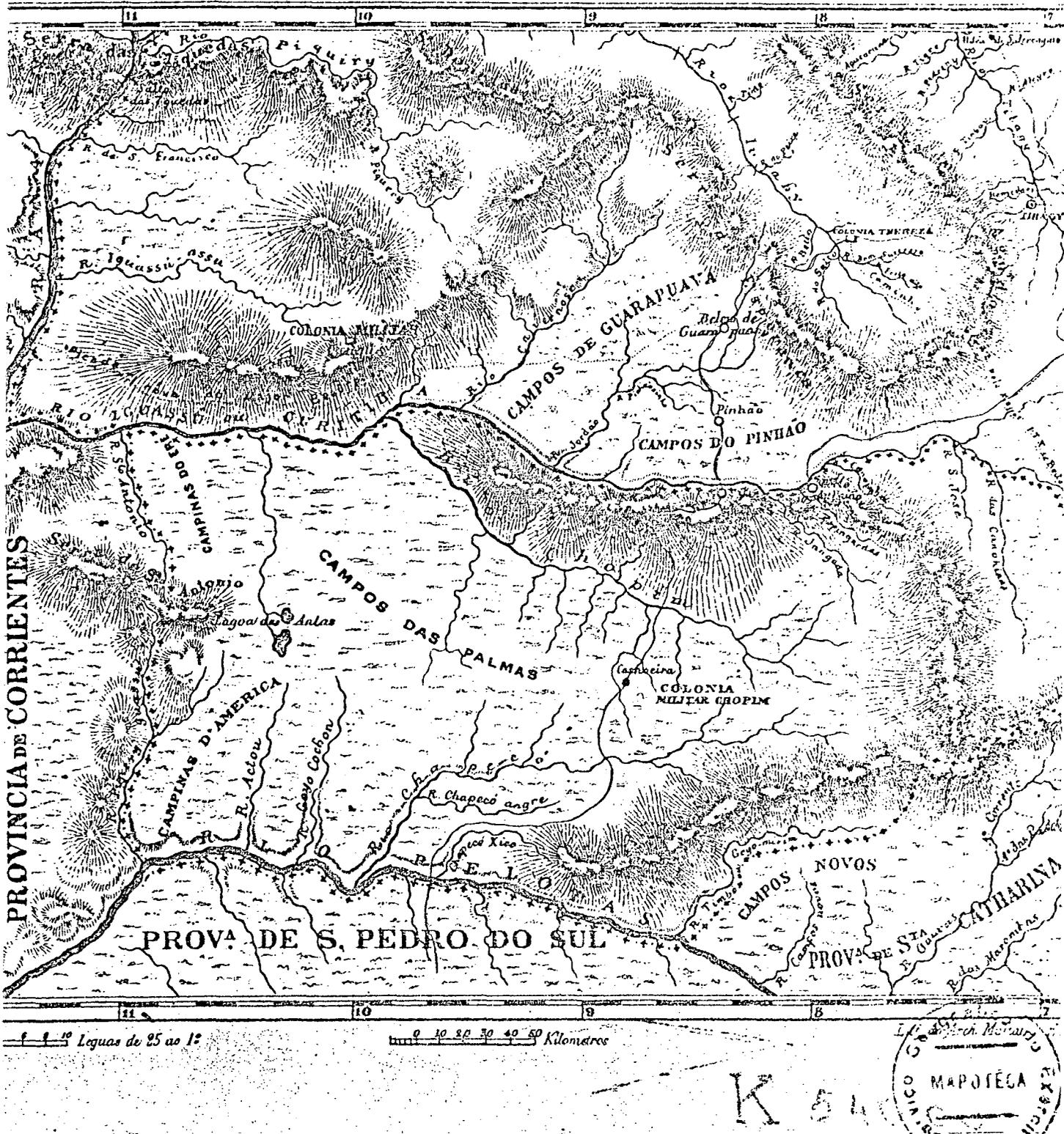


FIGURA 20 - CARTA COROGRÁFICA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

(Antônio P. de F. Mendes Anta - 1866/1882)

Fonte: TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Toiro passante; II tempo de província. Curitiba, Lítero-técnica, Ed. IHGEP, 1986, p.261.

Francisco da Rocha Loures faleceu em janeiro de 1871. Incansável sertanista, "curitibano" descendente de Mateus Leme e de Baltasar Carrasco dos Reis, povoadores de Curitiba no século XVII, desbravou os sertões paranaenses em todas as direções, no profícuo trabalho de abrir caminhos. Partindo de Guarapuava, esses caminhos uniram os três planaltos paranaenses e também as províncias de São Paulo, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os contemporâneos de Francisco Rocha Loures e seus descendentes, percorreram esses caminhos, povoando as regiões que desbravaram, estabelecendo extensas fazendas e depois suas invernadas, transmitindo a cada novo núcleo familiar que constituíam, a herança cultural curitibana.

É preciso salientar que, paralelamente às lutas que aconteceram entre as populações brancas e os índios naturais dos territórios abordados, há uma história de cooperação, que já foi observada por Ruy WACHOWICS quando salienta o desempenho desses índios auxiliando os sertanistas paranaenses no desbravamento dos sertões e na abertura e construção de estradas e até como componentes de destacamentos militares, quando garantiam a segurança dos povoadores, defendendo-os do ataque de tribus inimigas.<sup>52</sup> Sólida amizade uniu alguns chefes indígenas aos comandantes das expedições exploradoras, principalmente aqueles que cresceram juntos nos acampamentos de Guarapuava, como Francisco da Rocha Loures e o cacique Condã. A Antonio Pahy, Jongong, Condã e Viri deve-se a ocupação dos campos de Guarapuava e Palmas e a abertura das estradas para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no século XIX.

<sup>52</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. O papel dos índios na ocupação do sudoeste paranaense. In: BIHGEP, 40:53-72, 1983, p.70-1.

No relatório de Francisco da Rocha Loures, do qual já foi transcrita uma parte, ela aborda a questão dos índios, realçando a necessidade dos governos de promoverem a sua educação e atendimento; ele expõe várias sugestões para que venham a viver pacificamente, integrados na sociedade, concluindo:

*quanto à catequese, eu sempre a julguei como uma das primeiras cousas de que o Governo Imperial se devia ocupar; empregando neste ramo de serviço ao menos metade dos dinheiros destinados à Colonização Estrangeiros; pois quanto a mim parece-me, que se não devia ir buscar gente em outros países para felicitar-se, quando na nossa terra temos tanta; que mesmo por dever devíamos já a muito ter cuidado de sua felicidade, e ter assim aproveitado o Estado tantos braços, até aqui inúteis, quando aliás tem tanta necessidade deles.<sup>53</sup>*

Assim se constituíram as comunidades campeiras tradicionais dos planaltos do Brasil Meridional, até meados do século XIX, cujos fortes laços de parentesco se perpetuam até os dias atuais, garantindo a transmissão de muitos traços culturais semelhantes.

#### 4. Povoadores do Planalto Médio do Rio Grande do Sul (1.<sup>a</sup> metade do século XIX)

A área do Planalto Médio do Rio Grande do Sul na sua fitogeografia é semelhante às áreas onde se estabeleceram as primeiras comunidades campeiras dos planaltos paranaenses, nos séculos XVII, XVIII e XIX. O Planalto Médio apresenta, entre ou-

<sup>53</sup>RELATÓRIO. Francisco da Rocha Loures ao presidente da Província do Paraná, Vila de Guarapuava, 8 de agosto de 1855. Boletim do Arquivo Público do Paraná, 11: 48-52, 1982, p. 50-51.

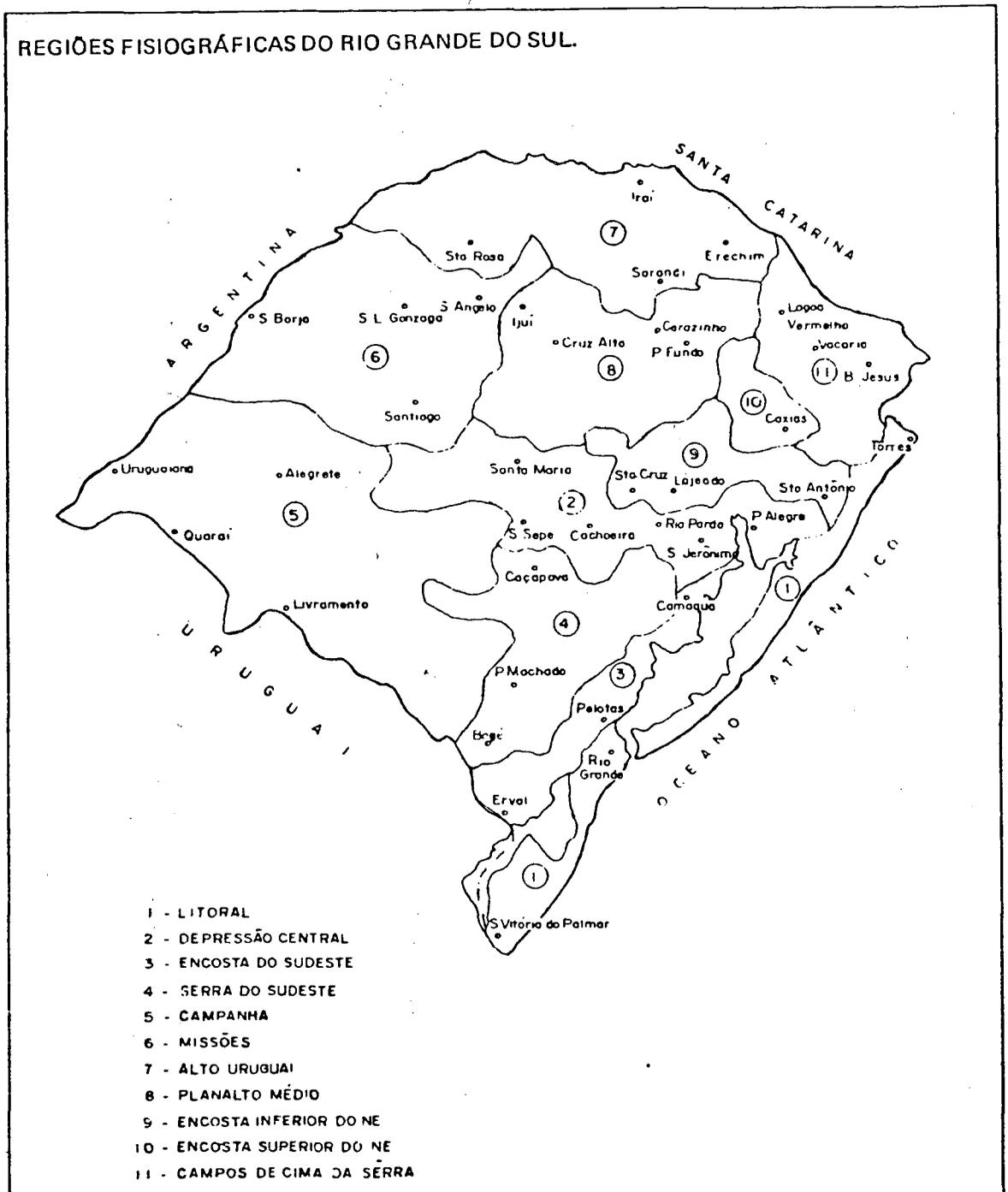


FIGURA 21 - REGIÕES FISIAGRÁFICAS DO RIO GRANDE DO SUL

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Florestas nativas do Rio Grande do Sul. Brasília, IBDF/ UFSM, 1983, p.43.

tros, os municípios de Cruz Alta, Passo Fundo, Carasinho, Soledade e Santa Bárbara. Localizam-se ao norte, no Alto-Uruguai, os municípios de Nonoai, Sarandi e Palmeira das Missões; a leste, Lagoa Vermelha e Vacaria e a oeste, a região das Missões.<sup>54</sup>

Pela antiga Estrada das Missões, teriam passado Atanagildo do Pinto Martins e sua numerosa parentela quando se estabeleceram no Planalto Médio, assim como os demais paranaenses citados entre os seus primeiros povoadores, genericamente chamados de "paulistas". O tropeiro paranaense que palmilhava as estradas que o levavam às Missões, era chamado de "biriva", pelo "gaúcho do campo". Era o "mateiro", habituado a varar os sertões, denominação essa que mais tarde passou a designar o "gaúcho serrano" em geral.<sup>55</sup>

Nas atas das Câmaras das primeiras vilas do Planalto Médio e das regiões limítrofes, ficaram registradas as assinaturas de vários paranaenses que pertenceram à sua governança. Cruz Alta, sua célula fundamental de povoamento, promoveu a 4 de agosto de 1834 sua primeira eleição municipal, quando Passo Fundo passou a constituir a sede do seu 4º distrito. Das vereanças registradas no seu 1º livro de atas (1834-1844) constam, entre outros, José Vidal do Pilar, Fidelis Militão de Moura, José Manoel Lucas Anes, Atanagildo Pinto Martins, José Antonio de Quadros e Cândido Xavier de Barros.<sup>56</sup>

<sup>54</sup> IBDF. Florestas nativas do Rio Grande do Sul. Brasília, Ed. do IBDF/UFMS, 1983, p. 43. Ver Figura 21.

<sup>55</sup> ALMEIDA, Aluísio de. Vida e morte do tropeiro, São Paulo Livraria Martins Editora, 1971, p.122; FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Tropeiros de mula. Passo Fundo, Gráfica Diário da Manhã, s.d. p.39, 50, 105.

<sup>56</sup> GEHM, Delma Rosendo. Passo Fundo através do tempo. Passo Fundo, Ed. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, v.3., p.47; Livro de atas da Câmara Municipal de Cruz Alta (1834 a 1846). In: AHRM, Autoridades municipais, M 23, 1.115.

José Vidal do Pilar é neto de Henrique Ferreira de Barros, do qual descendem também João José de Barros, um dos mais antigos tropeiros da região de Cruz Alta e seu sobrinho Cândido Xavier de Barros, todos nascidos em Curitiba.<sup>57</sup> Fidelis Militão de Moura e a mulher de José Manoel Lucas Anes, descendem de João Pereira Braga, morador em Campo Largo desde 1710, com a maioria dos seus descendentes naturais da Lapa, ambas localidades paranaenses.<sup>58</sup> Atanagildo Pinto Martins, nascido em Castro (PR), oficializou em 1816 a antiga Estrada das Missões e por esta alcançou a região serrana do Rio Grande do Sul, para onde foram mais tarde seus irmãos Rodrigo Felix Martins e Francisco de Paula Pinto e muitos parentes, entre eles José Antonio de Quadros, cunhado de Rodrigo. Francisco de Paula Pinto é o pai do brigadeiro Atanagildo Pinto Martins, que se destacou em Palmeira das Missões.<sup>59</sup>

Rodrigo Felix Martins, Bernardo Castanho da Rocha, Teodoro da Rocha Ribeiro, Manoel José das Neves e Joaquim Fagundes dos Reis, todos nascidos em antigas vilas do Paraná, participaram da fundação da vila de Passo Fundo, estabelecendo-se com suas famílias nessa região. Joaquim Fagundes dos Reis nasceu em Curitiba e Bernardo Castanho da Rocha, descendente do capitão-mor de Paranaguá, João Rodrigues de França, é natural de Castro. Os Quadros, que povoaram o Planalto Médio nessa época, eram irmãos ou parentes de Luzia Maria de Quadros, mulher de Rodrigo Felix Martins. Eram naturais de Castro e descendiam dos Taques e dos Quadros de Castro e de Baltasar Carrasco dos

<sup>57</sup> DOMINGUES, Moacyr. Antigas famílias cruz-altenses. Diário Serrano. Cruz Alta, 18 e 21 de novembro de 1971; PMSL, Curitiba, Casamentos, liv. 2, fl.83; LO, Curitiba, 1766.

<sup>58</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.4, p.557; Arquivo particular de Moacyr DOMINGUES, Porto Alegre.

<sup>59</sup> VER neste Capítulo, Família Pinto Martins, p.271-284.

Reis, um dos fundadores de Curitiba.<sup>60</sup> Manoel José das Neves, nascido em São José dos Pinhais, então distrito de Curitiba, é considerado fundador de Passo Fundo.<sup>61</sup> Teodoro da Rocha Ribeiro, nascido em Castro, destacou-se em Passo Fundo como comandante da Guarda Nacional, na Revolução Farroupilha. Era genro de Francisco José Dias de Almeida, assim como Antonio Novais Coutinho, que construiu a capela de Santo Antonio, de Palmeira das Missões, todos antigos moradores de Castro, onde haviam constituído família, passando a residir depois na região serrana do Rio Grande do Sul.<sup>62</sup>

Além de Fidelis Militão de Moura e dos filhos de José Manoel Lucas Anes, descendiam de João Pereira Braga e de sua mulher Josefa Gonçalves da Silva (Lapa, PR): Fernando e Frederico Westphalen, José dos Santos Pacheco Lima, Serafim de Moura Reis, (filho de Fidelis Militão de Moura), Serafim Ferreira de Oliveira e Silva e os Pereira de Rezende, Lacerda, Pacheco da Silva, Santos Lima<sup>63</sup> e tantos outros que se radicaram no Planalto Médio do Rio Grande do Sul. Também os Sutil, Padilha, Xavier de Castro, Oliveira, Pais, Rocha Loures, Dias Batista, Carneiro Lobo, Ferreira Prestes, Martins França, são descendentes de famílias paranaenses. A maioria deles descendem daqueles que emigraram nos séculos XVII e XVIII para o Paraná da então Capitania de São Paulo, originários das famílias constituídas nas primeiras vilas paulistas de São Vicente e São Paulo de Piratininga, vindas de Portugal, nos séculos XVI e XVII.

#### Família Pinto Martins

Por volta de 1824 estavam radicados no Planalto Médio do Rio Grande do Sul três filhos do capitão-mor de Curitiba, Rodrigo Felix Martins, residente nos Campos Gerais de Curitiba, no termo da vila de Castro. Eram eles Atanagildo Pinto Martins, Rodrigo Felix Martins e Francisco de Paula Pinto, troncos de numerosas famílias daquela região serrana gaúcha.

O capitão-mor Rodrigo Felix Martins era português e ca-

<sup>60</sup> VER neste Capítulo p. 284-292.

<sup>61</sup> GEHM, Passo Fundo, p.45-7.

<sup>62</sup> VER neste Capítulo, p.293-8.

<sup>63</sup> NEGRÃO, Genealogia, Título Pereira Braga, v.4, p.397-558.

sou com Ana Maria de Jesus, cujos pais, moradores da freguesia de São José, da vila de Curitiba, tinham origens em Minas Gerais.

O alferes Atanagildo Pinto Martins (depois sargento-mor) explorou essa região em 1816 e esta data passou a constituir um marco para o povoamento do Planalto Médio do Rio Grande do Sul.

### Atanagildo Pinto Martins

Nasceu em Castro (freguesia do Iapó) e foi batizado a 5 de dezembro de 1772, pelo vigário frei José de Santa Tereza de Jesus. Consta também que foi batizado na capela de Santa Bárbara do Pitangui a 25 de dezembro do mesmo ano.<sup>64</sup>

Em 1777 o capitão-mor Rodrigo Felix Martins foi cadastrado na lista da Ordenança da vila de Curitiba, residente nesta vila, com sua mulher Ana Maria de Jesus e seus filhos Atanagildo, com 4 anos e Lúcio, com 1 ano de idade. O capitão-mor possuía vinte e quatro escravos, o que revelava ser um homem de posses.

Por ocasião da morte de seu pai, em 1799, Atanagildo consta do seu inventário como casado, com 27 anos e ausente da vila de Castro.<sup>65</sup> A lista das ordenanças da vila de Castro de 1801, registra Atanagildo Pinto Miz, soldado nobre do Regimento de Reais Curitibanos, natural dessa vila, com 29 anos, que vive de criar animais. Está casado com Ana Joaquina, natural de Minas Gerais, de 26 anos e constam como seus filhos: Joaquim ( nascido em Lages, com 6 anos ), José (Lages, 4 anos), Antonio (Castro, 3 anos), Emídio (Castro, 5 meses), Maria (Lages, 11 anos)

<sup>64</sup>PNSS, Castro, Batizados, folhas soltas (enfólios), fl. 30; Arquivo particular de Moacyr Domingues, Porto Alegre, que cita o Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba (Batizados, liv. 5, fl.163).

<sup>65</sup>CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1799.

e Felicidade (Castro, com 1 ano de idade). Por esta lista concluimos que deveria estar casado há quatro anos, já que os filhos nascidos em Lages pertencem ao primeiro casamento de sua mulher Ana Joaquina. Esta vem citada na lista ou "relação dos povos da nova povoação da vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages" de 1777, com 4 anos de idade, filha de Antonio Ribeiro de Oliveira e Ana Maria do Amaral, sendo esta aparentada com Bento do Amaral Gurgel, que será capitão-mor dessa vila. Nas seguintes listas consultadas a partir de 1789, o casal não reside mais em Lages.<sup>66</sup> No testamento de Atanagildo Pinto Martins, aberto por ocasião da sua morte, em 1851, ele declara ter sido sua mulher Ana Joaquina do Amaral casada anteriormente com João Bonifácio Antunes, da vila de Taubaté<sup>67</sup>. Não foram encontrados os registros dos dois casamentos de Ana Joaquina nem o local onde se realizaram. O nascimento dos seus filhos, havidos com Atanagildo, encontram-se registrados nos livros de batismos da paróquia Sant'Ana de Castro.

Na lista de Ordenança da vila de Castro, de 1811 e 1812, Atanagildo Pinto Martins é administrador da fazenda Pitanguí, de S.A.R. (sua Alteza Real). Em 1816, com 43 anos é alferes miliciano da 3ª Companhia da vila de Castro (Ponta Grossa), vive de criar e tem quatro escravos. Ana Joaquina está com 39 anos e seus filhos são: Joaquim, de 20 anos, soldado miliciano da 3ª Companhia, José, de 18 anos, Antonio, de 12 anos, Maria, de 26 anos, Felicidade, de 15 anos, Marinha, de 13 anos, Carlota, de 11 anos e Ana de 5 anos. Ele possui quatro escravos. O último

<sup>66</sup> FERREIRA, Tito Lívio. O governo do morgado de Mateus e os censos das ordenanças da Capitania de São Paulo. Anais do Museu Paulista, São Paulo, 14:383-451, 1950, p.401-416. Ver Antonio Ribeiro de Oliveira, Capítulo V, Povoadores.

<sup>67</sup> APRS, Inventários, Cível e Crime, Cruz Alta, 1851. (N9, M1, E62).

registro sobre Atanagildo e sua família em Castro, está na lista de 1817 (as listas de 1818 e 1819 não foram encontradas) onde consta a presença de Ana Joaquina e os filhos, com duas anotações: Atanagildo e seu enteado Joaquim estão "ausentes para algumas milhas" e Maria (Eulália) casou com Francisco de Paula, este irmão de Atanagildo.<sup>68</sup> Realmente, esse casamento foi registrado a 6 de julho de 1817, na paróquia de Sant'Ana.<sup>69</sup> A esse tempo, Atanagildo teria voltado das Missões, para onde comandou uma expedição em 1816. Saindo de Guarapuava, alcançou as Missões por novos caminhos, atravessando a região de Campos Novos. Este feito é tratado neste trabalho, como "a abertura da vereda das Missões".

A última notícia sobre Atanagildo atuando em solo paranaense, encontramos na ata de 9 de maio de 1824, da Câmara da vila de Curitiba, a qual ele assinou, já como sargento-mor.<sup>70</sup> Em 1826 os camaristas da vila de Castro atestam que Atanagildo está estabelecido "nas Missoins", como sargento-mor reformado.<sup>71</sup>

Atanagildo Pinto Martins fixou residência no atual município de Santa Bárbara, no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, na fazenda Santa Bárbara, na margem direita do rio Jacuí-Mirim, de onde seguem as propriedades dos Martins até Palmeira das Missões.<sup>72</sup> Sua fazenda era fronteira com a do seu irmão, o alferes Rodrigo Felix Martins, estabelecido então nos campos do atual município de Carazinho.

Atanagildo Pinto Martins serviu à Câmara de Cruz Alta desde a sua fundação. Suas assinaturas como vereador (Miz) iniciam em (...) de agosto de 1834 e terminam a 18 de outubro de 1844,

<sup>68</sup>LO, Castro, 1811, 1812, 1816, 1817.

<sup>69</sup>PNSS, Castro, Casamentos, liv.2, fl. 29.

<sup>70</sup>BAMC, v. 24, p. 64-7.

<sup>71</sup>CÂMARA de Castro, 19 Livro de Registros, 14 de dezembro de 1826, p. 9. In: FRANCO, Diogo Pinto, p. 222.

<sup>72</sup>FONSECA, Pedro Arí Veríssimo da. Formação do gaúcho. Passo Fundo, Diário da Manhã, Graf. Ed., 1982, p. 93.

em períodos alternados.<sup>73</sup>

Moacyr DOMINGUES comenta que Atanagildo Pinto Martins não teve grandes ambições políticas, não obstante o prestígio que possuía. Salieta sua ação durante a Revolução Farroupilha, na batalha de Curitibanos, onde atuou ao lado dos legalistas, apesar de por breve tempo, ter aderido à causa republicana.<sup>74</sup>

Redigiu seu testamento a 22 de outubro de 1842, sendo o seu inventário datado de 1851. Entre seus bens constam a fazenda Santa Bárbara, com moradia, quatro invernadas e demais campos, como também quinze escravos, além de animais.<sup>75</sup>

O inventário de Ana Joaquina do Amaral, sua mulher, data de 1º de março de 1855 e contém detalhada lista de filhos e netos.<sup>76</sup> Sua sequência é a seguinte:

#### Filhos

1. Marinha Esbela do Amaral, solteira, de cinquenta anos de idade.
2. Maria Eulália do Amaral, casada com Francisco de Paula Pinto, ambos falecidos.
3. Joaquim Fortunato do Amaral, casado com Gertrudes Maria de Andrade, ambos falecidos.
4. José Egito do Amaral, falecido, casado com Escolástica Maria da Trindade.
5. Felicidade Maria do Amaral, casada com Francisco Leandro de Quadros, ambos falecidos.
6. Carlota Maria do Amaral, casada com Francisco Leandro de Quadros, ambos falecidos.

<sup>73</sup>AHRS, 1º Livro de atas da Câmara Municipal da vila de Espírito Santo de Cruz Alta. Autoridades Municipais, Cruz Alta, 1834-1847.

<sup>74</sup>DOMINGUES, Moacyr. Antigas famílias cruzaltenses, Diário Serrano, Cruz Alta, 17 de outubro de 1972.

<sup>75</sup>APRS, Inventários, Cível e crime. Cruz Alta, 1851. (N9,M1,E62).

<sup>76</sup>APRS, Inventários, Órfãos e ausentes. Cruz Alta, 1855. (N60,M3,E61)

7. Ana Maria do Amaral, casada com Vitor Antonio Moreira.

#### Netos

##### 1. Filhos de Maria Eulália.

1.1 Atanagildo Pinto Martins, solteiro, com 35 anos.

1.2 Antonio Mateus Pinto (ou Martins), solteiro, com 34 anos.

1.3 Maria Benedita, casada com Francisco Leandro.

1.4 Bárbara, casada com Joaquim Antonio Ribeiro.

1.5 Ana Perpétua, solteira, com 25 anos.

1.6 Maria Rufina, casada com Francisco de Paula.

1.7 Reza Sebastian Pinto, solteiro, com 21 anos.

##### 2. Filhos de Joaquim Fortunato

2.1 Rosália Fortunata do Amaral, casada com David Antonio de Sousa.

2.2 Daria Fortunato do Amaral, casada com Daniel Antonio Nunes.

2.3 Joaquim Antonio Ribeiro, casado com Bárbara Maria do Amaral.

2.4 Benjamim Constante do Amaral, casado com Maria dos Anjos.

2.5 Fabricio Martins de Quadros, casado.

##### 3. Filhos de José Egito.

3.1 Maria Clara, casada com Antonio José de Sousa.

3.2 Vicente Ferreira, solteiro, com 24 anos.

3.3 Ana Joaquina, solteira, com 18 anos.

3.4 Manoel José, solteiro com 17 anos.

3.5 Angélica, solteira, com 15 anos.

3.6 Veríssimo, solteiro, com 12 anos.

4. Filho de Felicidade Maria.

4.1 Fabrício Luís de Quadros, casado (com Ilíbia Maria de Quadros).

5. Filho de Carlota Maria.

5.1 Honorato Amâncio de Quadros, solteiro, com 25 anos.

Os filhos de Ana Maria do Amaral, casada com Vitor Moreira, ausentes, não são citados no inventário. Para completar a descendência de Ana Joaquina do Amaral, segue o registro da pesquisa de Mozart SOARES, que localizou o inventário de Ana Maria, datado de 1872 (Cruz Alta) no APRS.<sup>77</sup>

6. Filhos de Ana Maria.

6.1 Belizário Moreira do Amaral, solteiro.

6.2 Laurindo Moreira do Amaral, solteiro.

6.3 Ana Antonio, casada com Manoel Antunes da Rocha Coutinho

6.4 Maria Madalena Martins, casada com o coronel Francisco Antonio Martins.

6.5 Julia Moreira do Amaral, casada com Serafim Ferreira de Oliveira e Silva.

Na eleição de 1881 da Câmara de Vereadores de Palmeira das Missões, três netos de Atanagildo Pinto Martins são eleitos: o coronel Atanagildo Pinto Martins, seu neto sociológico, filho do seu irmão Francisco de Paula Pinto e sua enteada Maria Eulália; Fabrício Luiz de Quadros, filho de Felicidade Maria e Laurindo Moreira do Amaral, filho de Ana Maria.<sup>78</sup>

<sup>77</sup>SOARES, Mozart Pereira. Santo Antonio da Palmeira. Porto Alegre, Bels, 1974, p.109.

<sup>78</sup>SOARES, Santo Antonio, 164.

Rodrigo Felix Martins

Nascido em Castro (freguesia do Iapó, Campos Gerais de Curitiba), foi batizado na igreja matriz de Castro a 25 de dezembro de 1782.<sup>79</sup> Quando a freguesia do Iapó foi elevada a vila, em 1789, Rodrigo contava com 7 anos de idade, residente com seus pais e irmãos no bairro de Ponta Grossa, da vila de Castro.<sup>80</sup> No inventário do seu pai, é solteiro, com 16 anos<sup>81</sup> e na lista da Ordenança da vila de Castro de 1801, mora com sua mãe viúva, Ana Maria de Jesus, de 53 anos, que vive de criar e possui quatorze escravos.<sup>82</sup>

No dia 21 de fevereiro de 1803, Rodrigo Felix Martins contrai matrimônio na matriz de Castro e constam do registro desse casamento as seguintes informações:

*... filho do capitão-mor Rodrigo Felix Martins, natural do Reino, sua mulher dona Ana Maria de Jesus, natural de São José: neto paterno de Joam Martins (...) e neto materno de Sebastian Fernandes Pinto, sua mulher Juliana Pinto Ribeiro naturais de Minas: com Luzia Maria de Quadros, filha de Bernardo Pereira de Quadros sua mulher Branca Bueno de Moraes, todos naturais desta vila, neta paterna de Antonio de Quadros, natural de Itú, sua mulher Antonia Pereira, natural de Curitiba, neta materna de José Correa de Moraes, natural de Atibaia, sua mulher Antonia Ribeira, natural de Curitiba, moradores todos desta vila ...*<sup>83</sup>

<sup>79</sup> PNSS, Castro, Batizados, folhas soltas, nome ilegível.

<sup>80</sup> LO, Castro, 1789.

<sup>81</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventário, 1799.

<sup>82</sup> LO, Castro, 1801.

<sup>83</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 2, fl.28.

A lista da Ordenança da vila de Castro de 1808 cadastrou Rodrigo Felix Martins, com 25 anos e sua mulher Luzia Maria, 23 anos e seus filhos Joaquim (5 anos), José (3 anos) e Francisco (7 meses). Em 1814 o alferes Rodrigo Felix Miz (Martins)", vive de seus negócios para o Sul". É significativa essa informação da lista da Ordenança porque revela seu conhecimento da região sul, onde possivelmente tropeirava. Possui dois escravos e um agregado. A lista de 1816 informa que "... está ausente para o Sul com sua mulher e filho Joaquim, escravo Adão e agregado Braz". A lista de 1817 registra Rodrigo viuvo, pois "morreu sua mulher, de 33 anos, branca".<sup>84</sup> O inventário de Luzia Maria registra que ela faleceu no Sul", a 8 de outubro de 1816 e que eles teriam ido para o continente de São Pedro, com todos os bens que possuíam.<sup>85</sup> Esses dois documentos têm em comum que viajaram para o Sul e que Luzia faleceu. Rodrigo volta para Castro e a 8 de janeiro de mil oitocentos e dezoito, contrai matrimônio com Reginalda Bueno de Moraes, irmã de sua primeira esposa.<sup>86</sup>

O inventário de Luzia Maria de Quadros, iniciado em Castro, em 1818, registra os seguintes filhos do casal;

1. Joaquim Roberto, de 11 anos.
2. José, de 10 anos.
3. Ana Claudina, de 7 anos.
4. Francisco, de 6 anos.
5. Francisco, de 4 anos.
6. Rodrigo, de 2 anos.

<sup>84</sup> LO, Castro, 1808, 1814, 1816, 1817.

<sup>85</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1818.

<sup>86</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 3, fl. 33.

A lista de ordenanças da vila de Castro de 1820, arrolou o alferes Rodrigo, com 40 anos, casado com Reginalda, de 30 anos e os filhos Joaquim (14 anos), José (12 anos), Francisco (10 anos), Rodrigo (7 anos), Ana (13 anos), Maria (4 anos) e Maria (2 anos).

Tudo faz crer que não se dedicava à política, pois poucas citações encontramos no livro de atas da Câmara de Castro. A vereança de 23 de fevereiro de 1823 traz sua assinatura, juntamente com a dos seus irmãos Bento José Labre, Alvaro Martins e Lucio Álvares Martins Gavião.<sup>87</sup> É o último documento da sua permanência em Castro.

Solon Macedonia SOARES escreveu que o alferes Rodrigo Felix Martins, o "patriarca da região de Passo Fundo" instalou a primeira fazenda de criação nas proximidades da estação Pinheiro Mercado, na recosta do Jacuisinho.<sup>88</sup> Veríssimo da FONSECA relata que a estância São Benedito, do alferes Rodrigo Felix Martins ficava totalmente cercada pelas estâncias dos seus filhos e genros, bem como dos Quadros. Seria o alferes Rodrigo o patriarca do atual município de Carasinho, que teria sido povoado praticamente pelos Quadros Martins. A 28 de dezembro de 1824, o comandante do quartel de Cruz Alta, Fidelis Militão de Moura, deu posse a Rodrigo Felix Martins, de terras nos Campos de Jacuisinho, que ele havia requerido "... para formar seu estabelecimento, para sustentação da sua numerosa família, como para criar algum gado ...". Até os dias atuais, no alto de uma coxi-

<sup>87</sup> CÂMARA de Castro, 1º Livro de atas, 23 de fevereiro de 1823, p.275.

<sup>88</sup> SOARES, Solon Macedônia. Estudo histórico sobre o município de Carasinho. Edição comemorativa. Carasinho, Empresa Graf. Carasinhense, 1949, p.5.

lha, rebrota a árvore que teria sido plantada em frente à sua fazenda, nas proximidades da cidade de Carasinho, cujo lugar é designado pelos atuais descendentes de Rodrigo, como a "tapera do alferes."<sup>89</sup>

O inventário de Rodrigo Felix Martins data de 1853 e nele estão registrados os seguintes herdeiros:

1. Joaquim Roberto Martins, casado, de 50 anos.
2. José Fideles Martins, casado, de 46 anos.
3. Francisco Leandro Martins, casado, de 42 anos.
4. Francisco Xavier Martins, casado, de 40 anos.
5. Ana Claudina Martins, casada, de 44 anos.
6. Maria Leduina do Nascimento, casada, de 32 anos.<sup>90</sup>

Para completar a relação da descendência do alferes Rodrigo Felix Martins, seguem outros dados contidos nesse inventário e nos demais inventários consultados:

1. Joaquim Roberto Martins casou com sua tia, Ana Emília, filha dos seus avós maternos, Bernardo Pereira de Quadros e Branca Bueno de Moraes.<sup>91</sup> Não consta descendência.

2. Francisco Xavier Martins casou com Ana Antonia Martins.

3. José Fidelis Martins casou com Ermenegilda Correa Martins. No 1º livro de casamentos, e arquivado na Cúria Diocesana de Passo Fundo, consta o casamento da filha Luzia Emilia Martins, com Honorato Amancio de Quadros, filho de Francisco Leandro de Quadros e de Carlota do Amaral, a 26 de julho de 1855 e também de Maria Timótea Martins, com Francisco Manoel de Quadros, fi-

<sup>89</sup> FONSECA, Formação, p. 88,93. Ver Figura 22, p.282.

<sup>90</sup> APRS, Inv. e part. amigáveis, Cível, Cruz Alta, 1853. (N13, M1, E62)

<sup>91</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 4, fl. 82.



FIGURA 22 - TAPERA DO ALFERES RODRIGO

Nota: Fotografia pertencente ao Sr. Oscar Veríssimo da Fonseca (Carazinho, RS), com a seguinte observação no verso:

"Esta árvore foi plantada pelo alferes Rodrigo Felis Martins em 1824, sendo ele o primeiro morador da região de Carazinho, em Pinheiro Marcado". Consta que nesse local promovem-se comemorações, em homenagem ao "alferes" e aos primeiros moradores da região.

lho de José Antonio de Quadros e Alda Brandina, a 13 de julho de 1857.<sup>92</sup> O Francisco Leandro de Quadros aqui citado e também José Antonio de Quadros, são irmãos de Luzia Maria de Quadros, portanto tios de José Fidelis Martins.

4. Francisco Leandro Martins, casado com Benedita do Amaral, filha de Maria Eulalia (enteada de Atanagildo Pinto Martins) e de Francisco de Paula Pinto, irmão de Atanagildo e do Alferes Rodrigo. Seu inventário se encontra no APRS, em Porto Alegre, datado de 1872 (Passo Fundo).

5. Ana Claudina Martins casada com seu tio Bernardo Pereira de Quadros; tiveram os seguintes filhos, conforme seu inventário de 1879:

. Ilíbia, casada com Fabrício Luiz de Quadros (este filho de Felicidade e Francisco Leandro de Quadros e neto de Atanagildo Pinto Martins).

. Rodrigo Martins de Quadros.

. Delminda, casada com Procópio José Martins.

. Ana Maria de Quadros, casada com Pedro Bueno de Quadros.

. Maria Clarinda, falecida, casada com Manoel Joaquim Martins.

. Josina Maria de Quadros, solteira, de 24 anos.<sup>93</sup>

6. Maria Liduina do Nascimento, filha do casamento do alferes Rodrigo Felix Martins com Reginalda Bueno de Moraes, casada com Antonio Pereira de Quadros, que era primo-irmão da sua mãe. Esse casal herdou os bens de Reginalda, falecida logo após

<sup>92</sup> PNSC, Passo Fundo, Casamentos, liv. 1, fl. 48,56.

<sup>93</sup> APRS, Inventários, Órfãos e ausentes, Passo Fundo, 1879. (A187, M7, E117).

do alferes Rodrigo. Do inventário de Antonio Pereira de Quadros, de 1891, constam como seus filhos, com Maria Liduina de Quadros:

- . Amélia, casada com Lazaro de Oliveira Vargas.
- . Ernesto Pereira de Quadros.
- . Severo Pereira de Quadros.
- . Idalina de Quadros, casada com Miguel Antonio da Rocha.<sup>94</sup>

#### Francisco de Paula Pinto

Nasceu em Castro e por ocasião do inventário de seu pai, o capitão-mor de Curitiba, Rodrigo Felix Martins, tinha em 1799, 12 anos de idade.<sup>95</sup>

A lista da Ordenança da vila de Castro de 1814, registra Francisco, com 27 anos, residindo no bairro de Ponta Grossa, com sua mãe Ana Maria de Jesus, de 66 anos, que planta para o seu sustento e tem oito escravos e quatro agregados.<sup>96</sup>

Ele casa em Castro a 6 de julho de 1817, com Maria Eulália do Amaral, enteada do seu irmão Atanagildo Pinto Martins.<sup>97</sup> Passa a residir no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, acompanhando os seus irmãos Atanagildo e Rodrigo Felix Martins.

O inventário de Ana Joaquina do Amaral, mãe de Maria Eulália, que casou pela primeira vez com João Bonifácio Antunes, traz a relação dos filhos de Maria Eulália em 1855.<sup>98</sup> São sete filhos (já citados neste trabalho) dentre os quais Atanagildo Pinto Mar-

<sup>94</sup> APRS, Inventários, Provedoria, Passo Fundo, 1891 (A79, M2, E117)

<sup>95</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1799.

<sup>96</sup> LO, Castro, 1814.

<sup>97</sup> PNSS, Castro, Casamentos, liv. 2, fl. 29.

<sup>98</sup> APRS. Inventários, Órfãos e ausentes, Cruz Alta, 1855. (A62, M1,

tins vem a ser brigadeiro, radicando-se em Palmeira das Missões, sendo citado como presidente da Câmara de vereadores em 1881, muito atuante na política desse município, na época.<sup>99</sup>

Duas filhas de Francisco de Paula Pinto, Maria Benedita e Bárbara Maria, casam respectivamente, com Francisco Leandro Martins, filho do alferes Rodrigo, portanto seu primo e Bárbara com Joaquim Antonio Ribeiro, também primo, filho do irmão de sua mãe, Joaquim Fortunato do Amaral, o que se pode constatar no inventário de Ana Joaquina do Amaral, sua avó.

#### Família Quadros

Sua descendência no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, vem de Antonio de Quadros Bicudo e Antonia Pereira dos Santos, cadastrados na lista da Ordenança da vila de Curitiba em 1766, como moradores dos Campos Gerais de Curitiba. Antonio de Quadros Bicudo é natural de Itú (SP) e descende de Bernardo de Quadros, natural de Sevilha e de Cecília Ribeiro, filha de Estevão Ribeiro Baião Parente, de Portugal, povoadores de São Vicente e São Paulo no século XVI. Antonia Pereira, natural de Curitiba, descende de Baltasar Carrasco dos Reis e Isabel Antunes da Silva, dos Preto paulistas, ambos naturais de São Paulo, povoadores de Curitiba.<sup>100</sup> Dentre seus nove filhos interessam para este estudo, Bernardo Pereira de Quadros e Antonio Pereira de Quadros.

<sup>99</sup> SOARES, Santo Antonio, 164.

<sup>100</sup> VER Antonio de Quadros Bicudo e Antonia Pereira, no Capítulo IV, Povoadores, p.110-7, deste trabalho.

Bernardo Pereira de Quadros casou com Branca Bueno de Moraes, natural de Curitiba, filha de Antonia Ribeiro e neta de Inácio Taques de Almeida (SP) e Margarida da Silva (Curitiba). Tiveram onze filhos, dos quais com certeza seis deles constituíram famílias residentes no Planalto Médio gaúcho: Luzia Maria de Quadros, Reginalda Bueno de Moraes, José Antonio de Quadros, Francisco Leandro de Quadros, Bernardo Pereira de Quadros e Ana Emília de Quadros.

Antonio Pereira de Quadros casou em 1795 com Maria Rodrigues da Rocha, natural de Castro, filha de Bartolomeu da Rocha Carvalhais, neta de Manoel da Rocha Carvalhais, natural de Portugal e de Josefa Rodrigues França, esta neta do capitão-mor de Paranaguá, João Rodrigues de França. Tiveram quatro filhos, dos quais Antonio Pereira de Quadros e Manoel Bernardo de Quadros passam a residir em Passo Fundo.

Segue a descendência desses dois irmãos, relacionada com o povoamento do Planalto Médio do Rio Grande do Sul.

#### Luzia Maria de Quadros

Nascida em Castro (PR), batizada em 18 de setembro de 1785 e casada no mesmo local em 21 de fevereiro de 1803,<sup>101</sup> com Rodrigo Felix Martins, filho do capitão-mor de Curitiba Rodrigo Felix Martins, natural de Portugal e de Ana Maria de Jesus, de Minas Gerais. Tiveram seis filhos, nascidos em Castro, quatro dos quais passam a residir em Passo Fundo. Em 1816 ocorreu o falecimento de Luzia Maria, durante uma viagem para o "Continente de São Pedro do Sul."<sup>102</sup>

<sup>101</sup> PNSS, Castro Batizados, folhas soltas (enfólios); Casamentos. liv.2, fl.28.

<sup>102</sup> VER Rodrigo Felix Martins, Capítulo VIII, Povoadores.

### Reginalda Bueno de Moraes

Nascida em Castro, batizada em 21 de outubro de 1787 e casada no mesmo local em 8 de janeiro de 1818<sup>103</sup> com Rodrigo Felix Martins, viuvo de Luzia Maria, irmã de Reginalda. Em 1824 o casal está estabelecido nos campos de Jacuizinho, no Planalto Médio do Rio Grande do Sul.<sup>104</sup> Tiveram uma única filha, Maria Liduina do Nascimento.

### José Antonio de Quadros

Nascido em Castro, quarto filho de Bernardo Pereira de Quadros e Branca Bueno de Moraes, casado em 25 de dezembro de 1813 com Alda Brandina, filha do alferes José Manoel Ferreira e de Iria Balbina da Piedade, que é irmã de Rodrigo Felix Martins.

Na lista da Ordenança de 1816 da vila de Castro, tem 24 anos e é negociante, casado com Alda Brandina, de 16 anos.

Transfere-se com Rodrigo Felix Martins para a região de Passo Fundo. Sua estância se localizava no atual povoado de Pinheiro Marcado, junto do rio Jacuizinho, concedida em 1824.<sup>105</sup> É citado como "farrapo" ou revolucionário nas lutas havidas em 1843 em Passo Fundo (já como capitão) tendo rendido a força legalista comandada pelo capitão Manoel José das Neves.<sup>106</sup>

Na Cúria Diocesana de Passo Fundo estão registrados o batizado de seu filho Alexandre e o casamento dos filhos José Ma-

<sup>103</sup>FONSECA, Formação, p.90.

<sup>104</sup>PNSS, Castro, Casamentos, liv.2, fl.80.

<sup>105</sup>FONSECA, Formação, p.90; SOARES, Estudo histórico, p.6.

<sup>106</sup>GEHN, Delma Rosendo. Passo Fundo através do tempo. s.l., s.edit. s.d., v.3, p.94-6.

noel, Claudino Antonio e Francisco Manoel. Seu inventário se encontra no APRS, em Porto Alegre, classificado em Passo Fundo, 1860.

### Francisco Leandro de Quadros

Nascido em Castro, consta na lista da Ordenança de Castro em 1811 morando com seus pais no bairro de São Dâmaso, com 16 anos de idade. Está registrado no Livro do Regimento de Milícia de Curitiba, com 22 anos, filho de Bernardo de Quadros, tendo assentado praça a 19 de janeiro de 1815.<sup>108</sup>

Seu falecimento ocorreu em 27 de fevereiro de 1844 e foi inventariado pela mulher, Balbina Maria da Trindade. No inventário constam seus dois primeiros casamentos, com Felicidade do Amaral e Carlota do Amaral, inventariadas em 1834, filhas do sargento-mor Atanagildo Pinto Martins e sua mulher Ana Joaquina do Amaral. Dos filhos registrados no inventário, José, de 19 anos é filho natural, reconhecido, exposto em 21 de dezembro de 1825, conforme comprova o padre Dâmaso, da paróquia de Castro, em 1845. Fabrício, de 17 anos, é filho de Felicidade do Amaral e Honorato, de 13 anos, é filho de sua irmã Carlota do Amaral, ambos netos de Atanagildo Pinto Martins. Os demais, são filhos de Balbina Maria da Trindade.

São seus filhos herdeiros, no inventário:

1. José, de 19 anos.
2. Fabrício, de 17 anos.
3. Honorato, de 13 anos.
4. Galdinha, de 9 anos.

<sup>107</sup>PNSC, Curia Diocesana de Passo Fundo. Batizados, liv.1, fl.12; Casamentos. liv.1, fl.5, 11, 56.

<sup>108</sup>LIVRO-Mestre do Regimento de Milícia de Curitiba, Museu David Carneiro, Curitiba.

5. Crispim, de 7 anos.
6. Calorinda ou Carolina, de 5 anos.
7. Marcolina, de 4 anos.
8. Ismael, de 2 anos.
9. Francisco, de 1 mês.<sup>109</sup>

#### Bernardo Pereira de Quadros

Nasceu em Castro e em 1803 mora com seus pais e irmãos no bairro da Parição, onde seu pai é fazendeiro (capataz) da fazenda São João, contando Bernardo 4 anos de idade. A fazenda possui oito escravos e nove agregados.<sup>110</sup> Bernardo Pereira de Quadros transfere-se para o Planalto Médio do Rio Grande do Sul e tudo indica que casou com Ana Claudina de Quadros, filha de Rodrigo Felix Martins e Reginalda Buena de Moraes, que era sua sobrinha.

Sua propriedade ficava no atual povoado de Cruzinha.<sup>111</sup>

O inventário de Ana Claudina de Quadros, falecida a 12 de fevereiro de 1879, registra os seguintes filhos do casal:

1. Elíbia, casada com Fabrício Luís de Quadros.
2. Rodrigo Martins de Quadros, 40 anos.
3. Delminda, casada com Procópio José Martins.
4. Ana Maria de Quadros, casada com Pedro Bueno de Quadros (inventariante).
5. Maria Clarinda, falecida, casada com Manoel Joaquim Martins.
6. Josina Maria de Quadros, solteira, com 24 anos.<sup>112</sup>

E117) <sup>109</sup>APRS, Inventários. Órfãos e ausentes, Passo Fundo, 1844. (A4, M1,

<sup>110</sup>LO, Castro, 1803.

<sup>111</sup>FONSECA, Formação, p.90.

<sup>112</sup>APRS. Inventário. Órfãos e ausentes, Passo Fundo, 1879 (A187, M7, E117).

### Ana Emília de Quadros

Nascida em Castro, tem 4 anos em 1811, segundo a lista da Ordenança da vila de Castro, morando com seus pais no bairro de São Dâmaso ou da Parição. Da mesma lista constam seus irmãos José, Francisco, Joaquim, Leandro, Gabriel, Bernardo, Firmianano, João, Reginalda e Maria. Ana Emília de Quadros casou em Castro com Joaquim Roberto, filho do alferes Rodrigo Felix Martins e Luzia Maria de Quadros (então falecida), a 2 de maio de 1823.<sup>113</sup> Radicaram-se na região de Passo Fundo, entre o Passo de São Pedro, no rio Jacuizinho, o Jacuí Mirim e Saldanha Marinho e doaram várias terras a seus escravos. Conta Antonio Carlos Machado, que Ana Emília, durante a Guerra do Paraguai, recolheu na sua estância mais de cem crianças órfãs.<sup>114</sup>

No seu testamento, datado de 13 de fevereiro de 1868, Joaquim Roberto cita seu filho Firmino e os escravos que libertou. O testamenteiro foi Antonio Pereira de Quadros e o testamento foi aberto em 1874,<sup>115</sup> possivelmente data da morte de Joaquim Roberto Martins.

### Antonio Pereira de Quadros

Nasceu em Ponta Grossa, filho de Antonio Pereira de Quadros e Maria Rodrigues da Rocha. Na lista da Ordenança de 1814 da vila de Castro, reside em Ponta Grossa, sede da 3ª companhia das ordenanças de Castro e conta com 7 anos de idade. No inven-

<sup>113</sup> PNSS, Castro, Casamentos, Liv. 4, p.82.

<sup>114</sup> FONSECA, Formação, p.89.

<sup>115</sup> APRS, Inventários, Procuradoria. Passo Fundo, 1874. (A57, M2, E117).

tário da sua mãe Maria da Rocha, consta como solteiro, com 16 anos.<sup>116</sup> Casou com Fortunata Dina da Rocha Carvalhais, filha de Miguel da Rocha Carvalhais e de Helena Maria Ferreira, esta descendente do capitão-mor João Rodrigues de Franca. Fortunata no inventário do seu pai, de 1830, é solteira e tem 20 anos.<sup>117</sup> Ela e Antonio eram primos, pois seus pais, Maria da Rocha e Miguel da Rocha Carvalhais, eram irmãos. Estes descendiam também do capitão-mor de Paranaguá, João Rodrigues de França, por parte materna.<sup>118</sup> Antonio Pereira de Quadros, na lista da Ordenança da vila de Castro de 1836, está registrado no 1º quarteirão da freguesia de Ponta-Grossa. Conta 31 anos e está casado com "dona Fortunata da Rocha", de 23 anos. É negociante, "lê e escreve, tem bom comportamento para emprego público e tem casa de morada". Planta para seu sustento e possui nove escravos.<sup>119</sup> Fortunata faleceu em 1845<sup>120</sup>, provável data da sua ida para o Planalto Médio do Rio Grande do Sul. Casou então com Maria Liduina do Nascimento, filha de Rodrigo Felix Martins e de Reginalda Bueno de Moraes. Por falecimento dos pais de Maria Liduina, em 1853, Antonio Pereira de Quadros passou a ser o único herdeiro dos bens, que incluíam a fazenda São Benedito e seus campos e a invernada do Meio.<sup>121</sup>

Em seu testamento, firmado a 19 de março de 1880, em Passo Fundo, declara que possui, do casamento com Fortunata Dina da Rocha, a filha única Ana Antonia, casada com Antonio da Rocha Ribeiro, residentes no Paraná. Declara também que do seu segun-

<sup>116</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1822.

<sup>117</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1830.

<sup>118</sup> VER Antonio Pereira de Quadros, Capítulo IV, Povoadores.

<sup>119</sup> LO, Castro Freguesia de Ponta Grossa, 1836.

<sup>120</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1845.

<sup>121</sup> APRS, Inventários, Cível, Cruz Alta, 1853. (N13,M1,E62).

do casamento, com Maria Liduina de Quadros, possui os seguintes filhos:

1. Amélia, casada com Lázaro de Oliveira Vargas.
2. Ernesto Pereira de Quadros.
3. Severo Pereira de Quadros.
4. Idalina de Quadros, casada com Miguel Antonio da Rocha, falecida, representada pelas filhas Ana Maria e Amélia.

Seu inventário data de 19 de maio de 1891.<sup>122</sup>

#### Manoel Bernardo de Quadros

Nasceu em Ponta Grossa e conta em 1814 com 5 anos de idade, residindo com seus pais, em companhia dos seus irmãos Gabriel, de 18 anos, Antonio, de 7 anos, Maria, de 15 anos e Ana de 12 anos. Seu pai, Antonio Pereira de Quadros, possui 10 escravos.<sup>123</sup>

Manoel Bernardo em 1830 está casado com a filha do seu tio Miguel da Rocha Carvalhais, Eufrasia da Rocha, conforme consta no inventário deste último.<sup>124</sup>

Em 1836 foi cadastrado como "alferes Manoel Bernardo", de 29 anos, natural de Castro, que "lê e escreve e tem bom comportamento para cargos públicos". Está casado com Eufrasia da Rocha, de 28 anos, e possui dois escravos e um agregado.<sup>125</sup>

Manoel Bernardo vem citado sempre em Passo Fundo onde possivelmente fazia visitas aos parentes, porque consta como residente em Ponta Grossa, nos registros de óbitos de Passo Fundo, onde faleceu a 13 de abril de 1857, com 48 anos.<sup>126</sup> Sua mulher está registrada como Eufrasia da Rocha Ferreira.

<sup>122</sup> APRS, Inventários, Provedoria, Passo Fundo, 1891 (A79, M2, E117)

<sup>123</sup> LO, Castro, 1814.

<sup>124</sup> CARTÓRIO Civil de Castro, Inventários, 1830.

<sup>125</sup> LO, Castro, Freguesia de Ponta Grossa, 1836.

<sup>126</sup> PNSC, Passo Fundo, O'bitos, liv. 1, fl. 10.

## Bernardo Castanho da Rocha

Nascido e batizado na vila de Castro, filho de Antonio Castanho de Araújo e Felizarda Soares de Oliveira.<sup>127</sup>

Antonio Castanho é filho de Inácio de Sá Arruda e Antonia Bueno de Almeida, já moradores nos Campos Gerais de Curitiba em 1766, quando Antonio conta com 5 anos de idade.<sup>128</sup> Em 1789 tem 27 anos e está casado com Felizarda, de 23 anos, filha de Maria da Rocha Carvalhais e Bento Soares de Oliveira, este natural de Minas Gerais. No inventário de Maria da Rocha Carvalhais, em 1810, Felizarda Soares está casada com Antonio Castanho.<sup>129</sup>

Bernardo Castanho da Rocha por parte paterna descende dos Taques, Quadros e dos Arruda, povoadores de São Paulo desde o século XVI. Pela parte materna descende de Josefa Rodrigues de França, neta do capitão-mor de Paranaguá (PR) João Rodrigues de França, povoadores dos Campos Gerais.<sup>130</sup>

Bernardo Castanho da Rocha casou em Castro com Maria Eufrásia, em 2 de maio de 1811, filha de Ana Maria do Nascimento e Manoel Lopes Duro.<sup>131</sup>

Passou a residir em Passo Fundo (RS), onde atuou como juiz de paz, sub-delegado e vereador.<sup>132</sup>

O inventário de Maria Eufrasiá, data de 1852. No seu testamento, firmado em 1855, Bernardo está viuvo e declara ter a filha Balbina Castanho da Rocha, já falecida e sem filhos.<sup>133</sup>

<sup>127</sup>APRS, Inventários, Procuradoria, Passo Fundo, 1871.

<sup>128</sup>LO, Curitiba, Campos Gerais, 1766.

<sup>129</sup>LO, Castro, 1789; Cartório Cível de Castro, Inventários, 181a.

<sup>130</sup>VER Inácio de Sá Arruda e Bento Soares de Oliveira, Capítulo IV Povoadores.

<sup>131</sup>PNSS, Castro, Casamentos, Liv. 2, fl.53.

<sup>132</sup>ARQUIVO Particular de Antonio Carlos Machado, Passo Fundo.

<sup>133</sup>APRS, Inventários, Provedoria, Passo Fundo, 1871. (A53, M2, E117)

Nota: Os testamentos encontram-se junto com os respectivos inventários nesse arquivo.

Casou em segunda nũpcias com Fabiana Rodrigues de Jesus, filha de José Manoel do Prado e Maria Rodrigues de Jesus, naturais do Paraná, a 26 de janeiro de 1858.<sup>134</sup>

O inventário de Bernardo Castanho da Rocha data de 1871.

**Francisco José Dias de Almeida e Maria Salomé de Oliveira**

Francisco José Dias de Almeida era natural de Cotia (SP) e filho de Joaquim Dias Vieira e Inácia Pais de Almeida. Casou na vila de Castro (PR) em 30 de outubro de 1797 com Maria Salomé, natural dessa vila, filha de José Antonio de Oliveira e Quitéria Angela Maria.<sup>135</sup> Em 1814 o alferes Francisco (ilegível) Dias foi registrado na lista da Ordenança da 3.<sup>a</sup> Companhia da vila de Castro. Ele tinha 41 anos e sua mulher Maria Salomé, 33 anos.<sup>136</sup>

O pai de Maria Salomé de Oliveira, José Antonio de Oliveira, era natural do Rio Grande do Sul, de pais portugueses e casou com Quitéria Angela Maria na capela de Santa Bárbara do Pitangui (PR), em 1772.<sup>137</sup> Quitéria é filha de Domingos Martins Fraga e Isabel da Costa Rosa, que foram residir em Castro, onde ele foi inventariado em 1764.<sup>138</sup> José Antonio e Quitéria foram

<sup>134</sup>PNSC, Passo Fundo, Casamentos, liv.1, fl. 60.

<sup>135</sup>APRS. Inventários, Órfãos e Ausentes, Passo Fundo, 1985. (A 26, M 4, E 117); PNSS, Castro, Casamentos, liv.1, fl. 139.

<sup>136</sup>LO, Castro, 1814.

<sup>137</sup>PNSL, Curitiba, Casamentos, liv.1, fl. 78.

<sup>138</sup>BORBA, Oney, B. Casos e causos paranaenses. Curitiba, Gráf. Vicentina Ltda., 1975, p. 79.

pais também de Ana Joaquina de Oliveira, que casou em primeiras núpcias com Francisco Ferreira Prestes e depois com Domingos Ferreira Pinto, este pai do barão de Guaraúna, Domingos Ferreira Pinto (Ponta Grossa, PR).<sup>139</sup> Também José Manoel de Oliveira, estabeleceu-se em Cruz Alta e aí faleceu em 1835. No seu inventário consta que é filho de José Antonio de Oliveira e Quitéria Angela Maria. Ele casou com Emerenciana Inácia da Conceição, irmã de Maria da Conceição, esta casada com o alferes Antonio José de Barros e cunhada de João de Barros, um dos fundadores de Cruz Alta, todos naturais de Curitiba.<sup>140</sup>

Francisco José Dias de Almeida participou da Conquista dos Campos de Guarapuava e se encontrava na povoação de Linhares, em 1810, como alferes da guarnição de Guarapuava.<sup>141</sup>

O inventário de Francisco José Dias de Almeida é datado de 1865. No seu testamento, feito a 15 de setembro de 1859, ele cita os seguintes filhos: Manoel, João, Francisco, Ildefonso, Fidêncio, José, Diogo, Maria Gertrudes, Francisca, Joaquina e Ana.<sup>142</sup> Alda Brandina de Oliveira não é citada por já haver falecido. Ela casou com Antonio Novais Coutinho, o qual depois do falecimento da esposa, passou a residir em Palmeira das Missões (RS). Gertrudes casou com Teodoro da Rocha Ribeiro, passando a residir em Passo Fundo, onde faleceram.<sup>143</sup>

<sup>139</sup>CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1813 (Francisco Ferreira Prestes); 1843 (Domingos Ferreira Pinto).

<sup>140</sup>DOMINGUES, Diário Serrano, 17 de março de 1972.

<sup>141</sup>FRANCO, Diogo Pinto, p. 131.

<sup>142</sup>APRS, Inventário, Órfãos e Ausentes, Passo Fundo, 1865 (A 26, M 4, E 117).

<sup>143</sup>VER biografias de Teodoro da Rocha Ribeiro e Antonio Novais Coutinho, neste Capítulo.

Teodoro da Rocha Ribeiro e Gertrudes Maria de Oliveira

Teodoro da Rocha Ribeiro vem citado na lista de Ordenança da vila de Castro (PR) de 1803 com seus pais Manoel da Rocha de Sousa (natural de Porto, Portugal) e Maria da Encarnação, residentes no bairro de Ponta Grossa. Ele tem 4 anos de idade, e seu irmão Bento, 7 anos. São os únicos filhos do casal.<sup>144</sup> O inventário da sua mãe Maria da Encarnação é de 1847 (Caatro), sendo inventariante Alda Delfina. São filhos da inventariada:

1. Bento da Rocha Ribeiro, falecido, casado com Alda Delfina; deixou filhos menores.
2. Teodoro da Rocha Ribeiro, ausente para o sul, casado.<sup>145</sup>

Há nesse inventário uma procuração de Teodoro passada da província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 12 de janeiro de 1847, para seu cunhado Antonio Novais Coutinho, na qual esclarece que o irmão Bento é falecido. O inventário de Bento, datado de 1847, está registrado em Castro e nele constam 9 filhos.<sup>146</sup> Entre eles, Joaquim da Rocha Ribeiro estabeleceu-se em Passo Fundo, casado com Ana Marques de Sousa e também Belisário da Rocha Ribeiro, que foi um dos primeiros a construir casa em Carasi-  
nho, em 1872. Eram todos naturais de Castro.<sup>147</sup>

Teodoro da Rocha Ribeiro casou com Gertrudes Maria de Oliveira, natural de Castro, filha de Francisco José Dias de Almeida

<sup>144</sup> LO, Castro, 1803.

<sup>145</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1847.

<sup>146</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1847.

<sup>147</sup> ARQUIVO particular de Antonio Carlos Machado, residente em Passo Fundo (RS).

e Maria Salomé de Oliveira. Sua irmã Alda Brandina de Almeida, casou em Castro com Antonio Novais Coutinho (de Portugal), o qual, depois de viúvo, foi residir em Palmeira das Missões (RS). Gertrudes é neta por parte paterna de Joaquim Dias Vieira e Inácia Pais de Almeida e por parte materna de José Antonio de Oliveira e Quitéria Angela Maria.<sup>148</sup>

No inventário de Teodoro da Rocha Ribeiro, datado de 1859, consta que é casado com Gertrudes Maria de Oliveira e são seus filhos herdeiros:

1. Manoel da Rocha Ribeiro
2. Maria Ambrósia da Rocha Ferreira, casada com Domingos Ferreira Pinto.
3. Nuncia Maria da Rocha Ferreira, casada com José Ferreira dos Santos.
4. Eufrosina Isabel da Rocha, casada com Francisco Antonio Batista (Rosas).<sup>149</sup>

Seus três genros são paranaenses muito ligados à história do Paraná.

Domingos Ferreira Pinto descende de João Rodrigues de França, o capitão-mor de Paranaguá, por José Ferreira Pinto, morador da vila de Castro, no bairro de Ponta Grossa (início de 1800). Foi agraciado com o título de barão de Guaraúna. Não teve descendência.

José Ferreira dos Santos foi um dos primeiros povoadores de Palmas (PR), chefe de uma das expedições que ocupou em 1839 os Campos de Palmas.

<sup>148</sup> VER neste Capítulo Francisco José Dias de Almeida e Maria Salomé de Oliveira e Antonio Novais Coutinho e Alda Brandina de Almeida; PNSS, Castro, Casamentos, liv. 3, fl. 35.

<sup>149</sup> APRS. Inventários, Cartório do Cível, Passo Fundo, 1859 (N. 2, M 1).

Francisco Antonio Batista Rosas foi o segundo filho de Antonio Dias Batista e Maria do Nascimento, esta descendente de antigas famílias de Ponta Grossa e Paranaguá.

Teodoro da Rocha Ribeiro faleceu em Passo Fundo, com 59 anos de idade, a 16 de junho de 1861.<sup>150</sup>

#### Antonio Novais Coutinho e Alda Brandina de Almeida

Residia em Castro em 1818, quando contraiu matrimônio com Alda Brandina de Oliveira, filha do alferes Francisco José Dias de Almeida e de sua mulher Maria Salomé. Antonio Novais Coutinho, é filho de Antonio José de Castro e Perpétua Maria Novais. É natural da freguesia de São Tomé, no Arcebispado de Braga, em Portugal.<sup>151</sup>

Foi registrado na capela do Pitangui em Ponta Grossa, o falecimento do filho de Antonio Novais Coutinho e Alda Brandina, Manoel, de 6 meses, a 7 de dezembro de 1824.<sup>152</sup>

Alda Brandina faleceu a 10 de junho de 1847, e no seu inventário consta a filha única Maria Raimunda Novais.<sup>153</sup>

Antonio Novais Coutinho transferiu-se para o Planalto Médio do Rio Grande do Sul.

No livro de registro das atas da Câmara Municipal de Cruz Alta, de (ilegível) de agosto de 1834, consta a assinatura de Antonio de Novais Coutinho e também as de Vidal José do Pilar, Atanagildo Pinto Martins e Fidelis Militão de Moura, estes nascidos no Paranã.<sup>154</sup>

<sup>150</sup> PNSC. Passo Fundo. Óbitos, liv.1, fl. 16.

<sup>151</sup> PNSS, Castro, Casamentos, Liv. 3, fl. 35.

<sup>152</sup> PNSS, Castro, Óbitos, liv.1, fl. 195.

<sup>153</sup> CARTÓRIO Cível de Castro, Inventários, 1847.

<sup>154</sup> AHRS, Autoridades Municipais, 1º livro de Atas da Câmara da Vila do Espírito Santo de Cruz Alta, 1834.

O major Antonio de Novais Coutinho estabeleceu-se em Santo Antonio da Palmeira ou Palmeira das Missões (RS) na sua fazenda de criação Santo Antonio e depois construiu casa no povoado, sendo-lhe atribuída a construção da Matriz de Santo Antonio da Palmeira, em 1857. Ele foi um dos mais antigos habitantes de Palmeira das Missões.<sup>155</sup>

#### Fidelis Militão de Moura

Fidelis Militão de Moura<sup>156</sup> descende do Capitão João Pereira Braga (Portugal) casado com Josefa Gonçalves da Silva (Portugal), residentes na fazenda do Carlos, na Lapa (PR). Foram povoadores dessa região paranaense.

2.1 Fidelis Militão de Moura, casado com Teresa de Moura, filho de

1.7 Maria Ines, casada com Manoel de Moura Cardoso, filha de

6. Joana Pereira da Silva, casada em Curitiba, com Manoel Simões (Portugal), filha de

João Pereira Braga e Josefa Gonçalves da Silva.

#### Frederico Westphalen

Frederico Westphalen<sup>157</sup> descende de João Rodrigues de França, capitão-mor de Paranaguá, falecido em 1715, casado com

<sup>155</sup> SOARES, Santo Antonio, p.111-2.

<sup>156</sup> NEGRÃO, Genealogia, v.4, p.397-9, 554,557.

<sup>157</sup> NEGRÃO, v.3, p. 3,4,7,8, 372,436,516,526; v.4, p.477-8.

Francisca Pinheiro. Foram povoadores de Paranaguá, com enorme descendência nas famílias paranaenses

7.1 Frederico Westphalen, nascido na Lapa (PR), casado com Agueda Pires da Silva (RS), filho de

6.3 Fernando Westphalen, nascido na Lapa, casado com Tecla Mendes de Sá, filho de

5.1 Joana Francisca Westphalen, casada na Lapa em 1838, com Eugênio Westphalen (Berlim), filha de

4.13 Ana Amalia de França, casada com Antonio Gonçalves da Silva (descendente de João Pereira Braga), filha de

3.3 Veríssimo Carneiro dos Santos, casado com Rita Maria do Nascimento, (Rita da Cancela), moradores de Ponta Grossa, filho de

2.3 Maria Angélica Gomes de França, casada com o capitão-mor de Paranaguá, José Carneiro dos Santos (Portugal), filha de Veríssimo Gomes da Silva (Portugal) e de

1.2 Francisca Pinheiro, casada com Domingos Machado e em segundas núpcias com Veríssimo Gomes da Silva, filha de

2. Maria da Ascensão, casada com Francisco Rodrigues Godinho e em segundas núpcias com o capitão-mor de Paranaguá André Gonçalves Pinheiro, filha de

João Rodrigues França e Francisca Pinheiro.

## CONCLUSÃO

As áreas geográficas onde se expandiram as primeiras comunidades campeiras dos planaltos do Brasil Meridional, constituem uma unidade fitogeográfica semelhante pela configuração do relevo e pela associação de uma vegetação típica, caracterizada pela ocorrência da "araucária".

Nessas áreas de campo, propícias ao desenvolvimento da pecuária, várias comunidades foram se estabelecendo gradativamente, a partir de meados do século XVII, dedicadas ao criatório de gado e à sua comercialização. A abertura de estradas que interligaram esses campos, intensificou essas atividades econômicas.

Curitiba, que teve o seu pelourinho erguido em 1668, foi a célula fundamental de povoamento dos três planaltos paranaenses, onde se desenvolveram comunidades distintas dos núcleos litorâneos e dos campos paulistas, dos quais elas se originaram.

Da região dos Campos de Curitiba, no primeiro planalto paranaense, a população dessas comunidades se dirige para os Campos Gerais de Curitiba, no segundo planalto. Nas suas extensas sesmarias são estabelecidas numerosas fazendas, onde, no decorrer do século XVIII, novas comunidades campeiras vão se formando. Para elas afluí continuamente o elemento oriundo de São Paulo, de Portugal e do primeiro planalto, que passa a residir nos "bairros" da freguesia do Iapô, depois vila de Castro (1789), origem de novas vilas no século XIX, como Ponta Grossa, Jaguariaiva, Tibagi e Piraí.

A partir do início do século XIX, essas populações al-

cançam os campos de Guarapuava e Palmas, no terceiro planalto paranaense. A ocupação desses campos assinala a máxima expansão atingida pelas populações originadas das duas primeiras células fundamentais de povoamento do Paraná tradicional, Curitiba e Paranaguá, já ao tempo da sua emancipação política (1853).

Para o sul de Curitiba, no planalto catarinense, foi estabelecida uma nova comunidade nos Campos de Lages em 1766, que em 1774 constituiu a vila de Lages. Ficava situada no prolongamento do caminho ou Estrada das Tropas, assim como a povoação que veio a ser a cidade paranaense da Lapa.

Dos campos da Vacaria, da região de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul, partia para o oeste a Estrada das Missões, oficializada desde 1816, depois da passagem de Atanagildo Pinto Martins, que por ela chegou a São Borja das Missões. Esta estrada desviou em parte o comércio de tropas de animais do caminho do Viamão, porque elas passaram a ser adquiridas pelos tropeiros diretamente na região das Missões. Ao longo da antiga Estrada das Missões foram surgindo povoações, sendo Cruz Alta a sua célula fundamental, povoada no final da 2ª década do século XIX.

A tentativa realizada em 1816 pelo alferes Atanagildo Pinto Martins para estabelecer uma comunicação direta dos Campos de Guarapuava com as Missões, constituiu o episódio da "vereda das Missões" que resultou na exploração da região de Campos Novos (SC) e na abertura de novos caminhos para o tropeirismo. Nova tentativa realizada pelo também paranaense Francisco da Rocha Loures, em 1845, permitiu a abertura da nova Estrada das Missões, que partindo de Guarapuava atingia os Cam-

pos de Nonoai, no Rio Grande do Sul, atravessando o atual oeste de Santa Catarina. Este caminho foi a nova rota do tropeirismo, o qual chegou ao seu apogeu nessa época.

Essas comunidades campeiras se originaram de células fundamentais de povoamento onde os seus primeiros povoadores, na sua maioria, estavam ligados por laços de parentesco. Elas desenvolveram histórias regionais semelhantes, partes de um complexo que deveria ser estudado como um conjunto. Estariam incluídas naquele conjunto de fatos a que se refere B. Pinheiro MACHADO\*, "... dotados de uma certa homogeneidade e se desenvolvendo numa determinada região geográfica". As histórias regionais, se considerarem as regiões limítrofes, poderão evitar muitos equívocos, oriundos da falta de informação. Quando essas histórias regionais tratam da história social e das heranças culturais das suas comunidades, mais necessárias se tornam essas informações.

Nas comunidades campeiras as relações de parentesco lhes imprimiram traços culturais que foram transmitidos pela herança familiar, reproduzindo-se em novas comunidades e em novas gerações. O isolamento que caracterizou as primeiras comunidades, originou populações diminutas que ocupavam vastos espaços físicos vivendo em seus sítios e fazendas, enquanto as vilas e povoados cresciam lenta e pobremente. Esse sistema não variava de uma comunidade para outra, mesmo quando evoluíam em áreas distantes ou em épocas diversas, reproduzindo-se nas fazendas de Castro ou nas estâncias de Passo Fundo, apesar de um período de meio século ou mais.

Neste trabalho a reconstituição das famílias permitiu estabelecer inúmeras relações de parentesco entre as várias

\* MACHADO, Brasil Pinheiro. Sinopse da história regional do Paraná. Curitiba, Papeleria Requião Ltda., Separata do BHGEP, 1951, p.17.

comunidades abordadas, através de um período considerável e também constatar muitas origens comuns nas famílias paulistas geradas nas duas células fundamentais de povoamento de São Paulo, no século XVI: São Vicente e São Paulo de Piratininga. Os primeiros povoadores de Paranaguá e Curitiba, já vieram aparentados de São Paulo. Aqueles que povoaram os Campos Gerais, em meados do século XVIII, vieram também aparentados dos povoados e vilas paulistas e ao se unirem com famílias curitibanas e parnanguaras, renovaram antigos vínculos de parentesco.

Os povoadores de Lages descendiam, entre outros, de populações paulistas e também de curitibanos e muitos descendentes podem ser encontrados em várias comunidades da região de Cima da Serra e do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, quando foram constituídas as suas primeiras vilas.

No Paraná, foram os naturais de Castro, Ponta Grossa, Curitiba, Palmeira, Lapa, São José e Campo Largo que deram início ao povoamento de Palmas e Guarapuava.

De Curitiba, de Castro e dos seus distritos, saem, nas primeiras décadas de 1820, muitos paranaenses, que vão se estabelecer na região serrana do Rio Grande do Sul. Atanagildo Pinto Martins, nascido em Castro e uma grande roda de parentes, fixaram-se nessa região a esse tempo e suas estâncias se estendem pela região de Cruz Alta, Passo Fundo e Carasinho, atingindo Palmeira das Missões. Eles tomam parte ativa na formação das primeiras vilas do Planalto Médio e seus descendentes vão fazer parte da sua população.

Com excessão de Lages, que surgiu de uma bandeira povoadora e dos Campos de Guarapuava, que no início foram ocu-

pados por expedições militares, as outras comunidades campeiras dos planaltos da região sulina foram resultantes de uma expansão natural, da migração de grupos de parentes, que fizeram a ocupação pacífica desses espaços.

Neste trabalho procuramos reivindicar para a história do Paraná fatos que ainda aparecem agregados à história paulistana, constatando a atuação dos paranaenses na própria história do Paraná e a parte da sua participação nas histórias regionais dos demais Estados sulinos, como sertanistas, desbravando os sertões e abrindo estradas, como tropeiros, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região Sul, como militares e como elemento povoador de várias regiões desses Estados.

## FONTES CONSULTADAS

## 1. DOCUMENTOS

## Manuscritos

- . Registros paroquiais - Livros de Casamentos, Batizados e Óbitos.

Paróquia de Nossa Senhora de Sant'Ana (PNSS), Castro, Paraná.

Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres (PNSP), Lages, Santa Catarina.

Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (PNSC), Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

Paróquia de Nossa Senhora da Luz (PNSL), Curitiba, Paraná.

- . Cartórios e tabelionatos - Autos de Inventários e Testamentos.

Cartório Cível de Castro, Paraná.

Tabelionato Menarim de Castro, Paraná.

1º Tabelionato de Curitiba, Paraná.

- . Arquivos públicos e históricos.

Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP), Curitiba: Relatórios Provinciais do Paraná e Lista da Ordenança de 1870 da freguesia do Iapó (original).

Departamento de Arquivo do Estado (DAE), São Paulo: Listas da Ordenança, de 1766 a 1835, Cópias fotostáticas no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APRS), Porto Alegre: Autos de Inventários e Testamentos de Cruz Alta e Passo Fundo.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Porto Alegre: Autoridades Militares (correspondência de 1816) e Autoridades Municipais (1º Livro de Atas da Câmara da vila de Cruz Alta). Mapoteca.

Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHUL), cópias fotostáticas do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

Arquivo da Prefeitura Municipal de Castro, Paraná: 1º Livro de Atas e 1º Livro de Registros da Câmara da Vila de Castro (1789).

## Impressos

Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba (BAMC), Documentos para a história do Paraná (1660 a 1872), Curitiba, Imprensa Paranaense, 1906 a 1932. 65 v.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo (DI). São Paulo, Ed. do Arquivo Público de São Paulo, s.d.

## 2. OBRAS CONSULTADAS

- ALBUQUERQUE, Mario Marcondes de. Pelos Caminhos do Sul. Curitiba, Imprensa Oficial do PR, 1978.
- ALMEIDA, Aluisio de. Vida e Morte do Tropeiro. São Paulo, Livraria Martins Edit., 1971.
- ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil. 3.ed. Belo Horizonte, Edit. Itatiaia, 1982.
- ANTUNES, Ten. Cel. de Paranhos. Os Dragões do Rio Pardo, Biblioteca do Exército (204), Cia. Editora América, 1954.
- BALHANA, Pillatti; MACHADO, Pinheiro; WESTPHALEN. História do Paraná. In: História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v.1.
- BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da descoberta do Campo de Palmas (1950). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, RIHGB, 4: 385-396, 1851.
- BARBOSA, Fidelis Dalcin. Vacaria dos Pinhais. Porto Alegre, UCS, 1978.
- \_\_\_\_\_. Nova História de Lagoa Vermelha. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.
- \_\_\_\_\_. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes (EST), 1983.
- BARRETO, Abeillard. A expedição de Silva Paes e o Rio Grande de São Pedro. História Naval Brasileira, Rio de Janeiro, C.S.G. do IBGE, 1979. 2v.
- BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Santo Antonio da Patrulha: vínculo, expansão, isolamento (1803-1889). Porto Alegre, PUCRS, Dissertação de Mestrado, 1979.
- BENTO, Claudio Moreira. A participação militar de São Paulo e Paraná na guerra do Rio Grande do Sul. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense (BIHGEP), 34, 75-104, 1978.
- BEVILÁQUA, Olga B. Síntese biográfica do coronel Vivida. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 37: 289-303, 1980.
- BORBA, Oney B. Os Iapoenses. Curitiba, Editora Lítero-Técnica, 1986.
- \_\_\_\_\_. Índice de Testamentos (Castro, 1827-1871). BIHGEP, 46: 85-112, 1989.

- BORBA, Oney B. Lista Geral dos Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém em Guarapuava, em o ano de 1840. BIHGEP, 32: 29-44, 1977.
- \_\_\_\_\_. Povoadores dos Campos Gerais. Curitiba, Editora Lítero-Técnica, 1978.
- \_\_\_\_\_. Pequena História de Castro. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1972.
- \_\_\_\_\_. Preconceito e violência. Curitiba, Edit. Lítero-técnica, 1984.
- \_\_\_\_\_. Trefego Sargento-mor. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico Paranaense, 34: 105-11, 1978.
- \_\_\_\_\_. Casos e causos paranaenses. Curitiba, Graf. Vicentina, 1975.
- BOTELHO, Afonso. Relação das fazendas de Curitiba, 1772. Cópia fotostática do original do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Documento 1056-1057, no Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense.
- BOXER, R.C. O Império Colonial Português (1415-1825). São Paulo, Edições 70, Livraria Fontes, 1981.
- CABRAL, Osvaldo. Os Açorianos. Florianópolis, 1951.
- CAFRUNI, Jorge E. Passo Fundo das Missões. Porto Alegre, Gráfica Editora a Nação S.A., 1966.
- CALIXTO, Benedicto. Capitania de São Vicente e Capitania de Santo Amaro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHGSP); 21: 101-302, 1924.
- CALMON, Pedro. História da Civilização Brasileira. 6.ed. São Paulo, Ed. Nacional Brasileira (14), 1958.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. Formação Histórica do Brasil. 5.ed. Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército Editora (237), 1957.
- CARDOSO, Jayme Antonio & WESTPHALEN, Cecília Maria. Atlas Histórico do Paraná. 2.ed. Curitiba, Livraria do Chain Edit., 1986.
- CARNEIRO, David. Afonso Botelho de São Payo e Souza. Curitiba, Ed. de IHGEP, Estante Paranista (26), 1986.
- \_\_\_\_\_. Galeria de Ontem. Curitiba, Papelaria Max Roesner Ltda., 1963.
- CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul. Período Colonial. 2.ed. Porto Alegre, Globo, 1980.

- CHICHORRO, Manoel Coutinho de Sousa. Memória em que se mostra o estado econômico militar e político da Capitania de São Paulo (1814). Revista do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil (RIHGEB), 36: 197-242, 1873.
- CORREIA, Leocádio & OLIVERA, Mario F. Guarapuava. 2.ed. Curitiba, Empresa Edit. Olivera, 1928.
- CORTES, J.C. Paixão. O Gaúcho, danças, trajes, artesanato. Porto Alegre, Editora Garatuja, s.d.
- COSTA, Licurgo. O Continente das Lagens. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura Edições, 1982. 4 v.
- DACHS, Walter. Histórico da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens. In: Guia Serrano. Lages, 1962-1964.
- DAUMARD, A.; BALHANA, H.P. & WESTPHALEN, C.M. & GRAFF, M.E.C. História Social do Brasil. Teoria e Metodologia. Curitiba, Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1984.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel. Etnias e Culturas do Brasil. Rio de Janeiro, Dep. de Imprensa Nacional, 1952.
- DOMINGUES, Moacyr. Antigas Famílias Cruz-Altenses. In: Diário Serrano. Cruz Alta, 1971-1973.
- DORNAS FILHO, J. Aspectos da Economia Colonial. Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert, Biblioteca do Exército (246), 1958.
- EHLKE, Cyro. A conquista do Planalto Catarinense. Rio, Edit. Laudes S.A./UDESC, s.d.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano. São Paulo, Cia. Editora Nacional, Brasiliana (59), 1936.
- \_\_\_\_\_. Populações Paulistas. São Paulo, Cia. Editora Nacional, Brasiliana (27), 1934.
- \_\_\_\_\_. Capítulos da História Social de São Paulo. São Paulo, Brasiliana (235), 1944.
- FERREIRA, Tito Lívio. O governo do morgado de Mateus e os censos das ordenanças da Capitania de São Paulo. Anais do Museu Paulista, 14: 383-451, 1950.
- FELIZARDO, Jorge Godofredo. Genealogia riograndense. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1937. 2 v.
- FELIX, Loiva Otero. Coronelismo e borgismo e cooptação política. Porto Alegre, Mercado aberto, 1987.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. Revisão da História do Brasil. São Paulo, PROL Ed., 1958.

- FLORES, Moacyr. Colonialismo e Missões Jesuíticas. 2.ed. Porto Alegre, Nova Dimensão Ed., 1986.
- FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Formação do Gaúcho. Passo Fundo, Diário da Manhã, Gráfica Editora, 1982.
- \_\_\_\_\_. Tropeiros de Mula. Passo Fundo, Gráfica Diário da Manhã, 1987.
- FRANCO, Arthur Martins. Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava. Curitiba, Tip. João Haupt, 1943.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Os trinta e dois companheiros de Martim Afonso e a Cidade de São Paulo. O Estado de São Paulo. Edição do IV Centenário, 20-26, 26/Jan/1954.
- FREITAS, Astrogildo de. Palmeira. Reminiscências e tradições. Curitiba, Estante Paranista, 20, Ed. do IHGEP, Edit. Literotécnica, 1984. v.2.
- GEHM, Delma Rosendo. Passo Fundo através do tempo. Passo Fundo, Multigraf, 1975. v.1.
- \_\_\_\_\_. Passo Fundo através do tempo. Passo Fundo, Ed. da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, s.d., v.3.
- GOMES, Aristides de Moraes. Fundação e Evolução das Estâncias Serranas. Cruz Alta, Gráfica Mercúrio Ltda., 1980.
- GOULART, Jorge Salis. A formação do Rio Grande. Porto Alegre, Ed. Martins Livreiro, EDUCS, 1985.
- GOULART, José Alípio. Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil. Pio, Gr. Borsi Ltda., 1961.
- GURGEL, Heitor. Uma família carioca do século XVI. Parati, Livraria São José, 1964.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 16.ed. Rio, Livr. José Olympio Ed., 1983.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - IBDF. Florestas Nativas do Rio Grande do Sul. Brasília, IBDF/UFSM, 1983.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 2.ed. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1978.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia paulistana. São Paulo, Duprat, 1903-1905. 9 v.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. Ver TAQUES, Pedro. Nobiliarquia paulistana.
- LEMONS, Zélia. Curitibanos na História do Contestado. Florianópolis, Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, Imprensa Oficial, 1977.

- LESSA, Barbosa & CORTES, Paixão. Danças e andanças da tradição gaúcha. Porto Alegre, Edit. Garatuja, 1975.
- LESSA, Barbosa. Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo. Porto Alegre, Edit. Globo, 1984.
- LIMA, Francisco das Chagas, padre. Estado atual da conquista de Guarapuava em 1821. In: FRANCO, Arthur Martins, Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava. Curitiba, Tip. João Haupt, 1943.
- \_\_\_\_\_. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava (1809 a 1827). Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 32: 12-28, 1977.
- LISANTI, Luiz & MARCÍLIO, Maria Luíza. Estrutura demográfica social e econômica da Vila de Lages (1798-1808). Revista de Estudos Históricos, Marília, 8: 9-52, 1969.
- LOPES, José C. da Veiga. Esboço histórico da Fazenda Santa Rita. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 20: 55-144, 1974.
- MAACK, Reinhard. Geografia Física do Estado do Paraná. 2.ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora S.A., 1961.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 3: 1-27: 1963.
- \_\_\_\_\_. Formação Histórica. In: Campos Gerais. Estruturas agrárias. Curitiba, Ed. do Departamento de História da UFPR, Imprensa da UFPR, 1968. p. 29-54.
- \_\_\_\_\_. Sinopse da história regional do Paraná. Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, Papelaria Requião Ltda., 1951.
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar de. Memórias para a História da Capitania de São Vicente. São Paulo, Ed. Itatiaia/USP, 1975.
- MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. Conquista Pacífica de Guarapuava. Curitiba, Ed. Gerpa, 1951.
- MAIA, Tom & MAIA, Thereza R. de Camargo. O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba. Rio, Ed. FUNARTE, Edit. Portinho Carvalho Ltda., 1980.
- MARCONDES, Moysés. Pae e Patrono. Rio de Janeiro, Typ. do Anuário do Brasil, 1926.
- \_\_\_\_\_. Documentos para a história do Paraná. Rio de Janeiro, Tip. do Anuário do Brasil, 1923.
- MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba, Editora Guaíra Ltda., s.d.

- MICHAELE, Faria Antonio S. Formação ética do Paraná. In: História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969.
- MOREIRA, Júlio. Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá. Curitiba, Imprensa Oficial, 1975. 3 v.
- NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1926-50, 1950. 6 v.
- PARANÁ, Sebastião. Galeria Paranaense. Ed. Comemorativa do 19º centenário da Independência do Paraná. Curitiba, Livraria Mundial, 1922.
- PEREGALLI, Enrique. Recrutamento Militar no Brasil colonial. Campinas, Editora da Unicamp, 1986.
- PEREIRA, J. Ericksen. Uma história de caminhos. Curitiba, O Formigueiro, 1962.
- PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: sua história. Florianópolis, Ed. UFSC/Lunardelli, 1983.
- POMBO, José Francisco Rocha. História do Brasil. 8.ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1958.
- \_\_\_\_\_. Memória de Castro (1882-1897). Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 22: 75-94, 1974.
- \_\_\_\_\_. O Paraná no centenário. 2.ed. Curitiba, Livr. José Olympio Edit., Rio de Janeiro, 1980.
- PONT, Raul. Campos Realengos. Porto Alegre, Ed. Renascença Ltda., 1984.
- ORNELLAS, Manoelito de. Gaúchos e Beduínos. 3.ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio/MEC, 1976.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. A vila do Rio Grande de São Pedro. Rio Grande, Edit. da URG, 1987.
- REVERBEL, Carlos. O gaúcho; aspectos de sua formação do Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre, Coleção Universidade Livre, LPM Editores, 1986.
- RIESEMBERG, Alvir. Nha Marica, minha avó. Curitiba, Papelaria Max Roesner Ltda., 1986.
- \_\_\_\_\_. A nau São Sebastião. Curitiba, Ed. do IHGEP, Estante Paranista (6), Edit. A.M. Cavalcanti, 1978.
- RITTER, Marina Lourdes. As sesmarias do Paraná no século XVIII. Curitiba, Ed. do IHGEP, Estante Paranista (9), 1980.
- \_\_\_\_\_. Caminhos para a história do Paraná: Brasil Pinheiro Machado e o modelo da formação das comunidades. Revista Paranaense de Desenvolvimento, 73: 55-89, 1980.

- ROCHA, Prudêncio. A história de Cruz Alta. Cruz Alta, Gráfica Mercúrio Ltda., 1980.
- RODRIGUES, José Honório. O continente do Rio Grande. São Paulo, Brasiliense (3), 1986.
- ROSA, Isaltina Vidal do Pilar. Cruz Alta. Rio de Janeiro, Tipo Editor, 1981.
- ROSAS, José Pedro Novas. A fundação da cidade de Castro. Curitiba, Gráfica Vicentina, s.d.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. Belo Horizonte, Livraria Itatiaia/Edit. da USP, 1978.
- \_\_\_\_\_. Viagem à província de São Paulo. São Paulo, Ed. Itatiaia/USP, 1976.
- \_\_\_\_\_. Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-21). Rio, Ariel Edit. Ltda., 1935.
- SANTOS, Antonio Vieira dos. Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município (1850). Curitiba, Ed. do Museu Paranaense, 1991. 2 v.
- SCHWARTZ, Stuart. Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. São Paulo, Edit. Perspectiva, 1979.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O Império Luso-Brasileiro (1750-1822). Lisboa, Editorial Estampa Ltda, 1986.
- SILVA, Riograndino da Costa e Silva. Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. Globo, 1968.
- SILVA, José Julio Cleto da. Apontamentos históricos de Palmas. Clevelândia (1630-1930). Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 28: 45-105, 1976.
- SILVEIRA, Hemetério José Veloso da. Missões Orientais e seus antigos domínios. Porto Alegre, Erus, 1979.
- SIMONSEN, Roberto. História Econômica do Brasil (1500/1820). 8.ed. São Paulo, Edit. Nacional, 1978.
- SOARES, Mozart Pereira. Santo Antônio da Palmeira. Porto Alegre, Bels, 1974.
- SOARES, Solon Macedônia. Estudo Social sobre o município de Carasinho. Oração de agradecimento. Carasinho, Empresa Gráfica Carazinhense Ltda., 1949.
- SOUTHEY, Robert. História do Brasil. Bahia, Livraria Progresso Editora, Imprensa Oficial, 1949. 6 v.
- SOUZA, Washington Luiz Pereira de. Na Capitania de São Vicente. São Paulo, Liv. Martins Edit., 1956.

- SPRERRY, José Newton Vieira. Raízes e retalhos de Nonoai. Passo Fundo, Ed. P. Berthier, 1985.
- TAQUES, Pedro. Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da Capitania. São Paulo, Ed. Itatiaia/USP, 1980.
- \_\_\_\_\_. Nobiliarquia paulistana; história e genealogia. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980. 3 v.
- TAUNAY, Afonso de E. Relatos sertanistas (VII). São Paulo, Livraria Martins Edit., Ed. Biblioteca Histórica Paulista, 1953.
- TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Toiro passante; II tempo de província. Curitiba, Litero-técnica, Ed. IHGEP, 1986.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná-Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba, Ed. do IHGEP, Estante Paranista (21), Edit. Litero-técnica, 1985.
- \_\_\_\_\_. História do Paraná. 6.ed. ampl. Curitiba, Edit. Gráfica Vicentina Ltda., 1988.
- \_\_\_\_\_. O papel dos índios na ocupação do sudoeste Paranaense. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense, 40: 53-72, 1983.
- \_\_\_\_\_. Norte Velho, Norte Pioneiro. Curitiba, Grafica Vicentina Ltda., 1987.
- VALLE, Manoel Duarte Bogia do. Notícias ao inspetor do Tesouro da Fazenda, Guarapuava, 19 de outubro de 1861. In: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense, 40: 121-133, 1983, p. 128.
- VARGAS, Túlio. Pé Vermelho. Curitiba, Edit. Litero-técnica, 1985.
- \_\_\_\_\_. A ilustre decendência dos Carneiro Lobo. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense, 43: 49-56, 1986.
- VARZEA, Virgílio. Santa Catarina, a Ilha. Rio de Janeiro, Comemorativa ao IV Centenário do Brasil, Cia Typ do Brasil, 1900.
- VELLINHO, Moysés. Capitania D'El Rey. Porto Alegre, Ed. Globo, 1964.
- VIANA, Hélio. História Diplomática do Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora (247-248), 1958.
- VIANNA, F.J.O. Oliveira. Populações meridionais do Brasil. 3.ed. Belo Horizonte, Edit. Itatiaia Ltda., 1987. 2 v.

## 3. PERIÓDICOS

Anais do Museu Paulista.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (BIHGEP).

Boletim do Departamento de História da UFPR.

Revista do Instituto Geográfico Brasileiro (RIGB).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHGSP).

Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (RIHGEB).

Revista Paranaense de Desenvolvimento.

Revista de Estudos Históricos de Marília.

Jornal Diário Serrano de Cruz Alta, RS. (1971-1973)

Jornal Guia Serrano de Lages, SC. (1962-1964)

Jornal O Estado de São Paulo, SP.

## 4. DIVERSOS

Arquivo particular de Antonio Carlos Machado, Passo Fundo, RS: casamentos, Passo Fundo. (datilografado).

Arquivo particular de David Carneiro, Curitiba, PR: Livro-Mestre de Milícia - Cavalaria de Curitiba (datilografado).

Arquivo particular de Moacyr Domingues, Porto Alegre, RS: registros paroquiais do Rio Grande do Sul, genealogia (datilografado).

Arquivo particular de Pedro Arí Veríssimo da Fonseca, Passo Fundo, RS: documentos (cópias fotostáticas) e apontamentos dos Livros de Atas da Câmara da Vila de Passo Fundo (datilografados).

Museu do Tropeiro de Castro, Paraná: documentos originais e notas (datilografadas).